



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Edilane do Amaral Heleno

**Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de
jeans no município de Toritama-PE**

**João Pessoa
2013**

Edilane do Amaral Heleno

Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de *jeans* no município de Toritama- PE

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Eliana Monteiro Moreira

**João Pessoa
2013**

H474c Heleno, Edilane do Amaral.
 Configurações do trabalho a domicílio nas configurações de
 roupas de jeans no município de Toritama-PE / Edilane do
 Amaral Heleno.-- João Pessoa, 2013.
 312f. : il.
 Orientadora: Eliana Monteiro Moreira
 Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA
 1. Relações de trabalho. 2. Trabalho a domicílio.
 3. Relações familiares - confecções de roupa de jeans -
 Toritama-PE.

UFPB/BC

CDU: 331(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Edilane do Amaral Heleno

**Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de *jeans* no
município de Toritama- PE**

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Edilane do Amaral Heleno e aprovada por comissão julgadora.

Data: 28/05/2013

Prof. Dr^a. Eliana Monteiro Moreira

TERMO DE APROVAÇÃO

Edilane do Amaral Helene

Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de *jeans* no município de Toritama- PE

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Eliana Monteiro Moreira (Orientadora) Eliana Moreira
Dra. em Sociologia – Picardie – França e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB.

Roseli de Fátima Corteletti Roseli Corteletti
Dra. em Sociologia – UFPB e professora da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais - UACS/UFCG.

Cesar Sanson Cesar Sanson
Dr. em Sociologia – UFPR e Professor do Departamento de Ciências Sociais - DCS/ UFRN

Simone Magalhães Brito – UFPB/PPGS Simone Magalhães Brito
Dra. em Sociologia – Lancaster University – Reino Unido e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB.

Roberto Vêras de Oliveira- UFPB/PPGS Roberto Vêras de Oliveira
Dr. em Sociologia – FFLCH/USP e Professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS/ UFPB.

*Esforçai-vos e Ele fortalecerá o vosso coração,
vós todos que esperais no Senhor!*
(Salmo 31, v. 24)

DEDICATÓRIA

À minha família, meu refúgio.
Aos meus sobrinhos,
por fazerem minha vida mais feliz
e me fazerem acreditar sempre no amanhã.

*E a gente canta
E a gente dança
E a gente não se cansa
De ser criança
A gente brinca
Na nossa velha infância
Velha infância - Marisa Monte*

Ao meu pai, minha eterna admiração,
amor e saudade imensa.
Homem iletrado que me possibilitou
seguir os caminhos das letras.
À minha mãe, mulher guerreira e
minha grande incentivadora.

*É preciso amar
As pessoas como se não houvesse amanhã,
Porque se você pensar
Na verdade não há
Pais e Filhos – Legião Urbana*

Ao meu esposo Manoel Heleno,
por me apoiar e me fazer acreditar
em tudo que somos capazes de realizar.

*Juntos vamos esquecer,
Tudo que doeu em nós
Nada vale tanto pra rever
O tempo que ficamos sós
Faz a tua luz brilhar
Para liminar a nossa paz
O meu coração me diz
Fundamental é ser feliz
O princípio do prazer – Geraldo Azevedo*

AGRADECIMENTOS

*A felicidade aparece para aqueles que
reconhecem a importância das pessoas
que passam em nossa vida.*

Clarice Lispector

Ao percorrer o árduo e, ao mesmo tempo, gratificante caminho que me conduziu a esta tese, agradeço imensamente ao Senhor Jesus por não ter ficado só em nenhum momento. Assim, meu maior agradecimento se direciona a Ele, senhor de minha vida, que como sua infinita misericórdia esteve sempre ao meu lado, concedendo-me forças quando eu parecia fraquejar, ânimo quando todas as situações eram adversas, humildade para que pudesse reavaliar e consertar minhas falhas e alegria por perceber o quanto eu cresci, intelectualmente, bem como ser humano, durante este trajeto. O Senhor Jesus, mais uma vez, reafirmou-se em minha vida como aquele que cuida de mim, meu melhor amigo, meu confidente, aquele que posso confiar e dedicar o meu amor eterno. Percebo sua imensa generosidade para comigo neste percorrer, quando vejo quantas pessoas foram postas ao longo de minha vida para que eu pudesse chegar a este momento.

E ao me debruçar numa pesquisa em que o foco central foi a família, volto-me neste instante para a minha família. Quando ainda pequena passamos por inúmeras dificuldades financeiras; minha mãe costurando a domicílio para algumas fábricas no Rio de Janeiro (1980) e meu pai trabalhando como balconista numa padaria de um português. Cenas estas revividas em algumas vezes no trilhar da pesquisa de campo e que não posso deixar de registrar. Apesar de todas as adversidades e com muita dignidade me ensinaram a lutar por dias melhores, já que, segundo eles, estudar era o caminho. Eles estavam certos! Meu muito obrigado!

Minha mãe, quanta dificuldade passou para possibilitar que eu pudesse estudar e, com sua força, coragem, fé e ternura me fez igualmente ser Mulher! A ela agradeço por tudo que hoje sou. Em palavras, impossível agradecer tamanha dedicação.

Agradeço a vovó Antônia, Mulher também exemplo de virtude e coragem em minha vida. Quisera eu poder retribuir seus cuidados por mim e as centenas de vezes que tem dobrado seus joelhinhos e intercedido a Deus em meu favor.

Meus agradecimentos a tio Ricardo e ao meu irmão Elias, por todo carinho e, em específico, por ter me acompanhado nas viagens durante a pesquisa em Toritama.

Vocês não só foram meus “motoristas” naquelas viagens, mas também têm sido meus guias em vários aspectos de minha vida. Também a Karla, cunhada e irmã, que além de todo afeto e encorajamento, auxiliou-me na digitação da primeira versão deste trabalho, no momento da qualificação.

A minha irmã Ester pelo incentivo e carinho, tendo me dado um dos melhores presentes - meu sobrinho Juninho, que apenas com seus cinco aninhos tem sido motivo de grandes alegrias em nossas vidas.

A Elane, minha irmã, companheira e meio filha, com quem pude compartilhar algumas angústias da tese, de quem recebi inspiração e carinho, sendo confortada e auxiliada quando houve oportunidade, já que recentemente havia trilhado caminho semelhante em seu curso de Mestrado em História.

E em especial ao meu querido esposo Manoel Heleno, uma dádiva e providência de Deus em minha vida. Agradeço por todo companheirismo que a mim tem dispensado e por todos os empecilhos que com sua generosidade tem tirado do meu caminho para que eu pudesse continuar. Pela compreensão das ausências que por tantas vezes tive que fazer, por conta da tese. Mas sei que tudo isso tem fortalecido nosso amor e admiração mútua, pois a minha vitória também é sua. Meu coração bate mais forte por saber que Deus lhe colocou em meu caminho.

Ainda focando em minha família, não poderia deixar de agradecer a meus sogros, Geraldo e Maria de Lourdes e toda a família Heleno, que ao longo dessa jornada estiveram ao meu lado, me cercando de amor e entusiasmando-me a continuar!

À minha amiga Rejane Gomes Carvalho, sendo esta, uma meia-irmã. Obrigada! Pois, mesmo vivendo em meio a tanta correria, sempre encontrou tempo para me ouvir.

Meu agradecimento carinhoso às amigas, Ana Adelaide Guedes, Ana Lúcia de Medeiros e Wanderleya Farias, companheiras de uma longa estrada, com as quais pude compartilhar as angústias e alegrias.

Mas se existem pessoas que surgem em nossa vida para acalmar certas tempestades e trazer luz em momentos de plena escuridão, nos orientando em qual melhor caminho a seguir, aqui se encontra minha orientadora, a professora Eliana Monteiro Moreira. Quantas vezes abriu as portas de sua casa para me receber, onde compartilhamos momentos de intenso aprendizagem, sempre permeados por sua imensa generosidade e compreensão! Sua contribuição em minha vida vai além dos auxílios valiosos que trouxe para minha tese. Obrigada pela paciência, pelo incentivo e

carinho. És um exemplo de profissional e de positividade em minha vida. Meu muito obrigado por tudo!

Ao lembrar-me das primeiras viagens a Toritama, venho agradecer a minha companheira daqueles primeiros momentos, um anjo em forma de pessoa, Jéssica Sobreira.

Meus agradecimentos se estendem aos queridos amigos dos grupos de pesquisas, nos quais vivemos momentos imprescindíveis à minha formação, compartilhando conhecimentos e angústias comuns a quem se enveredou pelos caminhos da academia.

Ao Laboratório de Estudos de Políticas Públicas e Trabalho – LAEPT/UFPB, cujas discussões ali realizadas só vieram enriquecer ainda mais nossa pesquisa, bem como ao Grupo de Estudos de Políticas Públicas e Trabalho - UFCG, que com suas pesquisas abriram caminhos no nosso trilhar nesta tese.

Ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA do Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE/UFPB, por ter me concedido afastamento ao longo de dois anos e meio, o que possibilitou a realização da pesquisa de campo.

Ao professor Roberto Vêras de Oliveira, por sua contribuição inestimável no desenvolver deste trabalho, e a professora Simone Brito pelas considerações valiosas na qualificação.

Aos professores que aceitaram participar da defesa desta tese: professor Cesar Sanson (UFRN) e a professora Roseli de Fátima Corteletti (UFCG).

Ao professor Erivaldo Pereira do Nascimento pela correção ortográfica e gramatical desta tese e, principalmente, por todo carinho com que tem reservado a mim, durante estes anos de amizade.

Aos meus colaboradores, pessoas que se dispuseram a nos receber em suas casas/unidades produtivas, permitindo-nos mergulhar um pouco em sua privacidade. Em especial a dona Marta (nome fictício), por ser nossa mediadora entre os demais colaboradores, neste ambiente tão diverso. Muito obrigada! Sem vocês esta tese não teria vida!

Agradeço a todos os professores, funcionários do PPGS, e colegas que, de diversas formas, contribuíram para a consolidação deste momento de aprendizagem e crescimento.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar as configurações do trabalho a domicílio e as relações familiares nas confecções de roupas de *jeans* no município de Toritama-PE, bem como apreender as atribuições e competências que homens e mulheres têm desempenhado no âmbito do processo produtivo e doméstico, enfatizando as relações sociais que se delineiam nesse espaço. O cenário das recentes transformações socioeconômicas associadas ao processo de globalização e a disseminação de formas de produção flexíveis têm suscitado mudanças no mundo do trabalho, o aparecer de novas formas de organização da produção, bem como a reedição de outras, consideradas arcaicas, mas que são adaptadas à atual dinâmica do capital, caso do trabalho a domicílio, mesmo quando surgem ao largo desse processo maior, como o caso do Polo de confecções de roupas de *Jeans* de Toritama-PE, *lócus* desta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foram utilizadas, como recursos metodológicos, a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante, privilegiando uma análise crítica dos elementos objetivos e subjetivos que permeiam a realidade das famílias vinculadas ao trabalho a domicílio. Foi constatado que apesar da exuberância e da aparente modernização por que vem passando a região com a expansão da indústria de confecção de *jeans*, a suposição de que diante esta dinâmica a organização do trabalho a domicílio pudesse estar proporcionando formas mais igualitárias de acesso às atividades, à troca de saberes, ao controle do processo produtivo, bem como nas relações entre homens e mulheres no âmbito familiar, não se confirmou completamente. Entretanto, houve confirmação em relação à suposição de que a dinâmica econômica vivenciada por essas unidades produtivas a domicílio teria alterado as relações familiares, provocando um maior distanciamento afetivo entre seus membros, em decorrência das atribuições na produção, tanto no que se refere aos filhos menores como aos filhos maiores que estavam envolvidos diretamente no processo produtivo.

Palavras-chave: trabalho a domicílio; família; relações de trabalho.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the aspects of working at home and family relations in the production of clothes made of jeans in the city of Toritama – PE, as well as to learn about the duties and responsibilities that men and women have played in the domestic production process, emphasizing the social relations that are outlined in this space. The scenario of recent socioeconomic changes associated with globalization and the spread of forms of flexible production has caused changes in the world of work, the emergence of new forms of production organization, as well as the reediting of others which were considered archaic, but are adapted to the current dynamics of capital – which is the case of working at home – even when they rise far from this process, as the case of the Region of Jeans Clothes Manufacturers in the city of Toritama – PE, *locus* of this research. This is a qualitative study and documentary research, semi-structured interviews as well as participant observation were used as methodological resources, focusing on a critical analysis of the objective and subjective elements that permeate the reality of families linked to the process of working at home. It was found that, despite the apparent exuberance and modernization that comes through the region with the expansion of the jeans industry, the assumption that this dynamic organization of home work could be providing more egalitarian ways of access to activities, the exchange of knowledge, control of the production process as well as the relations between men and women within the family was not thoroughly confirmed. However, there was confirmation in relation to the assumption that the economic dynamics experienced by these production units at home changed family relationships, causing a greater emotional distance among its members as a result of assignments in production, both in relation to smaller children and older children who were more directly involved in the production process.

Keywords: working at home; family; working relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pg.
Figura 1- Fluxograma da cadeia têxtil e de confecções.....	102
Figura 2- Aflorações rochosas entre as ruas de Toritama–PE.....	126
Figura 3- Vista parcial do espaço da “Feita da Sulanca” em Toritama –PE.....	128
Figura 4- Canal de esgoto “azul” a céu aberto nas ruas de Toritama-PE.....	133
Figura 5- Facção de travetar.....	135
Figura 6- Configurações produtivas.....	137
Figura 7- O fabrico de Tiago.....	225
Figura 8- A facção de costura de Lídia.....	237
Figura 9- A facção de travetar de Lucas.....	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Faixa etária da população de Toritama-PE (Anos 2000 e 2010).....	Pg. 127
Tabela 2-	Tipo de atividade produtiva desenvolvida / estabelecimento (Em %).	219
Tabela 3-	Tipo de atividade produtiva desenvolvida /sexo (Em %).	220
Tabela 4-	Tempo de existência das unidades produtivas (Em %).	221
Tabela 5-	Tipo de unidade produtiva /situação jurídica: Formal/informal (Em %).	223
Tabela 6-	Estado civil / sexo (Em %).	243
Tabela 7-	Grau de escolaridade / sexo (Em %).	246

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama

ASFAT – Associação das Facções de Toritama

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAD – Computer Aided Design

CAM – Computer Aided Manufacturing

CCQ,s – Círculos de Controle de Qualidade

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CITENE – Companhia Integrada Têxtil do Nordeste

CITEP – Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos hídricos

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNM – Fábrica Nacional de Motores

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

JK – Juscelino Kubitschek

MPE's – Micro e Pequenas Empresas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PDT – Plano Diretor de Toritama

PEI – Programa empreendedor Individual

PIA – População em Idade Ativa

PREALC – Programa Regional do Emprego para América Latina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC – Termo de Compromisso Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

Dedicatória.....	Pg. VI
Agradecimentos	VII
Resumo.....	X
Abstract.....	XI
Lista de ilustrações.....	XII
Lista de tabelas.....	XIII
Lista de siglas e abreviaturas.....	XIV

INTRODUÇÃO.....	18
Apresentação do objeto da pesquisa.....	18
Percurso metodológico.....	26
Entre idas e vindas: a pesquisa de campo.....	32
Estruturação e organização da tese.....	38

CAPÍTULO 1

Globalização e transformação no mundo do trabalho no Brasil e no Nordeste.....	40
1.1 Considerações sobre a globalização.....	40
1.2 Considerações sobre o mundo do trabalho.....	51
1.3 Reflexões sobre a questão da informalidade no contexto das mudanças atuais.....	67
1.4 Brasil e Nordeste: cenários do mundo do trabalho em meio ao processo de globalização.....	85

CAPÍTULO 2

A indústria têxtil e de confecções no Nordeste: um olhar para o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.....	101
2.1 Caracterização da cadeia têxtil e de confecção.....	101
2.2 O desenvolvimento da cadeia têxtil e de confecções no Nordeste Brasileiro.....	106
2.3 O Polo de Confecção do Agreste Pernambucano: origem e desenvolvimento.....	115
2.4 Configuração do Polo de Confecções de <i>Jeans</i> de Toritama.....	125
2.5 O Polo e sua inserção na dinâmica capitalista global.....	141

CAPÍTULO 3

Trabalho e família no contexto da produção domiciliar.....	148
3.1 O trabalho entre os clássicos da sociologia.....	149
3.2 Trabalho a domicílio: seu desenvolvimento e configuração.....	160
3.2.1 Trabalho a domicílio no Brasil: situando alguns estudos.....	166
3.3 A família no contexto da sociedade contemporânea.....	173
3.3.1 Família: as primeiras formulações na sociologia.....	174
3.3.2 Família na contemporaneidade: resgatando algumas abordagens.....	184

3.3.3	Família: Algumas abordagens entre os pensadores brasileiros.....	193
3.4	Família e trabalho a domicílio.....	201

CAPÍTULO 4

Entre a casa e o galpão: a dinâmica da produção familiar nas confecções de jeans em Toritama		211
4.1	Um olhar sobre a dinâmica local.....	211
4.2	Caracterização, origem e funcionamento das unidades produtivas.....	218
4.3	Os sujeitos nas suas unidades produtivas: homens e mulheres em ação.....	240

CAPÍTULO 5

A trama dos papéis familiares na confecção de roupas de jeans		251
5.1	Homens e mulheres (re) significando o trabalho familiar.....	251
5.2	A conquista de um saber e um fazer.....	265
5.3	Família e trabalho a domicílio: em busca de um lugar social e a trama de valores.....	274

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		285

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		292

ANEXOS.....		307
ANEXO A – Roteiro das entrevistas.....		308
ANEXO B – Tabelas com dados absolutos da pesquisa de campo.....		310

INTRODUÇÃO

Apresentação do objeto da pesquisa.

Neste trabalho tivemos o propósito de nos aprofundar no debate que envolve o trabalho a domicílio e a família, com o intuito de ressaltar as relações sociais que se delineavam entre homens e mulheres no espaço que era voltado tanto para a produção quanto para moradia.

O *lócus* de nossa pesquisa foi o Polo de Confeções de Roupas de *Jeans* de Toritama-PE, onde uma parte significativa da organização do processo produtivo era baseada no trabalho familiar a domicílio.

Ao nos defrontar com esse cenário, algumas indagações e angústias passaram a nortear a formulação do objeto de nossa análise, principalmente quando começamos a entender que a sociedade atual, por estar mergulhada numa dimensão global, possibilita o surgir de novos valores agora mais fluidos, alterando comportamentos e mentalidades através de um apelo ao consumo exacerbado, modificando assim os comportamentos dos sujeitos que buscam se adaptar a diversas realidades. Percebemos que nenhum lugar ou espaço da vida social está a salvo das consequências desse movimento. Indireta ou diretamente todos estão submetidos a essa lógica própria de um novo momento da acumulação de capital. Entretanto, o que permanece quase que intacta é a disputa entre os sujeitos, na busca incessante pelo controle e pela apropriação da riqueza gerada. Os instrumentos e os ideais se renovam, recriam condições que em último momento culminam na lógica da acumulação; mesmo em atividades que surgem nos interstícios desse processo, são ao longo do tempo envolvidos, tornando-se funcionais e complementares a esta lógica.

No cenário atual há uma tendência a que os interesses individuais se sobreponham aos interesses coletivos, esquece-se a ideia de coletividade. Até mesmo onde os laços familiares eram regidos por uma ética solidária, dado o dinamismo que o processo produtivo tem representado numa região de quadro econômico historicamente marcado por privações, como constatamos no caso do trabalho a domicílio e familiar em Toritama. O estímulo ao individualismo e a postura empreendedora passa a ser marca

significativa desse novo momento que permeia a acumulação do capital como um todo, afetando diretamente os indivíduos, suas relações familiares e seus valores.

A sociedade brasileira passou a sentir mais fortemente essas mudanças, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho a partir da década de 1990, período no qual se deu a intensificação da globalização econômica tendo como decorrência desta, a abertura comercial, fazendo com que o processo produtivo acelerasse a implementação e a adaptação às novas tecnologias e à gestão do trabalho.

Estas transformações influenciaram significativamente as indústrias têxteis e de confecções brasileiras, desorganizando-as, uma vez que a abertura comercial que ocorreu neste período foi responsável por uma reestruturação intensiva, levando inclusive à eliminação de muitas empresas que não tiveram êxito nesse processo de ajuste. (CAMPOS e PAULA; 2006).

A indústria têxtil e de confecções pode se subdividida em quatro subgrupos (setores), sendo esses: Fiação, tecelagem, malharia e confecção. Do ponto de vista de sua estruturação, esses setores envolvem tanto firmas de grande porte e que são intensivas em capital, quanto firmas de médio e pequeno portes, que são intensivas em mão de obra. Uma das características marcantes da cadeia produtiva têxtil/confecção consiste no fato de suas operações serem descontínuas. Isso significa que os produtos finais de uma fase constituem no insumo para a fase seguinte. Apesar de constituírem fases na maioria das vezes sequenciais, cada um dos segmentos possui dinamismo próprio, podendo, portanto, se dedicar exclusivamente a uma delas. Além disso, como não há a exigência de um entrelaçamento produtivo entre as unidades produtivas, isso favorece a uma maior flexibilização na organização da produção, bem como a existência de algumas delas operarem em escalas diferenciadas e perfis tecnológicos variados.

Como mostram Jinkings e Amorim (2006), à medida que as novas tecnologias e as novas formas de trabalho foram sendo inseridas e adaptadas na indústria têxtil/confecções em meio ao processo de reestruturação produtiva na década de 1990, os índices de desemprego e subemprego foram se elevando, sendo compensados apenas parcialmente pelo surgimento de pequenas e microempresas, através do processo crescente de terceirização aí verificado. Com a expansão deste processo observou-se o alargamento da precarização das relações de trabalho, bem como da informalidade, que, embora não sejam elementos novos observados nas economias de capitalismo menos avançado, passou a ser visto como trabalho flexível. Nesse cenário, “a informalidade

deixa de ser transitória para ser tornar definitiva”, como afirmam Lima e Soares (2002, p. 167), contribuindo assim para o processo de acumulação.

Entre os setores da indústria têxtil que foram afetados por este processo está o setor de confecções. Este segmento comporta um grande número de empresas, sendo a sua maioria de micro e pequeno porte. O processo produtivo neste setor é caracterizado pela descontinuidade das etapas produtivas envolvendo as seguintes fases: *Design*, modelagem, gradeamento, encaixe, corte, costura, acabamento. Essas etapas produtivas embora sejam complementares entre si, podem ser realizadas em espaços distintos, o que facilita a fragmentação da produção e a utilização do trabalho subcontratado e a domicílio.

Enquanto os demais setores da indústria têxtil, como a tecelagem e a fiação, são intensivos em capital, o setor de confecção é conhecido por sua capacidade de absorção de mão-de-obra e pouca intensidade em capital, principalmente na fase da costura. Grande parte das unidades produtivas responsáveis pela produção é informal e, não raramente, utilizam o mesmo espaço domiciliar para realizar sua produção, empregando principalmente o trabalho feminino e familiar. Assim, espaços que antes eram exclusivos do convívio familiar, passam a ser utilizados também à produção, envolvendo de alguma forma todos ou parte dos membros da família, tanto homens quanto mulheres e filhos, provocando modificações no que se refere à subjetividade dos sujeitos no tocante a deslocamentos das atribuições, de responsabilidades no conduzir o trabalho e até das afetividades, promovendo distanciamentos e divergências, e impondo uma dinâmica peculiar, entretanto, renovada à gênese da lógica de acumulação do capital.

É aqui que se situa nosso foco de interesse: Não pretendemos tratar dessas modificações anunciadas de maneira geral, nem tampouco aprofundar nossa discussão especificamente sobre as alterações trazidas pela reestruturação produtiva ao setor de confecções do país, mas estudar o trabalho a domicílio e a família, tendo como caso, o *Polo de Confecções de Roupas de Jeans de Toritama*. Esse Polo que tem sua origem baseada no trabalho a domicílio e familiar, não experimentando, portanto, as mudanças impostas pela reestruturação produtiva, mas à medida que foi avançando, foi se utilizando cada vez mais de formas flexíveis de produção, resguardando, portanto, uma de suas características principais, ou seja, o trabalho a domicílio em bases familiar, em que não apenas a mulher se envolve no processo da costura mas também o homem. Portanto, assim, Toritama tornou-se o nosso estudo de caso.

Este município faz parte de um importante centro econômico, o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, que inclui ainda no seu núcleo os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Taquaritinga do Norte. Toritama se insere nesse processo de forma peculiar. Até 1970, havia se direcionado à produção de calçado de couro para a população de baixa renda, fabricando, portanto, artigos de baixa qualidade. Devido à concorrência e ao aumento dos custos de produção da matéria-prima, os pequenos produtores locais vinculados a esta atividade, acabaram aproveitando seu maquinário para a confecção de roupas em *jeans*, inserindo-se assim no Polo de Confeção do Agreste Pernambucano e diferenciando-se pelo produto fabricado, tendo em vista que os demais municípios se especializaram na confecção de roupas de malha envolvendo moda *surf wear*, praia, íntima e modinha¹.

Possuindo atualmente 35.554 habitantes², o município de Toritama configura-se como um dos principais produtores de *jeans* nacional, com uma produção de aproximadamente 2 milhões de peças por mês; representando, portanto, em torno de 12% a 15% da produção total do país e gerando empregos diretos e indiretos numa região considerada periférica (MARCIEL, apud, PEREIRA NETO, 2011). O dinamismo econômico provocado nos últimos 30 anos pelo setor de confeções tem contribuído para manter a taxa de desemprego no município próxima de zero, garantindo a ocupação tanto de seus habitantes quanto de trabalhadores de outros municípios circunvizinhos, conforme mostra Andrade (2008). A configuração de sua produção está alicerçada na pequena produção e num processo produtivo extremamente fracionado, marcado pela informalidade e pela precariedade, envolvendo na confecção das peças de *jeans* o trabalho a domicílio e familiar.

Foi justamente esta característica da indústria de confecção que chamou a nossa atenção para nos debruçar numa investigação sobre esta realidade, ou seja, ver como se configurava/funcionava hoje a produção domiciliar com base no trabalho familiar envolvendo tanto homens, mulheres e crianças.

A utilização do trabalho a domicílio pelas indústrias de confecção não é um fato novo, estando presente desde a primeira revolução industrial (MARX, 1989; ENGELS, 2008; THOMPSON, 2012a, 2012b, entre outros). No Brasil, este esteve sempre presente na conformação do setor de confecção, embora que de forma marginal até

¹ Segundo Pereira (2011), é chamado de modinha as peças femininas que compõem a moda da estação, ou seja, são roupas que procuram reproduzir a tendência da moda .

²De acordo com a contagem populacional do IBGE de 2010
Fonte: www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1.

meados da década de 1980, (ABREU, 1986; BRUSCHINI e RIDENTI, 1993, 1994; GAZZONA, 1997; LEITE, 2004; CARVALHAL, 2009, entre outros) e, recentemente, após a abertura econômica e em meio ao processo de reestruturação, as indústrias de confecções, de modo geral, na busca por menores custos, têm buscado reeditar o trabalho a domicílio, através da subcontratação e terceirização (ARAÚJO e AMORIM, 2001; ARAÚJO, 2007; LIMA, 2002, LIMA e SOARES, 2002, NEVES e PEDROSA, 2007; LIMA 2009, entre outros). Mas, na maioria dos casos encontrados na bibliografia examinada, verificamos que este tipo de trabalho geralmente está vinculado ao predomínio do trabalho feminino. Isto nos instigou a lançarmos um primeiro olhar sobre estas unidades domiciliares em Toritama. Neste processo, observamos algumas peculiaridades que foi a de encontrar na dinâmica da atividade produtiva a participação significativa do homem na máquina de costura. A partir desta constatação, algumas questões começaram a nos inquietar em relação àquela realidade. A primeira delas diz respeito à dinâmica em que o trabalho a domicílio foi se inserindo nesta região, posto que ele, em sua gênese, veio atrelado a desdobramentos de atividades outras existentes (como foi o processo de produção de calçados em couro) no município e não em decorrência dos efeitos da reestruturação produtiva. Vale salientar que este Polo não passou por esse processo nos moldes clássicos, mas se mantém através de relações de produção flexíveis, envolvendo unidades domiciliares de produção bem como pequenas, micros e médias empresas, numa dinâmica em que a informalidade e a precariedade das relações e da produção eram marcas presentes, o que nos estimulou em focar neste estudo de caso.

Outro aspecto que nos instigou a pesquisar foi a utilização dominante da mão-de-obra familiar nas unidades produtivas domiciliares, com destaque especial para a inserção forte do homem nesse processo e não apenas das mulheres, como acontece em outras regiões. O fato de essa inserção masculina ocorrer no Nordeste, onde os valores machistas são tão arraigados, constituiu outra frente de busca para apreender como essa questão era significada entre os que fazem o cotidiano de trabalho nesses espaços.

Assim, elegemos estudar as relações que se estabeleciam entre os familiares no trabalho domiciliar como uma forma de adentrarmos no interior dessas pequenas unidades produtivas e compreender suas configurações, buscando conhecer seu dinamismo, as tensões e os sentidos que essas unidades representavam para os sujeitos envolvidos. Buscamos como referência discussões teóricas que abordam a centralidade do trabalho na construção social dos sujeitos, passando pelos clássicos (MARX, 1989,

2001; DURKHEIM, 2010 e WEBER, 2007, 2004a, 2004b), e alguns contemporâneos (ANTUNES, 2000, 2001, 2006; ALVES, 2005, 2011, entre outros), recorrendo também a teóricos que discutiram a questão da família (SEGALEM, 1999; SINGLY, 2007, BRUSCHINI, 1999, SARTI, 1992, 1995, 1996; SARDENBERG, 1997; MACHADO, 2001; MONTALI, 2000, 2004; NOGUEIRA, 2004; PICANÇO, 2004; entre outros), para nós uma interlocução das mais ricas, perpassando pelas discussões associadas às relações de gênero, em meio ao debate sobre o caráter flexível, informal e precário das relações de trabalho na atualidade.

Devemos salientar ainda que nos remetemos ao caso específico de Toritama-PE por este se constituir uma das experiências de sucesso mais recente entre os municípios que fazem parte do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, por sua especialização na produção de *jeans* e, além do mais, por manter como base primordial de sua produção a utilização do trabalho a domicílio e a mão-de-obra familiar. Outro elemento não menos importante que nos direcionou para esse lugar de pesquisa está relacionado à relevância da experiência deste Polo quanto aos percursos da industrialização no Nordeste e as atuais configurações da cadeia produtiva de confecções, em escala regional, nacional e internacional. Devido a sua extensão e importância que tem abarcado, constitui-se em um expressivo cenário para a observação e análise sobre os processos atuais de reedição do trabalho a domicílio, bem como seus desdobramentos em termos de relações entre homem e mulher, principalmente no universo familiar.

Assim, algumas indagações foram se formando em torno daquela realidade, tais como: Que dinâmicas marcaram a organização da produção e o reafirmar do trabalho a domicílio neste Polo? Como eram definidos os papéis entre os membros da família (Homens e mulheres) em relação às atividades domésticas e as efetivamente produtivas? Como as relações de trabalho que se davam, nesse espaço, têm reverberado sobre os sentidos desses sujeitos, no que se refere ao compartilhamento dos saberes, ao controle produtivo bem como as relações de mando entre homens e mulheres, pais e filhos, e sobre as relações afetivas?

Embora a pujança econômica local tenha despertado a atenção de instituições e pesquisadores³ das diversas áreas na busca de compreender as razões do seu dinamismo, levando-se em consideração que esta região se destaca por ser uma área de escassos

³ Entres esses temos: Raposo e Gomes (2003), Noronha e Turchi (2007), Campos (2008), entre outros.

recursos naturais e, até pouco tempo, de baixo potencial econômico, não constituindo, portanto um tradicional passado industrial que desse respaldo ao expressivo crescimento vivido nos últimos anos, as questões que levantamos ainda não haviam sido abordadas, principalmente em relação ao caso específico de Toritama, dando, assim, originalidade ao nosso estudo.

A maior parte dos trabalhos recentemente produzidos sobre este Polo está vinculada a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ligado ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais. Entre esses encontramos as seguintes dissertações: Pereira Neto (2011) abordando sobre as práticas e discursos que configuravam os modos de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI neste Polo; Pereira (2011) que analisou como o Programa Empreendedor Individual – PEI atuava nos processos de formalização das atividades econômicas locais; Bezerra (2011), ao investigar como o trabalho a domicílio realizado por mulheres residentes no Cariri Ocidental Paraibano se inseriu junto ao Polo; o estudo de Lima (2011) procurou compreender como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE vem atuando sobre o Polo; tivemos também o trabalho de Melo (2011), que fez uma análise sobre as Políticas Públicas de Emprego e Trabalho e Renda – PPETR ali desenvolvidas. Esses estudos foram fundamentais, pois serviram de base para traçarmos o perfil da atual configuração do Polo de Confecção do Agreste Pernambucano.

Além da UFCG, encontramos outros trabalhos de teses e dissertações de mestrados envolvendo estudantes de vários estados do país, que fizeram do Polo de confecção desta região o centro de interesse de suas análises como: Silva (1994) e Gomes (2002), pela Universidade de São Paulo-USP; Soares (2002) pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Xavier (2006), pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; e Souza (2012), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre os estudos observados, verificamos que alguns se centraram especificamente em certos aspectos do Polo de Confecções de Roupas de *jeans* em Toritama como os trabalhos de Lucena (2004), que teve como proposta investigar as informações contábeis que auxiliavam no processo de decisão das Micro e Pequenas Empresas – MPE's, localizadas no município de Toritama, mostrando que o segmento dos empresários locais era composto predominantemente por sujeitos de faixa etária bem jovem e que ao tomarem suas decisões concernentes a empresas faziam apelo mais a intuição do que a métodos contábeis mais formais para conduzir seus negócios; Lima (2006) se voltou

para as lavanderias do município, tendo o objetivo de analisar o processo de lavagem usado por estas empresas e buscando identificar a questão da demanda da água e o seu destino final; Andrade (2008) procurou investigar a estrutura institucional deste polo, apontando que as práticas cooperativas ainda eram incipientes, mas já se percebia um esforço por parte de alguns atores produtivos e institucionais na busca de introduzir algumas inovações, a fim de se manterem no mercado da moda, já que este se caracteriza por ser bastante competitivo e propenso a rápidas mudanças; e Xavier (2012) se propôs a investigar o processo de migração para Toritama, no qual constatou que o município apresenta um crescente dinamismo econômico e, por isso mesmo, atrai as pessoas pelas oportunidades de emprego geradas pela indústria de confecções de roupas de *jeans*, que está em franco crescimento na região. Este dinamismo tem provocado um considerável impacto sobre os deslocamentos populacionais para o município, gerando, em consequência, problemas relativos à infraestrutura urbana.

Como podemos perceber, as questões específicas que queremos aprofundar sobre o trabalho a domicílio e a família não foram consideradas, reforçando assim nosso interesse em colocá-las como nosso objeto de estudo nesta realidade distinta, procurando assim configurar o trabalho a domicílio e compreender as relações que se delineiam entre os sujeitos (homens, mulheres, filhos e parentes de modo geral), que compunham este espaço que se constitui a mesmo tempo produtivo e domiciliar. Devemos salientar que embora já haja um significativo material científico sobre este Polo - como apresentamos -, isto não significa que as possibilidades de investigação sobre aquela realidade socioeconômica tenham sido esgotadas, pelo contrário, a cada nova pesquisa publicada que nos debruçamos a analisar percebemos as possibilidades de adentrarmos ainda mais naquela realidade, a fim de refletir sobre suas dinâmicas que envolvem questões para discussão nas mais diversas áreas do conhecimento. Assim, nós também não tivemos a pretensão, com nosso trabalho, de exaurir as questões que emergiram naquele cenário, mas tão somente focar nosso olhar no trabalho a domicílio com base familiar, contribuindo assim para uma compreensão mais pormenorizada das relações entre homem e mulher nestes espaços produtivos e em que este constatar apresentou de novo aos debates clássicos existentes na nossa literatura, quer sobre família, sobre relações homens e mulheres, ou sobre trabalho domiciliar.

Portanto, diante do que expressamos sobre a presente pesquisa, nortearmos nossas reflexões a partir de duas **suposições**. A *primeira* consistiu em afirmar que a dinâmica da produção domiciliar de confecções em Toritama-PE tem desenvolvido nos

sujeitos um novo sentido do trabalho, proporcionando a homens e mulheres formas mais igualitárias de acesso às atividades, à troca de saberes e de controle do processo produtivo, bem como nas relações de mando entre seus membros. E a *segunda*, que a dinâmica econômica das unidades produtivas domiciliares tem alterado as relações familiares, levando-as a um maior distanciamento afetivo entre seus membros, devido à centralidade que ocupa a produção nesses espaços, mantendo, entretanto, a estrutura familiar.

Ao lado destas suposições, alguns objetivos foram perseguidos em nossa pesquisa, sendo esses, o **objetivo geral**: analisar as configurações do trabalho a domicílio e as relações familiares na produção de roupas de *jeans* em Toritama-PE. E os **objetivos específicos**: compreender a dinâmica da origem, organização e funcionamento da produção domiciliar na confecção de roupas de *jeans* em Toritama-PE; apreender em meio ao trabalho familiar as atribuições e competências que homens e mulheres têm desempenhado no âmbito do processo produtivo e no espaço doméstico; analisar como as relações de trabalho que se dão nos espaços da produção domiciliar em Toritama-PE reverberam sobre os sentidos e valores quanto ao compartilhamento do saber, a independência financeira, e nas relações de mando entre os sujeitos; compreender como as relações familiares têm sido afetadas em termos da constituição das afetividades, no contexto do trabalho a domicílio.

Para darmos sequência a pesquisa, faremos breve discussão sobre os **aspectos metodológicos** que conduziram nossa investigação.

Percurso metodológico

Buscamos nos respaldar por uma metodologia que nos possibilitasse uma abordagem em que pudéssemos sistematicamente estar confrontando o arcabouço teórico com a empiria em um movimento contínuo de realimentação, no qual a partir da realidade empírica pudéssemos aprofundar nossos conhecimentos, comparando-os com o debate teórico existente sobre esta realidade em estudo. Compreendemos que empiria e teoria devem ser trilhadas em conjunto, dando o suporte necessário ao pesquisador para avançar em suas análises de forma crítica, disponibilizando o instrumental

necessário para desvendar os impasses tanto teóricos quanto metodológicos que venham a surgir. (MINAYO, 1998)

Não tivemos o interesse em quantificar o total do universo que compunha este cenário, ou seja, mensurar o visível conforme propõe as pesquisas de natureza quantitativa, mas optamos por uma incursão mais profunda na realidade desta dinâmica produtiva para ter uma percepção mais cuidadosa das relações que se delineavam ali. Assim nosso trabalho foi pautado pela abordagem qualitativa de pesquisa, que nos possibilitou compreender os elementos objetivos do processo produtivo, mas dando destaque aos mais subjetivos dos sujeitos, em termos de suas evocações a respeito dos sentidos, valores e compartilhamentos por eles atribuídos quanto ao saber, à independência e, em alguma proporção, às relações afetivas naquela realidade específica. Minayo (1998) assim se coloca a respeito da pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1998, p.21-22)

Portanto, nosso interesse maior foi compreender os aspectos mais específicos das ações e relações humanas que permeavam aquelas que se desenvolviam na produção de *jeans* no ambiente domiciliar. Esses aspectos não poderiam ser captados por equações, médias aritméticas. Contudo, embora tenhamos nos detido na pesquisa de cunho qualitativa, não descartamos por completo a de ordem quantitativa, pois conforme destaca Minayo (1998):

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, “ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1998, p.22).

Levando em conta o que problematizamos de nosso objeto de pesquisa recorremos à pesquisa bibliográfica por nos permitir fazer um resgate do contexto histórico dos processos de globalização e sobre a industrialização no Brasil e no Nordeste, para depois nos debruçarmos mais diretamente sobre aquela que tratava o trabalho e a produção a domicílio, o que nos possibilitou construir uma compreensão dos lugares e das posturas de homens e mulheres ao longo desse processo. Este tipo de

pesquisa nos auxiliou também na compreensão da reafirmação do trabalho a domicílio, no processo atual constituído por uma sociedade mais globalizada. Juntamente com esses aspectos históricos mais gerais, o levantamento bibliográfico nos permitiu conhecer o processo histórico no qual o Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano foi conformado e, em especial, o Polo de Confeccões de *Jeans* localizado em Toritama, dando-nos suporte para compreender a gênese de sua dinâmica, em meio a uma região onde a princípio não havia indícios de tradição industrial. Além disso, esse levantamento bibliográfico nos levou a resgatar as primeiras contribuições teóricas que serviram de sustentação na defesa da centralidade do trabalho no processo de socialização dos sujeitos, bem como a compreensão sobre parte da discussão teórica existente entre trabalho a domicílio e família, perpassando pelas relações de gênero.

Como instrumento de coleta de nossas informações, utilizamos a pesquisa documental, a realização de entrevista semiestruturada e a observação participante.

Com relação à pesquisa documental, esta foi realizada através do levantamento e análise de relatórios, projetos, e pesquisas acadêmicas sobre o Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano. Estas foram fundamentais para compreendermos também a sua situação atual. As fontes dessas informações foram obtidas no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE, além de alguns programas de pós-graduação em Universidades Federais localizadas tanto no Nordeste quanto no Centro-Sul.

Os dados estatísticos secundários utilizados no trabalho tiveram a finalidade de ilustrar e traçar o perfil geral do município. Essas informações foram disponibilizadas pelo *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Também recorremos à técnica da entrevista semiestruturada⁴. Esta escolha se deu por entendermos que havia informações importantes que poderiam ser colhidas de forma direta com os sujeitos relacionados diretamente com esses espaços. As entrevistas foram realizadas tendo um roteiro semiestruturado⁵ como orientação e teve como embasamento as questões pertinentes ao tema relacionadas ao funcionamento das unidades produtivas, a participação dos membros da família nestas unidades e seu cotidiano, a distribuição das tarefas, entre outras. Procuramos sempre garantir que estes

⁴ A entrevista semiestruturada, combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. (MNINAYO, 1999, p. 108)

⁵ O roteiro utilizado na pesquisa de campo encontra-se no anexo A.

se sentissem livres para expor suas impressões sobre o trabalho, seus anseios e angústias em relação à condição em que viviam, assegurando o tom coloquial, a espontaneidade/naturalidade em nos fornecer suas impressões, evocações, imagens, sentimentos, elementos estes que, a nosso ver, são constitutivos de subjetividades(s).

Devemos enfatizar que embora o roteiro estivesse sempre ao nosso alcance no momento das entrevistas, nem sempre ele foi aplicado por completo, pois o elaboramos só como guia para balizar mais ou menos os nossos interesses e não como elemento que cerceasse os sujeitos em suas elocuções. Com isso procuramos deixar, sempre que possível, os sujeitos entrevistados à vontade na priorização de suas impressões. Apenas interferimos quando esses se afastavam significativamente da questão em pauta. Até esses momentos de fuga serviram como elemento de análise, e sempre ocorriam quando, por algum motivo particular, o entrevistado não estava interessado em comentar a questão abordada.

Por estarmos visando compreender a dinâmica das relações sociais que perpassam principalmente pelas unidades produtivas domiciliares, em que os valores, as atitudes, a vivência entre os familiares (e também não familiares) são expressos no cotidiano através das falas e das ações espontâneas no correr do dia-a-dia, um outro recurso que utilizamos para abarcar informações sobre este estudo de caso foi a observação participante. Segundo Neto (1998):

A técnica de observação participante se realiza através do contado direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados (NETO, 1998, p. 59).

Esta técnica foi fundamental, pois nos ajudou a vislumbrar diversas situações que não seriam possíveis de ser verificadas em momentos estanques de uma entrevista, pois à medida que fomos sendo aceitos pelo grupo, esses sujeitos se sentiram “quase” à vontade para expor sua própria realidade. Com isto, pudemos perceber o que havia de mais incógnito e sutil na vida real dos sujeitos envolvidos no processo produtivo familiar, e que só com a entrevista não seria possível descortinar, possibilitando-nos, assim, conhecer um pouco além do que se aparentava as suas condições de vida. É como bem colocou Whyte (2005):

O padrão geral de vida é importante, mas só pode ser construído por meio da observação dos indivíduos cujas ações configuram esse padrão (WHYTE, 2005, p. 23).

Entendemos, conforme colocou esse autor, que para conhecer esta realidade seria necessário conhecer os sujeitos que faziam parte dela, no seu cotidiano, em seu dia-a-dia, quando as relações sociais se conformavam. Assim, através da observação participante, buscamos coletar informações concernentes às experiências por eles vividas no processo produtivo e reprodutivo, os valores associados ao trabalho, a transmissão do saber no meio familiar e as possíveis alterações que o trabalho tem provocado nas relações familiares, enfim, detalhes que achamos fundamentais para nos levar a apreender o dia-a-dia desses sujeitos.

Na observação participante não ingressamos neste universo de forma ativa, participando do processo produtivo juntamente com nossos sujeitos, mas nos inteiramos de suas rotinas, ficando como observador, geralmente sentada em um banquinho cedido pelos mesmos, ou encostada no canto de uma parede para não incomodá-los, enquanto estes estavam em atividade. À medida que íamos nos familiarizando com o ambiente e seus sujeitos, começávamos a circular nos pequenos espaços sem lhes causar desconforto, pois nossa presença começava a ser “quase naturalizada”.

Assim que o projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa - CEP com Seres Humanos, da Universidade Federal da Paraíba, demos início ao trabalho de campo. Os contatos com os sujeitos tiveram seu início em maio de 2011 e foram concluídas em outubro de 2012. Devemos salientar que, ao submeter o projeto desta pesquisa a aprovação pelo comitê, tivemos que nos comprometer em manter sigilo sob as identidades dos sujeitos envolvidos na pesquisa, usando, assim, nomes fictícios para identificá-los.

Durante um período de aproximadamente quinze meses, a nossa presença nestes espaços produtivos/domiciliares, na qualidade de pesquisadora e na condição de ouvinte, permitiu-nos ver e ouvir estes sujeitos. Na medida em que as barreiras foram sendo quebradas, a pesquisa foi se tornando mais espontânea e alguns elementos de grande relevância começaram aparecer de forma mais natural ou subliminar, quando esses sujeitos passavam a manifestar suas posições, seus receios, seus sonhos e, em alguns casos, suas frustrações, o que não poderia ser captado apenas por meio de entrevistas diretas. Assim, tendo como recurso a observação participante, fomos colhendo uma variedade de informações, impressões e situações vividas por esses

sujeitos em seu cotidiano, o que tornou possível apreender um pouco da lógica interna de funcionamento desses espaços que eram, em sua maioria, produtivo e domiciliar.

A pesquisa ficou centrada nas unidades produtivas localizadas na área urbana de Toritama. Entre as quinze que fizeram parte de nossa investigação, mais detalhada, seis estavam localizadas nas ruas próximas ao centro da cidade e as nove unidades restantes nas ruas mais distantes do centro da cidade, embora próximas do Parque das Feiras. Centramo-nos nesta área porque nela havia uma maior concentração de unidades produtivas ainda exclusivamente domiciliares, envolvendo o trabalho familiar, e, portanto, foco principal de nossa pesquisa.

Os sujeitos que foram entrevistados em nossa pesquisa, eram trabalhadores(as)/costureiros(as) que se colocaram como donos das respectivas unidades de produção e responsáveis diretos pela sua família. Em geral, apenas estes se dispunham a conceder a entrevista e, mesmo assim, não interrompiam as atividades que estavam realizando, mesmo quando haviam agendado o horário anteriormente. A realização da entrevista como, em geral, se dava no mesmo local da produção prejudicou muito a qualidade da gravação e, conseqüentemente, a transcrição do material, por conta do barulho das máquinas. Por esta situação, pode-se ver o ritmo frenético com que funcionavam as unidades de produção e a intensidade do trabalho no seu interior.

Além dos sujeitos vinculados diretamente com o processo produtivo, também tivemos a oportunidade de, no início de nossa pesquisa de campo, entrevistar dois representantes de instituições ligadas às unidades produtivas de Toritama, sendo esses: um representante da Associação comercial e Industrial de Toritama - ACIT e o presidente da Associação das Facções de Toritama - ASFAT.

Ao longo de nossa pesquisa percebemos que as entrevistas deixavam alguns vazios e silêncios que só puderam ser compreendidos com a ajuda da observação participante. Portanto, a utilização em conjunto destas técnicas de coletas foi necessária para dar melhor conta da apreensão do objeto de trabalho, enriquecendo o processo de construção e de análise empreendido, complementada, como não poderíamos deixar de mencionar, do nosso diário de campo, cujas anotações feitas após cada dia na área destacou-nos elementos de imensa pertinência.

Desta forma é sobre nossa imersão nessa realidade que nos deteremos a seguir, relatando nossas **idas e vindas** à Toritama e suas unidades produtoras domiciliares,

descortinando os entraves que se apresentaram ao longo desse processo e as saídas que trilhamos a fim de atendermos aos objetivos propostos.

Entre idas e vindas: a pesquisa de campo

Em maio de 2011 iniciamos nossa pesquisa de campo fazendo as primeiras viagens à Toritama. Neste momento as idas ao município tiveram mais um caráter exploratório, de reconhecimento da área, o que nos permitiu traçar nossas impressões iniciais sobre o lugar e perceber a pertinência de nosso objeto de estudo. Escolhemos ir aos domingos, por ser o dia que antecedia a feira, a fim de observar um pouco a movimentação da cidade.

A primeira viagem a Toritama foi impactante desde o momento em que nos aproximávamos da cidade, pela BR. 104, que liga Campina Grande-PB a Toritama-PE. Após passarmos pela entrada do município de Taquaritinga do Norte, começamos a perceber uma movimentação maior no tráfego dessa rodovia federal. À medida que nos avizinhávamos de nosso destino, a paisagem natural, com vegetação típica do Agreste Pernambucano, passava a ser parcialmente encoberta pelos cartazes e outdoors de propaganda expostos ao longo da estrada, nos quais modelos de rostos e corpos exuberantes e bonitos expondo as mais variadas confecções de *jeans* contrastava fortemente com a aridez da paisagem que circunda Toritama. Ao nos aproximarmos da entrada da cidade, deparamo-nos com um quadro inusitado: uma densa nuvem de urubus sobrevoando o lixo da cidade – quer das residências como das indústrias locais –, depositado a céu aberto. O volume de lixo era tal que formava verdadeiras “montanhas”, ocupando um enorme terreno descampado. Esta primeira visão marcou nossa mente até os dias de hoje, pois nos deu sinal da precariedade e da desorganização urbana que posteriormente confirmamos ao chegarmos de fato no centro da cidade.

A cidade mostra um crescimento profundamente desordenado, com as ruas irregulares, abrigando uma profusão de lojas de grande, médio e pequeno porte, revendedoras das grifes produzidas localmente e espalhadas por todas elas. Mais a frente, temos o “Parque das Feiras”, uma espécie de enorme shopping construído pelos empresários do município e inaugurado em 2001. É neste local que os comerciantes oferecem suas peças. Esta área possui 5 mil metros de área coberta, concentrando mais

de 1.000 estabelecimentos, entre lojas e boxes padronizados, além da praça de alimentação, caixas eletrônicos de bancos e uma rádio comunitária ligada o tempo todo, fazendo a propaganda de lojas e serviços em geral (PEREIRA NETO, 2011).

Embora o funcionamento da feira seja entre a segunda-feira e terça-feira, o “Parque das Feiras” é, sem dúvida, a principal atração dos visitantes, comerciantes de todas as partes do Estado e de outras regiões que vão à Toritama realizar suas compras em qualquer época do ano.

Conforme fomos penetrando nas imediações da cidade percebemos as suas precárias condições de infraestrutura: ruas sujas, não calçadas, esgoto passando nas ruas a céu aberto, enfim, nada que pudesse traduzir os efeitos positivos da exuberância que a região vem conhecendo nestes últimos dez anos, período que marca de fato o “boom” de seu crescimento.

Em todas as ruas por onde se passa vê-se claramente que a cidade gira, de fato, em torno da confecção e das atividades a ela ligadas. Raras são as que não têm as casas transformadas em facções ou fabricos, armarinhos, lavanderias, dando espaço a uma movimentação singularmente intensa para uma cidade interiorana.

Com o intuito de explorarmos e começar a conhecer melhor um pouco mais daquela realidade, no dia seguinte dessa primeira viagem, fomos observar a movimentação na feira e tentar “puxar” conversa com os feirantes, a fim de buscar estabelecer alguns possíveis contatos para os momentos seguintes da pesquisa de campo. Portanto, nossa primeira aproximação com os sujeitos envolvidos nessa dinâmica ocorreu em meio à feira. Naquele momento, tivemos a oportunidade de conversar informalmente com alguns feirantes sobre suas atividades e constatamos que alguns deles confeccionavam as peças que vendiam. Geralmente as peças eram produzidas nas imediações, ou nas próprias residências com o apoio de seus familiares. Outros, porém, afirmaram já estar produzindo em espaços reservados exclusivamente para a confecção, portanto, já desvinculado do seu ambiente domiciliar, utilizando tanto mão de obra familiar quanto não familiar. Encontramos ainda alguns sujeitos que apenas revendiam as peças confeccionadas de algumas fábricas e fabricos locais. Esses primeiros contatos forneceram pistas importantes para a elaboração do nosso roteiro de entrevista.

No dia posterior a feira, procuramos conhecer um pouco mais da cidade nos direcionando para o centro, onde pudemos observar grandes casas, algumas até com certa exuberância, outras nem tanto, sempre protegidas com imensos muros e/ou

portões, algumas das quais, se não fossem pelo barulho inconfundível das máquinas, jamais imaginariamos que ali funcionaria um fabrico e/ou facção, conforme constatamos em outros momentos de nossa pesquisa.

Afastando-nos um pouco do centro, caminhamos por ruas não asfaltadas, becos apertados, com esgotos igualmente descobertos, onde encontramos o mesmo cenário: o barulho das máquinas instaladas nas pequenas casas de construção simplória quer ocupando varandas, garagens, salas de estar. Tudo se metamorfoseava em ambientes de produção. Nossa impressão foi reforçada pela referência descrita por um dos nossos colaboradores em uma das entrevistas realizadas posteriormente a esse primeiro momento, na qual ele afirmou: *“Toritama se transforma, como se a gente trabalhasse dentro de uma grande indústria, é como se não existisse cidade, entendeu? Toritama não é cidade, ela é uma indústria!”* (TIAGO, set./2012).

Produzir, produzir e produzir, eis a imagem que começamos a formar dos moradores de Toritama, como se ali não se fizesse nada, além disso. Tivemos a impressão que todas as demais funções realizadas na cidade tendiam a girar em torno da produção do *jeans*, pois não visualizamos ambientes voltados para o lazer, como clubes, cinemas, áreas para a diversão, onde as sociabilidades pudessem se expressar. Posteriormente esta impressão se consolidou ao sermos informados pelos nossos colaboradores de que qualquer intenção de lazer que se quisessem usufruir teriam que procurar nas cidades circunvizinhas, pois a cidade não oferecia. Em Toritama as famílias vivem para trabalhar e, aparentemente, só trabalham para viver.

Este nosso primeiro olhar para Toritama tornou-se ainda mais chocante ao vermos as marcas de depredação que a atividade produtiva provoca sobre a cidade: lixo acumulado sem escoamento, e, o mais grave, o quadro desolador do rio Capibaribe, carregando em seu leito o preço do descompromisso dos pequenos produtores, que, encantados pela exuberância de seus negócios, injetam-lhe uma overdose de poluentes das lavanderias ocupadas na tinturagem e lavagem do *jeans*, não se dando ou não querendo se dar conta dos seus efeitos nefastos. A cor azul de suas águas revela o processo de asfixia e morte a que foi submetido, agravando cada vez mais os problemas ambientais existentes na região.

Assim, este primeiro contato com Toritama nos estimulou a adensar nossa investigação, pois percebemos a importância do objeto de estudo que estávamos buscando centrar, tendo em vista verificarmos que grande parte das unidades

domiciliares naquela cidade estava vinculada de alguma forma com a confecção de *jeans* e quase sempre envolvendo o trabalho de todos os membros da família.

Esses primeiros momentos de ida à Toritama foram fundamentais pelas pistas oferecidas e, ao voltarmos a João Pessoa, delimitamos os passos seguintes da pesquisa de campo, procurando nos cercar da bibliografia que dispúnhamos no momento para continuar o mergulho que se fazia necessário para conhecer aquela realidade, bem como iniciarmos a elaboração do roteiro de nossas entrevistas e o plano da observação participante.

Em agosto de 2011, retornamos à Toritama, para efetuar as primeiras entrevistas e observações. Nessa viagem, chamou-nos a atenção o clima de certa resistência por parte dos sujeitos em nos receber e quando nos recebiam não permitiam que gravássemos as entrevistas. Até mesmo entre os que se dispuseram a nos receber, sentimos o receio de que nós exercêssemos algum papel de fiscalização. Mesmo após esclarecer os objetivos de nossa pesquisa e nos identificarmos como estudantes, apresentando a carteira de estudante, o termo de responsabilidade elaborado para o comitê de ética da UFPB onde reafirmamos nosso compromisso em não divulgar seus verdadeiros nomes, bem como a certidão de aprovação de nossa pesquisa neste comitê, ainda assim a resistência persistiu, principalmente, nas unidades produtivas localizadas no centro da cidade. Para não nos tornarmos insistentes, voltamos a João Pessoa. Retornamos o trabalho de campo em setembro, mas o clima de resistência persistiu. Tentamos novamente obter algumas entrevistas, mas os sujeitos mantinham atitude de resistência, embora insistíssemos em deixá-los muito à vontade quanto ao horário de nos atender e mesmo que estivessem trabalhando para não interromper suas atividades.

Diante de tal quadro, sentimos a necessidade de buscar compreender um pouco o porquê dessa resistência. Sabíamos que nossa inserção naquele universo tão privado, onde tanto as relações de trabalho quanto as familiares se imbricavam, não seria uma tarefa fácil, mas percebíamos que as resistências iam além dessas dificuldades, assim procuramos nos cercar de informações que nos pudessem levar a compreender esse comportamento, que de início foi bem generalizado. Com este intuito procuramos algumas instituições envolvidas com as unidades produtivas locais, como foi o caso da ACIT. Embora estes contatos não estivessem previstos, eles nos forneceram informações valiosas para entendermos a dinâmica da produção no município. Um dos diretores dessa instituição nos comunicou que Toritama estava despertando o interesse de alguns órgãos de fiscalização, entre os quais estava o Ministério do Trabalho e

órgãos ligados ao meio ambiente. Estava assim explicado o comportamento esquisito dos nossos pequenos produtores domiciliares e o motivo por estarem receosos, considerando que a maioria deles funcionava com base no trabalho familiar utilizando-se, em alguns casos, como observamos ao longo de nossa pesquisa, do trabalho infantil. Com esta informação, não achamos prudente iniciarmos as nossas entrevistas.

Em outubro, decidimos retornar as viagens à área: uma no início do mês, quando conseguimos algumas entrevistas e efetuá-las com um pouco mais de tranquilidade, e outra no meio do mês. Esta foi extremamente complicada, pois nesse momento havia sido divulgado na mídia nacional o escândalo em relação à importação de tecidos de utilização hospitalar vindos dos Estados Unidos e reaproveitados em algumas confecções de *jeans* no município de Toritama. Mesmo enfatizando do que se tratava nossa pesquisa, os sujeitos adotaram uma postura hostil e não se dispuseram a nos receber. Posto este impasse em nossas reuniões de orientação, decidimos dar uma pausa em nossas idas, até que os ânimos estivessem menos acirrados. Só retomamos as entrevistas no mês seguinte.

No final do mês de novembro fizemos mais uma viagem ao município, mas antes de viajarmos desta vez entramos em contato com uma outra instituição vinculada as facções do município, a ASFAT, com o objetivo de levantarmos mais informações sobre essas atividades. Nesta ocasião tivemos oportunidade de entrevistar o presidente da associação. Este momento foi primordial para entendermos melhor a organização e a distribuição das facções no município, além de nos indicar onde havia maior concentração delas com o perfil que desejávamos (unidades produtivas de pequeno porte de base familiar e que funcionassem quer em espaços domiciliares ou não). Com base nessas informações, pudemos constatar a extensão dessas atividades, que localizavam-se um pouco na parte mais periférica da cidade. Ainda nesta ida, conseguimos visitar duas unidades produtivas domiciliares, e entrevistar os responsáveis pela produção, entretanto, ainda percebemos certa resistência em nos receber, levando-nos a interromper essas visitas e só retomá-las no início de 2012.

Até aquele momento, nós havíamos centrado nossas visitas basicamente nas unidades produtivas localizadas próximas ao centro de Toritama. Ao retomarmos o trabalho de campo em março de 2012, procuramos nos ocupar das unidades produtivas localizadas nas áreas mais distantes⁶ do centro, como indicado pelo presidente da

⁶ Importante deixar claro que o distante aqui é bastante relativo, pois ainda este se constitui como uma área próxima ao Parque da Feira.

ASFAT. Foi justamente nesta área onde passamos a concentrar a maior parte de nossa pesquisa, tendo em vista que ali havia um número bem expressivo de unidades produtivas domiciliares com base no trabalho familiar, portanto, foco principal de nossa pesquisa.

Outro elemento importante a destacar em relação à escolha de nossa pesquisa nessa área consistiu no fato de termos desenvolvido um vínculo de amizade e confiança com uma de nossas entrevistadas, que passou a ser o nosso “Doc”⁷. Após colocarmos para ela um pouco das dificuldades que estávamos encontrando para efetuar as entrevistas, ela se dispôs a nos ajudar, indicando outras unidades produtivas conhecidas, sendo inicialmente o elo com as demais unidades que visitamos e entrevistamos. Embora tenhamos percebido ainda alguns receios nas falas dos entrevistados, principalmente em relação às questões como remuneração, e relações de trabalho em geral, estes nos receberam com cordialidade, abrindo o caminho para que pudéssemos voltar em outro momento, o que facilitou nosso retorno após o período de qualificação desta tese.

Com o material colhido ao longo dessas nossas idas e vindas à Toritama, procuramos nos deter na análise das informações obtidas a fim de começarmos a compreender a dinâmica que envolvia as famílias toritamenses em suas unidades produtivas, resultando, portanto, na primeira versão de nosso capítulo analítico apresentado no momento da qualificação. Entretanto, já sentíamos a necessidade de buscar aprofundar um pouco mais nossas observações, como forma de apreciar os aspectos não capturados nesse primeiro momento.

Assim, após a qualificação, retornamos ao campo durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2012. Nesse período visitamos outras unidades produtivas e intensificamos nossas observações nas unidades já visitadas, sem nos prendermos em efetuar entrevista nos moldes formais, mas mantendo um diálogo sempre que possível com todos os envolvidos nas unidades que visitamos, adensando e confrontando as informações para nossa reflexão. Este momento foi extremamente rico para a pesquisa, pois sentimos os sujeitos mais soltos e disponíveis a nos deixar perceber um pouco mais sobre seus universos privados, principalmente nas unidades que nós já havíamos conquistado certo grau de confiabilidade, o que possibilitou presenciar cenas corriqueiras que serviram para nos dar novos elementos sobre as relações sociais que se estabeleciam nesses espaços entre os sujeitos.

⁷ Nome dado ao sujeito que desempenhou o papel de uma espécie de informante e facilitador entre os contatos de Whyte (2005) em sua observação participante na pesquisa sobre a sociedade de “Cornerville.”

Ao longo de toda nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de visitar várias unidades produtivas, centrando-nos especificamente, como dissemos, em quinze dessas unidades, nas quais conseguimos desenvolver um elo de confiança e amistosidade com os sujeitos ali existentes, o que nos possibilitou adentrar em seus espaços e intensificar nossas reflexões.

No quadro das entrevistas formais e gravadas, tivemos ao todo dezessete participantes, dos quais duas foram com representantes institucionais compostas pelo presidente da ASFAT e outra por um representante da diretoria da ACIT; as demais entrevistas foram efetuadas com os responsáveis pelas unidades produtivas, entre os quais, tivemos a participação de sete homens e oito mulheres.

Além das entrevistas diretas, também mantivemos conversas informais com alguns outros integrantes dessas unidades produtivas como, filhos, irmãs, noras e trabalhadores que não tinham vínculos familiares com os proprietários das unidades produtivas, entre outros. Esses encontros foram devidamente registrados em nosso diário de campo, sendo-nos essenciais para adensar nossas análises e compararmos, sempre que possível, as posturas dos homens e das mulheres dentro desses espaços, que além de produtivos também eram de moradia.

Estruturação e organização do trabalho

O nosso trabalho ficou assim estruturado: na introdução apresentamos nosso objeto de estudo problematizando-o, as suposições e os objetivos que nortearam nossa trajetória, bem como o nosso percurso teórico-metodológico.

No primeiro capítulo, focamos nossa reflexão sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho em decorrência do processo de globalização, procurando nos situar teórico-historicamente sobre o processo atual de acumulação flexível, perpassando pela questão da precarização, informalização que marcam o cenário atual do trabalho, objetivando percebê-lo no contexto da realidade socioeconômica do Brasil e do Nordeste.

No segundo capítulo, procuramos traçar os caminhos históricos do desenvolvimento da indústria têxtil e de confecções no Nordeste brasileiro, dando um foco especial para o estado de Pernambuco e em seu polo de confecção localizado no

Agreste, onde buscamos compreender as características específicas deste setor, observando suas conexões com o desenvolvimento nacional e global. Centramos especificamente na constituição do Polo de Confeções de Roupas de *Jeans* de Toritama, procurando perceber sua origem, características e funcionamento, bem como sua inserção na dinâmica capitalista global.

No terceiro capítulo, contemplamos os aspectos teóricos que deram suporte a nossas análises, onde fizemos uma investigação acerca das categorias: trabalho, trabalho a domicílio e família.

Os dois últimos capítulos desta tese foram voltados à análise dos dados empíricos; assim, no quarto centramo-nos em analisar especificamente a configuração do trabalho a domicílio nas unidades produtivas de confecções de *jeans* investigadas em Toritama, onde salientamos aspectos que envolveram caracterização, origem, funcionamento, e a inserção dessas unidades na dinâmica local, bem como, o perfil dos sujeitos (homens e mulheres) em ação nestas unidades, conformando assim, uma análise mais detalhada do quadro geral destas unidades produtivas e seus sujeitos.

Já no quinto capítulo, ocupamo-nos em analisar as falas dos sujeitos, procurando apresentar os sentidos para eles do trabalho nestes espaços produtivos de estrutura familiar e o papel que eles desempenhavam na organização do trabalho, buscando perceber as atribuições e competências, o compartilhamento do saber, as questões do mando e as relações familiares afetivas entre pais e filhos.

Nas considerações finais, nossas reflexões foram tecidas em torno do que a pesquisa de campo nos vislumbrou e como esta nos possibilitou atender aos objetivos perseguidos e a pertinência das suposições, bem como compreender o lugar do homem e da mulher e os sentidos do trabalho nestas unidades produtivas.

CAPÍTULO 1

GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL E NO NORDESTE

Nesse primeiro momento de nosso trabalho, temos o objetivo de esboçar algumas considerações sobre o fenômeno da globalização, procurando analisar alguns debates que se desenvolveram em torno desta temática, levando em consideração as transformações que ocorreram principalmente a partir do final do século XX. Refletiremos os impactos que as novas tecnologias trouxeram ao setor produtivo através da reestruturação produtiva, promovendo assim mudanças no mundo do trabalho, ora inserindo novas formas de organização do trabalho e ora ressignificando “antigas”. No debate aqui proposto, ainda estaremos privilegiando em nossa abordagem a realidade brasileira, procurando nos deter mais atentamente a região Nordeste, a fim de analisar como esta tem se incluído neste “novo cenário”; contribuindo, assim, para compreendermos quais são as permanências e as mudanças em meio ao “fenômeno da globalização”, principalmente no que se refere à dinâmica do mundo do trabalho.

1.1 Considerações sobre a globalização.

Nos debates acadêmicos atuais, cada vez mais a discussão sobre o fenômeno da globalização tem ganhado forças, não porque esse seja um fato novo a ser observado, mas porque, como a sociedade contemporânea está inserida na lógica de acumulação capitalista, esse fenômeno consegue afetar todas as áreas do conhecimento, uma vez que o efeito das mudanças trazidas por esse processo tem se espalhado por toda extensão da vida dos sujeitos, independente de condição social, raça, nacionalidade ou credo. De alguma forma, as mudanças vividas nesses últimos anos, especialmente, nas últimas quatro décadas, afetaram a todos, direta ou indiretamente. Isso se deve em parte, ao rompimento que ocorreu, através das inovações tecnológicas, entre espaço e tempo,

possibilitando que houvesse uma imbricação entre as diversas sociedades, quer próximas ou distantes.

Assim, novos desafios têm se colocado para todas as áreas do conhecimento, principalmente para as ciências sociais, posto que seus paradigmas clássicos são afrontados a responder os novos questionamentos colocados à sociedade contemporânea em meio a seus dramas e conflitos intensificados com o processo de globalização. Neste contexto algumas questões são postas: O que se compreende sobre o fenômeno da globalização? Quais são as reverberações desse processo sobre a sociedade contemporânea? Como esse processo tem afetado o mundo do trabalho?

Ainda que cada questão levantada neste primeiro momento deste capítulo tenha exigido de nós um intenso esforço para esboçar uma análise abrangente, embora não conclusiva, gostaríamos de frisar que não consistiu nossa intenção em absoluto esgotar a discussão que envolve esta temática, já que foi tão profundamente tratada por renomados estudiosos, principalmente, no que se refere às questões epistemológicas sobre os paradigmas clássicos das ciências sociais. Nosso interesse consistiu tão somente em levantar elementos que possam nos auxiliar no entendimento de nosso objeto de pesquisa, ou seja, perceber mais diretamente se esse processo provocou transformações sobre as relações de trabalho e, como estas se manifestaram, sobretudo no tocante às relações de gênero aí delineadas, à medida que formas “antigas” de organização do trabalho são (re)utilizadas (como o caso do trabalho a domicílio) no cenário produtivo atual, num contexto de acumulação flexível (HARVEY, 2002). Desta forma, procuramos verificar como vem se dando o reordenamento do trabalho a partir de então e suas implicações sobre a subjetividade dos sujeitos (expressa em termos de mudanças prováveis nas atribuições, no campo da realização pessoal em termos de assegurar maior independência pessoal, autonomia no trabalho e no domínio do saber) envolvida nesse processo. Com esse intuito, objetivando entender o momento atual, procuramos compreender a crise que permeia os paradigmas das ciências sociais em torno do “novo cenário mundial” trazido pelo processo de globalização, considerando que até mesmo o seu objeto de estudo – a sociedade – deve ser redimensionado e, portanto, analisado, pois temos que pensar a sociedade não mais como uma sociedade nacional, fechada em seus limites geográficos e políticos, mas em uma sociedade globalizada que se encontra em contínua transformação.

Em artigo publicado em 1991 pela *Revista Crítica de Ciências Sociais* da Universidade Estadual de Campinas, o professor Octávio Ianni se propôs a discutir

sobre a crise dos paradigmas das ciências sociais. Ele iniciou seu artigo afirmando que *“A crise da sociologia pode ser real ou imaginária, mas não há dúvidas de que tem sido proclamada por muitos.”* (IANNI, 1991, p. 195). Ele comenta que já em meados do século XX, permeava entre alguns autores a ideia de que os paradigmas clássicos não responderiam mais aos impasses das novas realidades da sociedade contemporânea, tendo em vista que:

Em lugar das teorias globalizantes, caberia formular “pontos de apoio intermediário”, de modo a atender aos desafios imediatos, localizados, setoriais, quotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais (IANNI, 1991, p. 196).

Entretanto, Ianni (1991) nos alerta que ao se debruçar sobre essas questões, é necessário estar atento para uma possível limitação apresentada por algumas teorias sociológicas contemporâneas que não consideram as conquistas realizadas pelos clássicos para o pensamento sociológico.

Em busca de novas linguagens e da redefinição do objeto da sociologia, sacrificam as tensões diacrônicas do real. Imaginam que as configurações resolvem a diacronia, captando o momento do real, perdendo o movimento do real (IANNI, 1991, p. 204).

Logo, com o intuito de discutir o momento atual do capitalismo, em que o fenômeno da globalização é marcante, percebemos a necessidade de pensar metodologicamente de tal modo que possamos desenvolver um diálogo teórico entre os paradigmas clássicos, empregando suas formulações que continuam atuais e, possivelmente, utilizando novas abordagens contemporâneas, que possam nos dar subsídios para entender essa nova realidade que é dinâmica, dialética e intensa. Nosso interesse é, portanto, situar a discussão sobre a globalização, visando compreendê-la, tanto tendo como suporte as contribuições de autores clássicos da sociologia, da economia, e da política, quanto das formulações de autores contemporâneos. Assim, buscaremos dialogar com as contribuições que esses autores, destas diversas áreas nos trazem sobre esta temática, tomando sempre o cuidado de nos apoiarmos no melhor de suas ponderações.

A discussão teórica acerca da globalização tem tido grande destaque no meio acadêmico, desde o final do século XX. São diversas as abordagens e diversas também as divergências analíticas, em função de matrizes teóricas utilizadas e/ou em

decorrência de estudos produzidos com base em novas linguagens e modelos metodológicos que, embora inovadores, são, às vezes, carentes de substancialidade. Assim, o termo ainda parece impreciso, pois vem adquirindo diversas conotações ao tentar situar o conjunto de transformações que redefinem o conteúdo da organização capitalista no cenário internacional.

As abordagens econômicas têm centralizado de alguma forma as discussões à medida que os debates focalizam elementos que visam compreender a formação dos blocos regionais e o seu poder econômico sobre as diversas regiões. Entretanto, são as abordagens sociológicas que nos ajudam a compreender os impactos dessas transformações nas sociedades e suas reverberações nas relações, sejam elas de trabalho, familiares, afetivas, ou outras.

Dentro de uma visão mais econômica, Stiglitz (2002) ao abordar a questão da globalização, salienta que os diversos benefícios e malefícios provocados por este processo estão sempre ligados à expansão de mercados e a fatos econômicos. Essas ações geram impactos sobre todos os países, acentuando as disparidades regionais e distanciando cada vez mais países pobres dos países ricos.

Singer (1998) é outro autor que discute o processo da globalização analisando-o do ponto de vista da expansão econômica, tendo, entretanto, uma postura mais crítica, focando sua análise nos impactos que esta globalização provoca sobre o emprego e sobre os sujeitos que estão envolvidos neste processo. Com esse intuito, o autor expõe os cursos que o processo de globalização apresenta, mostrando que a cada etapa esse processo se intensifica devido à necessidade de expansão do capital, na sua busca por maiores lucros associados a maiores produtividades e redução de custo. Assim, a inovação tecnológica apresenta-se como o motor impulsionador da globalização, tendo impacto significativo sobre a divisão internacional do trabalho.

A globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custo de produção entre países (SINGER, 1998, p.21).

Na busca por maior lucratividade, as empresas expandem sua linha de produção para países menos desenvolvidos nos quais os custos com a mão de obra são relativamente mais baratos. Como a inovação tecnológica promove a simplificação das tarefas fabris, mesmo os países em que há baixa qualificação dos seus trabalhadores são “utilizados” no processo de expansão dessas empresas. Entretanto, por outro lado, a

inovação tecnológica provoca alterações na composição orgânica do capital à medida que promove a intensificação do capital constante em detrimento do capital variável. Nesse processo, gera o desemprego estrutural.

O desemprego estrutural causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir (SINGER, 1998, p.23).

Esses elementos que estão inseridos no debate sobre a globalização são bem mais amplos e complexos, envolvendo diversas dimensões da vida dos sujeitos. Além disso, não se pode perder de vista que este processo é resultado das transformações ocorridas no modo de produção capitalista, no qual as transformações técnicas na base produtiva têm impactos significativos sobre as relações sociais de produção, constituindo novos elementos na determinação das relações entre o capital e o trabalho.

Assim, podemos pensar na globalização como uma etapa superior da acumulação de capital em que, na busca incessante pela mais valia, são criadas, recriadas e adaptadas as formas de reproduzir a riqueza em escala ampliada, rompendo as fronteiras entre as Nações. Desse modo, as mudanças vivenciadas na sociedade devem ser repensadas, à medida que já não dá para examinar os acontecimentos nacionais sem levar em consideração suas interligações com os globais e vice-versa. Logo, é fundamental entendermos a globalização como um processo multidimensional que envolve não só o plano econômico, mas também o social, o político e o cultural.

Voltado para uma análise mais sociológica desses acontecimentos, Ianni (2007, p. 243) afirma que nossa observação deve ser centrada para a sociedade global, percebendo, portanto, que isso não significa apenas analisá-la como “*mera extensão quantitativa e qualitativa da sociedade nacional*”, já que os conhecimentos acumulados no interior das sociedades nacionais não se apresentam suficientes para explicar as “*configurações e os movimentos*” da nova realidade que envolve a globalização. Nesta nova realidade, o local e o global terminam se determinando reciprocamente, mesclando particularidades, singularidades, universalidades, onde problemas e acontecimentos locais tornam-se globais, e nesse movimento novo, característico do século XXI, as nações se defrontam com dilemas diversos, entre os quais está a questão da hegemonia e soberania nacional.

As grandes e pequenas nações, centrais e periféricas, dominantes e subordinadas, ocidentais e orientais, ao sul e ao norte, todas se deparam com o dilema da reformulação das condições de soberania e hegemonia (IANNI, 2007, p. 244).

Portanto, a globalização nos leva a pensar em movimento, ou seja, as diversas relações e processos que ocorrem entre as sociedades, onde estas estão constantemente interferindo e sendo interferidas pelos acontecimentos, sejam esses históricos, geográficos, culturais econômicos ou políticos, ocorridos nas mais distantes áreas. “*O local e o global estão distantes e próximos, diversos e iguais*” (IANNI, 2007, p. 250). Logo, não só o local sofre influências do global, mas também interfere nesse processo de forma dialética, possibilitando uma continua imbricação entre local/global e global/local.

O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e conseqüente, outras de modo desigual e desencontrado. Mesclam-se e tencionam-se singularidades, particularidades e universalidades (IANNI, 2007, p. 243).

Nesse cenário, todos os sujeitos sociais sofrem interferência desse processo, promovendo mudanças em suas ações, identidades e nas suas atribuições na própria sociedade; e, na base dessas transformações vivenciadas pelos sujeitos na sociedade contemporânea, está a globalização do próprio sistema capitalista.

As forças decisivas, pelas quais se dá a globalização do mundo, instituindo uma configuração histórico-social nova, surpreendente e determinante, são as forças deflagradas com a globalização do capitalismo, processo esse que adquiriu ímpetus excepcionais e avassaladores desde a Segunda Guerra Mundial e mais ainda com a Guerra Fria, entrando em franca expansão após o término desta (IANNI, 2004, p.184).

Deste modo, a globalização configura-se como ‘produto’ e ‘condição’ de uma ruptura histórica que está ocorrendo no mundo, possibilitando um novo ciclo histórico, mais universal, que se depara com transformações sociais expressivas. Os sujeitos envolvidos neste processo percebem-se tendo que rever seus papéis; questiona-se o Estado-Nação, colocando-o ora como fragmentado e frágil, ora como consolidado, subsumindo à lógica do capital e, portanto, à dinâmica da globalização.

Quando as estruturas globais de poder se formam, desenvolvem e generalizam, nessa época alteram-se, reduzem-se ou mesmo podem anular-se as condições de soberania e hegemonia que se havia constituído com base

no parâmetro representado pela sociedade nacional, o Estado-Nação ou nacionalismo (IANNI, 2004, p.192).

Indaga-se, também, o espaço do trabalho e o papel que este desenvolve sobre os indivíduos neste mundo globalizado, já que, no processo de globalização, ramos tradicionais de indústrias dão espaço a ramos mais modernizados, que se utilizando da inovação tecnológica provocam redução no tamanho das empresas, interferem em sua localização e possibilitam que determinados produtos sejam fabricados de forma fragmentada nas diversas partes do mundo. Assim esse processo interfere de forma perversa no universo mais íntimo dos sujeitos, comprometendo as sociabilidades, à medida que há as desvinculações, desinserções provocadas pelo “*nomadismo ocupacional*”.

No âmbito do capitalismo global, a reprodução ampliada do capital ganha novos dinamismos, desenvolve novas forças produtivas e novas relações de produção tendem a aparecer, possibilitando a aceleração e a centralização do capital agora em níveis globais. A expansão do capital já não se limita aos espaços nacionais, extrapola as fronteiras, provocando uma nova divisão do trabalho que passa a ser transnacional.

Sendo assim, as novas forças que se apresentam com o fenômeno da globalização tendem a subsumir as anteriores, criando e recriando espaços físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Neste sentido, surgem novos personagens diante da dinâmica do processo de globalização, como as transnacionais e o capital financeiro, que no mesmo instante em que aceleram seus lucros, também promovem a concentração do capital, diversificam e agilizam os investimentos, sobretudo no mercado financeiro global, deixando as economias nacionais, tanto as periféricas quanto as centrais, mais recentemente, a mercê da anarquia deste mercado. Nesse contexto, verifica-se que os Estados nacionais vão enfraquecendo em relação às questões sociais: os direitos sociais adquiridos através de lutas históricas são minados, visando abrigar os interesses do capital financeiro e da política econômica internacional.

Santos (2000) afirma que a globalização se constitui, de certa forma, como “o *ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista*”. Entretanto, o autor salienta que embora tenhamos nos globalizado nas mais distintas áreas, devemos estar atentos para o fato de que a internacionalização não se completa em todo lugar e para todos, de modo que esse é um processo que se encontra em desenvolvimento e inacabado em alguns lugares, existindo assim, portanto, “*um mundo de fábulas*”,

transmitindo uma mensagem de homogeneização da sociedade e da morte do Estado Nação, bem como de reforço à noção de livre comércio, mas sem perder do foco que *“tudo isso é realidade, mas também é sobretudo tendência, porque em nenhum lugar, em nenhum país, houve completa internacionalização”* (SANTOS, 2000, p.30).

Corroborando com esta discussão, para Boaventura de Sousa Santos (2005), a globalização que hoje se presencia, viria a ser:

Uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização porque, ao contrário destas, anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas (SANTOS, 2005, p. 26).

Assim a globalização se configuraria como uma expressão mais avançada do capitalismo, trazendo consigo mudanças expressivas, estendendo-se a todo campo da vida social, levando ao enfraquecimento do Estado-nacional frente *“as agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais, privados, tais como as empresas multinacionais”* (SANTOS, 2005, p.27).

Santos (2005) compreende que a globalização é um modo de produção e de dominação, em que o global e o local são socialmente produzidos num movimento contínuo, envolvendo dinâmicas e contradições, em que não apenas o local é interferido pelas questões globais, mas também se constitui influenciando o global. Assim, o autor definiu nos seguintes termos o modo de produção de globalização:

[...] é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival (SANTOS, 2005, p. 63).

Santos (2005) procura, em sua análise, contrapor-se à noção dominante de globalização quando vestida da ideia de se reportar a um fenômeno linear, monolítico e inequívoco, desmistificando, portanto o caráter ideológico e intencional que há por trás desses discursos. Assim este autor ressalta duas dessas intencionalidades: A primeira se refere a *“falácia do determinismo”* que conjectura a ideia da globalização como *“um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência externa”* (SANTOS, 2005, p. 49), e a segunda, consiste na *“falácia do desaparecimento do Sul”* considerando que para estes, *“a globalização é*

vista a partir dos países centrais tendo em vista as realidade destes” (SANTOS , 2005, p. 53).

Refutando essas falácias, Santos (2005) reforça a sua concepção de que o processo de globalização se constitui num movimento em que há trocas entre desiguais, reportando-se, portanto, não só ao conceito de globalização, mas também à localização. Assim, o autor afirma:

Em primeiro lugar, perante as condições do sistema mundial em transição não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica. A segunda implicação é que a globalização pressupõe a localização. O processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior. De fato, vivemos tanto num mundo de localização como num mundo de globalização (SANTOS, 2005, p. 65).

No que se refere às questões sociais, as reverberações desse processo também tem se delineado de forma assimétrica entre as diversas regiões do globo terrestre, dada as especificidades das realidades regionais. Entretanto como salientam Moreira e Vêras de Oliveira (2009):

Apesar das diferenciações, as repercussões têm tido um eixo mais ou menos comum, que é a agudização dos estados de precarização e de privação a que vêm sendo submetidos os contingentes populacionais majoritários do planeta. São expressões disso: taxas elevadas de desemprego; um aumento expressivo de ocupações desvalorizadas, no mais das vezes, prevalecendo situações de emprego sem remuneração fixa ou de rendimento irrisório. Um elenco vastíssimo de “improvisações” pulverizadas e de tudo desqualificadas. Esta situação não se encontra localizada nesta ou naquela região, neste ou naquele país: seu “espaço” é maior porque inserido dentro de uma lógica social-econômica-política cultural muito mais ampla, “unificando” as realidades através das crises gestadas pelos países do Norte – o epicentro da economia mundial, à busca de reafirmar seus processos de acumulação em detrimento da subsunção dos países do sul (MOREIRA e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009, p.12).

Em relação ao mundo de trabalho o que se percebe, portanto, é que, conforme as inovações tecnológicas avançam e se disseminam entre as diversas regiões de forma diferenciada, modificam-se as condições e os cenários da atividade produtiva em todo o espaço global. É nesse contexto que Ianni (2007) comenta que

Na mesma escala em que se dá a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. Complementarmente, referindo-se ao grau de mobilidade alcançado pelo capital e ao nível de flexibilização das

relações de trabalho que tem conseguido impor, tais condições permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida (IANNI, 2007, p. 127).

A internacionalização da produção (uma das marcas do processo da globalização) afeta significativamente a relação entre trabalho e capital, através do desenvolvimento das novas formas de gestão da produção e do controle do processo de trabalho. Nesse cenário, os trabalhadores têm perdido seus espaços e sua identidade enquanto classe, na medida em que aprofunda-se o distanciamento entre ação e concepção da produção, devido a maior descentralização e parcelização das tarefas no processo de trabalho, bem como em decorrência do ‘enfraquecimento’ do Estado nacional como ‘interlocutor’ entre as bases político-institucionais do contra poder dos trabalhadores via sindicatos e partidos, “*no seu processo histórico de resistência às condições a eles impostas pelo desenvolvimento do capitalismo*”. (MOREIRA e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009, p.12) Ao mesmo tempo, se concentra a riqueza através das fusões, tornando o capital cada vez mais transnacional.

Assim, Ianni (2007) afirma que:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (IANNI, 2007, p. 128).

Não há como não perceber que o desmonte das condições de trabalho em meio à acumulação flexível tem tido significativas reverberações sociais à medida que desencadeia um processo de intensa pauperização da maioria da população, em meio aos espaços fragmentados e desassistidos dos serviços sociais mínimos que asseguram dignidade à vida humana.

É nesse contexto que Castel (1998, p. 33), passa a discutir sobre “*uma nova questão social*”, na qual os destituídos de trabalho correm o risco de se tornarem os “*inúteis para o mundo*”, reproduzindo situações já vivenciadas em outros momentos históricos e que se aspirava ter desaparecido.

Portanto, a globalização também reverbera sobre o universo mais íntimo dos sujeitos, pois mediante a insegurança que se delineia nesse processo, alguns valores que pautavam comportamentos e atitudes que foram edificados através da luta e da busca pela sobrevivência são minados e, portanto, “*corrói o caráter*” dos sujeitos, à medida que os desqualifica e descarta suas experiências acumuladas, como enfatizou Sennett (2011). Segundo este autor, as discriminações de toda ordem são ampliadas, principalmente a geracional, tendo em vista que são poucos os sujeitos que conseguem inserção no mercado de trabalho, que se torna cada vez mais seletivo. Não há lugar para todos, embora muitos estejam disponíveis. Nessa condição, os mais jovens sempre acabam sendo ‘escolhidos’ pois se encontram ainda dispostos a correrem todos os riscos e a estarem abertos a todas as mudanças.

Corroborando com essa discussão, Bauman (1998) relata que aquilo que para o capital significa racionalização e flexibilidade “*repercute, nas extremidades, como catástrofes*”, destituindo o sentido de permanência, pois sem emprego “*há pouco espaço para a vida vivida como um projeto, para planejamento de longo prazo e esperanças de longo alcance*” (BAUMAN, 1998, p. 50). Este autor ao mostrar como o processo de globalização tem reverberado sobre os sujeitos ao abordar a questão do esgarçamento e a volatilidade dos vínculos sociais que passam a ser marcados pela efemeridade das afetividades, configurando em novos arranjos identitários e pela busca incessante à satisfação dos desejos individuais, proporcionado um processo de individualização significativo nas sociedades atuais (BAUMAN, 1999).

Assim, podemos reforçar o argumento de que o processo de globalização mesmo tendo influenciado “*os comportamentos e a dança de lugares entre capital e o trabalho*” não tem alterado “*a lógica da exploração capitalista*” (CARVALHO, 2009, p.95).

O aumento significativo do desemprego em todo mundo tem possibilitado a formação de um exército industrial de reserva agora mundial, permitindo que empresas transnacionais extraiam a mais-valia em qualquer parte do globo terrestre, onde os salários e as condições de trabalho representem o menor custo de produção. Assim, a globalização tem proporcionado junto com o aumento do desemprego um crescimento significativo da pobreza e da miséria, em escala mundial. Isso reforça o caráter desigual inerente ao modo de produção capitalista que agora se reproduz globalmente.

Portanto, podemos enfatizar que a classe trabalhadora tem tido danos expressivos em meio ao processo de globalização, em que a acumulação se dá em bases

flexíveis, alterando significativamente a sociabilidade fundada no e pelo trabalho organizado, desconstruindo valores e sentidos e tecendo uma realidade marcada pelo desemprego, impondo para a maioria dos inseridos no mercado de trabalho a precarização, a informalidade e o subemprego.

É nesse contexto que iremos abordar, a seguir, as transformações que o mundo do trabalho tem vivenciado em meio ao processo de globalização, procurando apontar as mudanças e permanências em termos de organização e relações de trabalho, nos países centrais, se estendendo para os demais países, como o Brasil, ao longo da segunda metade do século XX.

1.2 Considerações sobre o mundo do trabalho.

Considerando a globalização como o momento atual e superior da expansão do capital, em que, como vimos, há mudanças estruturais no processo produtivo, tendo como ponto de partida os avanços tecnológicos e a inovação no sistema de informação via a microeletrônica, a robótica, os softwares etc., é possível verificar alterações significativas nos processos e nas relações sociais de trabalho, portanto, no mundo do trabalho. Assim, nesse item estaremos atentos a procurar entender as seguintes questões: Que características do mundo do trabalho resultaram do processo de globalização? Como se deu o processo de conformação das atuais características do trabalho? E, que reverberações houve sobre as condições socioeconômicas dos sujeitos em meio ao processo atual de acumulação de capital em moldes mais flexíveis?

Na busca por compreender essas indagações, torna-se importante salientar que as mudanças atuais seguem a lógica de acumulação capitalista, em que as alterações no processo produtivo também significam uma luta entre o capital e o trabalho pelo controle do ritmo da produtividade do trabalho⁸. Isso não se constitui um elemento novo no modo de produção capitalista, mas tem se reconfigurado à medida que há o

⁸ Desde já, devemos informar ao leitor que a nossa intensão em abordar o processo de transformação pelo qual passou o capitalismo no âmbito geral em suas etapas de acumulação está restrita à busca de situar esse momento do capital que marcou os países capitalistas centrais, mas que reverberaram sobre os demais países. Entretanto, em nossa realidade de estudo de caso (Polo de confecção de *Jeans* de Toritama) este processo não se deu nesses moldes, apresentando configurações bem peculiares que foram discutidas nos capítulos 2, 4 e 5 desta tese.

desenvolvimento da ciência e da técnica na busca incessante por maior produtividade, alterando a importância do trabalhador no processo produtivo.

Se lançarmos nosso olhar para o período inicial do capitalismo, ainda na sua fase manufatureira, perceberemos que o ritmo da produção era determinado pelo trabalho humano, em que as ferramentas ainda rudes serviam-lhe como facilitador no processo produtivo. Logo, o principal propulsor do desenvolvimento consistia no domínio do homem sobre a máquina. Entretanto, à medida que há o desenvolvimento das técnicas na busca de maior produtividade, e conseqüentemente, maiores lucros, este lugar antes ocupado pelo trabalhador, também sofre alteração, sendo este subsumido pela lógica de acumulação do capital. A partir daí, de certo modo, começa-se a inverter os papéis, pois muitas vezes as máquinas passam a ganhar mais importância que o próprio homem, percebe-se uma mudança brusca entre uma maior valorização da máquina e uma menor valorização do trabalho humano.

A primeira fase do capitalismo nos moldes industriais pode ser sintetizada na I Revolução Industrial⁹, com a constituição da fábrica moderna e, portanto, a introdução da mecanização nos sistemas de produção. É nesse momento que se pode perceber mais claramente o “novo” tom que se produzia na relação capital-trabalho, quando se observa a completa subordinação real do trabalho ao capital. Nesse processo, o trabalhador foi destituído dos meios de produção, restando-lhe apenas a sua força de trabalho, que passou a ser uma mercadoria essencial ao processo produtivo¹⁰, contando como seu comprador, o capitalista, possuidor dos meios de produção, ocorrendo, assim, o surgimento do trabalhador assalariado.

A partir desse momento, ocorre uma reordenação das forças sociais e políticas na sociedade capitalista, dando, portanto, respaldo a luta entre patrões e trabalhadores na busca do controle e da disciplina do trabalho; estabelecendo e consolidando, assim, a direção capitalista na gestão da fábrica e, conseqüentemente, da sociedade. Nesse contexto, entre o final do século XIX e início do século XX, surge nos Estados Unidos uma nova forma de gerenciar o trabalho, moldando-o aos interesses do capitalista,

⁹ A Revolução industrial teve início no século XVIII na Inglaterra com a mecanização dos sistemas de produção. Este período foi marcado por grandes mudanças tecnológicas tanto no que se refere ao maquinário utilizado nas fábricas, (máquinas a vapor e os teares mecânicos), como nos meios de transportes com a invenção das locomotivas e trens a vapor.

¹⁰ A Força de trabalho constitui uma mercadoria essencial ao processo produtivo porque é capaz de gerar o excedente para o capitalista, podendo este ser continuamente ampliado. “O que o Trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo”(BRAVERMAN: 1987; p.56).

conhecido como “administração científica do trabalho”, “gerência científica”, ou simplesmente “Taylorismo”.

É interessante perceber que o taylorismo possibilitou, através dos estudos dos movimentos e da introdução do cronômetro, o controle efetivo do capital sobre o trabalho, realizado pela gerência científica, tendo como fundamentos principais a separação entre a concepção e a execução das tarefas sem que, no entanto, houvesse a introdução de novos maquinários; ou seja, permitiu a subsunção do trabalho ao capital, através da expropriação do conhecimento dos trabalhadores, separando o trabalho manual do trabalho intelectual. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma tranquila. Afinal, ele foi implementado como um novo estilo de trabalho, em um novo espaço, ou seja, no espaço fabril. Isso exigiu mudanças significativas no modo de vida dos sujeitos, levando-os a ter que romper com hábitos antigos, redefinindo o lugar e a forma do trabalho, da família, do lazer, transformando todas as velhas formas de sociabilidades, costumes e tradições.

Os princípios que nortearam a gerência, proposta por Taylor, possuía um conteúdo fortemente autoritário, tendo na sua essência um poder de aplicação baseado muito mais na força e na coerção do que no convencimento e na busca do apoio dos trabalhadores. Somente quando os salários passaram a ser utilizados como mecanismo de atração e de conquista foi que se conseguiu obter uma maior aceitação por parte dos trabalhadores e sindicatos às novas formas de gerência.

Foi nesse cenário que a busca por adequar o trabalhador ao trabalho nos moldes capitalistas, visando superar as resistências naturais que surgiam, que novas formas de gestão foram sendo instauradas, contanto agora com o auxílio da inovação tecnológica, implicando mudanças significativas no jeito de ser e de viver do trabalhador. Assim, tem-se a implementação do modelo Fordista na organização industrial. Em relação a esse contexto, Harvey (2002) afirma que:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2002, p. 121).

Mais uma vez, o trabalhador se viu coagido a adaptar-se ao “novo ritmo” do processo produtivo, alterando as suas relações sociais, inclusive no meio familiar.

Gramsci (2011) em seu artigo “Americanismo e Fordismo¹¹”, descreveu esse processo como sendo um processo todo articulado. Ele afirma que:

[...] os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro (GRAMSCI, 2011: 396).

Percebe-se, portanto, que o modo de acumulação de capital baseado no modelo fordista, envolveu a disciplinarização da força de trabalho, misturando repressão, familiarização e cooptação, elementos que foram estabelecidos não somente no local de trabalho, mas no cotidiano dos sujeitos, capturando a sua subjetividade como um todo. Nesta perspectiva, tornava-se necessário “educar” o trabalhador, com vistas a persuadi-lo a aceitar esse novo modo de vida e de trabalho na sociedade industrial, moldando-o, sujeitando seus instintos, alterando seus hábitos. O tempo do trabalhador, seja ele no local do trabalho ou fora deste, passou a ser racionalizado e operacionalizado mediante os interesses do sistema capitalista. Observando essas transformações, Gramsci (2011) afirmou que estas não se constituíram de forma passiva ao longo de todo o desenvolvimento do industrialismo.

A história do industrialismo foi sempre (e se torna hoje ainda mais acentuado e rigoroso) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é animais e primitivos) a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo (GRAMSCI, 2011, p.262).

Neste campo de ação, compreender o fordismo como um modo de acumulação do capital implica em sintetizar as condições históricas que demarcaram o período de sua expansão. Isso exige entender esse momento como um fenômeno articulado entre uma nova forma de organização do trabalho baseada em inovações tecnológicas, novas políticas de reprodução da força de trabalho e um conjunto de procedimentos de regulação social com a presença marcante do Estado, através da política do Estado do

¹¹ Este artigo escrito por Antonio Gramsci surge 1934 no caderno de n. 22 e integra a produção deste autor no seu último período em que esteve no cárcere. Em linhas gerais, o autor analisa o processo de introdução do fordismo na Europa, apresentado as dificuldades que surgiram para a sua inserção enquanto novo modo de produção e de vida a ser impostas aos europeus. Com esse intuito, o autor discute as peculiaridades do americanismo e do fordismo, mostrando o processo que levou a burguesia a se tornar hegemônica na América do Norte.

Bem-Estar-Social principalmente após o período da II Guerra Mundial, gerando, assim, mudanças não apenas no interior das unidades produtivas, mas em toda forma de ser da sociedade industrial.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção em massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativas, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. [...] os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2002, p. 129).

Logo, no campo das relações trabalhistas, esse modelo de acumulação de capital possibilitou “*um momento singular*” para o trabalhador, pois foram muitas as conquistas obtidas como resultado das lutas reivindicatórias, através da organização do trabalho coletivo, por melhores salários e condições de trabalho no setor industrial, viabilizando uma maior regulamentação das relações trabalhistas, concedendo alguns direitos e proteção social, solidificando, assim, as bases do Estado do Bem-Estar-Social, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa.

Após a II Guerra Mundial, o fordismo experimentou um período de intensa expansão rompendo as fronteiras da América, espalhando-se pelas demais nações, imprimindo e consolidando a sua predominância, embora não de forma hegemônica. Esta expansão foi possível, em parte, dada a necessidade de se reconstruir os países que foram devastados no período da guerra, como o Japão e parte da Europa, mas também porque se tornou necessário apresentar uma forma de produzir, trabalhar e viver que fizesse frente ao modelo socialista, que se encontrava em processo de afirmação como modelo contra hegemônico, após a Revolução Russa. Nesse contexto, foi fundamental procurar a consolidação e ampliação das práticas fordistas, articulando-as com as políticas de pleno emprego e de proteção social do Estado, com o intuito de garantir um determinado padrão de qualidade de vida aos trabalhadores, evitando que esses se contagiassem com as ideias socialistas.

O modelo de acumulação de capital baseado no fordismo, após experimentar quase três décadas de intenso período de prosperidade, começou a dar sinais de esgotamento. A Europa e, principalmente o Japão, já tinham recuperado sua capacidade produtiva, que havia sido devastada no período pós II Guerra Mundial e, portanto,

necessitavam expandir seus mercados. Os países da América Latina experimentavam uma onda de industrialização baseado no modelo de substituição de importação. Os Estados Unidos da América começavam a dar evidências da incapacidade de manter seu padrão de acumulação atrelando o modelo fordista ao modelo keynesiano¹², dado ao crescente endividamento e a incapacidade do governo americano de preservar a estabilidade monetária baseada no padrão dólar. Diante dessa situação, Harvey (2002, p. 135) afirma que se tornou evidente a “*incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo.*”

Entre os elementos apontados para justificar a crise que se instaura no então modelo de acumulação fordista, está o estrangulamento dos lucros - *profi squeeze*. Alguns autores afirmaram que este estrangulamento foi provocado pelo aumento dos custos do salário, que gerou, portanto, aumento do poder de compra. Entretanto, segundo Lipietz (1989), os dados estatísticos da época não confirmam esse diagnóstico, e caso fosse essa a causa, seria de fácil solução, pois bastaria reduzir os salários (de forma direta ou indireta) que eliminaria a crise. Assim, para compreender de fato os motivos desta crise, Lipietz (1989) chama nossa atenção para outros elementos da lucratividade do capital, em que,

[...] os ganhos de produtividade declinantes exigiram desde metade dos anos 60, uma elevação em valor do capital per capita, ou em termos marxistas, da composição orgânica do capital. Desde essa época, com efeito, os ganhos de produtividade não mais compensam o aumento da composição técnica do capital, o volume de capital fixo per capita (LIPIETZ, 1989, p. 308).

Ainda segundo a lógica de raciocínio deste autor, quer se dê ênfase a ideia de estrangulamento de lucros ou se enfatize a questão do aumento na composição orgânica do capital, o que se percebe é que esta crise se configurou como uma crise da rentabilidade do capital e, portanto, de seu processo de acumulação.

Antunes (2001, p.29-30) também contribui para essa discussão, expondo outros elementos que possivelmente tenham colaborado para o desenrolar da crise que se instaurou ao longo da década de 1970, entre os quais apresentou: a intensificação das lutas sociais dos anos 1960; o esgotamento dos mercados consumidores; a crise fiscal

¹² A teoria keynesiana foi criada pelo economista John Maynard Keynes. Consiste em um conjunto de ideias que propunham a intervenção do Estado na economia através de políticas fiscais e monetárias, visando estimular o crescimento da demanda agregada, com o intuito de proporcionar o equilíbrio econômico com pleno emprego. Estas ideias tiveram grandes influências sobre a economia após a crise de 1929, reformulando a política econômica de mercado.

nos países de capitalismo avançado; o crescimento da esfera financeira, que ganhou autonomia em relação aos capitais produtivos; a crescente concentração de capitais, através das fusões entre monopólios e oligopólios; bem como a crise do *Welfare-State* ou do Estado do Bem Estar Social.

Assim, a expansão do modelo fordista para a América Latina e em especial para o Brasil se dá em meio à necessidade de buscar cenários em que os custos de produção fossem menos onerosos, ou seja, onde a força de trabalho fosse mais barata e menos organizada, conforme salientou Lipietz (1989). Foi, portanto, em meio a expansão da indústria via o modelo de substituições de importações que o fordismo encontrou o cenário favorável para se instalar no Brasil e em outros países da América Latina, produzindo-se um novo padrão especial de acumulação intitulado por Lipietz(1989) de “*fordismo periférico*”.

[...] surgiu em certos países, nos anos 70, a conjunção de um capital local autônomo, de classe operária com experiência. Tal conjunção abriu a oportunidade, para determinados estados, de desenvolver uma nova lógica, que chamaremos de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1989, p. 317).

De acordo com Lipietz (1989), experiências de industrialização como a brasileira, marcada por um caráter tardio, ancorada no tripé: capital nacional privado, capital estatal e capital privado multinacional, sobre crescente dinâmica e direção deste último e, portanto, fortemente integrado a economia mundial, onde o processo de assalariamento se deu de forma crescente, mas parcial e dotado de alguns mecanismos de proteção social embora não atingindo ao total da população trabalhadora levando a maioria a sobreviver sob formas de relações de trabalho precárias e informais, tiveram grande importância para no mercado interno e desempenharam um efetivo papel no mercado de acumulação mundial, configurando, portanto, o que ele chamou de fordismo periférico (LIPIETZ, 1989, p. 318).

Nos países de capitalismo avançado, como um caminho possível para superação da crise iniciada na década de 1970, um “novo” modo de acumulação do capital começou a ser instaurado, tendo como foco principal o processo de reestruturação produtiva, baseando-se em inovações tecnológicas e organizacionais, rompendo fronteiras e traçando estratégias de expansão do capital em nível mundial. Esse processo marcou o esgotamento do ciclo de expansão do capital baseado no modelo de

produção fordista e possibilitou o surgimento de um novo modelo, chamado por Harvey (2002) de “*acumulação flexível*”.

Mediante este cenário, inicia-se um processo de reorganização do capital, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação, tendo como alicerce os ideais neoliberais, a abertura de mercados e a mundialização ou globalização do capital, marcando decisivamente o momento atual do desenvolvimento capitalista, trazendo como proposta a implementação das privatizações das estatais e a desregulamentação dos mercados.

A acumulação flexível teve como parâmetro, para suas bases, o modelo de produção implementado pela Toyota - empresa automotiva japonesa - que, em meio ao processo de concorrência acirrada com as empresas americanas, percebeu a necessidade de aplicar o modelo fordista em sua produção, mas sem copiá-lo, adaptando-o a realidade local. Logo, princípios básicos do fordismo, como a produção e o consumo em massa foram substituídos por uma nova forma de organização da produção, baseada na intensificação da tecnologia, na flexibilidade da produção, em inovações gerenciais, na polivalência do trabalhador, partindo-se do entendimento de que a oferta deveria se adaptar a demanda do mercado. Assim, esse modelo de produção propunha:

Um sistema de organização baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada (GOUNET, 1999, p. 29).

Para Gounet (1999, p. 29), nesse modo de produção, há uma maior exigência em termos de comprometimento do trabalhador em relação à produção. O trabalhador tem que se tornar “*polivalente*” e “*pró-ativo*” devendo, portanto, responder às necessidades da produção em tempo hábil. Logo, “*no toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior*”.

Desse modo, considerando que o trabalhador também deva ser flexível, o modelo de produção da Toyota, aparentemente elimina o trabalho repetitivo, simplificado, desmotivante e embrutecedor, por um trabalho mais “*dinâmico*”, em equipe, em que deveria haver espaço para o “*enriquecimento das tarefas*” e “*troca de conhecimentos*”, tendo como proposta a satisfação do cliente e o controle da qualidade. (GOUNET, 1999, p. 33). É através desse discurso que o trabalhador acaba sendo subsumido pela lógica de acumulação flexível.

É interessante enfatizar que diante da acumulação flexível, a forma de atuação do Estado em relação à produção e à sociedade também foi significativamente afetada. Tendo como justificativa a necessidade de desonerá-lo, uma série de desregulamentações foi implementada, principalmente em relação ao mercado de trabalho e aos direitos sociais adquiridos através de muitas lutas sociais no período anterior. No que se refere às relações de trabalho, as medidas se direcionaram a limitar a capacidade de organização dos trabalhadores e a promover o dismantelamento dos direitos trabalhistas adquiridos, tendo, como argumento principal, a necessidade de flexibilizar as formas de relações de trabalho, inserindo o trabalho temporário, parcial, subcontratado, terceirizado, entre outros. Estas formas de relação de trabalho acabaram promovendo uma dispersão da classe trabalhadora, dificultando sua percepção enquanto classe e, portanto, sua organização através de sindicatos de classe¹³.

A implementação e a expansão de modelos de produção baseados na flexibilidade tanto de organização como do próprio espaço produtivo e, conseqüentemente, das relações de trabalho foram favorecidas, segundo Castells (2006), pelos consideráveis avanços alcançados nos sistemas de comunicação em todo o mundo, através do desenvolvimento de novos *softwares*, que possibilitou o controle da produção em qualquer parte do globo terrestre sem que, no entanto, houvesse deslocamentos efetivos da estrutura matricial das empresas, gerando altos índices de produtividade através de significativas reduções nos custos de produção, pois essas empresas procuram direcionar sua produção para países em que os mercados de trabalho eram pouco regulamentados e/ou nos quais os encargos contratuais eram reduzidos.

Outro elemento que possibilitou esta interação foi a modernização que ocorreu no sistema financeiro, através das inovações informacionais, possibilitando a ligação de países e empresas através de sistemas de redes. Nesse sentido Castells (2006) afirma que:

Para abrir novos mercados, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de extrema mobilidade, e as empresas precisaram de uma capacidade de informação extremamente maior. A estreita interação entre a desregulamentação dos mercados e as novas tecnologias da informação proporcionou essas condições. Os primeiros e mais diretos beneficiários dessa reestruturação foram os próprios atores da transformação econômica e tecnológica: empresas de alta tecnologia e empresas financeiras (CASTELLS, 2006, p. 138).

¹³ Em todo o mundo foi verificado o encolhimento da ação dos sindicatos, principalmente diante da perda de poder provocada pelas exonerações advindas do desemprego estrutural, tendo, como consequência, a queda na capacidade de mobilização.

Vale frisar que as novas tecnologias não apenas proporcionaram a agilidade da comunicação entre países, empresas e sistemas financeiros distintos no que se refere à produção, mas também proporcionaram uma revolução no consumo, permitindo o surgimento de uma sociedade voltada para o consumo imediato, já que não há mais limites, em termos espaciais, para a sua realização, uma vez que através dos sistemas informacionais, entre os quais está a internet, os espaços entre produção e consumo das diversas partes do globo terrestre passam a ser interligados. O tempo de vida útil dos bens produzidos também foi alterado, reduzindo-os, tornando-os descartáveis, acelerando o processo de circulação das mercadorias e encurtando o tempo que distanciava a produção e o consumo.

Esta sociedade que se constituiu com a intensificação das inovações informacionais e o crescente apelo ao consumo afetou a própria identidade dos sujeitos em relação ao trabalho, a cultura e as sociabilidades, gerando uma postura mais individualista, com atitudes adaptáveis e naturalizadas em meio à necessidade do trabalho flexível, a desproteção social e a desregulamentação do trabalho, criando uma necessidade inesgotável na busca da qualificação profissional, baseados em valores em meio a uma vida de consumo e para o consumo, conforme abordaram Bauman (2008), Sennett (2006, 2011), entre outros autores contemporâneos.

Em todo esse processo, percebemos a recomposição das forças produtivas no intuito de recuperar a capacidade de acumulação do capital, impondo-se soberano, controlando não só o processo de trabalho, mas a própria vida do trabalhador, na medida em que consegue imprimir mudanças expressivas e de forma generalizada nos hábitos, nas atitudes, nos gostos do trabalhador, tornando-os fluídos, influenciáveis e, portanto, adaptáveis a necessidade do capital. Assim, a própria subjetividade do trabalhador passa a ser subsumida pela lógica da acumulação flexível.

Ao refletir sobre a passagem do fordismo para a acumulação flexível em relação aos efeitos do capital sobre a vida moderna, Harvey (2002) afirma que:

[...], o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituída, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho – o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 2002, p.161).

Portanto, na medida em que o modelo de acumulação baseado no fordismo foi sendo substituído pela acumulação flexível, o trabalho regulado foi sendo substituído por regimes de contratos de trabalho mais flexíveis, através do uso do trabalho por tempo parcial, temporário, subcontratado e terceirizado. Conforme Harvey (2002), as novas condições do mercado de trabalho acabaram acentuando a vulnerabilidade já existente entre os grupos sociais já desprivilegiados, como as mulheres, os negros e as minorias étnicas. Além disso, com a produção flexível, antigas formas de organização da produção foram recriadas e ressignificadas, agora não mais como apêndices do sistema produtivo, mas como peças centrais. Esse é o caso, por exemplo, do trabalho a domicílio, artesanal, familiar, que vem se expandindo através dos sistemas de subcontratação e terceirização, ou através do trabalho por conta própria como fuga ao desmonte do mundo do trabalho. Para o capital uma das vantagens em se apropriar dessas formas “antigas” de produção, reconfigurando-as às suas necessidades atuais, consiste no fato de que isso acentua o quadro de desorganização no qual se inseriu a classe trabalhadora, limitando seu poder de ação enquanto classe, interferindo, portanto, na base objetiva da luta de classe, pois se verifica que essas formas de organização “antigas” de produção já não derivam da clara relação entre capital e trabalho, inserindo-se num ambiente mais confuso, onde as relações de poder permeiam e confundem-se com as relações interfamiliares, num sistema de parentescos, conforme abordou Harvey (2002).

O que se percebe é que a reconfiguração de antigas formas de produção surge dentro de um contexto de desmonte do mercado de trabalho, como vimos anteriormente, decorrente da reestruturação produtiva, desarticulando as organizações sindicais e enfraquecendo os movimentos de classe, exaltando o caráter individual dos sujeitos, levando-os a acreditar que, para enfrentar o desemprego, devem ter posturas empreendedoras. É assim que o trabalho a domicílio volta a fazer parte da dinâmica do capital na geração de riqueza, já não mais como mero coadjuvante neste processo, mas como atividade central, embora periférica, do processo produtivo. Entretanto, devemos salientar que na indústria de confecção esta forma de organização do trabalho nunca deixou de ser utilizada, embora atualmente tenha se intensificado, ganhando proporções globais, pois uma peça do vestuário que traz em sua etiqueta “*made in EUA*” pode ter sido produzida em diversas partes, por todo o globo terrestre, através do processo de terceirização e subcontratação, utilizando-se do trabalho a domicílio. Nesse contexto, não podemos deixar de perceber que o atual cenário está marcado por um processo

intensivo de precarização, não só no que se refere às relações de trabalho, mas principalmente, às próprias condições de trabalho.

Mas, como já enfatizava Harvey (2002), essas mudanças não ocorrem de forma plena, pois em condições de acumulação flexível, é possível que formas de trabalhos alternativos possam existir simultaneamente, no mesmo espaço, possibilitando ao capitalista optar pela melhor forma que lhe convém. Vale salientar que o próprio processo de globalização que permeia a expansão da acumulação flexível nos leva a pensar em movimento, como enfatizou Ianni (2007). Assim, todos os sujeitos sociais sofrem interferências e interferem nesse processo, ocasionando mudanças em suas ações, identidades, subjetividades e em suas atribuições na sociedade, dando novos significados as relações aí presentes, sejam elas de trabalho, afetivas, familiares ou outras.

Nota-se, portanto, que com a acumulação flexível, formas precárias de trabalho, características de períodos anteriores a revolução industrial, como o trabalho a domicílio, subcontratado e/ou informal, ganham novos espaços e se reconfiguram num contexto globalizado de desemprego estrutural crescente, de desregulamentação do mercado de trabalho e de flexibilização dos contratos, em que os direitos sociais adquiridos através de lutas históricas são solapados e a maioria dos trabalhadores termina tendo como alternativa de sobrevivência trabalhos precários. Nesse sentido, foi bem pertinente o que afirma Lima (2002, p. 21) que “*o trabalho temporário, parcial, eventual, subcontratado integram o novo paradigma do trabalho globalizado*”. Em meio a esse desmonte do mundo do trabalho, as relações de trabalho e o próprio trabalho são ressignificados. Assim, perante o processo de reestruturação produtiva, o capital vai além, não busca apenas capturar a objetividade, mas a própria subjetividade do trabalhador, sendo essa a intenção central das inovações organizacionais que acompanham a reestruturação produtiva, conforme afirmou Alves (2011):

Na nova produção do capital, o que se busca capturar não é apenas o fazer e o saber dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual- afetiva constituída para cooperar com a lógica de valorização (ALVES, 2011, p. 111).

O processo de flexibilidade das relações de trabalho que permeia a lógica do trabalho na globalização vem baseado num discurso de maior liberdade e autonomia para o trabalhador, entretanto, o que se percebe é que este trabalhador encontra-se cada vez mais sob o controle do capital que, utilizando-se dos altos índices de desemprego

em escala global, inibe as possibilidades de mobilizações por parte das classes trabalhadoras. O discurso de que os sujeitos podem ser autônomos em relação ao seu tempo e ao espaço do trabalho, permite mesclar as relações de exploração que continuam prevalecendo no modo de produção capitalista.

Vale salientar que o próprio trabalhador termina legitimando sua condição de subordinação ao capital, quando acata as condições flexíveis conferidas pela nova política que define as relações de trabalho como saída ao desemprego e quando se submete ao consumismo desenfreado do mercado, sendo, portanto, útil à lógica do capital por duas vias: através da eliminação de postos de trabalhos tradicionais e do aumento da produtividade com a inserção de novas tecnologias e sistemas informacionais, servindo para rebaixar os custos com o capital variável; bem como, através do escoamento da produção, promovendo parte da realização do consumo dos bens produzidos.

Mediante estas considerações, Alves (2005) chama nossa atenção para o fato de que a questão da flexibilidade do capital não se configura como um elemento novo, mas é intrínseco à lógica de acumulação do capital, pois apresenta como um atributo da própria organização social da produção, assumindo uma postura de “*abstração geral, posta pelo sujeito capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadoria*” (ALVES, 2005, p. 23-24). Portanto, a flexibilidade da força de trabalho continua sendo uma estratégia do capital para subsumir o trabalhador à sua lógica, através da qual a relação técnica entre capital e trabalho é alterada, aperfeiçoada, com o intuito de elevar a produtividade do capital.

Leite (2009, p.68) também contribui para essa discussão ao afirmar que as mudanças ocorridas no âmbito social, econômico e político, envoltos no processo de globalização e das inovações tecnológicas, têm afetado diretamente a vida dos trabalhadores nos seus mais diversos aspectos. Logo, a globalização e a reestruturação produtiva devem ser entendidas como um novo arranjo social e que representa mais que uma simples acomodação do modelo de acumulação, em que a flexibilização do emprego e do trabalho configuram-se como estratégias empresariais, usufruindo da fragmentação do trabalho organizado, capturando a subjetividade do trabalhador.

Assim, seguindo o raciocínio desta autora, podemos apontar como principais modelos da atual flexibilização, a flexibilidade da jornada de trabalho através da utilização do tempo parcial; a flexibilidade da contratação do trabalho, dadas as facilidades que as empresas adquiriram com as reformas das leis trabalhistas para

admitir e demitir trabalhadores; flexibilidade do processo e da organização do trabalho, com a intensificação de inovações tecnológicas e informacionais que possibilitou a (re) utilização da terceirização, da subcontratação do trabalho à domicílio, entre outros, re-inserindo no processo produtivo formas de trabalho consideradas “atípicas” anteriormente, já que não se enquadravam nas relações tipicamente capitalistas, baseadas no assalariamento e nas legislação vigente.

Na busca por maiores lucros e mercados, as empresas se transformam, tornam-se transnacionais e promovem mudanças significativas na organização do processo produtivo, optam pela flexibilidade não só produtiva, mas também das relações de trabalho. Procuram envolver os sujeitos em todos os seus aspectos, incentivando-os ao consumo sem medida, ao individualismo exacerbado. Nessa busca verificamos a procura incessante do “*capital ao longo da história no sentido de controlar o trabalho e os mecanismos que ele utilizou para tanto*”. (LEITE: 1994; p.48)

Daí surge uma luta inerente ao capitalismo, através do qual os proprietários dos meios de produção se propõem a encontrar diversas formas possíveis para extrair dos trabalhadores a mais-valia e, por outro lado, os trabalhadores a tentarem resistir das diversas formas possíveis a essa expropriação. Nesse contexto, Leite (1994) nos lembra que:

Os estudiosos logram chamar atenção não só para o fato de que o principal objetivo da organização capitalista do trabalho é o controle da produção e dos trabalhadores, como de que estes resistiam continuamente a esse processo, obrigando constantemente o capital a renovar suas formas de controle social (LEITE, 1994, p. 48).

Entretanto, como os trabalhadores encontram-se expropriados dos diversos fatores de produção, tendo em si apenas o seu trabalho, o “trabalho humano” como mercadoria que pode ser trocada, se veem submetidos e subsumidos pela lógica imposta pelo capital. É como Chesnais (1996), pertinentemente afirma:

O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo “progresso técnico” e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. (CHESNAIS, 1996; p. 42)

Nessa luta, o processo produtivo evolui, com o auxílio das inovações tecnológicas e das expansões do mercado, possibilitando uma maior liberdade à

produção do trabalhador, embora necessitando destes aspectos especiais para que a produção seja realizada.

Portanto, segundo Chesnais (1996), a expansão dos mercados através da liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais, bem como as inovações tecnológicas, permitiram impor às classes operárias dos países capitalistas avançados a flexibilização do trabalho, provocando o rebaixamento dos salários. Isso porque para a realização da produção já não há mais fronteiras, podendo o capital optar por produzir em regiões onde os direitos trabalhistas ainda não estão consolidados, como nos países capitalistas menos ou não avançados.

Corroborando com essa discussão, Antunes (2001) afirma que:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do capital (ANTUNES, 2001, p.210).

Nesse cenário, o mundo do trabalho passa a viver significativas transformações com o processo de mundialização do capital, pois verifica-se que junto a mundialização do capital a revolução tecnológica tem provocado uma redução significativa do trabalhador operariado tradicional tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, pois ao lhes impor novas formas de contratos mais flexíveis rouba-lhe a segurança conquistada a base de muitas lutas, alterando assim a “*forma qualitativa de ser do trabalho*”, como enfoca Antunes.

Essas transformações presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais étnicas etc., dos diversos países onde são vivenciadas, penetram fundo no operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no trabalho. A crise atinge ainda fortemente o universo da consciência, da subjetividade dos trabalhadores, das suas formas de representação, das quais os sindicatos são expressões (ANTUNES, 2001, p.211).

Como a inovação tecnológica apresenta-se como um dos motores das mudanças no processo produtivo, dado a globalização da economia, verifica-se uma maior flexibilização nas relações de trabalho que, juntamente com o enfraquecimento dos sindicatos na luta pela manutenção dos empregos, leva a uma maior precarização do trabalho, pois os trabalhadores passam a abrir mão de alguns de seus direitos conquistados historicamente, para poder manter seus postos de trabalho, negociando, assim, reduções de jornadas de trabalho e férias.

Logo, com o processo de reestruturação produtiva, verifica-se uma significativa redução do trabalho industrial e um aumento também expressivo do subemprego. Portanto, como enfatiza Antunes, *“o que realmente passa a ser verificado é uma complexificação da classe que vive do trabalho, dada pela subproletarização, presente nas formas do trabalho precário, parcial etc”* (ANTUNES, 2001, p. 211).

Percebe-se que a classe que vive do trabalho está em expansão, embora através do trabalho precarizado nas suas diversas formas, seja através do trabalho informal, parcial, terceirizado, entre outras. Esta precarização não é apenas característica dos países subdesenvolvidos, mas se encontra também nos países desenvolvidos.

O que se pode observar em relação a essa precarização dos processos e das relações de trabalho é que ela apresenta-se como um processo de exclusão social, dado que os indivíduos que não conseguem manter seus postos de trabalho, na maioria das vezes também não conseguem reingressar no mercado de trabalho formal, recorrendo na maioria das vezes ao trabalho informal que também absorve aquela parcela da população que nunca participou efetivamente do mercado de trabalho formal, principalmente em relação aos países em desenvolvimento, onde a informalidade ganha um destaque ao “aliviar” a situação de miséria das classes desfavorecidas. Entretanto esta discussão tem se tornado ainda mais complexa, à medida que estudos mais recentes tem apontado para uma nova configuração vinculada à informalidade em meio as mudanças estruturais vivenciadas nos últimos tempos, complexificando ainda mais essa problemática.

Portanto, dado a complexidade que envolve a questão da informalidade/informalização no mercado de trabalho e sua relação com o processo de flexibilização e precarização, a seguir, estaremos procurando refletir um pouco mais sobre algumas das abordagens que se delinearam sobre o tema em meio às mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, sem, no entanto, propormo-nos a esgotar a discussão. Nosso interesse maior consiste em buscar realçar os elementos que nos ajudaram a compreender a realidade estudada em nosso caso: O Polo de Confecções de *Jeans* em Toritama.

1.3 Reflexões sobre a questão da informalidade no contexto das mudanças atuais.

As transformações econômicas, sociais e políticas associadas à ascensão do neoliberalismo e à acumulação flexível proporcionaram, nas últimas décadas, a desregulamentação do mercado de trabalho e desnudaram o processo de precarização/precariedade associado à informalização/informalidade que o acompanhou. Assim, esses conceitos ressurgem nos debates acadêmicos como elementos decisivos para a compreensão das mudanças verificadas no cenário atual.

Assim, nosso interesse neste item consiste em buscar refletir sobre essas categorias em meio ao paradigma da acumulação flexível (HARVEY, 2002), a fim de entender suas reverberações nas relações de trabalho em meio ao processo de acumulação de capital. Faremos, por isso, uma breve incursão sobre a questão da flexibilização e o debate que se estabeleceu sobre as categorias precariedade/precarização e informalidade/informalização, centrando-nos tanto em autores brasileiros quanto internacionais.

No que se refere à flexibilização no âmbito do processo do trabalho, grande parte dos autores que se debruçaram a discutir esta questão desenvolveram análises descritivas dos processos de reestruturação, salientando os embates que essas mudanças proporcionaram sobre as condições de vida dos trabalhadores, evidenciando quase sempre um processo de precarização. Independente da abordagem que os tenha direcionado a discutir o tema, há um eixo comum entre os estudiosos de que a flexibilização constitui um produto do processo de reestruturação, conformando-se em um novo paradigma que procura substituir e, concomitantemente, superar a crise do paradigma fordista, principalmente em relação às organizações dos processos de trabalho, às desregulamentações do mercado de trabalho, às formas de intervenção e regulação do Estado e às crises nas questões sindicais (DRUCK, 2011, p. 68).

Um grupo de autores, entre os quais se tem Antunes (2001), Campos (2004), Druck (2011), entre outros, compreendem a flexibilização como um processo que está associado uma nova fase da mundialização/globalização do sistema capitalista, que tem por hegemônica a esfera financeira, afetando, assim, as condições macroeconômicas e sociais dos países, seja esses desenvolvidos ou em desenvolvimento, tendo, portanto, reverberações expressivas sobre o campo do trabalho.

A fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam toda a economia e a sociedade, e, desta forma, generaliza-se a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho. Fase em que a liberalização e liberdade do mercado atingem um nível inédito de desenvolvimento. Esse processo mais geral determina e articula a flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, das leis trabalhistas e dos sindicatos, definindo o caráter da reestruturação produtiva mais recente, especialmente no que se refere à estratégia das empresas na adoção dos novos padrões de gestão do trabalho (toyotismo, produção enxuta, etc.) (DRUCK, 2011, p.69).

O processo de flexibilização terminou englobando os diversos âmbitos no campo do trabalho; desde os direitos trabalhistas, quando se passou a utilizar contratos por tempo parcial e tempo determinado, à subcontratação por terceiros, entre outros meios que driblam legalmente as conquistas dos trabalhadores ao longo dos anos, passando pelos processos de trabalho interferindo nas jornadas de trabalho (banco de horas), nas formas de remuneração (salários flexíveis, por produtividade, por peças), nos postos de trabalho (multifuncionalidade ou polivalência), entre outros (DRUCK, 2011).

Com o intuito de organizar as discussões que permeiam a questão da flexibilização no mundo do trabalho, alguns autores afirmam existir basicamente dois tipos: Um determinado diretamente aos fatores externos, como por exemplo, “a desregulamentação através da legislação trabalhista; fragilização dos sindicatos; difusão da subcontratação/terceirização e adoção de novos sistemas produtivos”; e o outro tipo relacionado com os fatores internos, “*constituído pelas mudanças organizacionais e tecnológicas, inspirados na produção enxuta, que redefine a inserção e o tipo de trabalhador (mais flexível) exigido pelo novo padrão*” (DRUCK, 2011, p.73).

Corroborando com essa discussão, para Nascimento e Segre (2002), a questão da flexibilização no campo do trabalho também é considerada como central no contexto do processo de globalização e reestruturação produtiva, dentro da lógica da implementação de um projeto econômico neoliberal, na qual foram inseridos os países da América Latina, incluindo o Brasil nos anos 1990. Este autor consiste em um dos estudiosos que compreende que:

O conceito de flexibilidade está associado à conjunção de diversas variáveis, que abrangem tanto o contexto político, econômico, geográfico e social no qual as firmas estão inseridas como também as características internas de cada empresa específica. Desse modo, podemos deduzir que não é possível estabelecer uma definição geral de flexibilidade, mas sim, só é possível defini-la considerando-se um dado contexto, no qual interagem critérios de avaliação extra e intra empresa (NASCIMENTO e SEGRE., 2002, p. 6) .

Portanto não há como negar que a flexibilização passou a ser uma das marcas desse novo modo de acumulação de capital, denominado por Harvey (2002) de “*acumulação flexível*”, no qual a flexibilidade passou a demarcar não apenas as relações de trabalho, mas a própria forma de produzir. Em um cenário de desemprego estrutural crescente, os contratos de trabalhos flexíveis configuram-se como alternativas à sobrevivência do trabalhador frente ao processo de exclusão e cumprem sua função para o capital, conforme enfatizou Tavares (2004):

A flexibilidade invade a organização da produção, fragmentando e desqualificando o trabalho, promovendo o desemprego e a reemergência de velhas formas de trabalho precarizado, que se expressam sobretudo pelo deslocamento de muitos postos de trabalho do núcleo formal para informalidade, em que o trabalho cumpre a mesma função para o capital sem os custos sociais correspondentes (TAVARES, 2004, p. 18).

Assim, as mudanças pelas quais passa o mundo do trabalho perante o processo de globalização, expressas na redução do emprego, principalmente o industrial, associado ao processo de terceirização e, conseqüentemente, de precarização do trabalho, além de expor novos problemas para as ciências sociais, impõem alterações importantes na composição da informalidade que indicam uma necessidade de uma maior investigação. É nesse contexto que procuramos compreender a questão da precarização no mundo do trabalho.

Na década de 1990, Appay e Thèbaud-Mony (1997) formularam a concepção de precarização social, entendendo-a como “*um processo de institucionalização da instabilidade, caracterizada pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e exclusão*”. Este processo compreenderia, no âmbito econômico, “*a busca de uma diminuição dos custos de produção tendo como apoio a flexibilidade*”. Frequentemente, esta é concebida como o caminho inevitável “*para se fazer frente às novas regras de concorrência*” que permeiam as reestruturações contemporâneas (APPAY e THÈBAUD-MONY, 2009, p. 193).

Para essas autoras, havia uma conjunção entre a precarização econômica e a precarização da proteção social que se delinearam em meio às transformações socioeconômicas vivenciadas no período pós-fordismo. Esta primeira estaria marcada pela precarização da estrutura produtiva e da precarização salarial, tendo como consequência o desemprego em massa, a subcontratação, as alterações nos estatutos, entre outros. A segunda seria composta pela transformação da legislação do trabalho,

reordenando o lugar do direito do trabalho, da regulação sobre as empresas, introduzindo diversas modalidades de contratos de trabalho “atípicos” que passam a regular o trabalho precário, promovendo, por outro lado, a redução dos direitos sociais. Segundo Appay e Thèbaud-Mony (2009), portanto,

A precarização social se apoia na precarização do emprego (do qual o desempenho do trabalho temporário são as dimensões mais visíveis) e na precarização do trabalho, que consiste em questionar a qualificação e o reconhecimento no trabalho, inclusive no âmbito de empresas estáveis (APPAY e THÈBAUD-MONY, 2009, p. 193).

Em relação ao campo específico do trabalho, o debate que se tem verificado entre os estudiosos acerca da precarização tem sido focado principalmente nas questões relacionadas às reverberações do processo de flexibilização associado ao novo padrão de acumulação, sobressaindo nas análises as questões relacionadas à segmentação dos trabalhadores, à fragmentação do mercado de trabalho, à heterogeneidade, à individualização, à informalização, à fragilização do coletivo, à crise dos sindicatos e à degradação das condições de vida envolvendo a saúde dos trabalhadores, bem como às questões relacionadas ao gênero.

O que percebemos, nos diversos estudos observados, foi que esta questão da precarização já não se configura como um problema eminentemente relacionado aos países menos desenvolvidos, mas se generalizou, sendo também visível entre os países considerados desenvolvidos, passando, portanto, a ser concebido pelos estudiosos como um processo social presente em todas as sociedades.

Entretanto existem alguns autores que ainda procuram tratar a precariedade como uma realidade “*instalada*” e “*institucionalizada*”, composta pelos segmentos “*excluídos*” que, devido ao desemprego, recorrem aos “*empregos atípicos*”, os quais absorvem principalmente jovens, mulheres e imigrantes. Na concepção deste grupo, “*ainda se mantém uma dualidade entre os precários e os que ainda permanecem empregados (com contratos de duração indeterminada)*”. Mas, a maior parte dos estudiosos dessa questão compreende que a precarização é um processo social mais amplo que atinge o conjunto dos trabalhadores, independente de seu estatuto do emprego (DRUCK, 2011, p.84-85).

Castel (1998), ao analisar a crise da sociedade salarial e as metamorfoses sociais, percebeu que esta se configurou como consequência da “*perda da condição de assalariamento dos trabalhadores*” de modo geral, o que os direcionou para assumirem

formas precárias de trabalho, deixando, portanto, de ser apenas uma questão entre excluídos e incluídos, conformando-se uma “*nova questão social*”, à medida que os desempregados de longa duração, os temporários intermitentes, estagiários, empregados por tempo determinado tornam-se a “*nova*” hegemônica condição dos que vivem do trabalho.

Para Castel (1998), a crise da sociedade salarial ganha expressão a partir do momento em que a flexibilização passa a ser o elemento fundamental do processo de reestruturação industrial e nas empresas, inserindo-as na dinâmica do processo de modernização em curso. Nesse cenário, as empresas passam a aderir tanto a “*flexibilidade interna*”, através da polivalência, dado a disponibilidade de atender as flutuações da demanda que exigem um operário rápido, ágil e flexível, como a flexibilidade externa, através da subcontratação (ou terceirização). Assim o autor afirma que há um processo de “*desestabilização dos estáveis*” de “*instalação na precariedade*” e de constituição de um “*déficit de lugares*” na estrutura social, em que homens e mulheres passam a ocupar uma posição de “*supranumerários ou de inúteis para o mundo*”. Logo, nesse contexto, a perda do emprego gera, cria uma condição de insegurança de um modo de vida e de trabalho precários, interferindo tanto nos aspectos objetivos quanto subjetivos desses trabalhadores, promovendo a ruptura dos laços e dos vínculos e, assim, tornando os trabalhadores vulneráveis e numa condição social fragilizada, ou de “*desfiliação social*”. Para Castel(1998),

O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo. Novo crescimento dessa vulnerabilidade de massa que, como se viu, havia sido lentamente afastada. Não há nada de “*marginal*” nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “*nova questão social*” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (CASTEL, 1998, p. 526-7).

Foi também nesse sentido que Appay e Thèbaud-Mony (2009, p. 194) salientaram que a “*precariedade tende a emergir como “calamidade social” dos tempos modernos, atingindo populações consideradas vulneráveis*” e, portanto, afetando de forma especial a mulher e sua posição no mercado de trabalho.

Seguindo essa linha de argumentação, alguns estudos sobre o trabalho feminino (HIRATA, 1998; HIRATA e KERGOAT, 2003, 2007; NEVES, 2006; ARAÚJO, 2005,

2011; entre outros) têm destacado que o atual processo de precarização se evidencia mais fortemente entre as mulheres, porque historicamente são submetidas a condições mais precárias de trabalho, legitimado pelo postulado de uma necessária articulação entre vida familiar e vida profissional, fazendo-as assumir lugares “marginais” tanto na estrutura ocupacional quanto em relação aos rendimentos, quando comparadas aos demais trabalhadores. No entanto, reconhecem que essa precarização, embora englobe diferenciadamente homens e mulheres, tornou-se um processo social como parte da dinâmica central do atual desenvolvimento do capitalismo, afetando a todos os trabalhadores.

Reportando-se especificamente ao caso do Brasil, Druck (2011) comenta que:

Após vinte anos da manifestação mais sistêmica da crise fordista no Brasil, pode-se afirmar que a precarização do trabalho se constitui como um novo fenômeno, cujas principais características, modalidades e dimensões sugerem um processo de precarização social inédito no país nas últimas décadas, revelado pelas mudanças nas formas de organização/gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, no papel do estado e suas políticas sociais, no novo comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e de associações (DRUCK, 2011, p. 86-7).

Ainda de acordo com esta autora:

O caráter desta nova precarização social do trabalho está sustentado na ideia de que é um processo que instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada – na visão hegemônica pelo capital – pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização, também vivido a passos largos pelos países desenvolvidos. A referência está não mais no capitalismo flexível e global como “única saída” para a modernidade no mundo contemporâneo (DRUCK, 2011, p. 87).

Portanto, a nova precarização refere-se a uma metamorfose da precarização que esteve presente desde as origens do capitalismo, estando agora revestida de novos contornos, em decorrência dos diversos processos históricos que delinearam o desenvolvimento socioeconômico, marcados pelas lutas e avanços dos trabalhadores e suas respectivas perdas nesse cenário. Assim, o novo conteúdo desta precarização atual é delimitada pela condição de instabilidade, de insegurança e extrema concorrência entre os trabalhadores, fragmentando as ações coletivas e enfraquecendo os sindicatos. Verifica-se, portanto, que a precarização atual afeta a todos de forma indiscriminada,

diferindo apenas em grau e intensidade, conformando uma posição para o trabalhador não apenas temporária, mas permanente.

Druck (2011) afirma que, no caso do Brasil, atualmente também se percebe uma nova precarização social do trabalho. A condição de “nova” se estabelece porque esta foi reconfigurada e ampliada, conduzindo a uma “regressão social” em todas as dimensões, pois atualmente:

i) Atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país, quanto as regiões mais tradicionais marcadas pela precariedade; ii) Está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país, como nas indústrias de ponta, como nas formas mais tradicionais do trabalho informal, por conta própria, autônomo etc; iii) Atinge tanto os trabalhadores mais qualificados como os menos qualificados (DRUCK, 2011, p. 88).

Portanto, essa precarização configura-se e se institucionaliza como um processo social que gera uma constante “insegurança e volatilidade no trabalho”, tornando cada vez mais os vínculos vulneráveis, instituindo perdas significativas para os que vivem do trabalho nos mais diversos campos, seja em relação aos direitos trabalhistas, a questão do emprego, da saúde e até mesmo da vida familiar.

No Brasil, a maioria dos estudos tratam precarização e precariedade como idênticos ou como sinônimos, revelando ambiguidades e imprecisões. Entretanto, há alguns trabalhos que procuram distinguir esses dois conceitos, entre os quais está o trabalho de Leite (2009) e Verás de Oliveira (2011a, 2011b). Assim, consideramos interessante trazer à tona alguns aspectos desse debate, pois isso nos ajudará a compreender a realidade que se conforma em nosso estudo de caso.

Para Leite (2009), “*precarização significa a deterioração das condições de trabalho*”. Partindo desse conceito preliminar, a autora comenta que este só poderia ser aplicado de “*forma relacional*”, ou seja, sendo posto em confronto com outra determinada situação. Desta forma, haveria um processo de precarização quando um tipo específico de trabalho sofresse alguma deterioração, seja em termos condições de trabalho, em relação aos rendimentos auferidos, em relação aos direitos trabalhistas, ou ainda em relação à estabilidade e às características do vínculo empregatício (LEITE, 2009, p.73).

Desse modo, quando abordamos as questões relacionadas à reestruturação produtiva e as transformações que esta tem imputado ao mundo do trabalho, sob a lógica da acumulação flexível em um cenário globalizado, estamos nos reportando ao

processo de precarização, em que os trabalhadores de modo geral têm “*se submetido*” a situações constantes de deterioração, em todos os âmbitos, no campo do trabalho. Nesse sentido, como nos afirmou Vêras de Oliveira (2011b, p. 220), a precarização “*configura-se por uma situação de crescente piora, no sentido de perda de direitos, da adoção de vínculos mais instáveis etc.*”

Já em relação à precariedade, esta se encontra relacionada a uma dada “condição” ou “estado” conferido ou não pelo processo de precarização, ou seja, há precariedade “quando, mais que um processo, se quer realçar um estado, uma condição já alcançada”, proporcionando um olhar mais focado, conforme abordou Vêras de Oliveira (2011b, p. 220).

Observando esses conceitos sob esta perspectiva, embora não se elimine a ambiguidade e as imprecisões de forma definitiva existente em suas formulações, eles nos fornecem elementos na observação de determinados objetos de estudo. Assim, ao olharmos para as condições que cercam o mundo do trabalho vinculado à confecção de *jeans* de Toritama, percebemos que pode haver condições precárias envolvendo o universo do trabalho, sem que necessariamente este esteja envolvido em um processo expressamente de precarização, pelo contrário, os estudos têm indicado certa melhoria principalmente no que se refere às condições de trabalho a domicílio, neste caso em específico¹⁴.

Assim como o conceito precarização/precariedade é envolvido de certa polêmica, o conceito sobre informalidade/informalização também se vê envolto em um vasto universo de discussão nem sempre consensual, entre os autores que se dispõem a analisar as questões do mundo do trabalho. O debate sobre esta questão abarca tanto a definição do fenômeno, no que se refere ao conceito a ser utilizado e seu significado quanto à forma de mensurá-lo, como ao fato de haver alguns estudiosos que buscam negar a sua utilidade enquanto conceito, por acreditar ser este polissêmico e, portanto, não sendo capaz de explicar as realidades apresentadas.

Embora a questão da informalidade não seja recente entre os estudiosos do trabalho, principalmente quando nos referimos à América Latina, e em específico ao Brasil, ao nos reportarmos ao padrão de relações trabalho que se firmaram em meio à industrialização, a discussão sobre esta questão passou a ter maior expressividade envolvendo todo o globo, à medida que se verificou um intenso processo de

¹⁴ Estaremos aprofundando nossa análise nesse aspecto no próximo capítulo, ao tratar da configuração do Polo de Confecção de *Jeans* de Toritama.

desregulamentação do mercado de trabalho e a sua precarização, observada principalmente nas últimas três décadas, em decorrência das mudanças socioeconômicas e políticas vinculadas aos ideais neoliberais e à acumulação flexível. Nesse novo contexto, a questão da informalidade não se configura apenas como um conceito que poderia ser aplicável apenas em países da América Latina, mas também nos países tanto da América do Norte quanto da Europa, onde se verificou significativa expansão da utilização de formas de trabalho precário, desprotegidas, ou seja, informais.

Antes, porém, os informais eram associados exclusivamente aos excluídos do mercado de trabalho regular, ou seja, incorporavam exclusivamente os não “tipicamente assalariados”, sendo, portanto, característica exclusiva dos países que tiveram a industrialização tardia em relação aos demais países de capitalismo avançado. Havia a expectativa que à medida que esses países se desenvolvessem industrialmente, a parcela dos trabalhadores que não fazia parte do mercado de trabalho regulado iria sendo incorporado. Assim, a médio e longo prazo, todos estariam inclusos no mercado “formal”. Nesse sentido, para esses países, a informalidade seria um “imenso resíduo”, quando confrontados com os padrões de referência dos países de industrialização avançada, conforme salientou Silva (2002).

A expressão setor informal passou a ser debatida a partir dos anos de 1970, em meio às discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe. O termo foi utilizado nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho- OIT, por meio do Relatório do Quênia, divulgado em 1972, em que se refletia sobre as condições de trabalho no Quênia e em Gana, na África, e disseminado na América Latina, posteriormente, através dos estudos do Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe – PREALC-OIT. Esse estudo apontava que a origem do trabalho informal na América Latina e Caribe era resultante da migração campo-cidade, tendo sido impulsionada principalmente no pós-segunda Guerra Mundial, num cenário de industrialização tardia. (ARAUJO, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b)

Nesse período, os debates estavam centrados na questão do desenvolvimento, fazendo-se um contraponto entre os países considerados desenvolvidos e, portanto industrializados/modernos e os países subdesenvolvidos e, conseqüentemente, de industrialização tardia. Portanto, acreditava-se que o desenvolvimento imposto pela dinâmica capitalista iria possibilitar a transformação das relações de trabalho não

assalariada em relações de trabalho assalariadas, ou seja, relações de trabalho definidas tipicamente como capitalistas.

Nos estudos que prevaleceram nesta época no Brasil, pelo menos até o início dos anos de 1970, havia um consenso de que se tinha uma realidade dualista. Não apenas externamente, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos mas, principalmente, internamente, conformando diferenças entre segmentos atrasados e segmentos modernos, rural e urbano, sulistas e nortistas, qualificados e não qualificados, formais e informais. Entretanto, esta discussão passou a ganhar novos embates com o trabalho de Francisco de Oliveira, de 1972, - “*A crítica a razão dualista*”, que a partir de uma visão marxista e, portanto dialética, passou a defender a existência de uma imbricação entre os pares divergentes, configurando uma unidade de contrários, formando uma relação que ao mesmo tempo é contraditória e complementar. Nas palavras de Oliveira:

[...] de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter essa terminologia (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

De acordo com Oliveira (2003), esta convivência entre segmentos atrasados e modernos, numa mesma realidade, estava diretamente relacionada às características próprias do modelo de acumulação de capital que se estabeleceu no Brasil, no processo de industrialização tardia, constituindo-se assim num movimento concomitantemente necessário à acumulação primitiva.

Portanto, a informalidade compõe o cenário da sociedade brasileira desde os primórdios do seu processo de industrialização, persistindo até os dias atuais, estando diretamente vinculada ao próprio processo de acumulação de capital experimentado pelo Brasil. Logo, não se constitui como um elemento novo, embora tenha se reconfigurado ao longo das mudanças vivenciadas nas últimas três décadas. Assim, a questão da informalidade continua presente entre as discussões sobre o mundo do trabalho no Brasil.

Assim como Oliveira (2003), Souza, em 1980, ao elaborar sua tese de doutorado, cujo título foi “*A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*”, adota uma posição contrária à visão dualista vigente na década anterior, afirmando que “*o modo de produção capitalista comporta a existência de várias formas de organização da produção*” articuladas de acordo com as exigências da

dinâmica da acumulação capitalista” (SOUZA, 1980, 04). Portanto, em sua concepção, embora defendesse a “*inexorabilidade*” do aprofundamento do capitalismo no mercado, argumentando a existência de certa subordinação entre as empresas não tipicamente capitalistas às capitalistas, este autor afirmava que esta relação não levaria ao desaparecimento da pequena produção não capitalista, ao considerar que:

O núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. É nesse sentido, também, que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista (SOUZA, 1980, p. 79).

Compartilhando também de uma posição contrária a visão dualista, Cacciamali (1982), em sua tese de doutorado, cujo título foi “*Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*”, apresentou uma abordagem na qual compreendia o setor informal como:

O conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista que estão, potencialmente ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas (CACCIAMALI, 1982, p.26).

Para Cacciamali (1982), o setor informal estaria inserido dentro da dinâmica econômica sendo, portanto, criado, recriado ou até destruído, conforme o ritmo da expansão capitalista. Assim, segundo a autora,

O setor informal tem de ser analisado em função do nível de desenvolvimento alcançado e do vigor do padrão, do ritmo de expansão e reprodução capitalista, já que seu espaço se reduz e se amplia e sua composição se altera em função do quadro e do caminho do desenvolvimento econômico social (CACCIAMALI, 1982, p.29).

Após viver o período conhecido por “*Milagre Econômico*”, o Brasil a partir dos anos 1980, passa a mergulhar em um período de intensa crise econômica, provocando a redução do emprego formalizado e assalariado nos moldes capitalistas, tendo, portanto que conviver com altas taxas de desemprego, o que levou a um grande contingente da força de trabalho a se inserir nas atividades informais, promovendo uma desestruturação do mercado de trabalho, que, de acordo com Araújo (2011), colocou em “*cheque as expectativas e as concepções predominantes nos anos 1970*”. (ARAÚJO, 2011, p. 167)

Conforme observou Dedecca (2002), a partir desse cenário, uma parcela cada vez mais expressiva dos trabalhadores, formada tanto por novos imigrantes que continuavam a chegar às áreas urbanas quanto por antigos trabalhadores expulsos do setor formal, passou a se envolver nas atividades informais. Esse processo ganha maior magnitude na década de 1990, com a adoção de medidas de liberalização e privatização adotadas pelo Governo Collor e a intensificação da reestruturação produtiva iniciada ainda no final da década de 1980.

O enxugamento de postos de trabalho, os movimentos de desverticalização e desterritorialização das empresas, juntamente com a intensificação da terceirização de trabalho e de produção, levaram as grandes empresas a ampliar cada vez mais as suas relações produtivas com as pequenas empresas e com as atividades informais. Essas últimas, por sua vez, viram o seu papel na dinâmica econômica ser transformado na medida em que passaram a realizar parcela significativa da produção e dos serviços para as grandes empresas chegando a representar, no final dessa década, pouco menos de 60% da população ocupada no Brasil (ARAÚJO, 2011, p.167).

Portanto, ao longo da década de 1990, houve um considerável crescimento do desemprego, a proliferação da utilização do trabalho terceirizado, subcontratado, a domicílio, significativas desregulamentações do trabalho, configurando-se em perdas expressivas para os trabalhadores, o que levou a ampliação e a diversidade do fenômeno da informalidade no país.

As inter-relações e a dinâmica entre as atividades informais e formais se estabelecem na medida em que o movimento da reestruturação capitalista cria e recria relações e formas de trabalho díspares e distintas da relação assalariada padrão. Recria-se o trabalho em domicílio, o trabalho temporário organizado através de firmas locadoras de força de trabalho, criam-se diferentes relações de trabalho com a reintrodução do trabalho por conta própria e das cooperativas de trabalho como formas de assalariamento disfarçado. Isto ocorre na esteira dos processos de terceirização que se generalizaram em todos os ramos econômicos da produção e dos serviços (ARAÚJO, 2011, p.169).

Nesse cenário, foi reacendido o debate em torno da questão do setor informal, ainda que permanecendo entre os pesquisadores (CACCIAMALI, 2000; NORONHA, 2003; FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004, entre outros) a concordância em relação ao caráter polissêmico do termo informalidade, quando voltado para as relações de trabalho.

As mudanças estruturais observadas nesse período, envolvendo a sociedade tanto nos seus aspectos econômicos quanto sociais, acabaram incidindo em uma

redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção do processo de trabalho e de instituições, que, segundo Cacciamali (2000, p.163-4), levou o termo informal a ser pensado como um processo, ou seja, um “processo de informalidade” que associa dois fenômenos relacionados ao mercado de trabalho, em que o primeiro consiste na “reorganização do trabalho assalariado”, dado pelo crescimento de formas de emprego assalariado sem carteira, dos quais são exemplos atualmente todos os setores da indústria e dos serviços, que através da terceirização transferem atividades para pequenas oficinas, microempresas ou para o trabalho a domicílio, ou seja, para a ponta mais frágil da organização produtiva. Desse modo, o processo de informalidade dá-se no sentido de uma ruptura com a relação assalariada padrão até então vigente. Já o segundo fenômeno, refere-se às “diferentes formas de auto emprego”, nas quais se estabelecem outras estratégias de sobrevivência como, por exemplo, o trabalho por conta própria ou o trabalho em microempresas.

Assim, ao observar esse segundo nicho, verificamos que este se identifica com as atividades informais que configurariam a velha informalidade existente no Brasil, desde a formação dos seus centros urbanos. Entretanto, deve-se estar atento para o fato de que, apesar deste tipo de informalidade ter esta história, atualmente ela não se configura com as mesmas características de antes, sendo reconfigurada no cenário atual.

Corroborando para a discussão sobre o termo informalidade, Noronha (2003) critica o uso desse conceito por considerá-lo incapaz de apreender a heterogeneidade que este fenômeno envolve, expondo sua preferência pela noção de “*contratos (trabalho) atípicos*”. Centrando sua análise sobre o “*trabalho informal*”, Noronha (2003) identificou três abordagens que considerou como essenciais para o entendimento desse fenômeno, sendo cada qual conveniente para elucidar um determinado tipo de “*contrato atípico*”: A primeira foi denominada de “*velha informalidade*”, considerada como “*uma abordagem típica do Brasil dos anos de 1960 e 1970*”, quando o trabalho informal era considerado como “*subemprego*” e resultado das “*condições de subdesenvolvimento do país*”; tratando-se, portanto, de “*um ponto de vista exclusivamente econômico*”, já que a variável central era o “*investimento*”. A segunda foi designada de “*informalidade neoclássica*”, encontrada no Brasil em fins dos anos 1980, como resultado natural da busca pela maximização dos lucros das empresas, que sob condições de intensa competitividade internacional, recusam se submeter às leis de trabalho. Por fim, a terceira, denominada de “*nova informalidade*” ou “*informalidade pós-fordista*”, que surgiu em início da década de 1990 no Brasil, como resultante de

mudanças nos “*processos de trabalho, nas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos.*” (NORONHA, 2003, p. 119-20)

Entretanto é interessante estarmos atentos para o fato de que a noção de “*nova informalidade*” surgiu inicialmente nos trabalhos de Pérez-Sainz (1995, 1998), que identificou um conjunto de mudanças que legitimava a necessidade de se repensar a informalidade, principalmente nos países da América Latina. Para este autor, essas mudanças estavam relacionadas às novas tecnologias microeletrônicas que poderiam ser também utilizadas por pequenos estabelecimentos produtivos e não apenas pelas grandes empresas, o que dificultou a identificação de informalidade entre pequena e micro empresas. As mudanças também estariam relacionadas à desregulação do mercado de trabalho e às relações de trabalho, o que impulsionava uma crescente informalização do emprego, levando a distinção entre formal/informal a perder progressivamente sua relevância.

El desarrollo de nuevas tecnologías, especialmente la microelectrónica, supone que las mismas pueden adaptarse perfectamente a los pequeños establecimientos; es decir, la productividad no es más privilegio de la gran empresa. Pero de igual manera, el enfoque regulacionista se ve cuestionado por los nuevos cambios. Es inobjetable que los mercados de trabajo, referente analítico por excelencia de esta interpretación, se encuentran sometidos a un creciente proceso de flexibilización que conlleva una desregulación generalizada. Desde esta perspectiva, esto supone que hace que la distinción formal/informal pierda, progresivamente, pertinencia. La expresión “informalización de la formalidad”, que suele emplearse a menudo desde este enfoque, reflejaría este nuevo fenómeno. [...] De ahí que se haya propuesto hablar de neoinformalidad, término que pretende captar la persistencia de este tipo de actividade, pero en contextos nuevos (PÉREZ-SAINZ, 1998, p. 62).

Pérez-Sainz (1998) apresenta três possíveis cenários para conformação da “*neoinformalidade*”. O primeiro foi identificado como o de economia da pobreza e o seu contexto seria de exclusão, relacionado com a atual dinâmica da globalização, que ao promover uma maior fragmentação das economias nacionais, não consegue absorver grande parte da população, levando-a a um processo de exclusão e direcionando-a para atividades de subsistência. Embora o autor considere que esse cenário consiste tipicamente como característico da informalidade tradicional na América Latina, ainda identifica novos elementos, à medida que passa a incorporar os novos pobres que surgem em meio ao processo de crise e ajustes estruturais ocorridos nos países desse continente. Considerou também que a dinâmica integradora do novo modelo produtivo

contribuía para a geração do excedente de trabalhadores, além da utilização de tecnologias excludentes de mão-de-obra, o que faz com que a base de acumulação seja restringida e que, portanto, o volume de força de trabalho absorvido seja também reduzido. (PÉREZ-SAINZ, 1998, p. 62-3)

O segundo cenário foi denominado de informalidade subordinada ao setor de bens comerciáveis e seria gerado dentro do próprio âmbito da globalização, através de movimentos da deslocalização das empresas que estariam buscando a redução dos seus custos e a flexibilidade, como forma de se adequarem aos imperativos da competição global. (PÉREZ-SAINZ, 1998, p. 63).

Por fim, o autor apresenta o terceiro cenário, caracterizado pelas aglomerações de pequenas empresas dinâmicas, heterogêneas e que geralmente incluem estabelecimentos informais e formais; tendo, por conseguinte, potencial para evoluir para situações semelhantes aos distritos industriais do Norte, como a Terceira Itália. Portanto, este se configura como o cenário mais promissor. (PÉREZ-SAINZ, 1998, p. 64)

Pérez-Sainz (1998) contribuiu para o debate sobre a nova informalidade ao desenvolver o conceito de neoinformalidade, influenciando um grupo de autores que se dedicaram a estudar as transformações recentes impostas a questão da informalidade na América Latina e no Brasil, a partir dos processos de reestruturação produtiva e da globalização da economia. O autor, finalizou seu artigo intitulado “¿Es necesario aún el concepto de informalidad?” comentando que as recentes reestruturações produtivas e sociais possibilitam afirmar que atualmente não se estaria diante de um mero prolongamento do passado e que, portanto, seria necessário refletir que estamos diante de um mundo do trabalho novo,

[...] el cual las categorías analíticas del modelo anterior no parecen tener suficiente poder interpretativo, y que el concepto de informalidad se está convirtiendo, progresivamente, en una reminiscencia del pasado sin mayor utilidad para explicar el presente y, sobre todo, para imaginar el futuro (PÉREZ-SAINZ, 1998, p. 69).

Nesse sentido, o autor propõe a se buscar pensar novos conceitos que possam retratar a nova realidade que se apresenta em meio às mudanças vivenciadas no mundo do trabalho, em torno da questão formal/informal.

Na busca por entender essas “*novas conformações*”, alguns autores no Brasil (LIMA e SOARES, 2002, entre outros), incorporaram a noção de nova informalidade

com o intuito de refletir sobre a contínua ampliação da informalidade que se dá de forma cada vez mais relacionada com o desenvolvimento capitalista.

Assim, ao analisar os conceitos de informalidade e de setor informal, Lima e Soares (2002, p.167) afirmam que, nesse panorama global, onde se sobressaem a flexibilidade e a desregulamentação do mercado de trabalho, emerge a “nova informalidade” como sinônimo da “*flexibilização dos novos tempos*”, que seria caracterizada por incorporar, na informalidade, contingentes de trabalhadores oriundos do mercado formal, diferenciando de épocas anteriores, pois esta situação deixa de ser uma situação transitória para ser definitiva.

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) analisaram também os conceitos de informalidade/trabalho informal expondo que cada um deles está relacionado a fenômenos econômicos bastante heterogêneos, “tanto no que se refere às suas respectivas naturezas quanto às suas diferentes dinâmicas”. Entretanto, apesar da sua diversidade, podem contribuir “na caracterização da dinâmica e dos processos mais gerais do mercado de trabalho”, desde que sejam definidos teórica e operacionalmente de forma clara (FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004, p. 211). Estes autores afirmaram que:

Sob o manto da informalidade, foram e são feitos estudos sobre fenômenos de naturezas muito distintas e que possuem dinâmicas específicas, como por exemplo, as micro-empresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas, etc. (FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004, p. 212).

Portanto, se propuseram a examiná-los atentamente, confrontando três conceitos de informalidade/trabalho informal, os quais foram: setor informal, economia não registrada (ou subterrânea) e atividade não fordista. Após examinar os conceitos de setor informal e de economia subterrânea, apontados respectivamente com as atividades não tipicamente capitalistas e com as atividades e relações de trabalho ilegais, eles se inclinaram a estudar o conteúdo formado pela integração dos critérios que os diferenciavam, o que lhes permitiu expandir o conceito de informalidade.

Reportando-se diretamente ao Brasil, Filgueiras, Druck e Amaral (2004) comentam que ao longo da década de 1990 houve uma ampliação da informalidade, em decorrência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais

(capitalista e/ou legais) para as atividades informais (não tipicamente capitalistas e/ou ilegais) originando-se ao que se denominou de “*nova informalidade*”.

No Brasil, essa “nova informalidade” - que resulta do processo de reestruturação produtiva - tem levado ao crescimento do número de autônomos (algumas vezes assalariados disfarçados) que trabalham para as empresas, isto é, uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais – muito impulsionada pelo processo generalizado de terceirização que redefiniu nos anos 90, relações de trabalho já existentes. Além disso, em virtude da entrada de novas pessoas na informalidade, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais, essa “nova informalidade” também se expressa na criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como na redefinição de outras anteriormente já existentes (FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004, p. 215).

Desta forma, a “*nova informalidade*” seria caracterizada pela presença tanto de novos quanto antigos trabalhadores informais que se dispõem a se inserir em atividades informais velhas e/ou novas, estando elas vinculadas ou não com os processos produtivos formais.

Assim, podemos afirmar, em acordo com os autores, que em meio ao movimento da globalização, a reestruturação produtiva e suas formas flexíveis de organização e produção têm agravado o quadro de precariedade já demarcado nos países periféricos, constituindo-se assim o fenômeno da “*nova informalidade*”. Neste contexto, Araújo (2011) salienta que:

A riqueza da noção de nova informalidade está no fato dela permitir identificar as transformações nas atividades identificadas como tradicionais e típicas do “setor informal” (como o trabalho autônomo) e as conexões entre as pequenas ou micro empresas, o assalariado desprotegido e outros tipos de relações de trabalho com a dinâmica de acumulação de capital na sua atualidade (ARAÚJO, 2011, p.179).

Um elemento importante a se destacar nessa discussão refere-se ao fato de que, na informalidade, não há apenas trabalhadores em condições precárias. Há também um contingente de trabalhadores que conseguiram obter níveis de rendas superiores ao obtido no setor formal, preferindo, portanto, permanecer nessa informalidade. Portanto, ao considerar o trabalho informal, deve-se estar atento para o fato de este não se restringir apenas a atividade de sobrevivência; estando, portanto, inserido na lógica de expansão do sistema capitalista, em que “cada vez mais tem se tornado tênue as fronteiras entre formal e informal”, em que o trabalho informal, “longe de ser

suplementar”, tem “cada vez mais sido incorporado pelo núcleo capitalista” (TAVARES, 2004, p. 16).

Mediante ao modo de acumulação capitalista que se apresenta atualmente, a terceirização se constitui um componente central, pois, por meio dos processos de flexibilização e de terceirização das relações de trabalho, “a informalidade se encontra hoje no coração da formalidade”, como afirmou Araújo (2011, p. 179). A terceirização se configura como um elemento indispensável na procura por maior produtividade e redução de custos, e, portanto, de maiores lucros. Nesse cenário, são constituídos e reconstituídos formas de trabalho precárias, tendo por base a utilização intensiva de mão de obra, agregando um contingente da força de trabalho antes deixada à parte desse processo, como os ex-formais, as mulheres e, infelizmente, até crianças; sendo esses dois últimos utilizados principalmente no trabalho a domicílio, como enfatizado no capítulo 3 desta tese.

Dentro do panorama abordado neste capítulo, podemos ressaltar que a nova forma de acumulação capitalista que se apresentou como saída à crise e que se instaurou inicialmente nas economias centrais ao longo da década de 1970, provocou severas alterações nas relações de trabalho e no próprio espaço produtivo. O trabalho organizado, padronizado da era fordista e visibilizado nas economias centrais foi significativamente solapado, dando abertura a “novas” formas de relações de trabalho, em que os regimes de contratos antes regulares, conquistados a base de muitas lutas sociais, foram substituídos por regimes flexíveis, como abordamos, prevalecendo o trabalho temporário, parcial, subcontratado, terceirizado e/ou informal; constituindo-se assim, uma reconfiguração do mercado de trabalho e do espaço produtivo.

Essas alterações também reverberaram sobre os países periféricos a partir de meados da década de 1980, embora em proporções diferentes, tendo em vista as realidades socioeconômicas entre países periféricos e centrais serem bastante divergentes. Nesse contexto, no próximo item deste capítulo, estaremos buscando apreender, de forma sucinta, as consequências das transformações ocorridas em meio ao processo de globalização para a sociedade brasileira, no que se refere ao seu processo de industrialização e às formas de relações e de organizações do trabalho, procurando focar especificamente na região Nordeste, região esta marcada por um estigma de pobreza e de atraso.

1.4 Brasil e Nordeste: Cenários do mundo do trabalho em meio ao processo da globalização.

Percorrer um campo tão vasto de discussão quanto o mundo do trabalho, mesmo que buscando localizar o debate (Brasil e o Nordeste), exigiria de qualquer pesquisador um esforço sobre-humano para prosseguir em uma análise concisa e coerente. Assim, com o intuito de delimitar o nosso espaço de investigação, o cenário que estaremos observando em relação ao mundo do trabalho em meio ao processo de globalização será o vinculado ao setor industrial, procurando perceber, portanto, como este foi sendo conformado no Brasil e em especial na região Nordeste.

Assim, iniciaremos nossa discussão percorrendo o processo de industrialização vivido pelo Brasil, buscando sempre focar no Nordeste, salientando as configurações das relações e organizações do trabalho que se delinearam em meio a esse processo.

A industrialização no Brasil iniciou seu crescimento no âmbito do Governo de Getúlio Vargas, no começo da década de 1930. Podemos constatar que esta ocorreu de forma tardia se comparada dos países centrais. Neste período, o capitalismo mundial chegava a sua fase monopolista e atravessava sua primeira grande crise, conhecida como crise de superprodução, culminada em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Como consequência desta, o comércio internacional sofreu uma brusca queda, afetando seriamente as exportações brasileiras, que neste período estava baseado no setor primário, tendo como seu principal produto de exportação o café, que se configurava o ciclo daquele momento. Por outro lado, as importações brasileiras de bens de consumo não duráveis e duráveis também foram afetadas, principalmente os produtos têxteis e alimentícios; surgindo, assim, a necessidade de incentivos à produção interna, a fim de atender a demanda já existente. A partir desse período, o governo procurou adotar medidas de incentivo à industrialização, dando início a primeira fase do que ficou conhecido na literatura econômica de “*Modelo de Substituição de Importação*”, que foi implementado ao longo das décadas seguintes.

Em relação ao início do processo de industrialização do Brasil, não podemos deixar de perceber a importância que a Revolução de 1930 desempenhou nesse momento, pois,

[...] pela primeira vez, um governo no Brasil adotou uma posição favorável à industrialização, criando mecanismos de apoio e participação do poder público no processo, inclusive com proteção à indústria nacional de frente aos produtos importados (BRUM, 2000, p. 210).

É interessante observamos que esses elementos que desencadearam o processo de industrialização brasileira estão atrelados às necessidades inerentes de acumulação do capital, como enfoca Oliveira (2006). No caso do Brasil, esse processo foi mediado pela atuação do Estado, que atentou às necessidades da classe dominante do país, promovendo as condições necessárias ao desenvolvimento das forças produtivas.

Este autor também chama a nossa atenção sobre a discussão dos fatores que desencadearam o processo de industrialização do Brasil via os mecanismos de substituição de importação, pois, segundo ele, acaba-se passando a ideia de que “*a industrialização substitutiva de importação funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção*”, ou seja, da acumulação. Além disso, deve-se ter em conta que as formas de consumo, neste momento, eram “*impostas de fora para dentro do país*” e indicavam não haver relações diretas com sua estrutura de classe e a sua distribuição de renda. Isso, portanto, reforça a ideia de que “*a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender as necessidades da acumulação, e não as do consumo*” (OLIVEIRA, 2003, p. 49-50). Sintetizando essa discussão, Oliveira afirma:

Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a substituição de importação é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente (OLIVEIRA, 2003, p. 51).

Desse modo, é sob o “*Estado Novo*”, imbuído de uma postura nacionalista, populista e autoritária, que a industrialização do Brasil foi sendo conduzida através de uma maior intervenção do Estado na economia, tendo como foco estratégico para o setor privado a substituição de importação. A postura do Estado em incentivar a industrialização exigiu grandes investimentos, particularmente em infraestrutura e na produção de insumos básicos, pois não havia no país capitais privados disponíveis, nem capitalistas dispostos a investir nesses setores. Assim, através de uma política protecionista e um planejamento mais sistêmico, a capacidade produtiva do Brasil foi sendo erguida através da criação de empresas estatais em setores estratégicos para a

consolidação da indústria nacional, como os setores energéticos, siderúrgicos, petroquímicos, metálicos, entre outros¹⁵.

O Estado foi assumindo progressivamente o papel principal como agente do desenvolvimento brasileiro, quer exercendo a função de protetor da indústria nacional em face da concorrência externa, quer como produtor, através da criação de empresas estatais nos setores considerados estratégicos e que exigiam volumes elevados de capital, altos riscos para os investimentos e longo prazo de maturação e, por isso, de retorno lento. Este foi um período marcado por forte tendência à estatização da economia brasileira.

Na implementação de seu projeto de desenvolvimento para o Brasil, o Governo Vargas contemplou ações que interferiram na relação capital e trabalho, procurando a conciliação entre as classes, isto é, um equilíbrio de entendimento entre empresários e trabalhadores, tendo como mediador o Estado, que se efetivava, por um lado, com o governo fornecendo proteção às empresas de capital nacional frente à concorrência externa, bem como concedendo incentivos e créditos subsidiados e, por outro, estendendo benefícios aos trabalhadores. Esta postura ficou nítida quando, em novembro de 1930, o governo criou o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. A própria denominação desse ministério, já deixava claro o propósito “*conciliatório de classes*” deste governo, tendo-se em um mesmo órgão de primeiro escalão a vinculação de empresários e trabalhadores.

Foi após a criação desse ministério que, ao longo da década, foram sendo implementadas algumas leis de proteção aos trabalhadores, regulando a jornada de trabalho, as questões vinculadas às férias, ao repouso semanal remunerado, ao salário mínimo e a outros benefícios. Em 1943, toda a legislação trabalhista e sindical, até então implementada, foi reunida; culminando na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

Os benefícios concedidos pelo governo aos trabalhadores neste período não estavam vinculados ao seu lado bondoso e generoso, mas se orientavam no sentido de reprimir os esforços de organização da classe trabalhadora urbana que despontava nesse momento. Assim, tornava-se necessário apaziguar os interesses, a fim de manter a classe trabalhadora submissa e controlável. Logo, com essa política “paternalista”, sob o

¹⁵ Estes empreendimentos são intensificados na década de 1940, quando se tem a criação de diversas empresas estatais, como exemplos: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN em 1941) a Companhia Vale do Rio Doce (em 1942), a Fábrica Nacional de Motores (FNM, em 1943), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF, em 1945).

slogan “pai dos pobres”, o governo de Vargas conseguiu atrair para si o apoio generalizado dos trabalhadores, ao seu projeto de desenvolvimento.

No que se refere à forma de organização do setor industrial do Brasil, foi também durante a década de 1930 que os elementos do modelo de organização baseado no Taylorismo foram sendo implementados por algumas lideranças empresariais paulistas, como forma de racionalização do trabalho, tendo sua expressão mais definida com a formação do Instituto de Organizações Racional do Trabalho – IDORT, em 1931. Uma das orientações centrais do empresariado foi o incentivo ao ensino industrial, tendo como objetivo qualificar os trabalhadores locais; visando, assim, substituir a mão-de-obra estrangeira pela nacional. Foi nesse contexto que se deu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, Serviço Social da Indústria - SESI, entre outros. Em relação a essas ações, Druck (1995) comenta que:

O caráter deste ensino estava dado pela necessidade de educar e disciplinar os homens na sua vida produtiva, no trabalho e fora dele, como forma de adequar seu comportamento social às novas exigências do processo de industrialização, marcado pela ideologia da racionalização (DRUCK, 1995, p. 51).

Esse momento significou uma nova fase para o desenvolvimento do capitalismo no país, pois foi a partir de então que se começou a difundir o trabalho assalariado, configurando-se, assim, numa nova forma de relação entre o trabalho e o capital e refletindo em um novo modo de produzir e viver para a classe trabalhadora.

Ao focarmos nosso olhar para a região Nordeste, no que se refere a esse período, percebemos que a crise que iniciou no cenário internacional em 1929 também afetou esta região, de forma peculiar. Como enfatizamos anteriormente, o governo estava procurando dar suporte às atividades que haviam sido atingidas pela crise; e atento ao momento de queda da demanda por produtos importados, mas também inserido numa lógica de acumulação, iniciou um processo de industrialização, tendo como parâmetro o modelo substituição de importação.

Embora a proposta do governo na década de 1930 consistisse em incentivar o desenvolvimento da indústria em todo território nacional, essas medidas foram basicamente direcionadas para o Centro-Sul. Quanto à região Nordeste, a atuação do governo se voltou basicamente para o setor de maior importância desta região no momento - a cana de açúcar - com o intuito de amenizar os impactos da queda na demanda internacional. Vale enfatizar que a demanda interna por este produto também

se apresentava em declínio, pois a região Sudeste já começava a despontar com um crescimento considerável nesta atividade. Assim, a ação do Governo para a região Nordeste foi em direção de criar mecanismos que dessem suporte a essa atividade, conforme afirmou Andrade (1981).

Embora predominantemente agrícola, tendo na agroindústria do açúcar vinculada à exportação sua maior expressão no valor do seu produto, é interessante contextualizar que já no início do séc. XX, a economia nordestina apresentava um incipiente desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira, que foi gestada ainda no século XIX¹⁶, através de iniciativas privadas oriundas de famílias locais e capital vindo dos grupos ligados ao comércio externo (exportação e importação). Esta atividade não conseguiu imprimir um ritmo diferenciado ao desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste.

Nesse contexto, a fase que se instaura após 1929, no Brasil, definiu o contorno da função que a indústria passaria a ter no que se refere às articulações entre as regiões. A partir de 1930, o Estado, em comum acordo com os interesses dos industriais do Centro-Sul, em especial do estado de São Paulo, passou a intervir; favorecendo a atividade industrial e o intercâmbio comercial entre as regiões, eliminando os obstáculos institucionais, a exemplo dos impostos estaduais sobre o comércio entre as unidades da federação, e desenvolvendo o sistema de transporte para a circulação da produção (GUIMARÃES NETO, 1989; OLIVEIRA; 1993).

Esta postura resultou para o Nordeste a função de fornecedor de mão-de-obra e consumidor dos bens produzidos no Centro-Sul; implicando no avanço da indústria paulista, sobretudo no mercado desta região, destruindo a incipiente produção local, não alterando, portanto, as relações sociais de trabalho nordestinas.

Como os investimentos mais expressivos para a indústria foram direcionados para o Centro-Sul, isso acabou contribuindo para que fossem geradas as condições necessárias a concentração de riquezas nesta região em detrimento das demais. Nesse sentido Oliveira (1993) afirma:

A penetração das mercadorias produzidas no Centro-Sul, e posteriormente a própria penetração de grupos econômicos do Centro-Sul, que precede à

¹⁶ É interessante destacar que, já no século XIX, o Nordeste dispunha de um parque industrial heterogêneo (fiação, tecelagem, chapéu, óleos vegetais, charutos, carroças, etc.), em algumas cidades. Entretanto essas indústrias não foram capazes de impor um maior dinamismo à região, pois estavam basicamente voltadas a atender a demanda local (ANDRADE, 1981, p. 36).

própria SUDENE, destruía as bases da economia “regional”, tanto agrícola quanto industrial (OLIVEIRA, 1993, p. 111).

Em meados da década de 50, o processo de industrialização brasileiro ganhou novo impulso, passando a configurar a segunda fase do modelo de substituição de importação, voltado para a produção de bens de consumo duráveis. Nesse momento, o então governo Juscelino Kubitschek - JK, ao adotar como slogan de campanha “cinquenta anos em cinco”, apresentou uma proposta de desenvolvimento baseado no planejamento e envolvendo os diversos setores da economia, que ficou conhecido como Plano de Metas. É, portanto, a partir do governo JK, que o país adquiriu certa maturidade e começou a apresentar uma nova forma de inserção no cenário internacional.

Além de propor a expansão da atuação do Estado nos setores estratégicos da economia, o governo se mostrou favorável à entrada de capital estrangeiro no país, principalmente o capital produtivo, incentivando-os através de subsídios, facilitando a entrada de algumas multinacionais no país, como o caso de algumas montadoras de automóveis, símbolo maior do modelo fordista de produção.

Referindo-se a esse período, em sua tese, Druck (1995) afirma que:

Todo o espírito taylorista pode então ser aplicado com mais segurança. Todos os elementos necessários para implementar a gerência científica estavam dados e agora eram reforçados com as novas fábricas que se instalaram no país. Os capitais estrangeiros investidos aqui, através das multinacionais, traziam o padrão fordista de gestão do trabalho e encontravam um ambiente extremamente fértil para sua aplicação (DRUCK, 1995, p. 53).

Entretanto, o modelo de organização do trabalho fordista implementado no Brasil não se constituiu aos moldes do fordismo americano, com a integração entre ampla parcela da população tendo acesso ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo, bem como não se instituiu um Estado do Bem-Estar-Social. Pelo contrário, houve um acentuado processo de exclusão social. Isso não significa que o Estado brasileiro tenha se mantido ausente nesse processo, pelo contrário, terminou contribuindo decisivamente para fortalecer as práticas racionais, sustentadas num padrão de intensificação de uso da força de trabalho, através de um forte autoritarismo e, respaldadas pelas leis trabalhistas existentes. Sobre esse cenário, Leite (2003) afirma que:

[...] baseando-se em um forte autoritarismo, o gerenciamento do trabalho caracterizou-se pela extrema parcelização das tarefas, pelo uso extensivo de forças de trabalho não qualificado, por altas taxas de rotatividade, pela adoção de complexas estruturas de cargos e salários, voltados para estabelecer a divisão coletiva operária e o controle sobre os trabalhadores. Tais características da forma de utilização da mão de obra apoiavam-se por sua vez, na legislação trabalhista, baseada no contrato individual de trabalho e no contexto político de autoritarismo que predominava no país (LEITE, 2003, p. 68).

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, nesse período, consolidou-se com base num padrão fordista incompleto, precário e tardio, de acordo com Druck (1995); ou na concepção de Lipietz (1989), como um fordismo periférico¹⁷. Isso, no entanto, não impediu que o país se modernizasse, obtendo uma das maiores taxas de crescimento do seu PIB, em relação aos demais países da América Latina, e conseguindo construir uma base produtiva que posteriormente serviu para dar suporte a um crescimento econômico expressivo, durante o período conhecido como “milagre econômico”.

Oliveira (2003), ao analisar o processo de expansão do capital e, conseqüentemente, o padrão de industrialização no Brasil, verificou que este foi marcado por algumas especificidades estruturais, salientando a imbricação entre relações e formas de produção arcaicas e modernas, envolvendo-as num movimento dialético de complementariedade e oposição e sendo, portanto, funcional à lógica de acumulação do capital global.

A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberada exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003, p. 50).

Desta arte, podemos perceber que o desenvolvimento industrial no Brasil ao longo de sua história teve características peculiares, o que o diferencia dos países centrais. Isso se estende ao seu mercado de trabalho, pois em meio a todo esse processo de modernização que acompanhou o processo de industrialização nas suas diversas fases, sempre existiu um elemento de aparentemente contradição, havendo a convivência de práticas de trabalho baseado nos moldes do sistema fabril e regido pelas

¹⁷ O economista francês Lipietz caracterizou o “fordismo periférico” como “uma caricatura do fordismo, uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordista, ainda que sem as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo das massas” (LIPIETZ, 1998, p. 310).

leis trabalhistas e práticas de trabalho que não passavam por esse crivo. Entretanto, ambas estavam regidas pela lógica do mercado, tendo sua funcionalidade para a acumulação do capital.

No que se refere à região Nordeste, o período de consolidação da indústria de bens duráveis acentuou a funcionalidade que esta região teve no processo de acumulação de capital. Entretanto, foi possível perceber certos avanços, embora incipientes, em relação à postura do Estado no que se refere ao dinamismo regional com foco na indústria, já que se tinha na pauta da política governamental a concepção de que o planejamento econômico poderia orientar o novo padrão de acumulação de capital.

É fato que a ação do Estado, em relação à situação “desfavorável” do Nordeste, só se modificou quando algumas forças populares, como as Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, começaram a ameaçar a hegemonia burguesa nacional, demarcando os problemas concernentes à questão social na região. Este quadro levou a pressionar o governo a tomar um posicionamento, já que esses movimentos organizados davam sinais de uma possível revolução socialista, constituindo-se como fonte de influência aos demais movimentos sociais existentes no país. Podemos ainda acrescentar, a esse quadro, as secas de 1951-53 e de 1958, que mais uma vez afetaram a vida de grande parte da população nordestina, alimentando a sua insatisfação e acentuando as diferenças regionais, conforme afirmou Carvalho (1988).

Nesse contexto, passa o Nordeste a ser considerado, no cenário nacional, como a “*região problema*”; necessitando, portanto, de uma intervenção mais enérgica. Assim, foi que se criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN que, em ação conjunta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, e sob o comando do Economista Celso Furtado, passou a elaborar um diagnóstico sobre a realidade socioeconômica e política desta região, entre os anos de 1957 a 1959.

O relatório final do GTDN propunha uma política para o desenvolvimento regional, tendo por base a “industrialização orientada”, como forma de enfrentar a pobreza e a geração de renda deficiente e notória na região Nordeste. Para implementar as propostas do relatório do GTDN, foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela lei n. 3.692, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, mesmo em meio a fortes pressões políticas contrárias a sua efetivação, vindas de oligarquias nordestinas, de acordo com Cohn (1978).

As ações da SUDENE foram norteadas por quatro planos diretores, os quais especificavam as diretrizes que deveriam ser tomadas em cada setor da economia, levando-se em consideração os “*pontos de estrangulamentos*” apontados pelo GTDN ao desenvolvimento regional. Em relação ao setor industrial do Nordeste,

Baseando-se no diagnóstico, diretrizes e recomendações do GTDN, as propostas iniciais da SUDENE privilegiavam um programa de reestruturação e modernização das indústrias têxteis nordestinas, financiando a substituição dos seus equipamentos obsoletos e a renovação das suas práticas de organização e administração; a criação de condições especialmente favoráveis para a importação de equipamentos, isenção de taxas de impostos, recomendação ou aval para a obtenção de empréstimos e também um assessoramento técnico para aquelas empresas que fossem consideradas como prioritárias e relevantes para o desenvolvimento regional; a elaboração de anteprojetos industriais e de esquemas que atraíssem empresários e empréstimos governamentais e também algumas medidas de apoio indireto, necessários à industrialização (CARVALHO, 1987, p. 69).

As medidas adotadas para o setor industrial do Nordeste, ao mesmo tempo em que orientou/financiou os investimentos produtivos locais, através dos incentivos fiscais conhecidos como 34/18, também favoreceu a desconcentração do capital do Centro-Sul, que encontrando as condições propícias, expandiu sua capacidade de acumulação, utilizando desses incentivos bem como da mão-de-obra barata que se encontrava em abundância no Nordeste.

Os resultados do programa de industrialização, sob a égide do 34/18, são fartamente conhecidos no campo da transferência da hegemonia da burguesia internacional-associada do Centro-Sul para o Nordeste. Os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que, em alguns casos, mesmo quando operem a capacidade ociosa, mesmo quando representem duplicação de produções que numa visão marginalista, poderia ser mais econômicas no Centro-Sul, asseguraram a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional. Ainda quando os resultados do programa de industrialização deixem a desejar em termos de criação de empregos, ou que se afastem do padrão “*labour intensive*” que preconizava a SUDENE nos seus primórdios, é inegável que a economia do Nordeste integrou-se completamente à economia nacional (OLIVEIRA, 1993, p.12, **grifo nosso**).

Desse modo, o processo de industrialização que ocorreu no Nordeste, a partir das ações da SUDENE, embora tenha proporcionado uma maior integração econômica, serviu muito mais aos interesses do capital nacional localizado em especial no Centro-Sul, que propriamente para amenizar as desigualdades regionais. Entretanto, é importante frisar que, como resultado dessas “*inversões*”, a economia nordestina passou a acompanhar o crescimento da economia nacional, chegando em alguns períodos até a

superá-lo. Mas, no geral, o quadro socioeconômico da região em pouco foi alterado, pois as iniciativas com foco na industrialização acabaram ocupando os espaços mais dinâmicos de alguns estados, formando “os polos industriais e agroindustriais” geralmente localizados nos centros urbanos, permanecendo assim atrasadas as áreas vinculadas ao latifúndio agrário, os minifúndios de subsistências e a zona semiárida, que continuou vulnerável aos longos períodos de estiagens. Logo, as políticas implementadas neste período não foram suficientes para romper com a realidade de pobreza e de atraso em relação ao resto do país. Frente a essa realidade, também se percebe que a industrialização ocorrida na região nordestina não foi capaz de modernizar as relações sociais de trabalho aí existentes. O que se verificou foi a proliferação de atividades de contornos contratuais, organizativos e tecnológicos das mais variadas formas, que buscaram adaptar-se face à penúria do mercado de trabalho regional, formado por uma mão-de-obra não qualificada, conforme mostram as análises de Araújo (1997) e Guimarães Neto (1997).

Voltando-nos ao contexto nacional, em termos gerais, o país continuou apresentando índices significativos de crescimento, até meados da década de 1970, período marcado pelos governos militares, entretanto a desigualdade regional ainda continuou persistindo. Nesse período, a estrutura industrial do país se consolida com a implementação da terceira fase do modelo de substituição de importação, focado na produção de bens de capitais e de insumo básico. Essa expansão foi possível graças a maior participação do capital estrangeiro, agora na forma de capital financeiro, e uma ampla participação do Estado, contando também com participação de empresas nacionais. Os recursos financeiros vieram basicamente do exterior através de empréstimos, oriundos através do mercado financeiro, na forma de capitais de alto risco e das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Esta fase mais vigorosa de crescimento econômico nacional, que corresponde precisamente aos anos de 1967-1973, chamado de “Milagre Brasileiro”, também significou um período de intensa expansão industrial no Nordeste sem que, no entanto, houvesse alterações expressivas na sua estrutura agrária e na distribuição de renda, bem como nas relações sociais de trabalho, como enfatizamos anteriormente.

A partir da segunda metade da década de 1970, o cenário começou a ser modificado, pois os recursos externos começaram a ficar cada vez mais escassos, e o então modelo de substituição de importação sob o qual se baseou o crescimento da

economia brasileira entra em crise, indicando também o esgotamento do modelo fordista implementado no Brasil.

Assim, já na década de 1980, um conjunto de medidas de caráter recessivo, objetivando ajustar a economia, foi adotado; a fim de atender aos credores externos (FMI, BIRD), através de planos de estabilização que passaram a ter como meta prioritária o combate à inflação.

No que se refere à estrutura produtiva do país, a década de 1980 não trouxe grandes alterações, sendo esta uma década marcada pela estagflação, com pouco desenvolvimento tecnológico e configurando perdas significativas em termos de competitividade a vários setores industriais do país.

Em termos de organização do trabalho, as mudanças foram pontuais em alguns setores da atividade produtiva, nos quais se buscou trazer o trabalhador como parceiro nas relações de poder, no interior das empresas, com o intuito de se aumentar a produtividade e a competitividade. Para isso, as empresas começaram a adotar práticas de organização do trabalho que tinham o modelo Japonês como referência, implementando inicialmente os círculos de controle de qualidade - CCQ,s. A implementação dos CCQ,s, em muitas empresas, teve a intenção de “*desviar o ímpeto participativo dos trabalhadores*”, voltando-os para os interesses das empresas, já que neste período começava a florir a insatisfação popular, expressadas através das mobilizações dos sindicatos e dos movimentos sociais. (LEITE, 2003, p. 73)

Vale salientar que as novas práticas de gestão não foram aplicadas de forma hegemônicas e harmoniosas em todas as empresas, pelo contrário, houve momentos de resistências não só por parte dos trabalhadores, mas também em relação a algumas empresas, por acreditarem que ao adotar a lógica de organização baseada nos CCQ,s estariam perdendo o controle e a autoridade, ao delegarem alguma autoridade aos trabalhadores.

Outras práticas vinculadas ao modelo japonês de gestão do trabalho foram sendo adaptadas e implementadas ao longo da primeira metade da década de 1980, como forma de promover o aumento da produtividade e a qualidade dos produtos (LEITE, 2003). Assim, paulatinamente, foi se configurando um processo de reestruturação produtiva no país, sendo intensificado apenas na década seguinte.

De acordo com Fleury (1995, p. 96), a década de 1980 foi um período de transição entre “uma situação de não competitividade e uma situação de competição”,

que apenas se concretiza na década seguinte através da concorrência trazida pela abertura comercial.

Assim, diante do exposto, podemos afirmar que os problemas socioeconômicos enfrentados na década de 1980 acabaram revelando uma perda do dinamismo do modelo implementado nas décadas anteriores. Entretanto, ainda não havia um processo de reestruturação produtiva efetiva, como enfatizamos anteriormente.

Também é importante salientar que esse período correspondeu à transição entre a ditadura militar e a redemocratização do país. Nesse cenário, assistiu-se a uma revitalização dos movimentos sociais e dos movimentos dos trabalhadores, através da atuação dos sindicatos, proporcionando um momento de importantes mudanças no cenário político do país. Foi descrevendo essa situação que Krein (2001) afirmou:

A expressão adquirida pelo movimento sindical na sociedade, junto com outros movimentos sociais e partidos de esquerda, possibilita, em 1989, a aglutinação de uma força social que disputa, como um projeto próprio – e quase vitorioso, o redirecionamento do modelo de desenvolvimento brasileiro. Em outros termos, o movimento sindical adquire uma participação inédita no cenário econômico, político e social da sociedade brasileira, conseguindo, diferentemente de muitos países, inibir a desestruturação nesse período. (KREIN, 2001, p. 84)

No que se refere ao desempenho industrial da região Nordeste, na década de 1980, verificamos que embora esta também tenha sentido os impactos da crise que se instalou a partir de meados desta década, ela foi menos atingida que as demais regiões do país. Isso ocorreu porque a crise afetou mais diretamente os setores produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis, e esses segmentos tinham pouca expressividade na economia nordestina, já que a indústria que se instalara nela acabou se especializando basicamente em bens intermediários, dos quais partes importantes eram destinadas às exportações. Assim, conforme análise de Araújo (1997), o setor industrial nordestino acabou sendo menos afetado que o nacional.

Já a década de 1990, representou, exatamente, o período de inserção da economia brasileira no cenário internacional. Para isso, o então governo Collor, eleito em 1989, aderiu aos ideais neoliberais, promovendo um processo de desregulamentação comercial e financeira no país. Essa trajetória foi inibida parcialmente com o seu *impeachment*, sendo retomada pelo seu vice-presidente Itamar Franco, através de políticas adotadas pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso - FHC,

que ao adotar como plano de estabilização o “*Plano Real*”, firmou a inserção do país à lógica de acumulação global.

Na eleição seguinte, FHC é eleito o presidente do Brasil e dá sequência a uma reforma estrutural que teve impactos significativos sobre o mercado de trabalho. Entre essas reformas tem-se a reforma da previdência e as institucionais, que envolveram tanto o setor econômico privado, com a quebra de monopólios, redefinições das empresas nacionais e a própria relação Estado e mercado; como o público, através das privatizações, favorecendo a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. Assim, há uma ruptura no papel do Estado em relação ao desenvolvimento do país, deixando de ter a função de provedor do desenvolvimento, para se tornar um agente articulador, ao favorecer o processo de auto regulação do mercado, conforme salientou Krein (2001).

No que se refere ao setor produtivo, a concorrência acirrada com o mercado internacional levou as empresas a terem que se adaptar, passando a se reestruturar produtivamente. Alguns setores produtivos menos competitivos tiveram pouco êxito no processo de reajuste, como a indústria têxtil, o que culminou com o fechamento de várias empresas desse ramo de produção, como afirmaram Campos e Paula (2006, p. 598).

Num primeiro momento, a reestruturação produtiva vivenciada pelas empresas no Brasil esteve voltada mais precisamente para as inovações organizacionais e, apenas posteriormente, ocorreram incrementos tecnológicos na estrutura produtiva. Assim, inicialmente, as empresas adotaram formas de gestão do trabalho “mais compatíveis com as necessidades de flexibilização da produção”, buscando o “envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e produtividade” (LEITE, 2003, p.79). No momento seguinte, passaram a aderir, também, às inovações tecnológicas e informacionais, principalmente os setores mais dinâmicos.

De modo geral, as empresas começaram a se organizar de modo mais flexível adotando, para isso, formas de relações de trabalho flexíveis, combinando terceirização, subcontratação, trabalho parcial, entre outras formas de relações de trabalho, partindo para uma descentralização da produção, “*sob a alegação da concorrência internacional, deflagrando um movimento de mudanças geográficas, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e incentivos fiscais ofertados pelos Estados*” (ANTUNES, 2006, p.18). Ou seja, implementando, assim, uma flexibilidade produtiva compatível com as novas condições de acumulação capitalista.

Essas alterações fomentaram mudanças significativas no mercado de trabalho brasileiro nesta década, à medida que foram destruídos postos de trabalhos formais e, em contrapartida, observou-se o crescimento mais acentuado que na década anterior do trabalho informal, autônomo, do desemprego e, concomitantemente, da precarização do trabalho.

Assim, as modificações estruturais ocorridas no início da década de 1990, que acompanharam a reestruturação produtiva no país, proporcionaram a desregulação do mercado de trabalho, baseado num processo de flexibilização e desconcentração das relações de trabalho e promovendo o aumento da desigualdade social e da pobreza.

Estes elementos são importantes para compreendermos as transformações que ocorreram na região Nordeste, neste período; tendo em vista que, ao procurar adaptar-se a nova realidade competitiva, as áreas mais dinâmicas dos complexos ou polos industriais e dos polos agroindustriais foram reforçadas¹⁸, consolidando os “arquipélagos de prosperidade¹⁹”.

É interessante ressaltar que, ao lado dessas áreas prósperas, permaneceram intocáveis as áreas de pobreza e miséria, configurando um quadro heterogêneo da realidade socioeconômica do Nordeste; onde se verificou, em alguns pontos, a inserção de avanços produtivos e, em outros, a permanência de formas arcaicas, influenciando assim, no dinamismo e na configuração do seu mercado de trabalho, conforme nos colocou Guimarães Neto (1997).

Apesar de a região Nordeste apresentar um espaço heterogêneo, tanto no que se refere às questões intra quanto inter-regionais, este se desenvolve em sintonia com o movimento de homogeneização do processo de reprodução de capital, como enfatizou Oliveira (1993), mas agora em proporções globais. Essa integração se consolidou com o espaço econômico nacional, estando sintonizado intensamente com o internacional através das áreas mais dinâmicas da região Nordeste, que estavam voltadas especificamente para a exportação, como foi o caso da exploração de petróleo, da fruticultura irrigada e da extração de minérios.

Outro fato importante para se compreender as mudanças recentes no cenário da economia Nordestina, principalmente a partir da década de 1990, diz respeito à “guerra

¹⁸Entre os quais, tem-se: O polo petroquímico de Camacari-BA, o complexo agroindustrial de Petrolina-PE/Juazeiro-BA, o polo Têxtil/confecções de Fortaleza-CE, o polo de fruticultura do vale do Acú-RN, e outros.

¹⁹Expressão utilizada do Francisco de Oliveira (1993) para configurar o desenvolvimento do Nordeste no período da intervenção da SUDENE.

fiscal” travada entre os estados mais dinâmicos da região – Bahia, Pernambuco e Ceará. Esses estados utilizaram os incentivos fiscais para atrair investidores produtivos em meio a uma fase marcada pela liberalização econômica e uma ausência de políticas de desenvolvimento regional definida, dado o esvaziamento da SUDENE. Nesse sentido,

A ausência de explícitas políticas regionais por parte do governo federal abriu espaço à deflagração de uma guerra fiscal entre estados e municípios, que buscavam contribuir para consolidar alguns focos de dinamismos em suas áreas de atuação. A combinação desses dois fatos vai deixando grandes áreas do país a margem: são ditos espaços não competitivos (ARAÚJO, 1997, p. 24).

Esta iniciativa ocorreu exatamente no momento em que as indústrias do Centro-Sul procuravam reduzir seus custos de produção, estando em processo de reestruturação produtiva. Assim, muitas empresas intensivas em mão-de-obra, como o caso da indústria têxtil, deslocaram-se para o Nordeste, aproveitando os salários mais baixos e os incentivos fiscais. Vale ressaltar que as atividades consideradas dinâmicas, estratégicas e intensivas em capital continuaram localizadas no Centro-Sul, restando para as demais regiões, em especial o Nordeste, as atividades menos intensivas em capital. Isso reforçou não só a tendência ao aprofundamento das diferenciações regionais já herdadas do passado, como enfatizou Araújo (1997), mas também possibilitou que ocorresse uma certa diversificação no mercado de trabalho nordestino, mesmo que essa diversificação tenha sido acompanhada por um crescimento de atividades consideradas “*atípicas*”, no que refere às relações de trabalho, caracterizadas pela ausência da garantia dos direitos trabalhistas e/ou previdenciários, como o caso do trabalho a domicílio que acompanha o setor industrial têxtil e de confecções, via processo de terceirização.

No final da década de 1990, o cenário nacional em relação ao emprego começou a ser modificado, à medida que o setor industrial passou a dar sinais de recuperação, após intenso processo de reestruturação produtiva, e os registros de trabalhadores com carteiras assinadas voltaram a predominar no total das novas ocupações, apontando a recuperação do setor organizado do mercado de trabalho. Entretanto, mesmo que essas tendências perdurem até os dias atuais, elas não se mostraram suficientes para alterar substancialmente o quadro mais geral de baixa estruturação do mercado de trabalho e de precarização (LEITE e SALAS, 2009, p.13). Assim, apesar do quadro positivo que se deslumbrou no início do século XXI, no que se refere à tendência à formalização do trabalho e às taxas de emprego, não devemos deixar de perceber que estas vêm

convivendo com a precarização, que infelizmente não deram sinais de retração. É, portanto, nesse cenário aparentemente contraditório, que o mercado de trabalho brasileiro e, por conseguinte, o nordestino, vem se desenvolvendo ao longo dessa década.

No próximo capítulo estaremos nos detendo mais especificamente em relação à indústria têxtil e de confecções nordestina, focando no Estado de Pernambuco, no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e especificamente no Polo de Confecções de Roupas de *Jeans* de Toritama – PE, com o intuito de compreender a sua formação e suas relações sociais de trabalho.

CAPÍTULO 2

A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES NO NORDESTE E NO POLO DE CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO

Neste capítulo procuramos apreender como se constituiu a indústria têxtil e de confecção no Nordeste, dando um foco especial ao estado de Pernambuco e em seu Polo de confecções localizado no Agreste. Procuramos inicialmente compreender as características deste setor produtivo e o seu desenvolvimento no Nordeste, observando suas conexões com o desenvolvimento nacional e global. Em seguida, nos centramos no Polo de Confecção do Agreste Pernambucano, abordando as questões relacionadas à sua origem e sua vinculação com a dinâmica capitalista atual, atentando principalmente para as configurações que se delineiam no que se refere às relações sociais de trabalho para a realidade local. Por fim, focalizamos nossa investigação na trajetória do Polo de Confecções de Roupas de *Jeans* de Toritama-Pe. Este município faz parte do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco que é composto ainda pelas cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, além de envolver outras cidades da circunvizinhança²⁰.

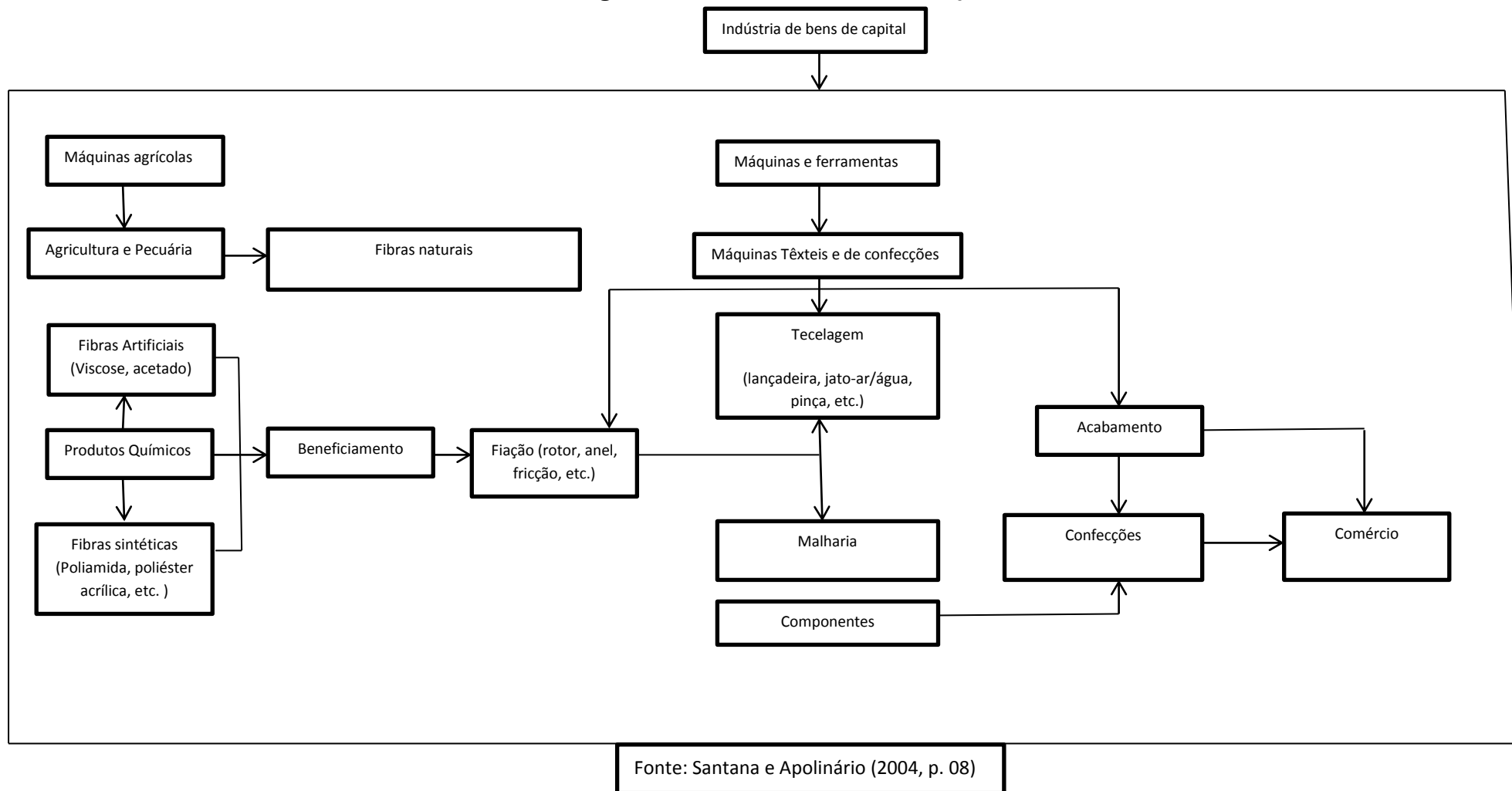
2.1 Caracterização da cadeia têxtil e de confecção

Dentro do segmento industrial, o setor têxtil e de confecção consiste na formação de uma cadeia produtiva que engloba empresas fabricantes de produtos têxteis e de confecções propriamente, mantendo, entretanto, um intenso relacionamento que abarca dois movimentos: *dowstream*, com a agropecuária, a indústria petroquímica e metal mecânica (fornecimento do maquinário industrial), e *upstream*, composto pelo comércio varejista e atacadista, conforme salientou Santana e Apolinário (2004). Especificamente, pode-se afirmar que a cadeia têxtil e de confecções está formada por seis conexões, conforme podemos observar na figura 1.

²⁰ Como os municípios de: Surubim, Vertentes, Taquaritinga do Norte, entre outros.

FIGURA 1

Fluxograma da cadeia têxtil e de confecções



A primeira conexão é formada pelos fornecedores de matérias-primas, que estão incluídos em outras cadeias produtivas como a agropecuária e a petroquímica/química, configurando-se, portanto, no principal elo da cadeia têxtil e de confecções com outras cadeias produtivas. As matérias primas utilizadas são basicamente de três tipos: 1) fibras naturais (algodão, lã seda, linho, juta, rami, de origem animal e /ou vegetal), 2) as artificiais (viscose e acetato) e 3) as sintéticas (poliamida, poliéster e acrílica). A segunda conexão refere-se ao processo de beneficiamento das matérias-primas, que envolve duas outras conexões ou elos da cadeia, formando especificamente o setor têxtil, são eles: a fiação, em que é realizada a mistura das fibras e se obtém os diversos tipos de fios usados na fabricação de tecidos e malhas, e a tecelagem, que produz os tecidos. A quinta conexão consiste especificamente no setor de confecção²¹, que abarca o corte, a costura e o acabamento do tecido e do produto final; incorporando-lhe os detalhes para a conclusão do produto final; e, por último, a sexta conexão, que engloba a comercialização envolvendo tanto o setor varejista quanto o atacadista. (CAMPOS e ANDRADE, 2008).

É importante salientar que uma das características principais da indústria têxtil e de confecção consiste no fato de suas operações poderem ser realizadas de forma descontínua, ou seja, os produtos finais de uma fase além de servirem como matéria prima da fase posterior, sem manterem entrelaçamentos produtivos, também podem ser comercializados como produto final. Isto possibilita “a flexibilidade na organização da produção e a existência de empresas com escalas de produção e níveis de atualização tecnológica diferentes” (SANTANA e APOLINÁRIO, 2004, p. 09), como também permite que esteja localizado em espaços completamente diferenciados.

Enquanto a indústria têxtil, especificamente, constitui-se intensiva no uso de bens de capital, o setor confeccionista, integrante do último elo produtivo desta cadeia, configura-se por sua enorme capacidade de absorção de mão-de-obra e elevado número de estabelecimentos produtivos, em decorrência das reduzidas barreiras à entrada de novas unidades produtivas no mercado, as quais utilizam equipamentos básicos de fácil aquisição e com técnica de produção bastante difundida. As etapas características do processo produtivo do setor de confecções, segundo Braga (2005) *apud* Campos e Andrade (2008), são:

²¹ O Polo de Confecção do Agreste Pernambucano e, inserido neste, o Polo de Confecções de Roupas em jeans de Toritama está centrado especificamente nesse elo desta cadeia produtiva.

- Design: Fase dedicada ao desenho dos modelos e a opção das cores, tecidos e padronagens da coleção;
- Modelagem: trata-se da criação de moldes em papel e determinam todas as marcações para as fases posteriores do corte e costura. É nesta etapa que são testados os melhores moldes e corrigidos as prováveis falhas;
- Gradeamento: refere-se à adequação dos moldes aos diferentes tamanhos e medidas solicitados pelos clientes;
- Encaixe: etapa em que os moldes são posicionados sobre os tecidos de modo a fazer uso eficiente do material, evitando desperdício de tecidos;
- Corte: o corte dos tecidos ocorre após as especificações demarcadas nas etapas precedentes, assinaladas anteriormente;
- Costura: depois de cortado, os tecidos são costurados. É a etapa que mais emprega mão-de-obra, englobando em torno de 80% do trabalho produtivo. Ainda é caracterizada fortemente pela relação uma máquina por trabalhador, sendo assim, as habilidades inerentes à mão-de-obra são determinantes fundamentais na produtividade de um dado empreendimento especializado nesta atividade;
- Acabamento: diz respeito aos últimos ajustes nas peças de vestuário, como por exemplo, a retirada do excesso de linha – procedimento comum ao término das costuras. Na sequência, as peças são passadas e organizadas em embalagens para serem distribuídas. (BRAGA, 2005 apud CAMPOS E ANDRADE, 2008, p.30-31).

A atividade confeccionista pode ser dividida em dois grupos específicos: vestuário (roupas femininas, masculinas e infantis de modo geral) e artigos confeccionados (produção de artigos de copa, cozinha e limpeza; cama, mesa e banho, entre outros), conforme salientou Carneiro (2009).

De acordo com Castro (2004), as inovações tecnológicas no setor concentram-se principalmente nas primeiras etapas do processo produtivo, que vão do *design* ao corte, através da implementação do sistema *Computer Aided Design* –CAD, e *Computer Aided Manufacturing*- CAM. A utilização do CAD facilita a criação digital dos modelos, enquanto o CAM torna possível o corte computadorizado dos tecidos. Ambos viabilizam uma redução significativa no desperdício de tecidos, bem como importantes ganhos de flexibilidade e de velocidade na execução dessas etapas, de forma a facilitar a implantação de importantes alterações na organização da produção.

Entretanto, as etapas de montagem configuram-se por inovações bem pontuais, centrando-se basicamente na criação de máquinas de costura nas quais foram incorporadas a tecnologia microeletrônica²², bem como na automatização de algumas atividades, como costuras de golas, bolsos etc., entretanto seu funcionamento ainda

²² As máquinas hoje existentes pertencem a modelos de três gerações: as de primeira geração são máquinas simples, com motor acoplado por fricção mecânica; as de segunda são dotadas de acessórios para corte de linha, que podem ser acionados por meios eletrônicos comandados pelo próprio motor da máquina; as de terceira geração têm operação controlada por microprocessador, cabendo ao operador o manuseio do tecido (BASTOS, 1993, p. 24).

depende exclusivamente do manuseio individual, geralmente envolvendo a mão-de-obra feminina²³. Assim, Castro afirma que, no setor de confecções,

[...] verifica-se uma tecnologia madura e estável, baixas condições de apropriabilidade, e oportunidades tecnológicas relativamente limitadas, sua base de conhecimento é pouco complexa e bastante codificada e difundida, dificultando a apropriação de inovações (CASTRO, 2004, p. 8-9).

É interessante ressaltar que o processo de produção na confecção é caracterizado pela descontinuidade entre suas etapas produtivas, podendo elas estar vinculadas ou não a uma única unidade produtiva.

Devido a sua baixa complexidade tecnológica e a sua relativa facilidade para ser adquirida, dados os custos baixos de aquisição de uma máquina de costura, este setor produtivo se configura como um segmento extremamente heterogêneo, envolvendo unidades domiciliares, pequenas, micro, médias e grandes empresas. Outro elemento que favorece a essa heterogeneidade consiste no fato de que o manuseio da máquina de costurar é apreendido principalmente pelas mulheres ainda fora do mercado de trabalho, como uma atividade vinculada a “*seu papel no meio familiar*”²⁴, facilitando o surgimento de unidades produtivas domiciliares que, em alguns casos, acabam funcionando como uma extensão de empresas maiores através do processo de subcontratação, tornando-se faccionistas - trabalhadores domiciliares que realizam acabamento das peças, ou mesmo pequenas unidades ou oficinas que trabalham como faccionistas para empresas maiores, conforme afirmou Abreu e Sorj (1993).

Portanto, a subcontratação configura-se como outra característica marcante deste setor, e corresponde à divisão do processo produtivo entre diversas unidades de produção, que funcionam como facções²⁵. Assim, este é um setor que consegue empregar mais de um milhão de trabalhadores nas mais diversas formas que assume, envolvendo desde empresas formais a informais, da grande empresa ao trabalho domiciliar.

Desta forma, por estar marcado pela flexibilidade da produção tanto em termos de dimensões e fragmentação do processo produtivo, quanto em diversidade de

²³ Entretanto, podemos adiantar que este perfil, no que se refere à confecção de roupas de jeans no município de Toritama-PE tem sido alterado com a inserção da mão-de-obra masculina em todas as fases de elaboração da peça de *jeans* (seja, calça, short, vestido, jaqueta entre outros).

²⁴ Aprofundamos esta discussão no capítulo 3.

²⁵ Unidades produtivas que se responsabilizam por apenas algumas parcelas do processo produtivo e que, portanto, dependem de outras.

produtos produzidos, e seus baixos custos, possibilita que com pouco capital sejam abertas pequenas unidades produtivas envolvendo às vezes apenas um único trabalhador (geralmente mulher) ou os membros da família, que a partir da compra de uma máquina de costura, às vezes de segunda mão, conseguem manter seu negócio em sua própria residência.

O setor de confecção também tem por característica ser movido pela indústria da moda, que estabelece os modelos e padrões, de acordo com as estações, os hábitos e os costumes de determinada época; portanto, comportando-se de forma extremamente flexível.

Os trabalhadores do setor de confecções, de modo geral, devido à heterogeneidade referida, quase sempre se encontraram em situação de precariedade, principalmente porque nas pequenas unidades o trabalho mantém-se preponderantemente na informalidade, em que os direitos trabalhistas não são considerados. Agrega-se a isso o fato que o trabalho na costura é tido como de fácil aprendizagem, desqualificado e conseqüentemente mal remunerado, conforme salientou Lima (1999).

Após fazermos esta caracterização geral da indústria têxtil e de confecções gostaríamos de salientar que este setor industrial encontrou maior expansão no Brasil na região Centro-Sul, entretanto, também desempenhou um significativo papel no desenvolvimento industrial do Nordeste. Portanto, no próximo item estaremos apresentando como ocorreu o seu desenvolvimento nesta região, buscando compreender as seguintes questões - Como ocorreu o desenvolvimento da cadeia têxtil e de confecções do Nordeste? Qual a sua ligação com o Centro-Sul? Como a cadeia têxtil e de confecções do Nordeste está inserido na dinâmica capitalista atual? – Apesar da importância dessas questões não temos a pretensão de esgotá-las, mas serão elas que nortearão a sequência de nossas colocações.

2.2 O desenvolvimento da cadeia têxtil e de confecções no Nordeste brasileiro.

Ao longo do século XIX, a economia nordestina experimentou um processo de expansão agroindustrial, pois além de seus antigos engenhos passarem a ser convertidos em usinas, ocorreu também o crescimento da indústria têxtil. As primeiras iniciativas

em relação ao setor têxtil se fizeram através da utilização de fiandeiras manuais, nas quais as plumas de algodão eram transformadas em fios e, posteriormente, em tecidos ordinários direcionados a confecção de sacos para enfadar as mercadorias, além de servir para produção de roupas de escravos e da camada mais pobre da população. De acordo com Andrade (1981), a primeira fábrica de fiação e tecelagem foi instalada na região em 1822, na cidade do Recife-PE.

A partir de 1860, a indústria têxtil nordestina foi beneficiada pela conjuntura internacional da época, posto que os conflitos internacionais dos Estados Unidos da América - EUA, como a Guerra da Independência e, posteriormente, a Guerra da Secessão, impediam que os produtos do Sul dos EUA continuassem abastecendo os mercados ingleses; tendo, portanto, estes que demandar em outros mercados. Nesse contexto, a região Nordeste e, em especial, o estado de Pernambuco foi incentivado a aumentar sua capacidade produtiva de algodão para atender ao novo mercado.

Nesse primeiro momento da constituição da indústria têxtil no Nordeste, outro elemento que merece ser observado refere-se a sua ligação direta com o setor açucareiro, configurando-se como uma relação interdependente não apenas no que dizia respeito à questão da demanda, já que os tecidos produzidos nesse setor eram utilizados na confecção de roupas da população trabalhadora e na produção de sacos destinados a ensacar o açúcar, mas, principalmente, porque o capital que financiou o surgimento destas indústrias era procedente dos “*mesmos troncos familiares, e neste caso eram uma só persona do capital*”, não existindo conflitos para a reprodução desses, conforme observou Oliveira (1993) .

Essa forma de reprodução unificou as *personas do capital*: uma poderosa coalizão de interesses entre os dois ramos industriais amalgamou de tal forma essa coligação, que provavelmente não teve paralelo na história da formação da classe burguesa no Brasil (OLIVEIRA, 1993, p. 62).

O desenvolvimento experimentado pela região Nordeste com base no setor açucareiro e têxtil se estendeu do final dos anos 1860 à primeira metade do século XX. Oliveira (1993) afirma que este período de expansão vivenciado por esses setores na região Nordeste foi beneficiado de alguma maneira pela substituição do trabalho escravo por trabalho assalariado, assim como ocorreu na região Centro-Sul com a cultura do café. Portanto, em termos de reprodução do capital, em ambas as regiões “teoricamente” o cenário era o mesmo, posto que “*a expansão deveria ser condicionada*

tão somente pelos aumentos de produtividade do trabalho que lograssem” (OLIVEIRA, 1993, p. 61-62). Entretanto, o que diferenciou o desempenho dessas atividades nestas regiões foi a forma como se deu a realização do valor da produção auferida nesses setores, pois enquanto a produção da região Nordeste se voltou para atender o mercado interno e de baixa renda, a região Centro-Sul realizava o seu valor externamente, mantendo uma relação direta com o capital comercial e financeiro inglês e norte americano.

Todavia devemos ressaltar que embora a região Nordeste tenha centrado sua produção têxtil para o mercado interno, isto não significou que estivesse 'livre' da intervenção do capital externo e, portanto, não submissa a seus interesses. Pelo contrário, a subordinação da indústria têxtil nordestina ao capital internacional torna-se extremamente nítida, quando observamos que, seguindo a lógica de acumulação “*imposta*” pelo capital internacional, terminou se especializando na produção de tecidos de baixa qualidade.

A indústria têxtil nordestina acomoda-se ao padrão de fornecimento ditado pelos grandes trustes internacionais, de tal forma que, surgindo nas fronteiras da “região” que produzia algodão de boa qualidade, vai se especializar, contraditoriamente, na produção de tecidos grossos: aqui é não apenas a pobreza de seu mercado, das classes de renda baixa, mas sua subordinação aos padrões impostos pelos grandes trustes internacionais, SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, que determinam essa especialização (OLIVEIRA, 1993, p. 63).

Mesmo submisso ao capital internacional, a indústria têxtil nordestina ainda experimentou um certo crescimento até as primeiras décadas do século XX. Em relação a esta submissão, Oliveira (2006, p. 32) comenta que esta seria estrutural e que, portanto, se encontraria presente em todas as fases de acumulação de capital no Brasil, levando-se em consideração que o próprio subdesenvolvimento (dependência dos países periféricos em relação ao centro) seria um produto da própria expansão do capital mundial.

Lima (1996) comenta que o “*bom*” desempenho observado neste período pela indústria têxtil nordestina foi em decorrência da existência de matéria-prima e mercado consumidor em abundância na região, já que nela havia uma significativa concentração de usinas. Um dado interessante a realçar, abordado por este autor, é que o estado de Pernambuco concentrava seis das trinta e cinco maiores fábricas têxtil do país, em 1907, todas localizadas na cidade do Recife. Em 1918, este estado chegou a ter 3.237 teares,

11.960 fusos e 6.723 trabalhadores, tendo um consumo aproximadamente de 6.130.00 quilos de algodão. Por isso, Lima afirma que:

Ao lado da indústria açucareira era a que mais ocupava força de trabalho, sendo a segunda atividade industrial no estado nas primeiras décadas do século XX. Açúcar e têxteis representavam 77% do valor da transformação industrial de Pernambuco em 1907 e 79% em 1934 (LIMA, 1996, p. 45).

O crescimento do setor têxtil observado nesse período foi favorecido pela I Guerra Mundial, pois com a queda das importações dos produtos oriundos das áreas em conflito, o setor industrial encontrou a oportunidade propícia para ampliar sua capacidade produtiva e aumentar a jornada de trabalho. O estado de Pernambuco conseguiu manter suas taxas de crescimento mesmo após o término da guerra, pois possuía matéria-prima em abundância e mão-de-obra mais barata que os demais estados.

Todavia, entre meados da década de 1930 a década de 1950, este setor foi perdendo seu dinamismo no território nacional, em decorrência da crise mundial que se instala após a queda na bolsa de valores de Nova York, em 1929. Como consequência desta crise, as exportações e importações brasileiras reduziram drasticamente, forçando o Brasil a ter que diversificar sua produção. Nesse cenário, o Centro-Sul passou a aumentar a sua produção de algodão, alimentando seu mercado e tornando-se, portanto, um eminente concorrente para o algodão nordestino e sua indústria têxtil.

[...] o crescimento da cultura de algodão em São Paulo e no Paraná, que, melhor equipados que o parque nordestino, passaram a competir com este último no mercado nacional, oferecendo melhores condições de qualidade do produto e de preços, fato que provocou a grande crise dos anos 1950 nesse setor industrial da região (ANDRADE, 1981, p. 35).

Lima (1996), corroborando com a discussão, afirma que esta situação foi agravada com a intervenção do governo federal no setor, ao impedir a importação de máquinas para a indústria têxtil do Nordeste, a pedido dos industriais do Sudeste que argumentavam existir uma “*hipotética superprodução têxtil*”.

Essa proibição foi atribuída aos conflitos intra-industriais, onde os empresários do Sudeste reclamavam da concorrência das fábricas nordestinas, que pela utilização de mão de obra barata, tornava seus produtos competitivos em termos de preço (LIMA, 1996, p. 27).

Durante o período da II Guerra Mundial, mais uma vez o setor têxtil e de confecções toma novo fôlego. As indústrias nordestinas, principalmente do estado de Pernambuco, se beneficiaram com o aumento da demanda por tecidos, passando a atender os mercados dos EUA, da Europa e da América Latina e, ainda, o mercado interno. Entretanto, no pós-guerra, novamente tudo voltou a sua normalidade e o setor, na década de 1950, enfrentou sua maior crise, com o fechamento de fábricas, a redução da produção e, conseqüentemente, o aumento do desemprego.

Embora a indústria têxtil do Nordeste tenha perdido espaço para a do Centro-Sul, esta atividade ainda continuou tendo destaque na formação da estrutura industrial na região, nas décadas seguintes. Este quadro foi se configurando principalmente após a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE na região, posto que, entre as diretrizes básicas para promover o seu desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais apontadas pelos estudos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, estava o objetivo de intensificar a industrialização no Nordeste, com a sugestão de fortalecer e modernizar os setores remanescentes, entre os quais estava a indústria têxtil e de confecções.

Baseando-se no diagnóstico, diretrizes e recomendações do GTDN, as propostas iniciais da SUDENE privilegiavam um programa de reestruturação e modernização das indústrias têxteis nordestinas, financiando a substituição dos seus equipamentos obsoletos e a renovação de suas práticas de organização e administração [...] (CARVALHO, 1987, p.69).

Ao analisar a estrutura industrial do Nordeste, Moreira (1979, p. 40) nos apresenta dados fornecidos pela SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, relativos ao ano de 1962 e alusivos à composição do produto industrial do Nordeste. Ao considerar os ramos específicos de maior participação na estrutura industrial no Nordeste, o setor têxtil apresentava-se com uma taxa de participação de 26,7%, sendo apenas inferior ao setor de produtos alimentícios, que correspondia a uma taxa de 30,4%²⁶.

Com a atuação da SUDENE, o parque industrial do Nordeste se diversificou, o que beneficiou o setor têxtil. Entretanto, isso não significou que as desigualdades regionais foram sanadas. O que de fato aconteceu foi que o Nordeste passou a ser incorporado na 'nova' dinâmica da divisão do trabalho nacional, respaldando a

²⁶ Os estudos referentes ao desenvolvimento industrial brasileiro e, portanto sobre a indústria têxtil, só começam a incluir dados sobre a região Nordeste, a partir de 1950. (COHN, 1978)

hegemonia do Centro-Sul. Nesse contexto, o Nordeste passou a desempenhar o papel de fornecedor de mão-de-obra barata para os centros urbanos do Centro-Sul.

Logo, como enfatizou Oliveira (1993), a disparidade que se formou entre a região Nordeste e o Centro-Sul não se dava devido à estagnação econômica do Nordeste, mas de uma ressignificação territorial imposta pelo desenvolvimento do capital.

Nota-se em tais condições de agravamento do chamado aumento das disparidades regionais de crescimento; em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das “economias regionais”; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital. A estagnação, quando existe, é ela própria uma fase do ciclo. Quanto às relações entre a “região” Centro-Sul comandada por São Paulo e o “Nordeste”, tanto açucareiro-têxtil quando algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no “Nordeste”: São fabricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução de capital, nos “Nordestes”, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da “região” em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos de produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho (OLIVEIRA, 1993, p.76).

Nesse contexto, Oliveira (1993, p.32) não considera a questão das “desigualdades” regionais pelo prisma do “moderno” e do “atrasado”, pois entende que além da “aparente” dicotomia, existe uma “simbiose” e uma “organicidade”, ou seja, a formação de “uma unidade de contrário”, na qual o denominado “moderno” se desenvolve e se nutre da “existência do atrasado”.

Lima (1994, p. 68) comenta que, com a criação da SUDENE, a indústria têxtil/confecção sofreu um intenso processo de modernização, “*findo o qual fecharam inúmeras empresas obsoletas e outras, atualizadas tecnologicamente surgiram*”. Nesse processo, o Nordeste passa a receber do Centro-Sul não apenas os produtos manufaturados, mas também algumas filiais atraídas pelos incentivos fiscais 34/18²⁷ e pela possibilidade de ampliação de seus lucros, diversificando de algum modo o seu parque industrial e ao mesmo tempo reforçando sua relação de funcionalidade no processo de acumulação de capital do Centro-Sul.

²⁷ Tal designação provém dos artigos 34 da Lei nº 3.995 de 14/02/1961, e 18, da Lei nº 4.239 de 27/06/1963, que criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões no Nordeste. Este incentivo baseava-se em dedução tributária (imposto de renda) como forma de canalizar recursos para o Nordeste. (MOREIRA, 1979, p. 88).

Foi, portanto, após a intervenção do Estado através da SUDENE, que o estado de Pernambuco retomou seu desenvolvimento industrial. Este estado foi um dos mais beneficiados com a política dos incentivos fiscais 34/18, tendo o maior número de projetos aprovados junto a SUDENE, entre 1960 e 1977. Entretanto, de acordo com Lima (1994), em relação ao setor têxtil no final da década de 1960, a SUDENE retirou o “*Grande Recife*” da faixa prioritária dos incentivos fiscais, favorecendo os estados da Paraíba, e principalmente o Ceará, o que provocou uma queda do setor têxtil pernambucano e um crescimento significativo deste setor nestes estados. Mesmo assim, “*em 1973, Pernambuco concentrava 41.8% dos fusos da região Nordeste e 34% dos estabelecimentos industriais, 36% das têxteis nordestinas*” (Sindicato Ind. Fiação e Tec. de Pernambuco, apud LIMA, 1996, p. 69).

O modelo de desenvolvimento articulado pela SUDENE, até o início da década de 1980, pode ser considerado “*bem sucedido*” em relação à parte de “*seus propósitos*”, à medida que conseguiu promover a “*integração*” da região à dinâmica de acumulação de capital, que tinha como base hegemônica o Centro-Sul do país. Entretanto, esta superintendência começa a se esvaziar a partir desta década mediante a ineficiência das políticas implementadas e, entre outras circunstâncias, a crise econômica que abateu o país.

Com a chegada dos anos 1980 e a crise econômica, o setor têxtil nordestino começou a entrar em declínio, assim como em outras regiões do país. Esse período foi marcado por altas taxas de inflação e juros, vinculados a uma crescente taxa de desemprego e baixo desempenho da economia, passando a ser chamado na literatura, por alguns, de “*a década perdida*”. Este quadro torna-se mais agravante após a abertura comercial e o fim do protecionismo estatal à indústria nacional, através da implementação das políticas de cunho neoliberal promovidas pelo governo de Fernando Collor de Melo, no início da década de 1990, o que provocou o acirramento da concorrência na indústria de modo geral e em especial no setor têxtil e de confecções. Inicialmente se verificou um movimento de reconcentração da indústria no Centro-Sul, entretanto, posteriormente, observamos um novo momento de descentralização, conforme nos apontou Araújo (1997).

Nesse cenário mais competitivo, as grandes indústrias tiveram que se reestruturar, a fim de se manterem no mercado frente aos produtos importados mais baratos e de melhor qualidade. O processo de reestruturação que se observou nesse momento estava relacionado basicamente a mudanças tecnológicas e a adoção de

modernas formas de gestão, geralmente vinculadas ao toyotismo – produção flexível, tendo como pressuposto a busca pela redução dos custos produtivos e a qualidade total. A adoção dessas medidas, além de intensificar a utilização da terceirização, principalmente no setor confecções, implicou também no deslocamento espacial de muitas unidades de produção para os estados e regiões que ofereciam maiores incentivos à instalação de fábrica, e ainda levou muitas empresas a fecharem suas portas, por não conseguirem se inserir no novo cenário competitivo.

Houve nesse período, conseqüentemente, uma drástica redução no número de trabalhadores utilizados nas grandes empresas e uma proliferação de pequenas unidades produtivas, como confecções e ateliês de costura, além do crescimento do trabalho domiciliar, que passaram a trabalhar como facionistas para empresas maiores, dentro do processo de otimização de custos de produção, à medida que o novo paradigma produtivo foi sendo adaptado à realidade local. Desta forma, conforme afirmou Lima (1999), *“velhas e novas formas de produção se encontram no setor do vestuário dentro agora de um “putting-out” globalizado”* (LIMA, 1999, p. 125).

Foi também neste período, ainda no governo Collor, que se deu início a uma disputa por investimentos industriais entre os estados da federação brasileira, através de incentivos; alimentando, portanto, esse processo de deslocação espacial das empresas. Este fenômeno ficou conhecido na literatura como “guerra fiscal”²⁸.

A ausência de explícitas políticas regionais por parte do governo federal abriu espaço à deflagração de uma guerra fiscal entre estados e municípios, que buscaram contribuir para consolidar alguns focos de dinamismo em suas áreas de atuação (ARAUJO, 1997, p. 29).

No que se refere à região Nordeste, Lima (2002) comenta que, sem ter como atrair indústrias de grande porte, dado a falta de infraestrutura, capital e localizando-se distante dos grandes mercados consumidores, os estados nordestinos acabaram dirigindo suas ações para atrair os setores que eram intensivos em mão-de-obra, localizados no Centro-Sul do país.

Diante do exposto, a indústria têxtil e de confecção no Nordeste acabou se beneficiando deste processo, principalmente o Estado do Ceará, que tendo já constituído o polo de fiação e o setor de confecções, utilizou desses mecanismos para atrair

²⁸ Segundo Lima (2002, p. 30), Na “guerra fiscal” desencadeada entre os diversos estados da federação, os incentivos incluem a renúncia fiscal, o fornecimento de infraestrutura, preços subsidiados (com tarifas de água e energia elétrica) a montagem da fábrica, e mesmo o pagamento de salários dos trabalhadores por determinado tempo (LIMA, 2002, p. 30).

indústrias âncoras do setor têxtil que, conforme afirma Lima (2002), funcionaram como chamariz para região.

A ideia de atrair novas indústrias não se limitava a fábricas isoladas, mas visava toda cadeia produtiva do setor, como formação de clusters em regiões do Estado (LIMA, 2002, p. 53).

Desta forma, o estado do Ceará terminou se estabelecendo como um dos mais importantes polos de confecções na região, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, inserindo-se num novo padrão de acumulação de capital, abrigando empresas dos mais variados portes com as mais diversificadas linhas de produção, tendo uma participação expressiva tanto no cenário regional quanto nacional, e em menor proporção no mercado externo.

Entretanto, o estado de Pernambuco, apesar de ter perdido o posto que ocupava até a década de 1960 para o Ceará²⁹, atualmente está na segunda posição na região, no que se refere à indústria têxtil e de confecções. Os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí também compõe o quadro de produtores no setor têxtil e de confecções, embora com menor destaque que os dois estados enunciados anteriormente.

Uma das singularidades da formação econômica do Nordeste, para alguns autores, consiste no fato de esta ter se configurado através de “*polos dinâmicos*” industriais e agroindústrias; mantendo, entretanto, suas estruturas tradicionais, e geralmente, preservando sempre que possível as relações com os mercados internacionais, a exemplo do setor agroindustrial (ARAUJO, 1997; GUIMARÃES NETO, 1997, entre outros).

Estes polos se consolidaram em algumas áreas por meio da intervenção do Estado, em outras através de iniciativas privadas, mas também podem ter surgido em decorrência de iniciativas locais associadas a suas aptidões e costumes. Este último meio nos leva a refletir sobre o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco e sua inserção na dinâmica regional, pois, conforme veremos no próximo item, seu surgimento não está atrelado a nem uma dessas políticas de incentivos ao crescimento industrial do Nordeste e nem se constitui inicialmente como inserido numa lógica

²⁹ Segundo Lima, (1994, p. 68-69), “com a criação da SUDENE, o têxtil nordestino sofreu um processo de intensa modernização, findo o qual fecharam inúmeras empresas obsoletas e outras, atualizadas tecnologicamente, surgiram. Nesse processo, mudou também a localização do parque regional, tendo Pernambuco sofrido grandes perdas, em boa parte por ter sido a Região Metropolitana do Recife, entre 1969 e 1987, excluída da faixa. A de prioridade da SUDENE, enquanto o Ceará ampliava sua participação”.

essencialmente capitalista, mas ao longo de sua existência está se imbricando cada vez mais a ela.

Portanto, após termos feito esse levantamento sucinto em relação à formação da cadeia têxtil e de confecções no Nordeste e dentro de certos limites focado no estado de Pernambuco, a seguir estaremos procurando compreender a constituição do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano; observando sua origem, seu desenvolvimento, sua configuração tanto produtiva quanto das relações de trabalho e como este está inserido na dinâmica capitalista atual.

2.3 O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: Origem e desenvolvimento.

O que atualmente é conhecido como Polo de Confecções do Agreste Pernambucano surgiu em meio ao contexto do processo de industrialização do Nordeste – entre a década de 1950 a 1960, compondo o cenário de desenvolvimento econômico do estado como um todo. Entretanto, não contou com os recursos da SUDENE, nem qualquer outra forma de incentivos por parte do Estado, configurando-se, portanto, como uma das mais instigantes experiências produtivas no setor de confecções do Nordeste e despertando o interesse acadêmico de vários pesquisadores que se debruçaram a buscar entender sua realidade e conformação, sem, no entanto esgotar as possibilidades de investigação.

Este Polo consiste em um aglomerado de iniciativas produtivas e comerciais que está relacionado diretamente com o setor de confecções, tendo como centro de sua produção a confecção de roupas tanto femininas como masculinas e infantis, onde são produzidas desde roupas casuais (*jeans*, bermudas, saias, calças, *shorts* e camisas) e malharia (camisetas, *tops*, blusas, vestidos) a *lingerie*.

Está localizado geograficamente na Mesorregião do Agreste Pernambucano³⁰, envolvendo inicialmente os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama

³⁰ A Mesorregião do Agreste Pernambucano é uma área de transição entre a Zona da Mata, de clima úmido, e o Sertão Semiárido que se estende por aproximadamente 24.400 km², representando 24,7% do território pernambucano e conta com uma população de 1.800.000 habitantes, que correspondem a 25% da população do Estado, distribuídos entre 61 municípios (IBGE, 2011). Esta região é considerada de grande importância para o estado, pois consegue agregar uma diversidade de atividades, envolvendo desde atividades industriais vinculadas ao setor de confecções à lavoura diversificada e à pecuária leiteira. Apresenta diversos subsistemas com faixas consideradas mais secas, como também regiões de brejos,

e Taquaritinga do Norte, se estendendo atualmente para diversos outros municípios da região. As três primeiras cidades são responsáveis por 60% da produção do vestuário no Estado. (BEZERRA, 2011).

O município de Caruaru consiste no segundo maior do estado, e se localiza fora da área metropolitana do Grande Recife, fazendo parte da Microrregião do Vale do Ipojuca e estando a uma distância de 120 km a oeste da capital do estado, às margens da BR – 232. O censo de 2010 estimou uma população de 314.912 habitantes, em uma área de 920,6 km² (IBGE, 2010).

Este município constitui “*caminho entre a capital e o sertão*”, e “*surgiu a partir das feiras realizadas por comerciantes no século XIX*”. A feira, portanto, passou a ser sua principal atividade econômica, tornando-se sua marca registrada: “*A feira de Caruaru.*” É a cidade mais importante do polo de confecções, exercendo papel mais comercial que produtora (LIMA e SOARES, 2002, p. 168).

Santa Cruz do Capibaribe faz parte da Microrregião do Alto do Capibaribe, assim como Toritama e Taquaritinga do Norte, estando localizada mais ao norte do Agreste Pernambucano, ficando a uma distância de 58 Km de Caruaru e de 180 Km do Recife. Possui uma área de 335,3 km², com uma população estimada, pelo último censo, em 87.582 habitantes (IBGE, 2010). Este município é considerado o maior polo de confecções do Norte e Nordeste.

O município de Toritama possui uma área de 25,7 Km² e possui uma população de 35.554 habitantes (IBGE, 2010). Está localizada a uma distância de 36 km de Caruaru e 167 km da capital Recife. Este polo consiste no principal produtor de *jeans* da região.

O que no momento presente é denominado com Polo de Confecções do Agreste Pernambucano surgiu do resultado da ação de mulheres e homens situados na área rural que, entre a década de 1940 e 1950, em busca de encontrar um escape à situação de miséria e pobreza de uma região árida, marcada pelas secas e em meio à crise da cotonicultura do algodão, procuraram alternativas para sobreviver, encontrando-a na confecção de roupas destinadas, a princípio, à população pobre.

Os aglomerados surgiram como alternativas de sobrevivência da população Agrestina, por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que a região possui faixas muito

propícios para a agricultura. Esta é uma área que também sofreu com o processo de intensa migração sazonal de sua população trabalhadora para a monocultura da cana de açúcar (LIRA, 2006, p. 100).

secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semiárido nordestino (LIRA, 2006, 98).

Corroborando com essa discussão, Cabral (2007) afirma que a realidade vivenciada pelos pequenos produtores, geralmente desprovidos dos meios de produção, favoreceu o surgimento de uma certa “*acumulação primitiva*”, voltada para atividades urbanas e não mais rurais.

A expropriação do pequeno agricultor, separado dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), permitiu uma espécie de “*acumulação primitiva*” da economia urbana. A acumulação de capital para uma atividade produtiva urbana reuniu os poucos recursos de feirantes, pequenos produtores rurais e pequenos comerciantes. As condições de trabalho desfavoráveis, as dificuldades de ordem climática, a falta de incentivos do governo para o pequeno produtor rural e a melhoria de renda dos municípios onde se desenvolvia o trabalho de confecção foram fatores que justificaram a adesão às atividades urbanas naquela localidade (CABRAL, 2007, p. 95).

Essa população era formada em especial das famílias das zonas rurais do próprio estado que, na posse de minifúndio, venderam parte de suas propriedades de terra e animais e aportaram às cidades em busca de fundar empreendimentos de confecções, passando a compor os recursos produtivos e a mão-de-obra, somando-se aos demais trabalhadores que sem terem qualquer recurso, se dispuseram a trabalhar na produção local. Isso redefiniu o cenário do Agreste Pernambucano, conforme abordou Lima (2011, p. 61).

Logo, esta região dispunha, nesse período, de um grande contingente de trabalhadores, sendo a maioria composta por mulheres que tinham, entre suas habilidades domésticas, a costura de confecção, atividade que fazia parte dos afazeres femininos, principalmente dos segmentos de baixa renda, encontrada com muita facilidade nas cidades do interior nordestino e na zona-rural (LIRA, 2006; ANDRADE, 2008; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, 2011b; BEZERRA, 2011).

A origem desse polo remonta ao município de Santa Cruz do Capibaribe, quando comerciantes locais, ao se dirigirem para a capital pernambucana a fim de vender seus produtos, como galinhas, queijos e carvão vegetal, retornavam com as sobras de tecidos das fábricas de confecções que conseguiam de graça. Estas sobras de tecidos começaram a ser utilizadas a princípio por estas costureiras rurais, na confecção de toalhas, colchas de retalho e roupas (saias, bermudas e blusas), geralmente com pouca qualidade, e que passaram a ser vendidas nas feiras locais, onde seus preços baixos constituíam seu maior atrativo.

O negócio começou a ganhar proporções significativas nas feiras locais, envolvendo um maior número de trabalhadores da região e despertando, também, a atenção das fábricas recifenses que forneciam gratuitamente os retalhos de tecidos. A partir de então, algumas fábricas passaram a “*cobrar o que antes era disponibilizado gratuitamente*” (LIRA, 2006, p. 102). Assim, os fornecedores desta matéria-prima às confecções locais passaram a adquiri-las em São Paulo. Essa iniciativa proporcionou um novo impulso a então recente atividade produtiva local, constituindo o que ficou conhecido com “*feira da sulanca*”³¹. Conforme comentou Lira:

Inicialmente estes retalhos eram utilizados para confecção de colchas ou roupas rústicas para o trabalho no campo. A sulanca ficou conhecida, então, como feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis a camadas da população de baixa renda (LIRA, 2006, p. 102).

À medida que a produção e comercialização dos produtos da sulanca foram se expandindo, a “*feira da sulanca*” foi se consolidando e outras cidades acabaram sendo atraídas para compor o atual polo de confecção. Entre estas temos Caruaru, que no final da década de 1970 passa a ser agregada ao polo de confecções, aderindo à produção e comercialização de produtos populares. Entretanto este município já dispunha de uma certa diversidade em termos de atividades econômicas, contando com sua famosa “*feira de gado*”, o artesanato, e sua vocação turística, o que lhe dava destaque no contexto regional (LIRA, 2006).

[...] Caruaru, mesmo antes da Sulanca, já possuía um dinamismo que o consagrava enquanto polo regional. No entanto, a Sulanca tornou-se tão importante no Agreste que esta atividade foi acrescentada ao seu espaço produtivo (LIRA, 2006, p. 104).

Outro município que se integrou ao polo foi Toritama, que entre as décadas de 1930 a 1960, na busca por uma alternativa à cotonicultura que estava em decadência e sob a influência de Caruaru, “*que já possuía destaque na atividade calçadista*” se direcionou a produção de calçados para a população de baixa renda (LIRA, 2006, p. 103). Entretanto, na década 1980, esta atividade começou decair, devido à elevação dos custos com a matéria-prima e a concorrência com os produtos do Sudeste, que apresentavam melhor qualidade. Assim, para sair da crise que se instaurou e

³¹ A atribuição do nome Sulanca deriva, como informa a maioria da bibliografia sobre o tema, de junção das palavras “sul” e “helanca”, reportando-se, portanto ao tipo de malha advinda de São Paulo, estado localizado na Região Sudeste (“sul”)

aproveitando parte do maquinário já disponível, Toritama se voltou à confecção de *jeans*, sob a influência do outro vizinho, Santa Cruz do Capibaribe, que já estava se consolidando na produção de confecção. Desta forma, este município passa a se inserir na produção da “sulanca”, especializando-se na confecção de *jeans*. (LIRA, 2006; ANDRADE, 2008; RAPOSO e GOMES, 2003; MARTINS *et al*, 2009).

É interessante perceber que a inserção de cada um desses municípios em torno das “*feiras da sulanca*” ocorreu sem que houvesse políticas públicas ou qualquer outro tipo de incentivo que os direcionassem para a sua formação. Assim, podemos afirmar que este polo se apresenta como singular no processo de industrialização do Nordeste, pois mesmo surgindo em meio a maior intervenção do Estado na região, através das ações implementadas pela SUDENE incentivando o setor industrial e em especial a indústria têxtil e de confecções, desenvolve-se à margem desse processo. Isso reforça seu caráter autônomo e espontâneo, já que sua origem se dá através de iniciativas de sujeitos que, individualmente, começaram a buscar alternativas para sua sobrevivência em condições tão adversas, sem que, no entanto, tivessem que recorrer ao antigo modelo de migração Nordeste – Centro-Sul (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a).

Ao focar nosso olhar para a formação dessas atividades nestes municípios, percebemos que estes se desenvolvem sem grande aporte de capital, baseados em maquinários simples (máquinas de costuras domésticas) ou reutilizando os já existentes (caso de Toritama, em relação ao reaproveitamento do maquinário do incipiente setor calçadista), tendo por base pequenas unidades de produção informais e a utilização do trabalho familiar. Entretanto, esta configuração não impediu que este polo se convertesse entre um dos mais importantes na região.

Nesse caminhar, Cabral (2007) afirma que a trajetória do polo de confecções pode ser demarcada por quatro fases, sendo estas:

a) a primeira, *a da formação inicial* (1949-1966). A segunda compreende o período de 1967 a 1979, denominada, aqui, como *o primeiro choque de modernização e da primeira expansão do aglomerado* (por incorporar a fase inicial de Caruaru como produtor de confecções com um maior número de empresas). A terceira etapa compreende os anos 80, denominada *consolidação da modernização e segunda expansão* (por incorporar Toritama como produtora de jeans). E, finalmente, a quarta etapa (1990-2005), denominada, para efeito do presente trabalho, como *a segunda modernização do aglomerado e terceira expansão* (CABRAL, 2007, p.97).

Assim, de acordo ainda com Cabral (2007), após uma primeira fase, quando a produção estava marcada por ser semi-artesanal e utilizando como matéria-prima

exclusivamente os “retalhos”, já no final da década de 1960, o polo experimentou seu primeiro choque de modernização e de expansão produtiva e comercial, em que o elemento balizador desse período foi a inserção de uma quantidade significativa de máquinas industriais de baixa rotação no processo produtivo, que passaram a substituir as antigas máquinas de costura manuais e elétricas domésticas, o que os impulsionou a buscar novos mercados.

Do ponto de vista institucional coube à agência do Branco do Brasil de Santa Cruz a iniciativa de financiar 2.500 máquinas industriais, ocasionando um choque de oferta que logo levou a correspondente expansão da demanda. O financiamento das máquinas exigiu dos seus proprietários retornos financeiros necessários à amortização do capital. Uma maior receita viria de uma nova expansão dos mercados. Alguns proprietários endividados se lançaram numa aventura desesperada para o aumento das vendas, dentre os quais uma boa parcela não conseguiu pagar os compromissos assumidos (CABRAL, 2007, p. 99).

Portanto, ao longo da década de 1980, mesmo o cenário nacional se configurando desfavorável às atividades produtivas de modo geral, dado a crise econômica que se instalara, o polo conseguiu ampliar suas atividades, modernizando-se tecnicamente, atraindo novos empreendedores e trabalhadores, trazendo para a região novas atividades vinculadas ao ramo de confecções, como revendedores de máquinas e fornecedores. Segundo Cabral (2007), isso ocasionou melhorias na qualidade dos produtos ofertados e, conseqüentemente, aumento do mercado consumidor.

Na década de 1990, o Polo se percebe imerso em um novo cenário, agora mais competitivo, pois a abertura comercial que ocorreu neste período no cenário nacional, além de inundar o mercado com produtos importados, também provocou um intenso processo de reestruturação produtiva, afetando significativamente vários segmentos industriais, inclusive o têxtil-confecção no contexto nacional. Neste panorama, embora este Polo não tenha experimentado o processo de reestruturação como as demais indústrias têxteis de outras regiões, neste começou a se investir em novas atividades que lhe viessem a conferir maior qualidade e competitividade, passando a associar à produção e à comercialização serviços diversos, como o de *design*, consultores em técnicas produtivas, *marketing*, entre outros, conforme afirmou Andrade (2008).

À medida que o Polo foi se desenvolvendo, as atividades industriais, comerciais e de serviços passaram a se projetar para outros municípios e até para fora do estado, envolvendo não só mão-de-obra local - Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, mas também do seu entorno, como a de Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de

Deus, Jataúba, Vertentes, Riacho das Almas, São Caitano, Surubim, entre outros, e até a do estado vizinho – a Paraíba, principalmente na região do Cariri Paraibano, conforme nos mostrou a pesquisa de Bezerra (2011).

Atualmente o Polo apresenta-se com um perfil diversificado, voltado não apenas para a produção de produtos direcionados a classes inferiores, mas competindo no cenário nacional, em termos de qualidade. Sendo assim, uma das tentativas atuais consiste em buscar mudar a imagem de que seus produtos são inferiores, vindos da “*sulanca*”, já que esta ideia está revestida do estigma da má qualidade e isso tem dificultado a entrada dos produtos do polo em outros mercados consumidores mais exigentes. A partir de 2002, na busca em dissipar este estigma e procurando consolidar o polo no cenário nacional e não apenas regional, através da ação conjunta de instituições e lideranças locais, sindicatos e do SEBRAE, a região que até então era conhecida pelas “*feiras da sulanca*”, passou a ser denominada de “*Polo de Confeções do Agreste Pernambucano*” ou “*Polo da Moda de Pernambuco*”. Desde então, foi montado um projeto de desenvolvimento para a região, envolvendo ações efetivas e atuação na mídia tanto local, quanto nacional, para reelaborar a imagem dos produtos comercializados no polo, conforme abordou Pereira Neto (2011).

Endossando essas ações, e na busca por essa nova imagem, foram construídos os centros comerciais, tendo sempre à frente dessas iniciativas o setor privado. Assim foram criados, em 2001, o Parque das Feiras em Toritama; em 2004, o Polo Comercial de Caruaru e, em 2006, o Moda Center em Santa Cruz do Capibaribe.

O cenário econômico positivo que passou a se configurar no âmbito nacional, a partir de 2004, tem promovido mudanças significativas no estado de Pernambuco³², o qual tem recebido grandes investimentos, sobretudo em projetos estruturantes. Isso pode se configurar como um novo impulso para a consolidação do Polo de Confeções do Agreste. De acordo com Viana et al (2008),

Com a implantação da Ferrovia Transnordestina, tem-se a possibilidade da criação de alternativa logística para o algodão do Centro-Oeste, fator importante para o aumento da competitividade da indústria nordestina de confeções. A vinda da Refinaria para o Estado de Pernambuco possibilitará a criação do Pólo de Poliéster do Nordeste que será formado por três empreendimentos industriais a serem implantados pela Petrobrás e pelo grupo italiano Mossi & Ghisolfi (M&G) associado a uma fábrica de tecidos sintéticos finos do grupo coreano Kabul Synthetics Fiber, que investirá US\$ 45 milhões. Também em Pernambuco, está sendo implantada uma unidade

³² Para maiores informações sobre as potencialidades e desafios atuais da economia pernambucana, ver, Lima, Sicsú e Padilha (2007).

fabril verticalizada para produção de fibras sintéticas, denominado Projeto CITEPE (Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco). Este se configura como projeto integrado entre o setor têxtil e o setor petroquímico que será produzido pela Petroquisa (braço petroquímico da Petrobrás) e a Companhia Integrada Têxtil do Nordeste – CITENE (associação das empresas Vicunha Têxtil, FIT e Polyenka) em que será utilizado poliéster fabricado segundo os padrões asiáticos de competitividade e com previsão de funcionamento para 2010 (VIANA et al, 2008, p. 10).

Em relação à forma de organização de suas unidades produtivas, embora já seja possível encontrar no polo fábricas com expressão no cenário nacional - como exemplo a Rota do Mar - que utilizam tecnologias modernas e um quadro de trabalhadores mais qualificados, a predominância ainda consiste em unidades produtivas baseadas em *fabricos* e *facções*, conforme salientou Pereira Neto (2011).

Estas unidades produtivas têm em comum: serem baseadas no trabalho familiar - embora recorram também à contratação de outros trabalhadores -; serem localizadas quase sempre no próprio domicílio familiar ou atrelado a ele, através de “*puchadinhos*” formando galpões; serem institucionalmente formalizados ou não; e poderem se diferenciar entre si de acordo com o tamanho, o número de trabalhadores, o número de máquinas, o volume de produção. Também diferenciam-se em relação ao domínio do processo produtivo e ao controle do produto final, pois enquanto os *fabricos* têm todo o domínio do processo produtivo e controle da venda do produto final, podendo até *faccionar* ou servir como *facção* às unidades produtivas maiores em relação a etapas desse processo, as *facções* se caracterizam por serem subcontratadas de fábricas e *fabricos* e, assim, exercerem apenas algumas etapas do processo produtivo, não tendo, portanto, controle sobre a venda do produto final.

Geralmente, o(a) proprietário(a) do “*fabrico*” ou da “*facção*” e sua família administram a produção, a compra e venda de mercadorias e trabalham conforme a demanda. As unidades são instaladas na própria casa, que vai sendo expandida conforme as necessidades da produção. Assim, no espaço de muitos “*fabricos*”, misturam-se cômodos com máquinas, outros com camas para trabalhadoras e outros que se constituem propriamente na residência (LIMA e SOARES, 2002, p.172).

Outro aspecto importante na constituição dessas unidades produtivas é o seu caráter precário, não só em relação às relações trabalhistas, mas também às condições de trabalho. No que se refere às condições de trabalho, tanto os *fabricos* com as *facções* funcionam em ambientes pouco arejados, e com pouca iluminação, sem infraestrutura básica, conforme averiguamos em nossa pesquisa de campo. Os trabalhadores, por sua

vez, não utilizam equipamentos de prevenção e segurança, mostrando a falta de cuidado com a saúde do trabalhador.

A grande maioria dos *fabricos* e *facções* é basicamente informal, chegando a 7.000 nos três municípios (RAPOSO e GOMES, 2003). O conjunto de trabalhadores(as) envolvidos(as) na produção de confecções é basicamente formada por costureiras, mas há também um contingente de mão-de-obra masculina se inserindo cada vez mais no processo produtivo, principalmente na própria costura, atividade antes considerada exclusivamente feminina, conforme observamos em campo.

O traço relacionado ao caráter informal da produção de *sulanca* está presente desde o seu surgimento. Tradicionalmente, nesta região, a utilização da formalidade na contratação de mão-de-obra era algo presente apenas nos órgãos públicos. Atualmente, há um nível de informalidade mais sistêmica e integrada ao crescimento do setor. Ademais, o fato de os *fabricos* e *facções* serem basicamente constituídos pela mão-de-obra predominantemente familiar faz com que a questão do assalariamento e da garantia de direitos trabalhistas e previdenciários se torne secundários. Entretanto, já há indícios de um processo de formalização, conforme abordou Lima e Soares (2002) e conforme constatamos em nossa pesquisa de campo.

É interessante perceber que nem sempre a formalização no que se refere às relações de trabalho é desejada pelos trabalhadores deste polo, pois veem como ameaça de rebaixamento do salário, uma vez que conseguem auferir uma renda maior ao trabalhar como subcontratados em suas unidades domiciliares (LIMA e SOARES, 2002). Logo, a informalidade tem perdurado até os dias atuais devido, em parte, as *facções* e *fabricos* serem em sua maioria constituídas, como salientamos acima, pelo trabalho familiar, o que torna o assalariamento uma questão de menor importância, já que estas atividades configuram como estratégia dos grupos familiares para manter a sua reprodução.

Em relação à dinâmica do trabalho em si, no que se refere aos horários, jornada de trabalho, forma de pagamentos, regimes de contratação, como enfatiza Vêras de Oliveira (2011a) e Lima e Soares (2002), caracterizam-se por uma total flexibilidade. No geral, a jornada de trabalho ultrapassa as 40 horas semanais preconizadas pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), chegando em alguns casos a 15 horas de trabalho por dia³³. A remuneração dos trabalhadores se dá em sua maioria por

³³ Conforme confirmamos em nossa pesquisa de campo, reforçando assim o que os estudos sobre o Polo já haviam apontado, como o de Lira, 2006; Andrade, 2008; e outros.

produção, o que torna a renda auferida instável e o ritmo de trabalho alucinante, já que deste dependerá a quantidade produzida por dia e a renda adquirida.

O caráter familiar dessas unidades produtivas se revela também até quando as unidades produtivas decidem ampliar a sua produção e têm que recrutar mão-de-obra. Nesses momentos, o que é levado em consideração não é a qualificação do trabalhador³⁴, mas quem o indicou. Geralmente a indicação parte de algum outro membro da família que tem também uma unidade produtiva. Em meio ao processo de expansão da produção, alguns fabricos recorrem também a costureiras individuais. Algumas costureiras por não possuírem a máquina de costura as recebiam emprestadas de confeccionistas da cidade para poderem costurar. Esta dinâmica funciona até os dias atuais e possibilitou a disseminação do trabalho domiciliar local, na cidade e no campo, tendo as mulheres como principal agente produtivo, conforme salientou BEZERRA (2011).

Por possuir um alto grau de diversificação e especialização, a utilização do trabalho faccionado, especialmente a domicílio, tem se tornado um fator decisivo para o sucesso da produção de confecções na região do Agreste Pernambucano. Segundo Raposo e Gomes (2003), entre as 12.141 empresas de confecções localizadas na região do Polo, 3.377 são facções e o município que possui mais facções é Santa Cruz do Capibaribe, com 1.698 unidades.

Devido ao seu caráter predominantemente informal, tanto em relação à formação das unidades produtivas quanto às relações de trabalho, não existem dados precisos sobre o polo; uma vez que esta característica dificulta a coleta de informações dos órgãos oficiais. Assim, a pesquisa de Raposo e Gomes (2003) constitui uma fonte importante sobre o perfil socioeconômico, pois estes efetuaram um levantamento minucioso sobre a composição do polo. Com base nesta pesquisa, no começo de 2000, havia ali aproximadamente 12 mil unidades produtivas, das quais apenas 8% eram formalizadas.

Refletindo sobre a questão de a informalidade ser um elemento preponderante na dinâmica constitutiva deste polo, Vêras de Oliveira afirma que:

A persistência da informalidade, como um elemento característico da dinâmica do Polo, se, por um lado tem facilitado a reprodução dos empreendimentos, de diversos portes, assim como tem propiciado o

³⁴ Tendo em vista que os proprietários dos fabricos e facções se propõem a passar o conhecimento ao novo trabalhador.

surgimento de um circuito superior, cuja dinâmica se orienta para a acumulação, por outro, vem inibindo uma incorporação ampla dos empreendimentos locais à dinâmica capitalista (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 54).

Diante do exposto, quando nos debruçamos a compreender a dinâmica deste Polo e sua imbricação com o processo de acumulação de capital desde sua origem aos dias atuais³⁵, percebemos que, embora ele tenha surgido como uma forma de homens e mulheres (autônomos, independentes, individuais e sem nenhum acúmulo de capital) encontrarem um meio de sobrevivência em meio a condições tão adversas (secas e falta de trabalho), este acabou estabelecendo conexões com o mercado capitalista. Inicialmente estas conexões se deram através da compra de matéria-prima e da venda de seus produtos nas feiras e, posteriormente, com a utilização de créditos e serviços diversos. Conforme nos informou Vêras de Oliveira (2011a), *"como consequência, o Polo terminou imbricando com as dinâmicas de acumulação de capital em suas diversas escalas de realização"*. Atualmente, o polo vem se envolvendo mais intensamente com instituições públicas e privadas, inserindo-se, assim, em um *"processo mais sofisticado de interação interna e externa"* (VERAS DE OLIVEIRA, 2011a, p. 31).

Dado nosso interesse em adentrar mais especificamente no setor de confecção de roupas de *jeans* de Toritama, um dos municípios que como dissemos conformam o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, a seguir estaremos trazendo alguns elementos que remontam sua trajetória, reportando-nos a sua constituição histórica e suas principais características.

2.4 Configuração do Polo de Confeções de *Jeans* de Toritama

O município de Toritama foi criado em 1953. A palavra Toritama significa Região das Pedras (Tori = Pedra e Tama =Região), em decorrência as condições naturais do seu solo, que é coberto em grande parte por rochedos e enormes pedras, desenhando o cenário não só ao lado do rio Capibaribe que atravessa o município, como também ao longo de algumas de suas ruas na zona urbana, dificultando a construção

³⁵

Para maiores informações sobre esta discussão, ver Vêras de Oliveira (2011).

civil em seu território, dando-lhe um aspecto de desorganização, conforme podemos visualizar na figura 2 (PLANO DIRETOR DE TORITAMA- PDT, 2006).

FIGURA 2

Aflorações rochosas entre as ruas de Toritama-PE



Fonte: (PDT, 2006, p. 86).

A população deste município, de acordo com o censo realizado pelo IBGE (2010), é de 35.554 habitantes, entre os quais 18.133 são do sexo feminino, o que equivale a 51,0% do total e, 17.421 são do sexo masculino, o que corresponde a 49,0% do total da população. Entre seus habitantes, 34.124 (96,0%) estão localizados na zona urbana do município e os demais, 1.430, ou seja, 4,0% referem-se aos habitantes da área rural. O que configura o município como eminentemente urbano, diferenciando de outros municípios de mesmo porte localizados nesta região.

Vasconcelos (2012, p. 59) afirma que as características naturais do município, envolvendo seu clima e relevo, “*sempre foram um impeditivo para o desenvolvimento de uma produção agrícola voltada para a monocultura de alguma espécie*”. Isto fez com que o município sempre apresentasse uma pequena população rural, distribuída entre pequenas propriedades voltadas para alguma cultura de subsistência.

Ainda em relação a sua população, este recenseamento realizado em 2010 pelo IBGE demonstrou que os habitantes de Toritama são predominantemente jovens, compondo aproximadamente 62,62% do total de seus habitantes com idade abaixo dos 30 anos. Deste percentual, os estratos mais significativos correspondem àqueles situados entre 10 a 29 anos que juntos apresentam um percentual de 43,93%. São estes

que fazem parte da População em Idade Ativa – PIA, ou seja, a parte da população com potencial para ser ocupada ou não no setor produtivo. Entretanto, devemos salientar que encontramos, na observação de campo, crianças com idade inferior a essa envolvidas nas unidades produtivas domiciliares. As informações detalhadas referentes à faixa etária da população deste município, por estrato de idade, estão apresentadas na tabela 1.

TABELA 1

Faixa etária da população de Toritama-PE (Anos 2000 e 2010)

Idade em anos	Número de residentes		Participação %	
	2000	2010	2000	2010
0 a 4	2.646	3.375	12,13	9,49
5 a 9	2.360	3.279	10,82	9,22
10 a 19	4.966	7.163	22,77	20,15
20 a 29	4.420	8.455	20,27	23,78
30 a 39	2.877	5.581	13,19	15,70
40 a 49	1.743	3.480	7,99	9,79
50 a 59	1.201	2.020	5,50	5,68
60 ou mais	1.587	2.201	7,33	6,19
Total	21.800	35.554	100	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000 e 2010).

Observando ainda os dados apresentados na tabela 1, podemos perceber que, ao longo da década de 2000, a população do município de Toritama apresentou um crescimento expressivo de 63,09%, passando de 21.800 habitantes em 2000, para 35.554 habitantes em 2010. Esses dados refletem um pouco o dinamismo do município.

Toritama apresenta uma economia dividida entre o comércio local e a indústria de vestuário que, nos últimos anos, tem experimentado um forte desenvolvimento, principalmente impulsionado pela confecção de roupas de *Jeans*, tornando-se, portanto, a principal fonte de renda de seus habitantes. Segundo relatório da pesquisa da FUNDAJ(2008), principalmente este último setor tem contribuído significativamente para a dinâmica econômica local, possibilitando uma ampla oferta de trabalho, não apenas garantindo a ocupação de seus habitantes, mas se tornando atrativo para a mão-de-obra de outros municípios e estados circunvizinhos. A oportunidade de inserção no mercado de trabalho local tem servido como estímulo migratório, o que poderia justificar o registro do rápido crescimento populacional do município.

Estima-se que Toritama recebe por semana um fluxo aproximadamente de 10 mil compradores (Sacoleiros), vindos de vários estados do país nos dias de “feira da sulanca” que se concentram entre a segunda e terça feira. Localizada às margens da rodovia BR 104, que atravessa a cidade, a “feira da sulanca” é formada por basicamente por dois espaços distintos: O “Parque das Feiras³⁶” que é um espaço padronizado com várias lojas de fábricas locais e praça de alimentação, e a feira tradicional, formada por barracas de madeiras e lona. Localizadas em torno destas, também encontramos várias lojas de fábricas de porte maior, com venda no atacado e no varejo.

Após a inauguração do “Parque das Feiras”, este vem se expandindo significativamente, ocupando o espaço lateral e a parte de traz do terreno próximo às primeiras instalações, como podemos observar na figura 3. Entretanto, deve-se salientar que esta expansão constitui uma iniciativa eminentemente dos empresários locais, contando apenas com o apoio de algumas instituições como o SENAI e o SEBRAE, mas sem o apoio direto dos governos estaduais e municipais. (PEREIRA NETO, 2011; LIMA, 2011).

FIGURA 3

Vista parcial do espaço da “feira da sulanca” em Toritama- PE



Fonte: <http://portal.cnm.org.br/sites/7100/7197/ParquedasFeirascompac.jpg>.
Acesso em 03 de março de 2013.

³⁶ É interessante salientar que Toritama foi o primeiro município a implantar um centro voltado para o escoamento de parte de sua produção, procurando desassociar a feira da imagem precária que lhe é atribuída pela sua conformação - “Feira da Sulanca”. O “Parque das Feiras” foi inaugurado em 2001, iniciando uma nova tendência de organização e padronização da lógica e dinâmica informal de comercialização presente no Polo de Confecção do Agreste Pernambucano, conforme afirmou Pereira Neto (2011).

Toritama passou a fazer parte do Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco ao longo da década de 1980. Até essa década, o município configurava-se como um polo calçadista, produzindo chinelos, sandálias e sapatos de couro e de borracha, influenciada por Caruaru, conforme vimos anteriormente. Entretanto, esta atividade começou a perder força à medida que foi entrando no mercado as sandálias à base de plástico. Sem ter como competir qualitativamente no mercado de calçados de couro e em meio ao menor preço das sandálias de plástico, o polo calçadista de Toritama começou a definhir. É nesse cenário que a confecção de roupas passa a fazer parte das atividades produtivas deste município (XAVIER, 2006; SOARES, 2002).

No início, o produto confeccionado em Toritama era semelhante aos confeccionados em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru, ou seja, feitos à base de tecidos sintéticos. Apenas no final da década de 1980 foi que se introduziu o tecido em *jeans* na confecção local, produzindo a princípio artigos de vestuário masculino, como calças, camisas e bonés de baixa qualidade.

A iniciativa pela produção de roupas masculinas em *jeans* ocorreu devido a dois fatores: o primeiro refere-se à busca do aproveitamento das máquinas que antes eram direcionadas à confecção dos calçados, e o segundo está relacionado à habilidade que os trabalhadores locais haviam adquirido em manusear matéria-prima de difícil corte e costura, como o caso do couro e da borracha utilizados na confecção de calçados, fazendo o *jeans* se assemelhar um pouco por ser um tecido igualmente grosso e pesado.

Ao ter suas atividades produtivas praticamente voltadas para a produção e comercialização de roupas em *jeans* (calças, bermudas e saias), Toritama acabou se diferenciando dos demais municípios que fazem parte do Polo de Confeção do Agreste de Pernambuco, já que os demais se configuram por ter uma grande diversidade de produtos finais.

De acordo com os dados do IBGE (2010), a cidade atualmente possui 1.205 empresas formais envolvendo diversos ramos de atividades, em sua maioria ligados diretamente ou indiretamente a atividade principal do município – a confecção de peças em *jeans*, gerando o emprego de 5.020 trabalhadores com carteira assinada. Todavia, a maior expressão produtiva do município nesta atividade encontra-se ainda na informalidade, abrigando mais de 2.000 fabricos e facções e empregando mais de 15.000 trabalhadores (RAPOSO e GOMES, 2003).

Devido ao um alto índice de informalidade de suas unidades produtivas, percebe-se a existência de duas formas de competitividade que expressam a relação

entre as unidades formais e as informais. As empresas formalizadas, principalmente as de porte médio, embora em proporção menor neste polo, já apresentam, como uma de suas características, possuir empregados que recebem qualificação, geralmente via cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAI³⁷, e condições de trabalho mais dignas. Nestes casos a busca por maior inserção no mercado se dá através da procura por melhorar a qualidade do produto, além de investir mais em *marketing*. Estas empresas também buscam inovar tecnologicamente e passam a “adaptar” as formas organizacionais mais modernas e “flexíveis” que dominam a produção de confecção em outros centros de avançada industrialização do setor, recorrendo à terceirização³⁸ da produção como forma de aumentar a produtividade por ganhos de escala e especialização. Entretanto, em relação às empresas informais, os seus critérios de competitividade se baseiam, sobremaneira, na busca de baixar os custos de produção em detrimento à qualidade, intensificando na utilização da mão-de-obra, recorrendo à subcontratação, geralmente de unidades produtivas familiares, como mecanismos de reduzir seus custos trabalhistas, além de se utilizarem da sonegação fiscal. Contudo, um fato que não se pode deixar de ser destacado é que entre o setor formal e informal local, há uma imbricação significativa, pois as empresas formais ao partirem para a terceirização recorrem às empresas informais, fomentando o caráter informal da constituição deste polo. Assim, usando as palavras de Oliveira (2006, p. 32), nesse movimento, percebe-se *‘uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”’*.

Um elemento interessante detectado por nossa investigação em relação a esta simbiose entre o setor formal e informal consiste no fato de, em alguns casos, o próprio setor formalizado mesmo incentivando a expansão do setor informal, não perder, contudo, o controle da produção, conforme nos foi relatado por um dos dirigentes da Associação do Comércio e da Indústria de Toritama - ACIT. Vejamos o que ele nos disse:

Veja só o que acontece, esse processo de terceirização aqui é mais ou menos assim: O camarada já trabalhava na própria empresa dele, aí ele apenas tirou o camarada que, vamos dizer, era gerente da empresa dele e propôs: vamos colocar uma facção ali pra você, certo!? Então o camarada vai e coloca! Só que, ao mesmo tempo, o dono da empresa maior está ali dentro, quem

³⁷ Ver as dissertações de Pereira Neto (2011) e Lima (2011).

³⁸ Entretanto, devemos salientar que esta é uma característica inerente a indústria de confecção que tem ganhado maior expressividade dentro do contexto da acumulação flexível, o que não é o caso de Toritama.

controla tudo é ele! Às vezes chega, vai ver como está a costura! Vai ver que tem alguma coisa errada! Então ele tem aquele controle. Ele deixa a principal dentro da fábrica dele, mas facciona algumas partes, é na fábrica dele que ele olha para poder ir pra lavanderia! Porque depois que vai pra lavanderia e lava, ou você a vende como uma peça de primeira ou saldo! Porque depois de lavada, não tem jeito! Se ela tiver costurada troncha, pronto! Aí você tem que vender como saldo ou peça de segunda, aí o preço cai! (UM MEMBRO DA DIRETORIA, 14/09/2011).

Assim, além de se esquivar dos encargos trabalhistas estas empresas ainda se esforçam em manter a qualidade de seus produtos, mesmo terceirizando grande parte do processo produtivo recorrendo à informalidade como forma de redução de seus custos. Não podemos deixar de perceber como essa lógica que permeia o processo de acumulação de capital em Toritama está se associando à lógica da “acumulação flexível”, evidentemente em um contexto de adaptações, mas visivelmente imbuído das principais características deste processo. É interessante ressaltar que a informalidade que se configura neste polo ganha novas dimensões. Além de se configurar como um processo associado aos dois fenômenos abordados por Cacciamali (2000), sendo o primeiro relacionado à questão da “*reorganização do trabalho assalariado*” e o segundo, a questão do “*auto emprego*”, como vimos no capítulo anterior, ele também se configura como um “*processo induzido*” e não apenas como reflexo da não absorção do mercado de trabalho formal, à medida que um “*patrão*” induz seu “*trabalhador*” a abrir uma unidade produtiva para lhe “*servir*”, tornando a nova unidade produtiva como uma extensão de sua própria fábrica através da terceirização.

Desta forma há uma certa indução à informalidade, pois este trabalhador na busca por sua “*independência*” geralmente aceita esta proposta recorrendo ao trabalho a domicílio e familiar, estando portanto completamente desvinculado de qualquer relação formal com a antiga empresa que trabalhava, bem como com os órgãos que regularizam o trabalho. A esta configuração estamos chamando de “*informalidade indutiva*”, que surge nesse panorama global, em que se sobressaem a flexibilidade e desregulamentação do mercado de trabalho, emergindo em meio a “*nova informalidade*”, que, conforme abordou Lima e Soares (2002), seria caracterizada por incorporar contingentes oriundos do mercado formal, mas diferenciando-se de épocas anteriores, pois esta situação deixa de ser uma situação transitória para ser definitiva.

É, portanto, em meio a esta configuração que há em Toritama um acelerado processo de crescimento econômico, fazendo com que este município tenha apresentado

um dos melhores desempenhos entre os municípios do Agreste pernambucano. Embora este crescimento não esteja sendo traduzido em um desenvolvimento sustentável por inúmeros fatores, entre os quais podemos relacionar o não pagamento dos tributos, a informalidade, além de acrescentar o descaso ambiental, característico de um crescimento desordenado, configurando-se, portanto, em um abandono tanto de investimentos econômicos quanto de infraestrutura básica, por parte do poder político local.

Em função das características específicas do processo de produção das roupas de *jeans*, há também, no município, as lavanderias³⁹. Este tipo de unidade produtiva é responsável pelas últimas etapas desta produção, envolvendo: lavagem, amaciamento, tingimento e descoloração industrial do *jeans*, agregando, assim, valor ao produto final (NORONHA e TURCHI, 2007; ANDRADE, 2008; VERAS DE OLIVEIRA, 2011a). Entretanto, além de gerar empregos, as lavanderias de Toritama vêm provocando significativos impactos ambientais, pois estas indústrias têm se tornado as grandes responsáveis pela poluição do rio Capibaribe, um dos mais importantes do estado de Pernambuco. Isto fez com que alguns órgãos de monitoramento do meio ambiente interferissem no município intensificando a fiscalização⁴⁰ destas unidades produtivas. Ao descreverem suas impressões sob a cidade, Noronha e Turchi (2007) comentaram:

A impressão primeira da cidade de Toritama é a de um canteiro de obras onde atividades de produção e lavagem de jeans estendem-se pelo horário noturno e misturam-se à malha urbana, às residências, ao comércio local e aos poucos serviços públicos existentes. Essa impressão é reforçada com a visão do único rio que corta a cidade, em cujas margens estão localizadas as lavanderias do município. A poluição causada pelas atividades das sessenta lavanderias existentes era visível na sua coloração azul escuro, proveniente dos detritos líquidos e sólidos despejados no rio sem nenhum tipo de tratamento. Além da poluição causada pelos resíduos lançados ao rio, a população do município estava exposta à fumaça dos fornos que alimentavam as caldeiras das lavanderias e aos riscos de explosões. O forte odor emanado e as explosões de caldeiras situadas próximas a residências deram origem a uma série de reclamações junto à promotoria local (NORONHA e TURCHI, 2007, p.269).

³⁹ Estimativas indicam que, em 2003, estavam funcionando 50 lavanderias no município de Toritama (RAPOSO e GOMES, 2003).

⁴⁰ A estratégia utilizada pelos agentes públicos foi negociar um acordo (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC) em que cada empresário de lavanderia assumia o compromisso de instalar equipamentos para tratamento dos afluentes num período de oito a doze meses, dependendo do tamanho das empresas. Em contrapartida, o poder público, até então ausente do arranjo, comprometeu-se a construir a infraestrutura de saneamento básico, particularmente a rede de esgoto, para canalizar os afluentes tratados das lavanderias e de outras empresas. (NORONHA e TURCHI, 2007, p.270)

Esta descrição ainda retrata as condições ambientais atuais de Toritama, onde se pode acrescentar à questão o lixo industrial, que se mistura com o urbano às margens da BR 104, logo na entrada da cidade, e seus esgotos a céu aberto, dando-nos a impressão de completo abandono e precariedade, conforme podemos observar na figura 4.

FIGURA 4

Canal de esgoto “azul” a céu aberto nas ruas de Toritama -PE



Fonte: Pesquisa de campo (outubro / 2011).

A atuação dos órgãos fiscalizadores conseguiu produzir alguns impactos positivos sobre o município, despertando o empresariado local a procurar soluções para o problema da poluição e da escassez de água. Foi em decorrência desse episódio que alguns industriais voltados para o setor das lavanderias se reuniram e criaram a Associação do Comércio e da Indústria de Toritama – ACIT, conforme nos foi informado em depoimento por um dos dirigentes desta associação, quando o indagamos sobre o que havia motivado a sua criação. Assim ele nos falou:

A iniciativa dessa associação foi em 2005, através do senhor Edílson Tavares. Foi devido ao caso das lavanderias quando o Ministério Público veio fazer aquela fiscalização. [...] As lavanderias foram fechadas e foi proposto um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, para as lavanderias, onde elas só funcionariam depois que tivessem com as suas estações de tratamento prontas. Não era nem começando a instalar, era pronta mesmo! E hoje, toda lavanderia tem sua estação de tratamento, trata seus resíduos e

reaproveita também mais de 80 % de sua água. Tem delas que fica em torno de 50% outras 80%, depende do camarada, depende do que ele quer fazer, tanto ele usa água e completa com alguma coisa e pega também nos açudes, que a maioria deles tem propriedade particular. Alguns têm seus açudes ou seus barreiros, como denomina cada um. E ela surgiu no momento da dor, porque todo mundo sofreu porque foi interditado, foi fechado, não tinha o que fazer! Hoje na associação nós temos o segmento de lavanderia, confecção, os prestadores de serviços, são basicamente esses, mas tem também alguma coisa de serigrafia, o pessoal que trabalha com etiqueta e fornece, quer dizer são fornecedores aqui da região. [...] Tem outro pessoal que tá chegando da parte de prestadores de serviços. Fazem análises para as lavanderias [...], é que as lavanderias tem que fazer as análises dos afluentes mensal, trimestral, semestral, dependendo da licença de liberação do CPRH. [...] Temos um quadro de associativismo aqui na ACIT de 120 empresas. 120 empresas para todos os seguimentos, entre prestadores de serviços, confecção e lavanderia, tem um universo de 56 lavanderias, somente 26 lavanderias associadas. (MEMBRO DA DIRETORIA, 14/09/2011).

A organização produtiva no município de Toritama assemelha-se a descrita no item anterior, para o conjunto dos municípios do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, envolvendo fábricas, fabricos e facções. Contudo, neste município, a maior parte da produção é realizada em unidades produtivas localizadas em domicílio. De acordo com Campos (2009), em pesquisa realizada entre 2007-2008, 37% dos domicílios localizados no município realizam alguma produção vinculada à confecção de vestuário. Estas *“unidades produtivas são bastante heterogêneas, configurando desde pequenas oficinas mais ou menos improvisadas, até o típico trabalho domiciliar”* (CAMPOS, 2009, p.08).

Corroborando com essa análise, em nossa pesquisa de campo, encontramos ainda dois tipos de facções que dão suporte a produção de roupa em *jeans* no município voltados para “aprontar” as peças: a primeira consistiu nas *facções de costura* que se assemelham as existentes nos demais municípios do Polo; sendo, portanto, unidades produtivas que se responsabilizam por apenas algumas partes do processo de produção. Em alguns casos, essas facções executam apenas uma função, em outras, várias delas, ou seja, em ambos os casos, os produtores não produzem a peça inteira e tampouco a eles pertencem o produto final do seu trabalho (as peças de *jeans* prontas), já que este lhes é fornecido geralmente por um dos fabricos ou fábricas locais. A maioria das facções no município tem este perfil. Nelas, visualizamos a presença tanto de homens quanto de mulheres executando as tarefas produtivas, embora em termos proporcionais a presença feminina fosse mais expressiva.

A segunda é constituída pelas *facções de travetar*, unidades produtivas que se responsabilizam apenas por duas funções na produção da peça de jeans, sendo estas: o

travetar (colocar as arriatas do cóis da peça de jeans) e *casear*. Estas unidades de produção são encontradas em menor quantidade que as facções de costura e, de acordo com o que nos foi informado nos depoimentos, isso se deve ao fato de que para montá-las há a necessidade de um dispêndio maior de recursos financeiros, tendo visto que as máquinas são caras, variando entre R\$ 10.000,00 a R\$ 25.000,00⁴¹. Neste tipo de facção, há exclusivamente mão-de-obra masculina, conforme podemos verificar na figura 5, e apenas em casos excepcionais as mulheres executam estas tarefas. A justificativa para esta divisão sexual é que nesta tarefa exige muito esforço físico e um ritmo acelerado imposto pela máquina, conforme fomos informados por depoimentos em nossa pesquisa de campo. Devido a essa peculiaridade, o trabalho familiar se restringe a participação do pai e dos filhos, ficando, portanto, a mãe e suas filhas voltadas para as atividades domésticas e de auxílio geral.

FIGURA 5

Facção de travetar



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro/2011).

De um modo geral, o processo produtivo realizado nestas unidades produtivas segue uma sequência lógica própria, envolvendo as fases de modelar riscar, cortar, costurar, travetar, lavagem e acabamento final das peças. O faccionamento destas tarefas é algo notório no município. Ao caminhar por suas ruas percebemos que em

⁴¹ Informações fornecidas por seu Lucas, no dia 07/03/2012. Ele é proprietário de uma facção de travetar.

cada casa há alguma atividade sendo desenvolvida vinculada à produção. Isso ocorre devido ao fato de que cada uma das etapas produtivas da confecção de roupas em *jeans* pode ser executado em espaços diferenciados (característica comum do setor de confecção). Logo a subcontratação configura-se como elo de ligação ao longo de todo processo produtivo, entre as facções, o fabrico e/ou fábricas.

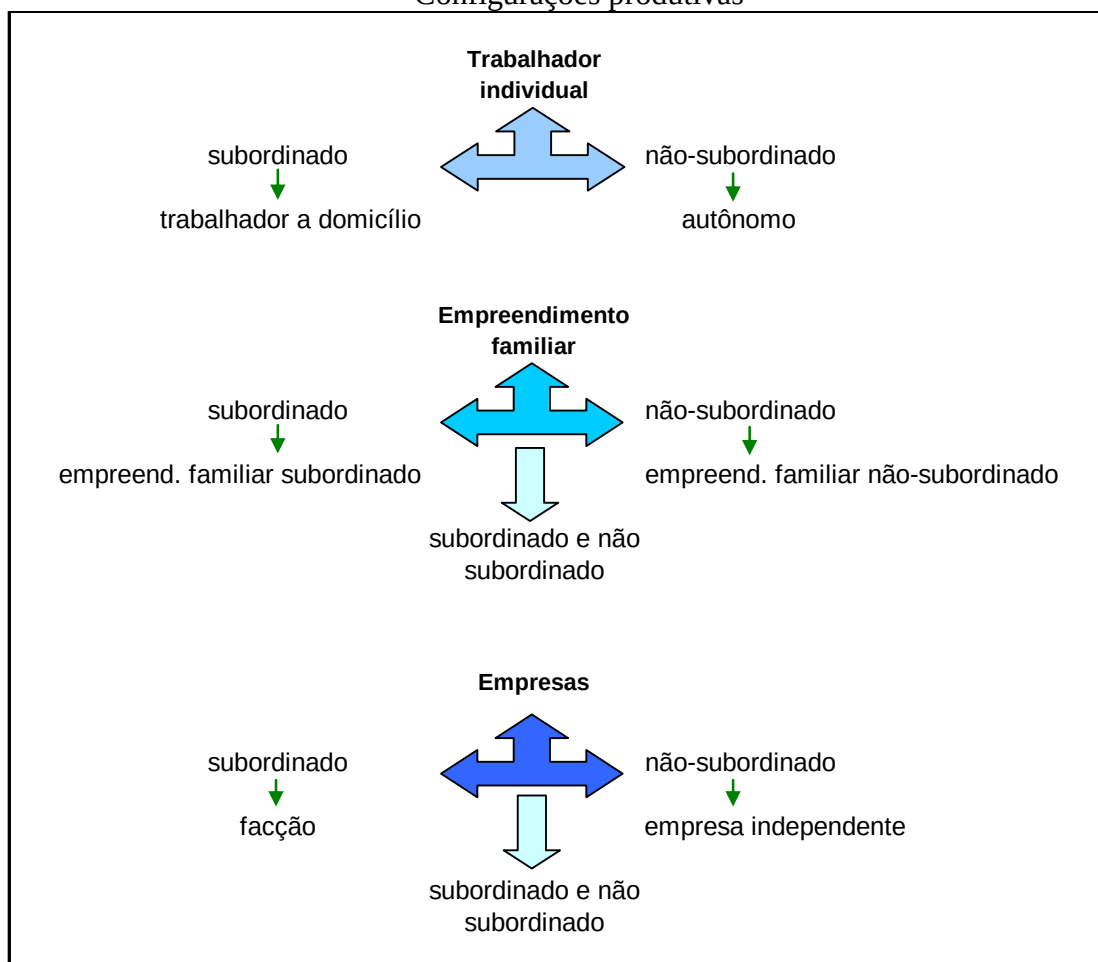
De acordo com Campos et al (2008, p.119), em Toritama, a produção domiciliar de vestuário está ordenada a partir de três configurações básicas, a saber: as *microempresas independentes*, os *empreendimentos familiares* e os *trabalhadores individuais*. Para a definição dessas configurações foram usados três critérios: o primeiro refere-se ao número de pessoas no domicílio incluídos na produção (apenas um, mais de um), o segundo está relacionado às características dos trabalhadores envolvidos na produção (familiar, não familiar) e por fim, o terceiro, que diz respeito ao nível de autonomia do empreendimento (determinado pelo destino da produção: feiras, lojas, empresa contratante etc.). Com base nesses critérios, as microempresas independentes correspondem aos domicílios produtivos que comportam mais de um trabalhador, tendo a presença de pessoas de fora da família no processo produtivo e possuem autonomia de decisão em relação ao fluxo produtivo e comercial dos produtos gerados. Já os empreendimentos familiares comportam aqueles domicílios produtivos nos quais mais de um membro familiar do domicílio está vinculado à produção, enquanto o trabalhador individual exerce a sua função no domicílio produtivo sozinho.

Estas três configurações básicas, por sua vez, foram subdivididas em oito categorias, a saber: *o trabalhador a domicílio* (subordinado), *o trabalhador autônomo* (não subordinado), *empreendimento familiar subordinado*, *empreendimento familiar não subordinado*, *empresa subordinada* (facção), *empresa não subordinada* (empresa independente) e *empresa subordinada e não subordinada*, conforme podemos observar na figura 6.

Os *trabalhadores individuais* encontram-se subdivididos em dois grupos: os *típicos trabalhadores a domicílio* e os *trabalhadores autônomos*. No que diz respeito aos *trabalhadores a domicílio*, estes realizam tarefas parciais do processo produtivo, trabalhando em seu próprio domicílio, mantendo dependência a determinada unidade produtiva. Esses trabalhadores tanto podem ser arregimentados pelos empreendimentos familiares como pelas empresas independentes (de forma direta ou por meio de

intermediários⁴²). Em relação aos autônomos, estes dominam todo o processo produtivo, produzindo por encomenda ou fabricando peças completas para serem comercializadas nas feiras locais. (CAMPOS et al, 2008)

FIGURA 6
Configurações produtivas



Fonte: FUNDAJ: Pesquisa direta, apud Campos et all (2008, p.120)

Em relação aos *empreendimentos familiares*, estes são representados pelas oficinas especializadas que empregam apenas mão-de-obra familiar, onde o proprietário também constitui um trabalhador. Essas oficinas são organizadas dentro do próprio domicílio familiar (na garagem, na sala e outros espaços da residência). Entre esses empreendimentos, podem se encontrar aqueles que são subordinados a outras empresas, recebendo os tecidos e/ou peças semimontadas para realizar determinadas etapas do

⁴² Pessoa que recebe a encomenda e distribui o trabalho para uma rede de oficinas e domicílios.

processo produtivo, como também terem uma linha de produção própria, ou ainda exercerem essas duas funções simultaneamente. (CAMPOS et al, 2008)

Já as *microempresas* confeccionistas do município, utilizam mão-de-obra assalariada e podem ser formalizadas ou não, sendo, em alguns casos, donos do produto final gerado (empresas independentes), mas a maioria dos casos consiste em pequenas empresas subordinadas a empresas um pouco maiores, que são subcontratadas para executar parcela (ou a totalidade) do processo produtivo, constituindo-se, assim, a *típica facção*. De forma geral, o proprietário procura reservar um lugar específico para as atividades da sua microempresa no seu domicílio, podendo este ser um cômodo construído exclusivamente para essa atividade (puxadinho). Ainda há algumas microempresas que atuam tanto como empresas independentes quanto como subcontratadas, ou seja, além de produzirem uma linha de produto próprio, também acabam aceitando encomendas de outras empresas. (CAMPOS et al, 2008).

Em nossa pesquisa de campo tivemos a oportunidade de observar cada um desses tipos de unidades produtivas, entretanto nos centramos principalmente nos empreendimentos familiares, dado nosso objetivo de perceber as relações de gênero nestes espaços⁴³. O que ficou claro em meio à observação foi que estas configurações não são estáticas, ou seja, o trabalhador individual tem uma tendência a se transformar no próximo empreendimento familiar e, posteriormente, numa microempresa. Isto reflete o caráter dinâmico deste polo.

Outro elemento que podemos acrescentar a esse dinamismo é que embora em Toritama as condições de trabalho e as relações trabalhistas sejam eminentemente precárias, não se pode afirmar que há apenas um processo de precarização, pelo contrário, o que verificamos foi que, em relação às unidades domiciliares, há uma tendência a se melhorar as condições de trabalho à medida que os empreendimentos vão se solidificando no mercado; partindo, portanto, para uma expansão não só de suas instalações, desvinculando-as do espaço domiciliar, com inclusive melhorias tecnológicas, adquirindo maquinários mais modernos e eficientes. Mas devemos salientar que, embora não haja precarização, nos termos de um processo contínuo de aviltamento das condições de trabalho (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b; LEITE, 2009), a precariedade ainda é uma das marcas dessas unidades produtivas, pois as melhorias

⁴³ Estaremos discutindo mais detalhadamente esta questão nos capítulos 4 e 5 desta tese.

que ocorrem não conseguem reverter, em curto prazo, as situações degradantes em que estão inseridos esses sujeitos.

Em meio a esse cenário, nos últimos anos, a produção de roupas em *jeans* deste município vem apresentando um crescimento expressivo. Estima-se que a produção atual se aproxima a 2 milhões de peças por mês, o que significaria algo em torno de 12% a 15% da produção nacional de roupas em *jeans*; levando, portanto, o município a ocupar a segunda posição no *ranking* nacional, estando apenas atrás do Polo de Confecções do Brás, em São Paulo. (MACIEL, 2011, apud PEREIRA NETO, 2011).

Descrevendo o perfil dos trabalhadores no município de Toritama, Campos et al (2008) nos relata que:

A taxa de ocupação era elevada , 97, 6% [...] Praticamente não há diferença entre as taxas de ocupação feminina e masculina: 97,7% e 97,8%, respectivamente. [...] Mais da metade dos ocupados, ou seja, 56,3% eram vinculados diretamente ao segmento produtor de artigos de vestuário. Eram trabalhadores jovens (90,4% tinham entre 10 e 39 anos de idade), 55% eram do sexo masculino. A escolaridade não difere muito da observada para o conjunto dos trabalhadores toritamenses: 88,5% tinham no máximo 8 anos de estudos e 20,5% não sabiam ler e nem escrever. A posição ocupacional mais comum era a de trabalhar sem registro em carteira, correspondendo a 77,1% do total dos ocupados; seguido pelo trabalho por conta própria (14,2%). O percentual de empregados com carteira assinada era de 4,5%. (CAMPOS et al, 2008, p. 116-117)

Esses dados indicam que o município não apresenta problema de geração de emprego, entretanto eles sinalizam algumas questões importantes que estão ocorrendo em meio a essa dinâmica. Uma delas, também comentada por Campos et al (2008), diz respeito à qualidade do emprego gerado, tendo em vista que a maioria (77,1%) dos trabalhadores ocupados não possuía carteira assinada; ficando, assim, descobertos da previdência social. Esta é uma característica visível em todos os municípios que formam o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

Todavia, como abordado, o caráter precário dessas relações é evidente nas facções e fabricos locais, configuradas principalmente pelo trabalho desprotegido de direitos sociais, muitas vezes temporários e de tipo intensivo, repetitivo e exaustivo, pois quase sempre são incitados a atingirem metas de produção em larga escala e em tempo cada vez mais reduzido. Afinal, a “*feira não pode esperar*”⁴⁴. Nesse contexto, as jornadas diárias de trabalho ultrapassam rapidamente às 12h de trabalho e, no caso

⁴⁴ Fala de seu Lucas num dos dias que fazíamos a observação participante.

específico das costureiras, são intercaladas com as tarefas domésticas, e provimentos da reprodução familiar, conforme observamos em nossa pesquisa de campo.

Outro aspecto verificado foi a inserção dos trabalhadores individuais no processo produtivo e, junto a isso, o baixo grau de escolaridade. Como a maioria das unidades produtivas de Toritama é de natureza familiar, geralmente realizada ainda no domicílio, isso indica que todos da família de alguma forma acabam se envolvendo nesta atividade, desde as crianças aos idosos. Nesse cenário, há uma imbricação entre as funções: as mulheres que estão envolvidas no processo produtivo também são responsáveis pelas questões vinculadas à reprodução (cuidados com a casa, filhos e alimentação) e, portanto, são donas-de-casa, mãe e trabalhadora; os homens, por sua vez, acabam entremeando suas funções de chefe de família, pai, chefes da unidade produtiva, ao mesmo tempo em que são trabalhadores. São relações que se intercalam e se sobrepõem na produção a domicílio.

Em inúmeras situações, os trabalhadores acabam assumindo funções combinadas dentro de uma unidade produtiva, o que possibilita que mesmo estando subjugados por um contato de trabalho faccionado, fragmentado, conseguem absorver todo conhecimento necessário para a produção de toda peça de *jeans*. O aprendizado profissional geralmente ocorre em meio ao processo de socialização no meio familiar, ou relacionado às primeiras experiências de trabalho; tornando, portanto, esta função “natural”, para os habitantes locais. Este é um dos fatores que leva ao crescente nascer de unidades de produção domiciliar, basta ter condições de adquirir a primeira máquina para se correr atrás do sonho da velha “*autonomia*”⁴⁵.

Nesse contexto, o Polo de Confecções de Jeans de Toritama vai se expandindo e se interligando tanto internamente como externamente com os demais municípios, regiões, estados e países, sofrendo interferência e interferindo e, portanto, reconfigurando-se em meio à dinâmica local/global; inserindo-se cada vez mais na lógica capitalista. Isto é o que enfatizaremos nesse próximo item.

⁴⁵ Conforme estaremos abordando no capítulo 5, o sentido de autonomia nesta tese consiste na autonomia financeira, na busca por independência financeira.

2.5 O Polo e sua inserção na dinâmica capitalista global.

Após tecermos algumas considerações sobre as principais configurações do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, em que procuramos dar um enfoque maior ao município de Toritama, iremos, nesse momento, buscar abordar alguns elementos que poderão contribuir para a compreensão da constituição deste Polo e a sua inserção na dinâmica capitalista.

Conforme foi observado, o surgimento das primeiras unidades produtivas que posteriormente conformaram o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, não se constituiu vinculado diretamente à dinâmica capitalista, mas foi se entrelaçando com esta à medida que foi se desenvolvendo. O início desta atividade basicamente se configura num cenário de tentativas a saídas de um quadro de pobreza e desolação, em que homens e mulheres, em sua maioria da zona rural, em meio às dificuldades de sobrevivência e a partir de iniciativas individuais e pontuais, partiram para a produção artesanal de pequenas peças de vestuários e de utilidades domésticas para vender nas feiras locais existentes, tendo como aporte apenas a mão-de-obra familiar. Eram confecções bastante simples feitas com alguns retalhos conseguidos em meio aos restos da produção têxtil de Recife e costurados com máquina de costuras manuais de uso doméstico. Portanto, seu surgimento só foi possível devido à criatividade e à persistência, estimuladas pela tenaz luta cotidiana pela sobrevivência em meio a condições adversas, refletindo assim um caráter empreendedor desses indivíduos, que lhes possibilitou progressivamente ter acesso a um padrão de consumo diferenciado, bem como inserir-se em uma dinâmica propriamente capitalista, conforme afirmou Vêras de Oliveira (2011a).

Assim, um dos primeiros pontos a se observar em relação às dinâmicas que envolveram a constituição deste Polo consiste na conversão de grande parte de sua população rural em urbana, construindo assim uma nova frente social e econômica diversa da até então existente, mas impregnada de hábitos e costumes locais e rurais, como a naturalização do trabalho familiar na busca pela sobrevivência do conjunto da família. Assim, a articulação entre o rural e o urbano se estabeleceu e se reafirmou sob complexas relações, que envolvem as novas atividades referidas ao segmento de confecções e as antigas atividades historicamente inseridas na dinâmica da agricultura

de subsistência, conforme abordou Bezerra (2011). Agregando elementos a essa discussão, Vêras de Oliveira (2011a) afirma que:

A constituição do *Pólo* se fez, assim, sob uma dinâmica relação entre o *rural* e o *urbano*. De um lado, é flagrante a intensa urbanização sofrida pelas principais cidades do *Pólo*, resultante da concentração de populações vindas das áreas rurais e urbanas do entorno e de outras regiões, assim como oriundas dos fluxos migratórios de retorno do Sudeste - e de atividades produtivas, comerciais e de serviços, sobretudo referidas às confecções, mas também relacionadas com outros setores da economia, atraídas pelas novas oportunidades criadas. Por outro lado, particularmente a ampla disseminação da prática do trabalho faccionado e domiciliar possibilitou em parte a preservação dos espaços rurais, ao mesmo tempo em que colocou sob novos padrões suas conexões com o espaço urbano (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, p.37).

Embora as primeiras iniciativas da formação deste Polo tenha se dado em meados do século XX, período no qual as políticas de desenvolvimento industrial no Brasil estavam se voltando para o Nordeste através de ações vinculadas a SUDENE, quando se priorizou o grande capital como principal mecanismo para proporcionar a integração entre esta região e as regiões mais desenvolvida do país, este não se beneficiou dessas ações. Tampouco obteve vantagens em meio à guerra fiscal que se instaurou entre os estados nordestinos na década de 1990, após o esgotamento da política de industrialização regional conduzida por intermédio da SUDENE, conforme enfatizou Lima (2002).

Deve-se ainda levar em consideração que a região onde este polo se desenvolveu não se configurava como uma região metropolitana, que poderia oferecer certos benefícios a um desenvolvimento industrial, mas se formou numa região marcada por municípios, a princípio, de pequeno porte, num cenário de pobreza e devastação em meio às secas contínuas, onde a principal atividade econômica desenvolvida estava voltada para a agropecuária e para a agricultura de subsistência, como toda região do semiárido nordestino. Portanto, a partir de iniciativas individuais, sem a intervenção de qualquer política pública, este Polo vai se conformando, conforme abordou Cabral (2007):

A formação do aglomerado se deu de forma autônoma, sem que, pelo menos diretamente, em sua trajetória, houvesse intervenções de políticas públicas determinantes [...] Personagens pioneiros, no município de Santa Cruz do Capibaribe, ajudaram a construir um novo território, com novos significados sociais, econômicos e políticos, numa área que, a princípio, de outra forma estaria condenada à estagnação, como ocorre com a maioria dos municípios do semi-árido nordestino (CABRAL, 2007, p. 234).

Em consonância com esta colocação, Vêras de Oliveira (2011a) comenta que:

O *Polo* não foi senão resultado da ação “espontânea”, “autônoma”, de homens e mulheres habitantes da região, movidos pela necessidade de buscar alternativas às adversas condições de trabalho e de vida a que sempre estiveram submetidos. Com o seu desenvolvimento, no entanto, foi estabelecendo conexões com os mercados capitalistas (na venda de produtos, na compra de insumos, na busca de crédito, na demanda por serviços diversos etc.) e, conseqüentemente, com as dinâmicas de acumulação de capital, em suas diversas escalas de realização. Ao mesmo tempo, vem crescendo o envolvimento de instituições públicas e privadas, dotando o *Polo* de processos mais sofisticados de interações internas e externas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, p. 31).

Portanto, podemos perceber que mesmo este Polo tendo originalmente se formado através de experiências dos habitantes locais na luta pela subsistência e na busca por uma inserção no trabalho, o mesmo não se eximiu, ao longo de sua trajetória, de aderir aos impulsos de modernização e racionalização, o que proporcionou transformações em seu ambiente social e produtivo, indo em direção a uma articulação cada vez maior com a dinâmica capitalista.

Observando o Polo sobre este prisma, sobressai a importância de analisá-lo, considerando, portanto, como uma experiência que se constituiu pelo menos na sua origem nos “*interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista*”, mas que estão, potencialmente ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas (CACCIAMALI, 1982, p.26). Nesse sentido, ao longo de seu desenvolvimento, o setor informal característico do início deste Polo foi sendo destruído, criado e recriado, seguindo uma lógica própria de expansão, inserindo-se em moldes capitalistas.

Concordamos, assim, com Vêras de Oliveira (2011a) ao afirmar que “*sob as condições iniciais da constituição deste Polo, não haveria acumulação*”. Apenas quando este passa a se submeter a uma relação redefinidora junto à dinâmica capitalista, consegue, portanto, partir para um processo efetivamente de acumulação de capital.

À medida que este Polo foi se afirmando como oportunidade de trabalho, de consumo e de investimento, ao longo de sua trajetória, verificou-se que este possibilitou uma crescente diferenciação entre as unidades já estabelecidas, tanto no setor produtivo quanto no comércio e serviços (no que se refere à magnitude dos mercados alcançados, ao tamanho e composição das unidades produtivas e comerciais, ao montante de recursos mobilizados, ao número de trabalhadores envolvidos, ao processo de

assalariamento, entre outros); assim como uma diversificação crescente e aperfeiçoamento da qualidade dos produtos ofertados, com o intuito de atender a públicos mais diversos, mais exigentes (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a).

Embora não se tenha dados estatísticos específicos sobre a realidade deste Polo, além da pesquisa coordenada por Raposo e Gomes (2003), as diversas investigações que se delinearam ao longo das últimas décadas pelos estudiosos deste Polo têm indicado a forte tendência de crescimento e expansão de suas atividades comerciais e produtivas, conforme também confirmamos em nossa pesquisa de campo, através dos relatos e da observação.

Este crescimento torna-se perceptível ao verificarmos a quantidade de novas unidades produtivas que surgem a cada momento, espalhando-se ao longo de suas áreas urbanas e também rurais, bem como através das conexões que se estabelecem entre a produção e a venda de seus produtos para outros mercados, o que tem impulsionado uma sensível alteração dos padrões do produto final, com agregação de valor e melhoria da qualidade, instituindo algumas estratégias de venda que vão além das vendas nas feiras locais. Assim, foram utilizando novos mecanismos de comunicação⁴⁶ para atingir públicos cada vez mais distantes, inserindo-se numa dinâmica mais globalizada e também se submetendo a uma concorrência mais global, além de estarem formando parcerias que não se limitam ao espaço geográfico, conforme foi relatado por alguns empresários locais. É nesse contexto de “inovação informacionais e tecnológicas”, que segundo Castells (2006):

A tecnologia da informação possibilita a recuperação descentralizada dessas informações e sua integração simultânea em um sistema flexível de elaboração e estratégias. Essa estrutura internacional permite que pequenas e médias empresas se unam a empresas maiores, formando redes capazes de inovar e adaptar-se constantemente. [...] As informações circulam pelas redes: redes entre empresas, redes dentro de empresas, redes pessoais e redes de computadores. As novas tecnologias de informação são decisivas para que esse modelo flexível e adaptável realmente funcione. (CASTELLS, 2006, p. 222-223)

Por outro lado, também vem se destacando a compra de insumos como: máquinas, equipamentos, tecidos, aviamentos, bem como conhecimento técnico especializado, em outros mercados regionais, nacional e internacional, conforme abordou Vêras de Oliveira (2011a).

⁴⁶ Principalmente com o uso da internet, onde as empresas um pouco mais estruturadas abrem sites para a divulgação de seus produtos.

A convergência da trajetória do *Pólo* em direção à dinâmica capitalista foi, no entanto, acontecendo a partir da associação desses processos endógenos com outros exógenos, desencadeados por uma cada vez mais intrincada relação do primeiro frente aos segmentos que constituem a cadeia produtiva têxtil e de confecções, assim como frente aos setores que com esta tem interfaces (a exemplo dos fornecedores de máquinas e equipamentos). Tais vínculos foram se estabelecendo por meio das relações com fornecedores de matérias-primas e de equipamentos, com grandes compradores, com prestadores de serviços nas áreas de técnica de produção, de gestão, de *marketing*, com instituições de crédito etc. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, p. 52)

Assim, cada vez mais o Polo tem se imbricado na dinâmica do capitalismo globalizado, adaptando formas de acumulação flexíveis às condições de produção e comercialização locais, portanto, interferindo e sendo interferido nesse processo, onde o local e o global acabam se complementando, gerando um contexto novo de relações sociais e produtivas (SANTOS, 2000; SANTOS, 2005, IANNI, 2006); principalmente quando nos referimos a uma realidade singular como a do Polo do Agreste Pernambucano, que em meio a relações complexas possibilita a combinação contraditória e integrada de práticas visivelmente informais com as atuais inovações técnicas informacionais, organizacionais e de infraestrutura.

O caráter contraditório desta relação se revela à medida que as atividades informais ao mesmo tempo em que têm proporcionado a dinâmica deste polo, também têm se configurado como entrave a sua inserção na lógica propriamente capitalista, conforme abordou Vêras de Oliveira (2011a):

A persistência da informalidade, como um elemento característico da dinâmica do Polo, se, por um lado, tem facilitado a reprodução dos empreendimentos, de diversos portes, assim como tem propiciado o surgimento de um circuito superior, cuja dinâmica se orienta para a acumulação, por outro lado, vem inibindo uma incorporação mais ampla dos empreendimentos locais à dinâmica capitalista. (VERAS DE OLIVEIRA, 2011a, 54)

Outro elemento caracterizador dessa contradição está relacionado à imbricação de estratégias de sobrevivência, com base no trabalho informal, com discursos e procedimentos tipicamente empresariais, conforme abordou Pereira Neto (2001). Todavia a maioria dos estabelecimentos de porte menor apresentam dificuldades de incorporarem posturas mais racionais, concernentes à “*cultura capitalista*”, formulando “*suas estratégias de maneira intuitiva, fundamentadas, sobretudo, no senso de direção*

e na visão de futuro do empresário, inexistindo procedimentos formais e sistemáticos para esse fim.” (LUCENA e OLIVEIRA, 2006, p.07)

Contribuindo com essa discussão, Vêras de Oliveira (2011a) afirma que:

A disseminação de elementos da *cultura capitalista* na dinâmica do *Pólo*, se esboça (embora com limites e contradições) quanto à adoção de práticas de organização e gestão das atividades produtivas e comerciais, também se manifestam (e de modo bastante presente) quanto à incorporação de padrões de consumo tipicamente capitalistas. As atividades do *Pólo*, na medida em que se constituem em um segmento da indústria da moda, fomentam e se beneficiam da difusão de tais padrões comportamentais. Com isso, suscitam, entre empreendedores de diversos portes, mas também entre os trabalhadores (enquanto criadores e, sobretudo, reprodutores de tendências da moda - em muito, ditadas pela grande mídia), assim como entre os consumidores (“sacoleiros” e outros tipos), a incorporação dos valores que lhes são próprios (de uma cultura capitalista/consumista) (VERAS DE OLIVEIRA, 2011a, p.56).

Portanto, podemos reafirmar, acostada nas diversas pesquisas já realizadas sobre o Polo de Confeções do Agreste e em nossa inserção naquele universo, que este Polo a cada dia tem se imbricado com a dinâmica de acumulação capitalista não só local mas global, embora que de forma contraditória e tortuosa, conforme comentou Vêras de Oliveira (2011a, p. 58), desde os momentos iniciais de seu desenvolvimento, à medida que foi se estabelecendo, “monetizando-se, mecanizando-se, expandindo-se e se articulando com a cadeia produtiva têxtil e de confeções”, possibilitando a formação de “vínculos com o sistema bancário, integrando novas tecnologias, novas práticas de gestão, novas estratégias de *marketing*,” gerando “novos espaços comerciais” bem como utilizando-se de “novos instrumentos de venda (como o cartão de crédito)”, associando “um importante processo de diferenciação interna (nas atividades produtiva, comercial e de serviços)”. Todos esses elementos têm respaldado a concentração/acumulação de capital, neste Polo, favorecendo a inserção de padrões de consumo mais gerais em suas marcas e modelos, disseminados massivamente através da “nova cultura capitalista globalizada”.

Embora esse Polo não se constitua como um dos centros mais dinâmicos da economia brasileira, tampouco se configure através de utilização de processos produtivos e organizacionais mais modernos, mas ao contrário, está localizado em uma região periférica e estabelecido sobre características que o assemelha muito mais com o “atraso”, tem apresentado nexos expressivos com a nova dinâmica da acumulação flexível, portanto, entre a dinâmica local e global, conforme abordamos sucintamente

neste item, além de apresentar questões instigantes sobre as condições do trabalho atual e suas relações. É, portanto, nesse sentido que nós mergulhamos a investigar as configurações do trabalho a domicílio em Toritama, discussão esta que trazemos nos capítulos 4 e 5 desta tese. Antes, porém, no capítulo seguinte estaremos abordando alguns aspectos teóricos sobre o trabalho, trabalho a domicílio e família, perpassando pelas questões das relações de gênero que se configuram neste universo, a fim de podermos assim dar sustentabilidade a nossa análise posterior.

CAPÍTULO 3

TRABALHO E FAMÍLIA NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DOMICILIAR

A discussão teórica que envolve o trabalho como atividade fundante do ser social não se configura uma temática nova, encontrando-se entre as principais obras dos clássicos da sociologia. Entretanto, atualmente, frente às transformações ocorridas em meio às inovações tecnológicas, organizacionais e o crescimento do desemprego, este debate tem tomado novas proporções. Estas mudanças têm levado alguns autores a questionarem a centralidade da categoria trabalho no pensamento social, contudo, este posicionamento não é unânime, pois mesmo em meio a essas transformações por que ele vem passando nos tempos atuais, outros estudiosos vêm salientando o quanto o trabalho continua sendo uma categoria central na vida social dos sujeitos.

No itinerário bibliográfico que seguimos para a construção deste trabalho e para a interlocução que estabelecemos, sobretudo com pesquisadores da sociologia do trabalho no Brasil, cada vez mais fomos encontrando elementos que nos levaram a reafirmar a pertinência da segunda perspectiva para o entendimento da realidade que procuramos estudar.

Neste capítulo, buscamos trazer alguns posicionamentos teóricos que consideramos relevantes sobre o debate acerca da relação existente entre trabalho, família, e relações de gênero, no contexto da produção domiciliar. Com esse intuito, neste primeiro item, resgatamos algumas perspectivas sobre a categoria trabalho entre os teóricos clássicos da sociologia, salientando seu papel estruturante na sociedade, procurando focar nosso olhar sobre suas contribuições para o entendimento das transformações vividas no mundo do trabalho contemporâneo.

3.1 O trabalho entre os clássicos da sociologia

Como os demais autores de sua época, Durkheim procurou compreender as modificações socioeconômicas ocorridas com o advento da sociedade moderna capitalista. Sua análise esteve focada em bases empíricas, com um método próprio de investigação, em que destacou como seu objeto de estudo os fatos sociais, considerando-os com características próprias, que os distinguiam dos estudados pelas demais ciências. Este autor considerava que a sociedade precisaria ser analisada como um fenômeno “*sui generis*”, portanto, as respostas aos problemas sociais deveriam advir de seu próprio meio, ou seja, “*os fenômenos sociais*” estudados deveriam ser observados enquanto sociais, coletivos e, portanto, como um sistema organizado de relações permanentes e mais ou menos definidos, com leis naturais de desenvolvimento que seriam baseadas na articulação de suas partes.

Segundo Aron (2008, p. 522-3), “*sua explicação é sociológica porque propõe a prioridade da sociedade sobre os fenômenos individuais*”, cujo objeto de estudo é o “*fato social*”, sendo, portanto, necessário considerar os “*fatos sociais como coisas*” e tendo como característica principal a de exercer uma “*coerção sobre os indivíduos*”.

Partindo desta percepção, Durkheim começa sua investigação, tendo como foco central de seu pensamento as relações entre os indivíduos e a coletividade. Assim, a questão do trabalho em sua obra não partiu de uma interpretação individualista, mas coletiva e funcionalista, tendo a divisão do trabalho um papel importante na organização da sociedade capitalista para o desenvolvimento intelectual e material das sociedades, indo além dos aspectos econômicos vinculados ao aumento da produtividade, possibilitando aumentar a força produtiva e as habilidades, proporcionando uma maior integração entre os indivíduos, tornando a “*sociedade mais solidária*” e estabelecendo uma “*ordem social e moral*” (DURKHEIM, 2010, p. 27).

Na concepção deste autor, a divisão do trabalho possibilitava a transformação da sociedade em uma organização mais solidária, indo além do produtivismo, pois o parcelamento das tarefas não se constituía o aviltamento das capacidades individuais, ao contrário, ao constituir as “*especializações*”, a divisão do trabalho acabava fortalecendo os vínculos sociais na medida em que promovia a integração social, reforçando a consciência coletiva, ou seja, as maneiras de pensar e agir exteriores aos indivíduos.

O posicionamento de Durkheim (2010) em relação ao desenvolvimento da sociedade capitalista, portanto, era contrário ao apresentado por Marx. Para Marx (1989), como veremos mais adiante, o avanço da sociedade capitalista, associada ao acentuado grau da divisão do trabalho, traria como consequência o aumento das desigualdades sociais e seus conflitos, devido à maior intensidade da acumulação de capital e a própria natureza desigual da sociedade industrial. Para Durkheim, por sua vez, a divisão do trabalho verificada na sociedade industrial funcionaria como uma força libertadora, à medida que possibilitaria uma maior integração entre os indivíduos retirando-os do isolamento e inserindo-os num meio social; mesmo que esta proporcionasse uma diferenciação social, fenômeno característico das sociedades modernas, como condição criadora para a liberdade individual. Logo, para este autor, a diferenciação social, advinda da divisão social do trabalho seria, portanto, a solução pacífica da luta pela vida.

A divisão do trabalho é, pois, um resultado da luta pela vida, mas é um seu desenlace atenuado. De fato, graças a ela, os rivais não são obrigados a se eliminarem mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Por isso, à medida que se desenvolve, ela fornece a um maior número de indivíduos que, em sociedades mais homogêneas, seriam condenados a desaparecer, os meios para se manterem e sobreviverem (DURKHEIM, 2010, p. 268).

Assim, Durkheim (2010) compreendia que na medida em que a sociedade se desenvolvia, esta seria conduzida à coesão social, à harmonia, configurando uma sociedade superior, decorrente das mudanças sociais por meio da regulação e da solidariedade promovida pela divisão do trabalho. Apenas nestes termos, seria possível superar a anomia social, compreendida como expressão dos problemas gerados na sociedade. Este sentimento de anomia social seria criado em meio à transição da sociedade antiga para a sociedade industrial, o qual provocaria certo desequilíbrio à medida que os sentimentos e a consciência comum da solidariedade mecânica fossem enfraquecendo, provocando a perda das normas morais, causando tensões e conflitos. (DURKHEIM, 2010)

Deste modo, na sociedade moderna, a divisão social do trabalho seria capaz de aumentar a complementariedade e a interdependência entre os indivíduos, favorecendo assim a unidade do conjunto, ou seja, do organismo social, pois, de acordo com Durkheim:

A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação. Ele não é, pois, uma máquina que repete movimentos cuja direção não percebe, mas sabe que tendem a algum lugar, a uma finalidade que ele concebe mais ou menos distintamente. Ele sente servir a algo. (DURKHEIM, 2010, p.390)

Na análise sociológica desenvolvida por Max Weber sobre a sociedade industrial, a categoria trabalho também ocupou lugar privilegiado, pois o reconhecia como elemento importante nas relações sociais, interferindo nas condições de vida dos indivíduos. Este autor procurou focar sua análise na diversidade da organização social, buscando negar o determinismo econômico tão presente nas obras de Marx. Assim, sua análise tornou uma crítica direta a este autor.

Buscando compreender a moderna sociedade industrial e suas formas socioeconômicas, Weber afirma que o instinto capitalista da avareza pelo lucro, percebido neste momento não se configura como algo novo e peculiar desta sociedade, pelo contrário, este também foi observado em outras sociedades mais antigas. Sendo um sentimento próprio da condição humana, este não seria, contudo, o elemento que determinaria a sociedade capitalista.

O impulso para o ganho, a persecução do lucro, do dinheiro, da maior quantidade possível de dinheiro, não tem, em si mesmo, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiram entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários desonestos, soldados, nobres, cruzados, apostadores, mendigos etc... pode-se dizer que tem sido comum a toa sorte de condições humanas em todos os tempos e em todos os países da terra, sempre que se tenha apresentado a possibilidade objetiva para tanto (WEBER, 2007, 26)

O que de fato configuraria o capitalismo atual seria o sentimento empreendedor e a busca permanente pela renovação dos lucros de forma racional e dinâmica, o que permitiria a consolidação das relações capitalistas e a utilização do trabalho livre. Segundo Weber (2007, p.28-9), esses fatores foram encontrados apenas na moderna sociedade ocidental, em que se “*desenvolveu a organização capitalista racional do trabalho livre, (pelo menos formalmente)*” [...] que juntamente a outros dois, “*a separação dos negócios da moradia da família*” e o incremento de “*uma contabilidade racional*”, contribuíram para que o capitalismo deixasse de ser apenas um impulso descomprometido como “*uma aquisição capitalista aventureira*”, voltando-se para uma administração de regras legais, favorecendo os investimentos racionais, que tinham por

base o cálculo objetivo sobre o capital e a técnica adotada, direcionando o indivíduo para uma “*conduta racional*”.

O autor argumenta que isso só ocorreu na medida em que a sociedade conseguiu romper com alguns preceitos religiosos tradicionais vinculados à igreja católica, onde a busca pela acumulação de riquezas era apresentado como uma conduta espiritual reprovável, pecaminosa, não condizente com a prática da abnegação da ética da salvação. Logo, segundo Weber, o que possibilitou o amadurecimento do sistema capitalista no ocidente foi o seu rompimento com a igreja católica e a adesão aos ideais protestantes que transmitiam a concepção de que se deveria enaltecer o trabalho, dimensionando-o como um ato vocacional, como mostra o autor:

[...] o trabalho deve ser executado como se fosse um fim absoluto em si mesmo, como uma vocação. Contudo, tal atitude não é produto da natureza. Não pode ser estimulada apenas por baixos ou altos salários, mas só pode ser produzida por um longo e árduo processo educativo. (WEBER, 2007, p.57)

Assim, Weber percebe que o rompimento com os preceitos católicos foi fundamental para mudar a concepção existente em relação à riqueza advinda do esforço pelo trabalho e a consolidação do capitalismo moderno, uma vez que se poderia justificar o comportamento empreendedor e a ambição pelo lucro como algo dignificante para o homem, podendo gerar proveito para toda a sociedade. Como ele enfatizou, isso não seria um resultado do “*produto da natureza*”, mas de um “*processo educativo*”, vinculado aos novos preceitos religiosos disseminados com a reforma protestante. Nesse cenário, foi se desenvolvendo no ocidente, “*um capitalismo diferente*”, considerado “*desconhecido*” até então, no qual se passou a vigorar a “*organização capitalista racional do trabalho livre*”, pelo menos em termos formais. (WEBER, 2007, p. 28).

Posto isto, o trabalho assalariado passou a ser observado como uma alternativa de organizar a relação de trabalho de “*forma racional*” e “*calculista*”, podendo gerar benefícios tanto para os empregadores como para os empregados, em que o esforço de cada um e a ambição individual materializada no trabalho poderiam lhes assegurar uma vida farta e digna. Era isso que diferenciava o trabalho da economia pré-capitalista da economia moderna.

A constante motivação para o trabalho como elemento de prosperidade e de dignidade constitui o que denominou de “*espírito do capitalismo*” e este, portanto, “*está*

presente antes da ordem capitalista”. (WEBER, 2007, p.53). Porém, o autor nos afirma que não se deveria ter no protestantismo como a única elucidação para a formação do capitalismo, mas apenas compreendê-lo como uma representação de um “*tipo ideal*” da conduta racional do homem ao enfrentar “*os problemas básicos da vida*”, como enfatizou:

[...] o desenvolvimento do espírito capitalista seria mais bem compreendido como sendo parte do desenvolvimento do racionalismo como um todo, e que poderia ser deduzido das posições fundamentais do racionalismo sobre os problemas básicos da vida. (WEBER, 2007, p. 67)

No que se refere à noção de poder em Weber, este não o relacionou aos aspectos econômicos, conforme fez Marx ao percebê-lo como resultado da propriedade privada dos meios de produção e de sua utilização para exploração do trabalho alheio. Sua compreensão sobre dominação estava relacionada ao seu entendimento de poder. Assim, o autor compreendia a dominação como a propensão de um indivíduo dominador impor sua vontade aos outros, podendo se apresentar com diversas formas, em que se evidenciava a dominação por interesses no mercado, pela autoridade e pelo carisma. Para Weber, o que interessava do ponto de vista sociológico era a existência efetiva da obediência diante do “*poder do mando*”, estivesse este ligado a um quadro administrativo ou não.

A situação de dominação está ligada à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação, porém certamente – pelo menos em todos os casos normais – à existência de um dos dois. Temos uma associação de dominação na medida em que seus membros, como tais, estejam submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente. (WEBER, 2004a, p. 33)

Foi neste panorama que Weber investigou a sociedade capitalista, organizada em um quadro de regras e condutas racionais que revelavam a dominação em suas várias instâncias (família, instituições, empresas, entre outros). Portanto, a dominação não necessariamente estava relacionada a algum tipo de exploração, mas a determinação dos elementos indispensáveis para a construção de um sistema que respeitava a burocracia e a administração. Assim, a relação de assalariamento, por exemplo, era percebida como uma relação de dominação e obediência, já que o recebimento de determinado salário estaria subordinado ao cumprimento de algumas regras e disciplina. Esta relação era aceita conscientemente e revelava a condição de obediência, já que o trabalhador, em

sua função social, desempenhava um trabalho com base em suas habilidades e na busca por uma vida mais digna, submetendo-se às regras de comportamento capitalista.

Logo, Werber compreendia que a sociedade capitalista estava alicerçada, no benefício e na obediência às regras, como configuração de autoridade, o que ganhou forma na burocracia, com base no conhecimento profissional calculado. Nesse contexto, o trabalho como vocação e a sua racionalidade ocupam lugar privilegiado em suas reflexões.

Marx, em sua análise, enfatiza a centralidade do trabalho como elemento estruturante da sociedade contemporânea. Para este autor, desde a constituição da vida humana, o trabalho se apresenta como elemento central, por expressar o elo de ligação dos homens com a natureza, para dela obter e produzir os bens necessários para a sua sobrevivência. Este se configura, assim, como uma atividade vital, envolvendo a força física e psíquica dos indivíduos nos processos de transformação dos bens naturais para a reprodução da vida.

O que Marx procura enfatizar é que no processo de criação através do trabalho o homem se socializa, ou seja, torna-se um ser social, diferenciando-se dos demais seres vivos. Ele nos revela, assim, o caráter antológico do trabalho, seu caráter fundante do ser social, pois, como Marx (1989) mesmo salientou, foi através da transformação da natureza que os homens começaram a interagir entre si, desenvolvendo suas habilidades, deixando de ser esta uma ação isolada para ser social. Desta forma, o homem desenvolveu não só a sua sociabilidade, mas a sua própria humanização.

O processo de intervenção na natureza pelo trabalho ocorre inicialmente na mente do homem, portanto, quando ele cria um produto através de seu trabalho, ele se reconhece no produto gerado, já que este é previamente imaginado e concebido em sua mente antes de ser efetivamente produzido. Para Marx é isso que o distingue dos demais seres vivos.

No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1989, p. 202)

Nesse sentido, o trabalho estabelece-se num ato em que se tem uma consciência e o conhecimento prévio dos recursos que se vai utilizar e o que se espera conceber como produto final no processo de produção. Nesse processo, são produzidos novos

valores de uso que não existiam nos objetos em si, pois as propriedades da natureza que possibilitaram esta produção são transformadas em algo que estava preconcebido na mente do homem. Logo o diferencial do trabalho humano constitui pelo fato do homem fazer uma projeção antecipada em sua mente do produto que deseja, antes mesmo de executá-la, criando assim novos valores. Desta forma o homem se auto constitui e se torna “livre”, colocando a natureza à sua disposição através do seu trabalho.

O processo de trabalho que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comuns a todas as suas formas sociais (MARX, 1989, p. 208).

Procurando compreender como ocorre esse processo, Marx (1989) inicia sua investigação buscando apreender como se determina o valor das mercadorias, pois, as considera como a “*célula principal do modo de produção capitalista*”. Tendo em sua investigação o trabalho humano como categoria central e como essência do valor das mercadorias, este autor busca desvendar como se determina o valor destas e as relações sociais que permeiam a sua produção, pois compreendê-las representava elucidar a essência da dinâmica da produção capitalista.

A geração de valor e de riqueza no capitalismo, para Marx (1989), estabeleceu-se através de uma relação de poder do capital sobre o trabalho, sendo intensificada e retificada com o desenvolvimento das inovações tecnológicas na medida em que possibilitava o aumento da produtividade e uma utilização mais racional dos recursos produtivos, inclusive da força de trabalho.

A busca por maior lucro do capitalista através da inovação tecnológica representa uma forma de aumentar o grau de exploração da força de trabalho ou da taxa de mais valia. Esta exploração, em muitos casos, tem se dado de forma camuflada, não apenas em decorrência da intensificação do trabalho via a utilização de máquinas, mas também através de estímulos como concessões de prêmios, flexibilização das tarefas, ou até mesmo na (re)utilização do trabalho a domicílio, que aparentemente teria sido substituído pelo trabalho na fábrica, tendo como objetivo final o aumento da produtividade do trabalhador. Logo, para os trabalhadores, o avanço tecnológico não significou redução dos esforços no processo de trabalho, tampouco alterou a relação de dominação na produção social de valores. De fato, o que ficou notório na relação social

de produção “*foi o aperfeiçoamento das formas de controle do capital sobre o trabalho, por meio do progresso tecnológico, a pretexto da modernização e racionalização do processo produtivo*” (CARVALHO, 2009, p. 97).

De acordo com Marx (1989), a contínua recriação das formas de controle e exploração do trabalho, que muitas vezes apresenta-se dissimulada, consiste no movimento que assegura o sustento do modo de produção capitalista e sua reprodução. Segundo este autor, este é o princípio dialético da contradição existente na reprodução do capital, em que a reiteração das forças produtivas e das relações de poder constituem uma necessidade indispensável para a sua continuidade.

Percorrendo a discussão que permeia a categoria trabalho entre os clássicos da sociologia, percebemos que o desenvolvimento da sociedade não pode ser compreendido apenas tendo como foco de análise as relações materiais de produção, mas envolvem também elementos vinculados à política, à cultura e à subjetividade. Desta forma, aqui, os sujeitos são vistos não apenas como objetos de exploração e dominação, mas aptos a tomarem as rédeas de suas histórias, tendo posturas contra hegemônicas, construídas por seu trabalho. Assim, assumimos a posição de considerar o trabalho um elemento central na sociedade contemporânea, apesar de inúmeras posições teóricas terem sido levantadas ao longo do século XX⁴⁷ contrariando este papel do trabalho, ao procurar atestar a sua perda de importância e seu papel político na formação do sujeito que necessita do trabalho para sobreviver. Nosso posicionamento também tem por base a tese desenvolvida por Antunes (1999), um dos estudiosos brasileiros, ao afirmar que as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, nos últimos tempos, não significaram que o trabalho tenha perdido sua importância como elemento fundante do ser social, apenas está se metamorfoseando.

Ao defender a tese da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho social como componente imprescindível para a criação de valores, Antunes (2000), à luz da teoria de Marx, se propôs a atualizar a discussão sobre o papel do trabalho e os caminhos da classe trabalhadora. Em sua exposição, salientou o caráter de movimento e contradição natural do capitalismo, que age como um conjunto de metabolismo ao qual os indivíduos devem se adequar. Assim, ele afirmou:

⁴⁷ Entre os teóricos que contradizem a centralidade do trabalho como elemento fundante do ser social na atualidade, temos: Harbermas, J. (2006; 2007), Off, C.(1989; 1994), Rifkim, J. (1995), entre outros.

Não sendo uma entidade material e nem um mecanismo que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar (ANTUNES, 2001, p. 23).

Nesse movimento, o capitalismo cria e recria formas e mecanismos para sua expansão, destruindo e re(construindo) formas e relações de trabalho ao longo de sua busca pela superação dos limites que se apresentam à reprodução do capital. Nesse caso, o trabalho metamorfoseia-se, dando a parecer que sua importância na sociedade contemporânea atual tenha se esvaído. Assim, é importante compreender este processo, a fim de desmistificar as novas relações e o novo cenário em que está inserido a produção de mercadorias no contexto atual. Neste sentido, Antunes (2001) afirma que

Se é um grande equívoco imaginar o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, é entretanto imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vem ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências (ANTUNES, 2001, p. 16).

Percebe-se que, em meio a sua lógica de acumulação, contraditória e destrutiva, o capital, ao se expandir, tem provocado um processo contínuo de “*dessocialização*” pelo trabalho, entretanto, isto não significa que esteja alheio ao processo de lógica de reprodução do capital. Observado deste ângulo, o capitalismo ao promover a renovação das forças produtivas, também recria as formas de controle do capital sobre o trabalho, tornando este cada vez mais subsumido a sua lógica e imperceptível aos olhos de um observador desatento. Na medida em que há a alteração na estrutura produtiva, os lugares dos sujeitos, os poderes, os valores morais e coletivos também são alterados, fazendo com que estas fases de mudanças sejam refletidas como momentos de crise. No entanto, em meio ao aparente caos, a dialética da crise nos revela que é possível o surgimento de forças necessárias para a superação dos obstáculos que impedem a livre acumulação de capital.

Diante do processo de reestruturação do capital, percebeu-se o crescimento de atividades e ocupações diversas de trabalho como a expansão do setor de serviços, o trabalho temporário e instável e a retomada de atividades pouco visíveis, como o trabalho a domicílio e artesanal, os quais passaram a ocupar espaço cada vez maior em complementariedade às atividades ditas formais/organizadas. Neste cenário de visível desestruturação do mercado de trabalho, marcado pela desregulamentação e flexibilidade, percebeu-se uma contínua desconstrução e enfraquecimento da vida social

pelo trabalho, aprofundando situações já existentes de precarização, assim como o aparecimento de tantas outras, na medida em que o capital se expandiu e se internacionalizou. Isto estremeceu as estruturas do pensamento sociológico clássico em torno do trabalho como instrumento socializador.

Neste contexto, as ocupações apontadas como irregulares, “*desorganizadas*” e, portanto, fora das relações de trabalho “*formais*”, não puderam mais ser tratadas apenas como alternativas precárias de sobrevivência de trabalhadores desqualificados e, por isso, fora do mercado de trabalho, mas passaram a incluir também trabalhadores qualificados que embora não estivessem sendo mais úteis à estrutura formal da divisão do trabalho, asseguraram-se cada vez mais firmes na composição “*harmoniosa*” das forças produtivas que contribuem para o processo de acumulação de capital.

Ponderando a expansão das formas de trabalho, Antunes (2001) buscou encontrar uma expressão que se adequasse a nova conjuntura de fragmentação das ocupações e do trabalho social resultante dela, visando atualizar e conferir validade ao conceito de classe trabalhadora, na concepção de Marx, sem que o trabalho humano deixe de ser central. É nesse contexto que Antunes passa a usar a expressão a “*classe-que-vive-do-trabalho*” por acreditar que esta configura melhor o atual movimento dos trabalhadores.

A expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, que utilizaremos nesta pesquisa, tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da qualidade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude (ANTUNES, 2001, p. 101).

Assim segundo este autor, essa expressão abrange:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos *Mc Donalds*, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castilho, os trabalhadores assalariados da chamada economia informal, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e

que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2001, p. 103-4).

Logo, este autor ao buscar compreender em meio ao cenário atual a “*classe-que-vive-do-trabalho*” como sinônimo de classe trabalhadora, desse modo ampliado, também conseguiu perceber que o mundo do trabalho está experimentando importantes mutações, sem que, no entanto, se possa excluir o trabalho social do seu contexto.

Assim, Antunes desmontou o argumento da não centralidade do trabalho ao resgatar o conceito marxiano de trabalho social, à medida que este abarca todas as espécies de trabalho, envolvendo desde os mais aos menos qualificados, os regulares ou não, os protegidos ou não, conformando, portanto, um complexo mundo do trabalho, sobre o qual está organizada a reprodução dos valores, no qual a fragmentação e a heterogeneidade do trabalho é o que constitui o valor abstrato na sociedade atual.

Em sua argumentação, Antunes deixou evidente que o conceito de trabalho social continua válido para exprimir o sentido da acumulação de capital na medida em que se utiliza de todas as formas de trabalho para se obter a mais-valia, sendo estas incluídas ou não, na divisão formal do trabalho. Embora, aparentemente, o trabalho morto esteja preenchendo mais espaços no âmbito produtivo e, portanto, impulsionando mudanças na dinâmica social do trabalho, é primordial admitir a impossibilidade da produção e reprodução de riqueza, sem a utilização do trabalho.

Considerando-se que a reprodução da acumulação capitalista só pode ocorrer através do controle do trabalho, expressando-se na alienação do trabalho, o desmonte ideológico do trabalho como elemento central na vida social não poderia se dar de forma diferente, dado que a acumulação é a única função social do capital. Portanto, observar esse processo através do progresso da sociedade e da técnica constitui apenas uma consequência positiva, já que a concentração de riqueza se torna possível, mesmo que por meio de técnicas arcaicas e do trabalho livre.

Assim, em meio ao desemprego estrutural promovido pela reestruturação do capital, certas formas de sobrevivência via trabalho têm se conformado. Algumas iniciam vinculadas à própria lógica de acumulação de capital, outras não, mas ao longo de seu processo de expansão vão se imbricando com a dinâmica capitalista. Nesse contexto, ao analisar a desconcentração do processo produtivo, Antunes percebe que o trabalho em domicílio experimentou certa expansão, principalmente em alguns setores tradicionais, como o caso do setor têxtil e de calçados. Em relação ao trabalho em domicílio, ele nos afirma:

No caso do “trabalho em domicílio”, sua utilização não pode abranger inúmeros setores produtivos, como a empresa automobilística, a siderurgia, a petroquímica etc. Mas onde ela tem proliferado, seu vínculo com o sistema produtivo capitalista é muito mais evidente, sua subordinação ao capital é direta, sendo um mecanismo de reintrodução de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça, de que falou Marx, o qual o capitalismo da era da mundialização está recuperando em grande escala (ANTUNES, 2001, p. 115).

Para compreendermos a inserção do trabalho em domicílio na dinâmica atual da acumulação de capital, a seguir, estaremos resgatando alguns debates teóricos, procurando salientar seu desenvolvimento e configuração ao longo do processo de expansão do capital. Nosso interesse consiste em buscar desenhar um panorama do desenvolvimento do trabalho industrial domiciliar até o momento atual, procurando resgatar sua trajetória histórica e teórica, com o intuito de compreender as relações de gênero que se delinearam ao longo de sua configuração aos dias atuais, procurando trazer a discussão para a realidade brasileira.

3.2 Trabalho a domicílio: Seu desenvolvimento e configuração

O trabalho domiciliar esteve presente desde a formação das primeiras sociedades; como uma forma de se alcançar os bens necessários para a sobrevivência do homem, mas é com a sociedade moderna que o trabalho domiciliar passa a se configurar como trabalho industrial a domicílio. Logo, com o propósito de compreender o seu surgimento e suas configurações até o momento atual, estaremos recorrendo a autores como Thompson (2012a, 2012b, 2011), Marx (1989), Abreu (1986), entre outros autores, em especial autores brasileiros que se dedicaram a discutir sobre o trabalho domiciliar vinculado ao setor produtivo, focando principalmente na indústria de confecções.

Podemos afirmar, de acordo com Abreu (1986), que o trabalho industrial a domicílio começa a se destacar a partir do século XVI e XVII, com a emergência da vida doméstica, ainda com resquícios das relações estabelecidas no período feudal, em que a vida familiar e a vida doméstica estavam intimamente imbricadas. Neste sentido:

[...] Marido, mulher e filhos, em geral, trabalhavam juntos na própria casa, usando algum tipo de maquinaria rudimentar para fabricar tecidos de algodão ou lã, rendas, calçados, cordas, pregos e correntes de ferro, e um sem-número de outros artigos que eram parte comercializados e parte utilizados para o próprio consumo doméstico. [...] A família era, então, uma unidade produtiva. Seus membros detinham certa igualdade na responsabilidade face ao processo produtivo e, também, restrita, ainda que precária, independência econômica enquanto grupo (ABREU, 1986, p.37).

Em sua origem o trabalho industrial a domicílio não só envolvia todos os membros da família, mas também possibilitava que todos os seus integrantes tivessem uma certa igualdade de responsabilidade nas atribuições produtivas, em que os deveres e obrigações eram distribuídos entre todos.

Nas raízes do trabalho a domicílio, encontramos o artesão, que ao longo da revolução industrial vai perdendo espaço em suas pequenas oficinas para as fábricas, configurando, portanto, a passagem do artesão independente a trabalhador assalariado e espoliado, em consequência da expansão do capital, conforme salientou Abreu (1986).

De acordo com Thompson (2012a), no capítulo “*Os artesões e outros*”, verificou-se que até o início do século XIX, ainda era possível encontrar mestres-artesões independentes em suas oficinas, na maioria dos casos, localizadas em suas próprias casas. Entretanto, estes conseguiam manter suas posições no mercado de trabalho com muitas dificuldades, basicamente, firmando-os através dos prestígios que desfrutavam junto à sociedade e aos costumes locais.

No início do processo de industrialização, o trabalhador típico industrial encontrava-se numa pequena oficina ou em sua própria residência, trabalhando como artesão ou trabalhador especializado, configurando-se assim, no trabalhador a domicílio industrial, mas que não especificamente estava localizado em uma fábrica. Desta forma, no início da revolução industrial, era possível encontrar os primeiros *outworkers*⁴⁸, ou

⁴⁸Conforme explicou Abreu em nota de rodapé: “O termo *outworkers*, nessa época, provavelmente se refere realmente a um trabalhador a domicílio, ou seja, que trabalha na sua própria casa. No entanto, com o desenvolvimento do sistema de subcontratação mais conhecido com *sweating-system* e que durante o século dezenove assume proporções cada vez mais relevantes, o termo começa a ter certa ambiguidade, já que pode tanto ser referir aos trabalhadores domiciliares propriamente ditos como a aqueles que trabalham em *outdoor factories*, ou seja, pequenas oficinas que congregam um limitado número de trabalhadores e que realizam apenas parte do processo de produção sobre encomenda de firmas maiores. Para evitar a confusão entre as duas situações, a literatura mais moderna sobre trabalho a domicílio distingue entre *outworkers* que seriam os trabalhadores dessas pequenas oficinas, e *homeworkers*, trabalhadores a domicílio propriamente ditos. De qualquer forma, quer trabalhando na sua própria casa, que numa das milhares de *sweat-shops*, as condições de exploração de sua força de trabalho eram semelhantes: longas jornadas de trabalho, salários baixos, condições inadequadas, grande instabilidade de emprego e total dependência em relação ao fornecedor de matéria-prima (ABREU, 1986, p. 44-45)”.

seja, trabalhadores a domicílio que desenvolviam suas atividades em suas próprias residências.

Logo, à medida que o sistema de subcontratação foi se desenvolvendo, o termo trabalhador a domicílio passou a agregar também os trabalhadores que exerciam apenas uma parte do processo produtivo em suas oficinas, para atender as encomendas das fábricas maiores, sendo este chamado pela literatura moderna como *homeworkers*, compondo o que Marx chamou de “*moderno trabalho a domicílio*”, formado “*na retaguarda da indústria moderna*” (MARX, 1989, p. 534).

Nesse contexto, o trabalho a domicílio deixa de ter suas características iniciais, de “*artesanato independente*” realizado em conjunto com sua família em sua casa, para se converter “*numa seção externa da fábrica*”. Assim, durante longo tempo, a fábrica coexistiu com diversas formas de produção consideradas transitórias sendo, portanto, a organização considerada exclusivamente fabril, restrita a alguns segmentos da indústria, como o setor têxtil (MARX, 1989).

Marx, ao analisar “*as repercussões do sistema fabril sobre a manufatura e o trabalho a domicílio*”, enfatizou que isto ocorreu não apenas na produção em larga escala mas também na indústria a domicílio e que, portanto, o trabalho a domicílio que surge a partir desse momento trazia poucos elementos do trabalho a domicílio encontrado em períodos pré-capitalistas.

Isto se aplica não só à produção organizada em larga escala, com ou sem emprego de maquinaria, mas também à indústria a domicílio, exercida nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente, e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesões, que concentra em grade número no mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país (MARX, 1989, p.529).

Com o desenvolver das inovações tecnológicas, os processos produtivos foram sendo simplificados. As novas invenções acabavam possibilitando a substituição de antigas habilidades atribuídas aos artesões, possibilitando a utilização maciça de mão de obra não-especializada, geralmente de mulheres e crianças.

Marx desenhou o quadro das condições do trabalho a domicílio vivenciadas por estas mulheres e crianças, desnudando a degradação a que estas eram submetidas nessa

etapa do processo de industrialização em meio a ocupações em péssimas condições, ambientes superlotados e com extensa jornada de trabalho.

O acabamento de rendas se realizava ou nas “casas das patroas” ou por intermédio de mulheres, ajudadas ou não pelos filhos, em sua residência. São pobres as mulheres que mantêm as “casas das patroas”. O local de trabalho é parte de sua residência. Recebem encomendas de fabricantes donos de lojas etc. e empregam mulheres, meninas e meninos, de acordo com o tamanho de seus quartos e com a procura flutuante do negócio. O número das trabalhadoras empregadas varia nuns casos de 20 a 40 e noutros de 10 a 20. A idade mínima em que as crianças começam a trabalhar é de 6 anos, mas muitas começaram com menos de 5. O tempo ordinário de trabalho vai de 8 da manhã às 8 da noite, com 1 ½ horas para refeições que são tomadas irregularmente e muitas vezes nos fétidos cubículos de trabalho. Quando o negócio se anima, o trabalho dura de 8 ou mesmo 6 da manhã até 10, 11 ou 12 da noite.[...] Naqueles cubículos de trabalho cabe a cada pessoa 67 a 100 pés cúbicos, e a luz do gás ainda consome o oxigênio do ar. Para manter as rendas limpas, as crianças têm muitas vezes de descalçar os sapatos, mesmo no inverno, embora o chão seja de laje ou de ladrilho (MARX, 1989, p. 535).

Alimentando esta discussão, Thompson (2012a) também comenta que em meio à rápida inovação tecnológica e às fracas defesas sindicais existentes entre os artesões, estes não conseguiram manter seus antigos ofícios. Nesse processo “*velhos ofícios e habilidades*” foram cedendo espaço a ocupações novas. Isto foi perceptível principalmente na indústria têxtil. Este autor chama atenção ainda para o fato de que o aparecimento dessas novas ocupações era quase sempre realizado por outros indivíduos, ou seja, raramente um artesão ou trabalhador doméstico era transferido para a produção fabril.

Mas ao acompanharmos a história de cada indústria em particular, observando a ascensão de novas especialidades enquanto as antigas declinavam, corremos o risco de esquecer que as antigas e as novas habilidades forma quase sempre protagonizadas por pessoas diferentes. [...] Mesmo nos casos em que uma antiga especialidade fosse substituída por outra, que exigisse uma habilidade igual ou mesmo maior, raramente encontramos na nova algum trabalhador que tenha transferido da antiga, ou alguém que deixasse a produção doméstica pela industrial (THOMPSON, 2012a, p. 110).

Em relação ao crescimento do trabalho a domicílio nas primeiras décadas da Revolução Industrial na Inglaterra, Thompson (2012a) afirma que não se pode cogitar em refletir sobre o número crescente de trabalhadores a domicílio separando-os dos novos processos produtivos que surgiram nesse período, ou encará-los como pertencentes à velha ordem pré-industrial. Ao contrário, o que se pode perceber é que o trabalho a domicílio, configurado como trabalho externo explorado, foi tão inerente a

esta expansão como a própria produção fabril a vapor. Este autor salienta que vários fatores colaboraram para a sua permanência ao longo de várias décadas, entre os quais, podemos citar alguns setores que ao utilizar a maquinaria, não conseguiam reproduzir com perfeição o trabalho executado manualmente, como o caso da fiação do linho; bem como a resistência dos trabalhadores a domicílio ao trabalho fabril, preferindo se submeter aos baixos salários que lhes eram auferidos nesse setor (THOMPSON, 2012a, p. 131-132).

A redução na utilização do trabalho a domicílio passa a ser percebido apenas a partir da segunda fase da revolução industrial, ao longo da segunda metade do século XIX. Segundo Abreu (1986), isto ocorreu devido a fatores estruturais, entre os quais se pode salientar o aperfeiçoamento das máquinas e as mudanças organizacionais na produção com a introdução da administração científica, bem como com a expansão da indústria a novas áreas ainda intocadas. Outro fator que se apresenta como relevante a esta “*redução*” do trabalho a domicílio está relacionado às alterações ocorridas na composição sexual da força de trabalho, igualmente em fins do século XIX, à medida que se passou a substituir os trabalhadores masculinos pela mão-de-obra feminina.

Essa nova estrutura do trabalho a domicílio, que se caracteriza pelo emprego maciço da mão-de-obra feminina ou imigrante, pelo desenvolvimento da produção de artigos baratos e pela concorrência exacerbada que produz pela diminuição dos preços, leva a uma deterioração das condições de trabalho, que contrasta cada vez mais com a situação do operariado fabril em geral (ABREU, 1986, p.57).

Foi também neste período, segundo Abreu (1986), que se assistiu a mudanças significativas na percepção social do papel predominante da mulher, passando a percebê-la como exclusiva do espaço domiciliar, relacionada apenas às questões da reprodução social, o cuidado dos filhos e da casa.

Essa nova visão social da mulher cristalizada na era vitoriana, contribuiu, de certa forma, para a feminização de certas ocupações, e, principalmente, do trabalho a domicílio, à medida que esse se transformou num tipo de organização da produção quase marginal dentro da estrutura econômica do capitalismo (ABREU, 1986, p. 60).

A divisão sexual do trabalho que se estabelece a partir desse momento estava assentada mais em princípios ideológicos do que biológicos, sendo reproduzido inicialmente no meio familiar e só depois transferido para a produção social.

Apesar de seu declínio com o decorrer da expansão do capital industrial, o trabalho a domicílio não desapareceu por completo. O que se percebeu foi uma significativa redução em sua importância, principalmente na segunda fase da industrialização, quando passou a ser utilizado apenas em alguns setores específicos. Entretanto, após a II Guerra Mundial, ele volta a ressurgir, tornando-se essencial na indústria de confecção.

A literatura sobre a expansão do trabalho a domicílio neste setor aponta alguns fatores que contribuem para a sua consolidação, entre esses podemos citar a baixa inovação tecnológica, posto que apenas algumas partes específicas do seu processo produtivo tinha experimentado alguma inovação como a parte de modelagem, do bordado e pontos especiais realizados por máquinas computadorizadas. Portanto, como afirma Abreu (1986),

De maneira geral, a indústria de confecção está ainda baseada no binômio máquina de costura/costureira, onde a maior parte do tempo é gasto no manuseio do material (ABREU, 1986, p. 100).

Outro fator consiste na própria heterogeneidade deste ramo da indústria, que produz uma grande variedade de produtos para diversos públicos. Isso possibilita a existência tanto de grandes unidades de produção quanto de pequenas unidades familiares. Ainda de acordo com Abreu (1986), há uma tendência às grandes unidades produtivas se especializarem em produtos padronizados, como o setor de roupas íntimas e de *jeans*⁴⁹, enquanto que as pequenas unidades tendem a focalizar na produção de vestuário feminino. Ainda podemos apontar também como fator para a permanência da utilização do trabalho a domicílio na indústria de confecção, a alta divisibilidade em seu processo produtivo, possibilitando que “*todas as tarefas de criação e preparação, incluindo ai corte e modelagem*” possam ser realizadas separadamente do processo de costura propriamente dito, podendo também o próprio momento da costura ser subdividido (ABREU, 1986, p. 101).

Em decorrência de sua persistência, bem como sua expansão em diversos outros setores, além da indústria de confecção, o trabalho a domicílio voltou a despertar o interesse de diversos autores a partir da década de 1970, principalmente na Itália, onde se passou a observar um crescimento significativo desta organização do trabalho

⁴⁹ Nossa pesquisa nos mostrou que em Toritama, as pequenas unidades de produção também estão abrangendo a produção de peças de jeans, em alguns casos, produzindo a peça inteira com a utilização de familiares e outros.

industrial, em uma região antes considerada agrícola, despertando o interesse de estudiosos para aquela realidade.

Abreu (1986) expõe alguns pesquisadores que se dispuseram a estudar o fenômeno, mostrando que embora estes tenham travado níveis de análises diferentes, procuraram despertar a “*atenção para as inter-relações entre trabalho a domicílio e emprego feminino.*” (ABREU, 1986, p. 70)

A definição de trabalho domiciliar apresentada por esses diversos autores envolvia as seguintes características, segundo Abreu (1986):

Trabalho realizado na habitação do trabalhador, com maquinaria de sua propriedade ou pelo menos em sua posse, por encomenda de empresas ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de tarefas parciais do processo produtivo, recebendo em troca pagamento por peça (ABREU, 1986, p. 72).

O ponto de partida deste conceito estava relacionado ao fato de que o crescimento do trabalho a domicílio na Itália estava associado a uma desconcentração da atividade produtiva para o exterior da fábrica, configurada por um processo de subcontratação. Este processo também pôde ser observado em diversos outros países, vinculado ao fenômeno da reestruturação produtiva, ou nos termos de Harvey (2002), “*acumulação flexível*”, já que este conceito, como vimos no capítulo anterior, nos dá maior dimensão das transformações socioeconômicas verificadas neste período.

A seguir estaremos nos detendo em situar alguns estudos realizados por pesquisadores brasileiros sobre a conformação do trabalho a domicílio no Brasil, focando especificamente o setor de confecções.

3.2.1 Trabalho a domicílio no Brasil: Situando alguns estudos.

No Brasil, os pesquisadores começaram a se deter em analisar o trabalho a domicílio a partir do final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, principalmente, na indústria de confecção. Um dos principais trabalhos dessa fase é, portanto, a pesquisa desenvolvida por Abreu (1986) que, tendo como suporte a categoria descrita por Marx de indústria a domicílio, partiu para analisar este tipo de trabalho na indústria de confecção do Rio de Janeiro, procurando se deter nos fatores que determinavam a oferta

de mão-de-obra, onde mostrou como a posição da mulher no meio familiar e a responsabilidade relacionadas às tarefas reprodutivas colaboraram para seu desempenho em atividades remuneradas não capitalistas, tendo em vista a extrema flexibilidade nesse tipo de organização, em relação a divisão do tempo de trabalho.

Algumas outras pesquisas foram desenvolvidas ao longo da década de 1980, tendo como foco de suas análises o trabalho a domicílio vinculado ao processo de subcontratação. Entre esses, temos o trabalho de Abreu e Sorj (1993b), que procuram salientar as relações de gênero presentes no trabalho a domicílio entre as costureiras externas no Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, as autoras enfatizam que:

Este é um mercado de trabalho sexuado, marcado pela diversidade de formas possíveis de inserção da mão de obra feminina que abrange desde as raras profissionais qualificadas das grandes empresas de confecção, como as modelistas, passando pelas operárias com qualificação reconhecida em carteira de trabalho, como as costureiras profissionais ou overloquistas, até todas aquelas formas ambíguas de inserção, como aprendizes menores e operárias sem carteira assinada. Nessa cadeia de relações distintas, o último elo é sem dúvida a trabalhadora a domicílio, que trabalha na sua própria casa para as empresas de confecção (ABREU e SORJ, 1993b, p. 45).

Um elemento importante observado por essas autoras consiste no fato de se associar a “*atividade da costura*” como exclusivamente do universo feminino, em que o “*processo de aprendizagem é totalmente naturalizado*”, sendo, portanto, um fator determinante no que se refere aos papéis femininos e às atitudes profissionais das costureiras.

No processo de socialização, os papéis femininos são construídos mediante a aquisição de um saber que objetiva reproduzir a unidade doméstica. Aprender a costurar é considerado um conhecimento essencial para o seu futuro papel de esposa e mãe. As meninas não aprendem a costurar visando a um treinamento profissional, uma preparação para o mercado de trabalho ou como uma forma de se equipar para ganhar um salário, mas para prover serviços para si próprias e outros membros da família. Transformar esse conhecimento em um recurso econômico não parece, portanto, mudar a percepção que as costureiras e suas famílias têm da natureza do seu trabalho. A costura aparece como uma expressão de uma atividade doméstica da esposa e/ou mãe, como uma qualidade feminina (ABREU e SORJ, 1993b, p. 52-53).

Ainda se referindo a esta pesquisa, Abreu e Sorj (1993b) enfatizaram que o trabalho a domicílio desenvolvido pelas costureiras, mesmo sendo remunerado, não é percebido como um trabalho efetivamente profissional; havendo, portanto, um processo de “*domestificação do trabalho produtivo*”. Além disso, também observaram que em

relação à divisão do trabalho doméstico, “as atividades geradoras de renda das costureiras não afetavam sua responsabilidade principal para com o trabalho doméstico.” (ABREU e SORJ, 1993b, p. 56).

Os estudos que passaram a ser desenvolvidos a partir desse momento trazem, como elemento inerente do trabalho a domicílio, a participação relevante da mão de obra feminina, principalmente vinculado à indústria de confecção, onde a costura é apresentada como uma atividade doméstica, configurando-se, portanto, expressão do trabalho da mulher no lar, como uma qualidade que é peculiar ao universo feminino.

Observando também o trabalho a domicílio vinculado ao processo de subcontratação, entretanto focando na indústria de calçados no Rio Grande do Sul, Ruas (1993) procurou analisar a formação de “redes” estabelecidas entre as empresas e os trabalhadores a domicílio. Assim, para esse autor,

Inserido no contexto da subcontratação, a noção de trabalho a domicílio abrange toda atividade realizada de forma remunerada no ambiente familiar. Esse conceito se caracteriza também por uma subordinação técnica e/ou econômica, tendo em vista que o trabalho domiciliar se encontra em uma situação de dependência em relação a um ou mais contratantes, não se relacionando, portanto, como mercado de bens finais (RUAS, 1993, p.27).

Em sua análise, Ruas (1993) observou que, mesmo no setor de calçados, o trabalho a domicílio era predominantemente feminino, mas também envolvia alguns outros membros da família. As condições de trabalho eram geralmente precárias e havia certa descontinuidade relacionada às encomendas por parte das empresas da região. Nessa discussão, o autor reforçou a importância das redes que eram estabelecidas entre as empresas e os trabalhadores a domicílio nesse setor.

Bruschini e Ridenti (1993), revisando a literatura existente até aquele momento (início da década de 1990), verifica que a maioria das pesquisas tendia a focar o trabalho a domicílio na perspectiva de este estar relacionado a uma indústria externa através da subcontratação, ficando, portanto, de fora qualquer análise em relação ao trabalho a domicílio por conta própria. Segundo o levantamento feito por essas autoras, poucas pesquisas se enquadravam nesta perspectiva naquele momento, como é o caso do trabalho de Silva (1979), que investigou algumas costureiras que eram independentes, produzindo diretamente para um público final, ficando, portanto, sujeitas a uma rede de relações para poderem fazer seus produtos escoarem. Segundo Bruschini e Ridenti (1993),

A trabalhadora por ele investigada é uma produtora independente que controla os instrumentos de trabalho e seu ritmo, a matéria-prima e o produto final (BRUSCHINI e RIDENTI, 1993, p. 86).

Também a pesquisa de Prandi (1978) se enquadrava nessa perspectiva, ao analisar o trabalho por conta própria, destacando sua existência em várias áreas, como serviços, ambulantes, profissionais liberais e outros. De acordo com Bruschini e Ridenti (1993):

Prandi entende por trabalhador por conta própria, independente, autônomo ou ato-empregado aquele que não tem vínculo empregatício, excluindo dessa categoria o assalariado disfarçado de autônomo ou auto-empregado aquele que desempenha atividades remuneradas na forma de tarefas. Segundo ele, o trabalho autônomo teria sua sobrevivência explicada pela sub remuneração dos fatores de produção (BRUSCHINI e RIDENTI, 1993, p. 87).

Após percorrer alguns outros estudos que abordavam outras questões relacionadas ao trabalho a domicílio, as autoras passam a defini-lo como:

[...] trabalho domiciliar qualquer atividade economicamente rentável realizada nos limites da unidade doméstica, que considera a família como unidade de produção e reprodução social, no interior da qual há uma complexa articulação de atividades econômicas, domésticas e escolares (BRUSCHINI e RIDENTI, 1993, p. 121).

Nesta pesquisa, as autoras procuraram investigar, em diversas camadas sociais, atividades desenvolvidas a domicílio, com o intuito de demonstrar que o trabalho domiciliar por conta própria, poderia assumir “*múltiplas faces*”. (BRUSCHINI e RIDENTI, 1993, p. 122).

Numa perspectiva em que associa o trabalho domiciliar ao trabalho por conta própria, com auxílio de familiares e parentes, temos a pesquisa desenvolvida por Moreira (1998), no início da década de 1990, que procurou investigar o que denominou de “*pequenas unidades urbanas de produção*”, ou seja, as unidades econômicas de produção que ocupavam o espaço doméstico como espaço produtivo, utilizando-se quase sempre da mão-de-obra familiar na produção de bens tanto do ramo de confecções como de alimentação, voltados para o mercado no município de João Pessoa- PB. Nesse estudo, a autora procurou analisar:

Como essas experiências são percebidas, as representações que delas decorrem e, a partir dessas elaborações, a construção do sentido do trabalho, sob um prisma não somente de ordem ideal, mas de produção e reprodução renovada do quadro espacial de existência da temporalidade do processo produtivo e das relações sociais (MOREIRA, 1998, p.243).

Ao longo de sua pesquisa, Moreira (1998) constatou que, por serem trabalhadores que mantinham laços de parentesco, os laços afetivos de camaradagem e solidariedade acabavam funcionando como obstáculos aos trabalhadores de ambos os setores para se lançarem em ações judiciais que restabelecessem os direitos perdidos. (MOREIRA, 1998, p. 256).

A partir da década de 1990, portanto, outras pesquisas surgiram em torno do tema trabalho a domicílio, associando-o às mudanças estruturais sofridas pela indústria brasileira neste período, com o processo de terceirização e subcontratação vinculado a reestruturação produtiva. Relembrando que:

A reestruturação produtiva significa a emergência de um novo padrão de acumulação que reorienta o conjunto das relações sociais, transforma não apenas a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigura o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora (ARAÚJO, AMORIM e FERREIRA, 2004, p. 02).

Nesse novo cenário, o trabalho a domicílio novamente passa a ser palco de diversos estudos em vários setores na indústria brasileira, mas é principalmente no setor de confecções e calçados que temos uma grande produção científica sobre o tema.

O interesse sobre este tema veio imbuído de um discurso maior sobre a diversidade e a complexidade que a flexibilização da produção havia proporcionado a setores já bem fragilizados como o setor de confecções, desenhando um quadro de precariedade singular, especialmente quando se focava a questão das relações de gênero. Entre as diversas pesquisas que foram elaboradas nesta perspectiva, encontramos outro trabalho de Abreu (1993), que buscou problematizar a desqualificação do trabalho como consequência do processo de modernização industrial, dando destaque à questão de gênero na divisão do trabalho sobre ocupações consideradas qualificadas e não qualificadas na indústria de confecções do Brasil. A autora procurou focar sua pesquisa em diferentes situações nesta indústria, entre as quais estava o trabalho das costureiras a domicílio, operárias fabris e assalariadas em umas pequenas empresas de confecções de roupa feminina. As costureiras a domicílio estariam ligadas a uma empresa através de um processo de subcontratação

completamente informalizado, exercendo apenas etapas do processo produtivo em sua residência. Nesta pesquisa, a autora conclui que embora haja diferença no processo de trabalho e na estrutura das qualificações que as três situações apresentam, a atomização das unidades produtivas e a extrema personalização das relações se mostravam presentes nos três casos estudados, como uma característica do processo intrínseco a produção na indústria de confecção, impossibilitando qualquer construção de movimentos coletivos e organizados para fazer frente aos conflitos que ocorriam na relação entre empresa e trabalhadora. (ABREU, 1993).

Araújo e Amorim (2001), tendo também por base o processo de reestruturação vivenciado pela indústria de confecção, procuraram discutir sobre as redes de subcontratação e os “*novos*” usos do trabalho a domicílio, em empresas de pequeno e médio porte na região de Campinas - SP, com o intuito de perceber seus impactos sobre as condições de trabalho e a saúde das trabalhadoras. Estas autoras afirmam que:

O trabalho a domicílio de costureiras que foi tradicionalmente utilizado neste setor principalmente em momentos de pico de produção, como forma de responder a aumentos sazonais na demanda, foi revitalizado e adquiriu novas proporções como a ponta inferior e mais frágil nas redes de terceirização no contexto da reestruturação dos anos 90. (ARAÚJO e AMORIM, 2001, p. 07).

Em suas observações, as autoras perceberam que a força-de-trabalho tradicionalmente subcontratada era feminina e, além disso, ocupavam as posições inferiores e mais vulneráveis na cadeia produtiva. Assim, o trabalho a domicílio constituía-se num instrumento central de aumento de produtividade a baixos custos e funcionava como estratégia para enfrentar a concorrência entre as grandes empresas do setor. Nesse contexto, “*a explosão das costureiras domiciliares se concretiza sob o respaldo da invisibilidade: elas não constam dos registros oficiais das empresas nem das estatísticas industriais ou governamentais.*” (ARAÚJO e AMORIM, 2001, p. 07)

Assim as autoras constataram que as trabalhadoras a domicílio eram significativamente afetadas em meio ao processo de precarização que permeou a mudanças ocorridas no setor de confecção com a reestruturação produtiva, à medida que estas estavam “*submetidas a longas jornadas de um trabalho intenso e ininterrupto*”, em seu próprio espaço doméstico, recebendo baixos pagamentos por peças produzidas, tendo, portanto, “*a utilização do espaço privado e a articulação de habilidades socialmente construídas na esfera domiciliar com atividades produtivas*” (ARAÚJO e AMORIM, 2001, p. 24). Dado estarem inseridas na informalidade, elas também se

viam desprovidas do amparo legal e de representações sindicais, assim como foi constatado na pesquisa de Abreu (1993).

Contribuindo para esta discussão, Leite (2004) também apresentou uma pesquisa sobre o trabalho a domicílio na indústria de confecção de São Paulo. Neste trabalho, ela constatou que o processo acirrado das terceirizações, ao envolver as “*antigas*” formas de trabalho (trabalho a domicílio) no contexto de acumulação de capital flexível, afetou *mais diretamente a mão de obra feminina que a masculina*. Esta autora salientou que o trabalho a domicílio é revitalizado nesse momento não mais como marginal ao desenvolvimento econômico, *mas altamente funcional*, como uma forma de “*inovação organizacional*”, levando-se em consideração que a indústria de confecção pouco inovou tecnologicamente⁵⁰. Assim, no processo de reestruturação, o trabalho a domicílio, via terceirização e/ou subcontratação, tem sido utilizado como forma de reduzir os custos, num cenário de acirrada competição e grande precariedade.

O trabalho a domicílio das costureiras insere-se, portanto, nessa perversa lógica da competitividade baseada na disputa dos mercados assentada basicamente nos preços – a disponibilidade de um grupo de mulheres – dois fatores parecem estar relacionados a esta disponibilidade: por um lado, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho que tem as mulheres de meia-idade, com filhos pequenos, com uma qualificação específica, mas pouca escolaridade; por outro lado à própria referência dessas mulheres pelo trabalho a domicílio em função da divisão sexual das tarefas domésticas (LEITE, 2004, p. 25).

Este cenário descrito por Leite (2004) sobre o trabalho a domicílio também foi observado nas pesquisas de Abreu e Sorj (1993), Araújo e Amorim (2001). As mulheres tendem a ser mais propícias ao trabalho a domicílio por conseguirem conciliar com grande esforço as atividades domésticas com as atividades produtivas, proporcionando-lhes uma certa liberdade e autonomia. Entretanto Leite(2004) alerta que:

Essa liberdade, contudo, nem sempre é real, tendo em vista as contínuas pressões quanto ao cumprimento de prazo a que as trabalhadoras estão sujeitas. Como a questão dos prazos de entrega assume, conforme já elucidamos anteriormente, uma centralidade muito grande na indústria da confecção, essas mulheres também têm que cumprir, via de regra, prazos muito curtos, o que muitas vezes exige esforços que certamente interferem em sua vida doméstica, quando não em suas condições de saúde (LEITE, 2004, p.26).

⁵⁰ Em relação ao Brasil, alguns autores como Druck e Borges (2002) têm afirmado que a reestruturação industrial tem se pautado mais em novos processos organizacionais do que em inovações tecnológicas, focalizando-se em processos flexíveis de produção na busca por redução de custos, utilizando-se portanto da terceirização, subcontratação e portanto, do trabalho a domicílio.

Em meio à pressão para os cumprimentos dos prazos, estas mulheres acabam envolvendo o trabalho de seus filhos menores, como ajudantes tanto nos trabalhos domésticos como na própria produção, conforme também foi observado nos trabalhos de Moreira (1998), Abreu e Sorj (1993), bem como na pesquisa de Neves e Pedrosa (2007) que traz a mesma temática, discutindo a realidade de uma cidade de porte médio de Minas Gerais.

Neves e Pedrosa (2007) além de reforçarem as considerações já colocadas nas pesquisas anteriores, acrescentaram o fato de terem observado que, em certos períodos de intensa produção, algumas trabalhadoras a domicílio além de utilizar a ajuda de familiares para atender as demandas e aos prazos, também recorriam a terceiros, que geralmente era uma vizinha ou uma amiga que tinha uma máquina de costura disponível, ou seja, havia um processo de subcontratação dentro do próprio contexto do trabalho a domicílio, chamando-o de “*quarteirização*”.

Assim, sendo um campo fértil para se observar as questões tanto relacionadas à precarização que acompanhou o processo de reestruturação produtiva, quanto às questões vinculadas às relações de gênero e familiares, o trabalho a domicílio continuou a despertar interesses de diversos pesquisadores ao longo do século XXI, aqui no Brasil.

Nesse contexto e considerando que o trabalho a domicílio tem implicações sobre a família e as relações de gênero que se delineiam nesse espaço, no próximo item, estaremos buscando salientar alguns aspectos teóricos e históricos sobre a família, como intuito de aprofundarmos nossas reflexões sobre a dinâmica que envolve o trabalho a domicílio e seus integrantes.

3.3 A família no contexto da sociedade contemporânea.

A família é um tema que esteve presente nas discussões dos clássicos da sociologia. Alguns dando uma ênfase maior no início de seus escritos, como Comte, Durkheim, outros trazendo elementos sobre este tema ao longo de suas obras, como Weber ou situando-o em meio ao processo socioeconômico, como Marx. Assim, com o intuito de reafirmar a importância desta categoria teórica procuramos resgatar a contribuição que estes autores trouxeram em meio à organização social moldada pela

dinâmica capitalista. Achamos pertinente esta reflexão, pois veremos que ela fornece subsídios ao entendimento das mudanças que a categoria família tem sofrido em meio às transformações socioeconômicas que ocorreram ao longo do século passado e que perduram até os dias atuais.

Assim, iniciaremos o próximo item procurando resgatar alguns elementos sobre a categoria família entre as primeiras formulações sociológicas.

3.3.1. Família: As primeiras formulações na sociologia.

As primeiras discussões sociológicas sobre família, segundo Segalen (1999, p. 21), foram registradas a partir de 1744 em investigações da Sociedade Real de Medicina Francesa, quando os médicos começaram a estudar e fazer anotações sobre as condições concretas em que viviam os pacientes nos seus domicílios, relatando tanto as condições econômicas quanto as sociais.

Já entre os escritos de Comte, Segalen (1999) afirma que havia elementos que apontavam para uma atenção especial à família. Assim, segundo este autor, Comte em seus escritos sobre a filosofia positivista ressaltava o papel da família como unidade integradora da organização social

Na 50ª lição, afirma que “a verdadeira unidade social consiste sem dúvida unicamente na família” e que é “o germe necessário das diversas disposições essenciais que caracterizam o organismo social”. Comte desenvolve um princípio de subordinação: “a teoria sociológica da família pode ser reduzida na sua essência ao exame racional das duas ordens fundamentais de relações necessárias, a saber: a subordinação dos sexos e, seguidamente, a subordinação das idades, sendo que uma institui a família enquanto a outra a mantém”. Esta unidade de base, este organismo hierarquizado, é o lugar da disciplina doméstica e social (SEGALEN, 1999, p. 22-3).

Embora estes sejam as primeiras observações sobre a questão da família, percebe-se que esta passa a causar maior inquietação entre os teóricos apenas a partir do final do século XVIII e início do XIX, em consequência ao processo de industrialização, quando as bases que norteavam a concepção do que se concebia como família começaram a se desestruturar, ou melhor, ganhar novas configurações.

É nesse cenário, que Durkheim, em seus primeiros textos, passa a se debruçar sobre a família, a fim de buscar compreender a sua estrutura e seu relacionamento com

os demais sistemas que compõem a sociedade. O maior conjunto dos escritos de Durkheim sobre a família, segundo Souto Maior (2005, p.10), encontra-se na coletânea *Textes*, organizada por Vitor Karandy (1975), na qual é possível encontrar uma análise introdutória sobre a sociologia da família. Este material foi produzido em 1888, quando Durkheim ministrou um curso intitulado “*Introdução à sociologia da família*” na universidade de Bordéus⁵¹.

O ponto de partida que Durkheim utilizou para que se pudesse estudar a família foi o modelo que existia naquele momento nas grandes sociedades europeias.

De todos os grupos familiares, o que nos interessa acima de qualquer outro e que importa, sobretudo, conhecer e compreender, é o que existe presentemente sob nossos olhos e no seio do qual vivemos. Nós tomaremos por ponto de partida e por tema a família tal qual se apresenta hoje em dia nas grandes sociedades europeias (DURKHEIM, 1975 apud SOUTO MAIOR, 2005, p. 12).

Assim Durkheim começa sua investigação sobre a família, considerando que se deve recorrer ao estudo dos costumes, do direito, dos hábitos e não nas narrativas e descrições literárias, para se ter uma compreensão da estrutura familiar, pois acreditava que “*algumas informações sobre costumes em matéria de herança*” tinham muito mais o que ensinar “*sobre a constituição de uma família que muitas descrições específicas*”. Para Durkheim, a família era vista como a instituição responsável pela transmissão dos valores, das normas e costumes, pilares fundamentais pela estruturação e equilíbrio de toda organização social. (DURKHEIM, 1888 apud SEGALIN, 1999, p. 26)

Pode-se considerar que Durkheim vê a família contemporânea como o produto de formas antigas, já que esta contém em si todo um desenvolvimento histórico, passando pela família patriarcal, que era formada pelo pai, a mãe e todas as gerações saídas deles, com exceção das filhas e seus descendentes, até chegar a sua contração, “*a família conjugal*” que compreende apenas o marido, a mulher, os filhos menores e celibatários (SOUTO MAIOR, 2005, p. 18).

Sua escolha por chamar a família contemporânea de conjugal consistiu no fato de observar que ao longo do desenvolvimento histórico e socioeconômico, os únicos elementos que permanecem no seio familiar são o marido e a mulher, posto que existe uma tendência a que todos os filhos, cedo ou tarde, deixem a casa paterna, à medida

⁵¹ De acordo com Souto Maior (2005, p. 20), “os manuscritos das pesquisas sobre família e preleções intermediárias até a “família conjugal” não existem mais e, infelizmente, não chegaram a ser publicadas.

que o meio social no qual estes se relacionam vai tornando-se cada vez mais amplo, promovendo assim uma contração da família.

A contração da família é correlativa da “extensão do meio social”, da aldeia à cidade, da cidade ao Estado; manifesta-se pelo “enfraquecimento progressivo do comunismo familiar”, pelo que as coisas possuídas em comum que constituíam um cimento familiar, vão pouco a pouco sendo apropriadas individualmente. Família e comunidade são colocadas numa relação de antinomia. [...] Todavia, Durkheim não empresta ao seu evolucionismo uma escala de valores. Os tipos familiares não se encontram hierarquizados, a família de hoje não lhe parece nem mais nem menos perfeita do que a de outrora, apenas diferente porque as circunstâncias são diferentes (SEGALEN, 1999, p. 27).

Em contrapartida ao “*enfraquecimento progressivo do comunismo familiar*”, há um “*crescimento do individualismo*”, uma vez que, aos poucos, a personalidade dos integrantes da família vai se desvinculando do grupo doméstico. As divergências individuais “*tornam-se sempre mais numerosas e mais importantes*”. Nesse sentido, a família contemporânea configura-se como uma instituição na qual seus integrantes têm uma maior individualidade do que nas famílias que existiram anteriormente. Mas isso não significa que estes se tornaram indiferentes entre si, apenas começaram a se perceber como indivíduos que não estavam mais vinculados só pelos “*bens domésticos*”, e, portanto, pelo “*consumismo familiar*”, mas por relações cada vez mais afetivas. (DURKHEIM, 1921 apud SINGLY, 2007, p. 35)

Assim, para Durkheim, a família conjugal (contemporânea), embora mais individualizada, constitui em um espaço gradativamente “*privado*”, no qual os integrantes da família apresentam um maior interesse em estar juntos, compartilhando a intimidade, “*estando cada vez mais sensíveis à qualidade de suas relações*” (SINGLY, 2007, p. 31).

Nesse sentido, segundo os apontamentos de Durkheim, na família contemporânea, os elos de parentesco relacionam-se menos na propriedade, nos bens comuns do grupo familiar, na qual “*as coisas deixam cada vez mais de ser o cimento da sociedade doméstica*”, para se basear mais “*nas relações entre o homem e a mulher, entre pais e filhos que fazem viver o espírito de família*” (SINGLY, 2007, p. 36).

Na sua obra “*Da divisão do trabalho social*”, Durkheim também traz elementos que contribuem para compreendemos seu entendimento sobre a família, quando está tratando sob a função da divisão do trabalho e procura descrever a história da sociedade

conjugal. Neste trecho de sua obra, ele afirma que “*é a divisão do trabalho sexual a fonte da solidariedade conjugal*”. (DURKHEIM, 2010, p.22)

Relatando sobre as diferenças físicas entre os sexos, Durkheim afirma que “*a mulher desses tempos remotos não era em absoluto a frágil criatura que se tornou com o progresso da moralidade*”. Comenta ainda que algumas pesquisas antropológicas evidenciam a semelhança anatômica entre os sexos até a adolescência, diferenciando-se apenas posteriormente, com a evolução humana. Afirma ainda que essas semelhanças anatômicas são acompanhadas por semelhanças funcionais; assim “*nessas mesmas sociedades as funções femininas não se distinguem nitidamente das funções masculinas; ambos os sexos levam mais ou menos a mesma existência*”. Desta forma, este autor constata que “*um dos atributos hoje distintos da mulher, a doçura, já não parece ter-lhe pertencido primitivamente*”. (DURKHEIM, 2010, p.23-24).

Na medida em que avançamos no tempo, Durkheim afirma que o “*casamento se desenvolve*”, ampliando a “*rede de vínculos*” que ele cria e “*as sanções*” que se multiplicam. O dever à fidelidade aparece inicialmente apenas para a mulher, depois se amplia para os dois sexos; neste caso a união entre os dois deixa de ser “*efêmera*” para ser mais duradoura. E acompanhando essas transformações, o “*trabalho sexual tornou-se cada vez mais dividido*”. No início estava limitado apenas às funções sexuais, mas, aos poucos, foi se estendendo a várias outras. (DURKHEIM, 2010, p. 25).

“*Faz tempo que a mulher retirou-se da guerra e dos negócios públicos e que sua vida concentrou-se inteira no interior da família*”. Desde então, seu papel especializou-se cada vez mais. Hoje, entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem. Dir-se-ia que as duas grandes funções da vida psíquica com que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais. (DURKHEIM, 2010, p. 25-26)

Seguindo seu raciocínio mais a frente nesta obra, Durkheim enfatiza que o “*mais notável efeito da divisão do trabalho não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas torná-las solidárias*.” Assim, seu papel não seria simplesmente deixar a sociedade mais bela ou melhorar as já existentes, “*mas tornar possível sociedades que, sem ela, não existiriam*.” (DURKHEIM, 2010, p. 27)

Portanto, em sua obra “*Da divisão do Trabalho Social*”, Durkheim argumenta ainda que a família encontra-se unida a partir das funções distintas que cada membro realiza, pois é essa divisão do trabalho interna que proporciona a cooperação entre os

indivíduos, tornando-os mais solidários, tendo uma função específica no seio da família e na formação da sociedade.

Já nos escritos de Max Weber, percebemos que o tema família foi pouco explorado, embora este autor tenha se debruçado sobre vastos assuntos sociais ao longo de sua vida. Suas observações em relação a este tema encontram-se fragmentadas ao longo de suas principais obras. Assim, procuraremos seguir os passos trilhados por Couto (2002), quando se propôs a investigar uma possível teoria da família na obra de Weber, a fim de pelo menos compreendermos em que aspectos este escritor salientou suas observações teóricas sobre este tema.

Em “*A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*”, onde busca compreender as origens do capitalismo, há basicamente três passagens na qual Weber, de alguma forma, se referiu à família. A primeira passagem estava relacionada ao ensino superior que as famílias protestantes e católicas proporcionavam aos seus filhos. Enquanto os católicos tinham uma inclinação a proporcionar aos seus filhos uma educação oferecida pelo “*ginásio humanístico*”, os protestantes tendiam direcionar os seus aos “*estudos técnicos*” que eram voltados para os assuntos comerciais e industriais.

[...] entre os próprios formados católicos, a porcentagem dos que receberam formação em instituição que preparam especialmente para estudos técnicos e ocupações comerciais e industriais, e para a vida de negócios de classe média, em geral é muito inferior à dos protestantes. Por sua vez, os católicos preferem o tipo de aprendizagem oferecida pelos ginásios humanísticos. (WEBER, 2007, p. 41)

Como consequência desta postura, em relação ao trabalho, os católicos permaneciam em atividades artesanais, tornando-se muitas vezes mestres artesões; enquanto os protestantes se direcionavam para as fábricas, ocupando as posições superiores voltadas para a administração dos negócios. Segundo Weber,

A explicação desses casos é, sem dúvida, a de que as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, em especial do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação e, por isso, da carreira (WEBER, 2007, 41).

Numa segunda passagem, Weber apresenta seu posicionamento crítico ao tradicionalismo familiar vinculado ao catolicismo como elemento de obstáculo ao espírito do capitalismo. Esta passagem encontra-se no momento em que argumentou que “*o trabalho constitui um fim em si mesmo*” e é um valor condizente com o

capitalismo, trazendo o exemplo de como a educação familiar baseada nos princípios religiosos estabelecia um profundo laço com o tradicionalismo, impedindo uma integração das “*jovens alemãs*” a novos métodos de trabalho.

O tipo de mão-de-obra retrógrada tradicional é, com muita frequência, exemplificado pelas mulheres trabalhadoras, especialmente as não-casadas. Uma queixa quase universal dos empregadores de moças, moças alemãs, por exemplo, é a de que são quase completamente incapazes e desinteressadas de abandonar métodos de trabalho herdados ou mesmo aprendidos para conhecer outros métodos mais eficientes e a eles se adaptar, de aprender e de concentrar sua inteligência, ou mesmo usá-la. Explicações da possibilidade de tomar mais fácil, acima de tudo mais proveitoso para elas mesmas, esbarram geralmente em uma total falta de compreensão. Aumentos de salário esbarram impotentes contra a muralha do hábito (WEBER. 2007, p. 57).

A terceira passagem em que Weber trata sobre a família em “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*” se diferencia substancialmente das anteriores, pois nesta ele já não se reporta às bases motivacionais propulsoras do espírito capitalista mas ao seu desenvolvimento posterior, relatando que a relação entre a crença religiosa e a conduta dos indivíduos, sobretudo apoiada na educação familiar tradicionalista, havia sido superada, à medida que o capitalismo tornou-se dominante eximindo-se das antigas bases religiosas. E assim ele se coloca:

Em particular chegar à posse de heranças e à nobreza, com os filhos cursando a universidade e a academia militar, é algo que tenta encobrir suas origens sociais, como no caso típico da história das famílias dos novos ricos alemães, e é um produto da decadência que o precedeu (WEBER: 2007, p.63).

Segundo Couto (2002, p. 272), estas passagens apresentam os principais argumentos de Weber sobre a família, que, enquanto instituição, teve importante papel em obstaculizar o desenvolvimento do capitalismo racionalizado, pois neste momento tinha suas bases fundamentadas no tradicionalismo religioso e no consumo comum, dificultando qualquer modificação nas relações de trabalho e uma possível abertura para que o espírito capitalista pudesse ser desenvolvido.

Conforme salientou Couto (2002, p. 273), em “*Economia e Sociedade*”, Weber novamente usa o termo família apenas como forma de exemplificar outros assuntos em questão, não tendo, portanto, uma relevância maior, principalmente na primeira parte desta obra, quando aborda “*as teorias das categorias sociológicas*”. Já na segunda parte, quando discorre sobre “*a economia, as ordens e os poderes sociais*”, embora o termo família continue sendo apresentado de forma dispersa, é mais recorrente,

permitindo uma maior sistematização, principalmente no tópico “*tipos de comunidades e sociedade*”, quando está refletindo sobre a “*comunidade doméstica*” como um dos tipos principais de comunidade.

De acordo com Couto (2002, p. 274), o tratamento dado por Weber ao tema família, nesta obra, não teve como ponto de partida a ênfase usualmente utilizada na família nuclear ou nos sistemas de linhagens matrilinear ou patrilinear, mas aos aspectos que resultam de uma abordagem que focava as relações políticas e econômicas mais amplas, envolvendo “*interesses acadêmicos mais gerais como as grandes civilizações e as sociedades de estados agrários em suas origens na Europa medieval e Ásia*”. Assim, suas principais referências recaem sobre a comunidade doméstica e o clã e sua dissolução para uma sociedade moderna mercantil.

A comunidade doméstica constituía em sua forma “*pura*”, segundo a concepção de Weber, em um grupo que tinha a residência e o consumo em comum, denominando-os de “*comunismo doméstico*”. Esta comunidade não coincidia necessariamente com a família, já que nela podiam ser encontrados outros indivíduos além dos integrantes familiares.

A comunidade doméstica em sua forma “pura”- mas nem sempre “primitiva”, como já mencionamos -, significa econômica e pessoalmente: solidariedade para fora e comunidade comunista na utilização e no consumo dos bens cotidianos (comunismo doméstico) para dentro, em forma de uma unidade indivisa e baseada numa relação de piedade estritamente pessoal (WEBER, 2004b, p. 245).

Continuando sua explicação sobre a comunidade doméstica pura, Weber afirma:

No tipo puro, é essencial a moradia comum. O aumento do número obriga, neste caso, a divisão e a fundação de novas comunidades domésticas separadas. Mas, para manter unida a força de trabalho e a propriedade, encontrou-se uma solução a meio termo: a descentralização local sem divisão, com a consequência inevitável do nascimento de direitos particulares para as comunidades domésticas individuais. Semelhante desmembramento pode levar à total separação jurídica e autonomia na direção das atividades aquisitivas, conservando-se, mesmo assim, uma porção surpreendentemente grande de comunismo doméstico. (WEBER, 2004b, p. 246)

Quanto ao clã, este consistia numa rede mais ampla, envolvendo todos os indivíduos que estavam relacionados de alguma forma pelo sangue, o que para ele definia os bens familiares. Weber salientou que o clã era especialmente uma unidade protetora e militar. (WEBER, 2004b, p. 251).

Ao longo de sua exposição na segunda parte da obra *“Economia e Sociedade”*, Weber demonstra que para o capitalismo emergir tendo por base as *“modernas sociedades mercantis”*; foi necessário superar a estrutura familiar tradicional. Assim ele procurou expor quais as condições que promoveram a sua superação. Segundo Couto (2002, p. 278), para Weber, *“quando o doméstico tornou-se o centro da economia, geralmente em sociedades agrárias avançadas, desenvolvimentos políticos e militares destruíram a importância do clã”*. Isso promoveu uma estruturação na forma familiar, passando pelo *“domínio patriarcal”* no conduzir as questões sexuais, econômicas e sociais tradicionais. Portanto, para que o capitalismo pudesse expandir, foi necessário que houvesse uma transformação substantiva na estrutura familiar e isto ocorreu à medida que o patriarcado foi superado (COUTO, 2002, p. 278).

Marx e Engels em suas análises também deram contribuições para a compreensão da família no construto da formação do capital, seguindo uma metodologia própria – o materialismo histórico dialético. Estes autores trouxeram elementos importantes para o entendimento das origens e do funcionamento do modo de produção, possibilitando uma análise das transformações vivenciadas nessa *“instituição social”*, perpassando pela problemática das relações de gênero, ao buscar desmistificar sua inter-relação com a totalidade social, conforme afirmou Andrade (2011).

Ao examinarmos o percurso teórico de Engels, percebemos que este transitou de uma visão moralista⁵² para a uma perspectiva histórica e crítica. Quando observamos sua obra *“A situação da classe operária na Inglaterra”*, verificamos que este ainda encontra-se dividido entre a censura moral em relação à utilização da mão-de-obra feminina e infantil nas indústrias inglesas e a efetiva compreensão das características relevantes do processo histórico.

Mesmo quando a família não era destruída com a inserção da mulher no trabalho fabril, sofria uma desorganização interna, marcada pela inversão de papéis. Os homens vencidos pela competição do mercado de trabalho terminavam *“condenados ao trabalho doméstico”* e sentindo-se ofendidos em sua virilidade, e as mulheres, ao ingressar neste, ver-se-iam destituídas de sua feminilidade, sem, no entanto, assumirem totalmente as características viris masculinas. A *“subversão na situação dos sexos”*, portanto, promoveria a confusão de suas identidades sexuais. Assim, homens e mulheres, numa

⁵² Segundo Andrade (2011), este posicionamento inicial deve-se principalmente a influência do pensamento hegeliano no construto teórico deste autor, mas à medida que este foi aprofundando seus conhecimentos juntamente a Marx, passou a desenvolver uma concepção mais crítica.

posição “*falsa*” e “*artificial*” diante do outro, testemunhariam à degradação de sua própria humanidade. (ENGELS, 2008, p. 184).

Em muitos casos a família não se desagrega com o trabalho da mulher, mas se desorganiza: é a mulher que mantém a casa, o homem desempregado cuida das crianças e da vida doméstica. Isso é muito frequente: em Manchester, contam-se às centenas os homens condenados ao trabalho doméstico. É fácil imaginar a justificada exasperação provocada nesses operários por essa emasculação de fato e seus resultados na inversão das relações familiares, tanto mais quanto as outras relações sociais permanecem inalteradas. (ENGELS, 2008, p. 183)

Dadas às devidas considerações, percebemos nesta obra que Engels reproduz a visão “*sexista tradicional em relação aos papéis atribuídos a homens e mulheres*”, passando a ideia de estar pleiteando o retorno das mulheres aos seus afazeres “*naturais*” vinculados ao lar, à maternidade e ao cuidar do marido. Entretanto isso não significaria reestabelecer às relações de dominação dos homens sobre as mulheres, considerado por Engels como desumana, mas a possibilidade da construção de uma comunidade familiar “*verdadeira e racional*”, alicerçada no “*amor familiar*”, que constituiria seu vínculo substantivo. (ANDRADE, 2011).

Em “*A Sagrada Família*”, obra realizada em parceria com Marx, o discurso idealista baseado na argumentação moral começa a ser superado, sinalizando uma mudança de postura no que se refere à crítica à família. Apesar de ainda abordarem os “*aspectos desumanos da situação geral da mulher na sociedade de hoje*”, salientando a questão da desonra moral, o adultério e a sedução, estes autores passaram a dar maior importância à compreensão das relações entre os sexos como historicamente determinadas. (MARX e ENGELS, 2003, p. 218)

Nesse sentido, estes autores começam investigar as causas históricas da desigualdade entre os sexos e, conseqüentemente, a opressão feminina, ao invés de considerá-la como um fenômeno natural, impresso na ‘feminilidade’ ou na ‘masculinidade’ humana.

Em “*A Ideologia Alemã*”, Marx e Engels reconstruíram as origens da divisão sexual do trabalho, assegurando que a escravidão na família, mesmo que “*tosca e latente*”, teria sido a primeira propriedade. Embora tenham avançado nesta discussão, estes autores ainda apresentavam como pressuposto que a divisão ‘natural’ do trabalho na família, que provem na distribuição quantitativa e qualitativamente desigual do

trabalho e de seus produtos, teria um fundo biológico, assentado na diferenciação das funções reprodutivas (MARX e ENGELS, 1999, p. 46).

No “*Manifesto do Partido Comunista*”, Marx e Engels fazem algumas ponderações sobre a família sob o modo de produção capitalista, no trecho reservado para as considerações sobre esta instituição. Nesta obra, estes autores sublinham a ideia de que a família burguesa estaria fundamentada no ganho individual e econômico e, portanto, deveria ser suprimida. A crítica que Marx e Engels direcionaram à família na sociedade burguesa não se estendia como uma completa rejeição à instituição familiar. Ao contrário, o processo de dissolução familiar estimulado pela grande indústria e a consequente destruição dos laços familiares dos proletários passou a constituir objeto de preocupação para esses autores, não sendo visto, portanto, como algo saudável (MARX e ENGELS, 1998, p.38).

Ainda no “*Manifesto*”, estes autores analisaram a condição social da mulher, destacando sua transformação pelo burguês em simples artigo de comércio através da prostituição oficial ou não, e instrumento de produção, conferindo-lhe sempre uma condição subalterna (MARX e ENGELS, 1998, p. 39). Entretanto, esta condição subalterna não deveria ofuscar sua identidade de classe, pois à medida que Marx e Engels convocavam a união cada vez maior entre os trabalhadores e sua organização em um partido político tinham a intensão de diluir as particularidades e as divisões internas no meio do proletariado.

Com base na “*A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*”, Engels afirma que a economia doméstica “*primitiva*”, baseada no domínio feminino, haveria sido superada pelo modelo de família pré-monogâmico existente entre o período de transição entre as fases média e superior da Barbárie. Neste momento, começou a surgir a necessidade de se transferir a propriedade privada para os “*herdeiros diretos*” dos homens e, portanto, estes passaram a deter um controle efetivo sobre a sexualidade das mulheres, efetivando assim o aparecimento da família monogâmica. Logo, de acordo com sua análise, o surgimento da propriedade privada teria desencadeado a submissão das mulheres aos homens, constituindo-se, assim, o início das lutas de classes, pois o “*grande progresso histórico*” configurado pela monogamia, ao permitir o acúmulo de riquezas, traria consigo o desenvolvimento do “*antagonismo entre o homem e a mulher*”. (ENGELS, 1991, p. 71).

O argumento de Engels de que a família individual moderna, alicerçada na “*escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher*”, configuraria o modelo

“*celular da sociedade civilizada*”, refletindo suas contradições e conflitos internos, pôde trazer à tona o caráter multifacetado da opressão feminina e suas implicações sociais, políticas e econômicas (ENGELS, 1991, p. 80).

Estando expostas a uma dupla jornada de trabalho e submetidas a árduas e fatigantes tarefas subjugadas aos mandos de seus maridos e também do burguês, as mulheres aproximam-se da luta de classe geral, possibilitando a sua emancipação. Assim, a condição particular das mulheres passa necessariamente a integrar o projeto de transformação social mais amplo. Desta forma, elas começam a ser consideradas como protagonistas das mudanças e não meras vítimas das relações sociais reproduzidas pela sociedade moderna.

Dado o que foi observado, à medida que Marx e Engels passam a examinar a família de um ponto de vista materialista histórico, com base nas relações de produção e reprodução da vida imediata, abdicam do discurso eminentemente moral e idealista. Entretanto, a perspectiva histórica marxiana guarda vestígios de seus primeiros escritos, particularmente quando se refere às origens da divisão social do trabalho, que teria como embasamento uma divisão sexual do trabalho “*natural*”, prescrita pela procriação.

As abordagens desses autores, principalmente Durkheim, Marx e Engels, passaram a nortear direta ou indiretamente as discussões teóricas que se disseminaram no século XX. Assim, a partir da década de 1950, teremos o domínio da teoria funcionalista sobre as reflexões sociológicas norte-americanas, com rebatimentos significativos sobre a sociologia brasileira, como veremos a seguir.

3.3.2 Família na contemporaneidade: Resgatando algumas abordagens.

Mesmo que o tema “*família*” não tenha se constituído como foco central das análises dos clássicos da sociologia, como vimos, suas observações forneceram elementos para as discussões teóricas que se seguiram ao longo do século XX⁵³. Assim, neste item, pretendemos retomar algumas dessas reflexões que marcaram esse período.

De acordo com Bruschini (1989, p. 01), as reflexões sobre família na sociologia a partir de 1950 tiveram como corrente teórica determinante o funcionalismo,

⁵³ Principalmente as obras de Durkheim e Marx e Engels.

principalmente nas escolas Americanas. O principal expoente desta corrente foi T. Parsons, que considerava a família como agência socializadora, cujas funções básicas estavam centradas na socialização dos filhos e na estabilização das personalidades quando adultos. Era a partir da socialização primária que as crianças experimentavam um processo de internalização da cultura, tornando-se, assim, membros da sociedade em que nasceram. Nesse primeiro momento, há a ênfase na importância *“de que a criança tinha nos seus primeiros estágios de desenvolvimento, uma relação mais íntima e intensa com a mãe.”* Já a segunda função estava associada à discussão do crescente isolamento da família nuclear de seus grupos de origem, e aos papéis diferenciais e complementares dos pais.

O isolamento da família nuclear moderna acentua o peso do papel da mãe, na medida em que esta não conta com parentes para ajudar e o marido se encontra fora trabalhando. (BRUSCHINI, 1989, p. 02)

Refletindo sobre a discussão de T. Parsons em relação à família nuclear, Hita (2005) comenta que a integração da personalidade no sistema social é realizada pela família que opera e interage mediada pelos papéis definidos sexualmente, em que aos homens cabe a função do provedor e a mulher a sustentação emocional (HITA, 2005, p. 127).

De acordo com Hita (2005), Parsons em parceria com Bales (1995), sugeriu o estudo da família nuclear como *“um pequeno grupo tarefa”*, no qual os integrantes adultos teriam papéis diferenciados, assimétricos e complementares, possibilitando *“a presença do modelo masculino e feminino bem definidos”*, o que permitiria o desenvolvimento da personalidade das crianças de forma estruturada. Conforme abordou Bruschini(1989),

Nesse modelo cabe à mulher ser esposa, dona-de-casa e sobretudo mãe, papel esse cuja importância se acentua e especializa, na medida em que seu desempenho passa a se basear em conhecimentos científicos, como os que foram sendo acumulados na psicologia. Zelar pelo bem-estar físico e emocional dos dependentes e pela estabilização das personalidades dos membros adultos do grupo faz parte dos papéis expressivos atribuídos ao elemento feminino adulto da família. (BRUCHINI, 1989, p. 02)

Segundo Hita, *“ao atribuírem arbitrariamente ao homem adulto a atuação como líder instrumental e a mulher a atuação como administradora de tensões e terapeuta-chefe, e ao não conseguirem diferenciar e descolar o sexo do gênero, os parsonianos*

terminaram essencializando de certa forma relações que, em princípio, não eram concebidas como tais neste modelo.” (HITA, 2005, 128)

Parsons via a “*família nuclear*” como a que possuía a melhor configuração para enfrentar as dificuldades advindas da sociedade industrial, tendo em vista existir uma divisão entre os papéis desempenhados pelos adultos no seio familiar. Um dos adultos ficaria responsável por trabalhar fora e trazer os mantimentos para o lar e o outro ficaria responsável por cuidar da casa e das crianças. Esses papéis acabavam definindo as relações entre os cônjuges, nos quais a mulher assumiria a responsabilidade sobre o emocional e afetivo dos integrantes da família no espaço doméstico, e o homem seria o responsável pelos recursos financeiros.

De acordo com Hita (2005), o modelo apresentado por Parsons e Bales, ao não considerar as mudanças que a família americana estava sofrendo, principalmente no período de suas investigações, acabou ficando aprisionado a uma certa rigidez e conservadorismo.

Outras vertentes de pensamento surgiram ao longo do século XX, trazendo também de algum modo, em suas discussões, a temática da família. Entre essas, temos a de Adorno e Horkheimer, representantes da escola de Frankfurt, que, em seu trabalho “*Autoridade e família*”, contribuíram para o debate sobre o papel conservador deste grupo social e o elemento de dominação presente nele, apresentando como elemento central da castração da liberdade do indivíduo, a autoridade do pai sobre o filho. Segundo a concepção desses autores, “*a família se torna uma entidade em cujo seio a sociedade agia: lugar de adestramento para a adequação social*” (CANEVACCI, 1984, p. 217). Assim, a família passa a ser este lugar de adestramento para a adequação da criança ao meio social, na qual esta acaba aprendendo a desenvolver o respeito pela autoridade, através da idealização da figura paterna.

Entretanto estes autores chamam a atenção para o fato de que este processo de submissão ao qual o indivíduo é subjugado enquanto criança pode provocar desajustes na família, gerando crises e atritos em seu interior. Esta vertente também considera a família como agência socializadora e formadora de personalidade do indivíduo, mas desenvolve uma linha de reflexão oposta ao funcionalismo, ao criticar o papel conservador imposto ao grupo.

A partir da segunda metade do século XX, percebemos o retorno da preocupação dos pensadores contemporâneos em relação à temática da família, principalmente devido as transformações socioeconômicas vividas nesta época. Estas promoveram

mudanças expressivas nas relações familiares e de gênero, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e o avanço nas formas de controle da natalidade, provocando uma verdadeira mudança na esfera da sexualidade, mas sobretudo na questão das relações de gênero.

Neste período, em específico a partir da década de 1970, alguns estudos produzidos no contexto do movimento feminista europeu e norte americano, abordaram o tema família ao enfatizar a questão do trabalho doméstico, tendo como fundo teórico o pensamento crítico marxista. O centro da preocupação neste momento estava associado ao papel do trabalho doméstico no processo de reprodução da força de trabalho, contribuindo para uma discussão ampla sobre a controvérsia entre produtividade ou não do trabalho doméstico para o capital. Para essa corrente, a família seria:

Um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. (BRUSCHINI, 1989, p. 03)

As feministas viam nesta divisão a opressão que as mulheres eram vítimas, além da falta de reconhecimento de seu trabalho no construto da produção social. Entre as feministas, podemos ressaltar o trabalho de Juliet Mitchell (1977), que procurou salientar a situação da mulher na sociedade em meio às transformações socioeconômicas deste período, em sua obra *“La condición de la mujer”*.

É no contexto das transformações desse período que temos a obra de Martini Segalen (1999), *“Sociologia da Família”*, que numa perspectiva histórica e etnológica trata sobre a importância dada às relações de parentesco na família contemporânea, na qual observa que o discurso sobre a crise da família não é um discurso novo, mas tem sido recorrente ao longo de todo o século XIX, desde que a instabilidade das famílias dos operários proletários inquietavam as famílias burguesas. Nesta obra, Segalen afirma que *“a experiência histórica”* mostra o poder de *“resistência e adaptação”* que a instituição família teve ao *“atravessar as mudanças econômicas e sociais que transformaram a sociedade agrária em sociedades baseadas numa sociedade industrial e pós-industrial”* (SEGALEN, 1999, p. 10).

Nesse processo de *“resistência e adaptação”*, Segalen (1999) procura perceber como foram se configurando os papéis conjugais. Ela afirma que:

A divisão sexual dos papéis é essencialmente cultural, e só uma pequena parte dessa divisão tem raízes biológicas [...]. O que numa sociedade é definido como tarefa masculina, pode ser classificado como tarefas femininas noutra. Todas as divisões são culturalmente definidas ou baseadas num conjunto complexo de fatores nos quais o biológico só desempenha um pequeno papel (SEGALEN, 1999, p. 244).

Segundo a autora, os homens tem uma tendência a se opor a que as mulheres desempenhem tarefas de “*alto nível*” no mercado de trabalho, e são reticentes a realizar tarefas que culturalmente cabem às mulheres.

Partindo do entendimento de Henri Mendras sobre a definição de “*papel*”, ao considerá-lo como “*a resposta comportamental de um indivíduo às normas sociais, a modelos culturais*”, e de “*status*” como “*o jogo dos diferentes papéis sociais preenchidos pelo indivíduo, ou à reposição das diversas posições*”, Segalen (1999, p. 245) comenta que, entre um casal, os papéis e status estão estritamente relacionados, sendo, portanto, importante “*a divisão sexual dos papéis para determinar o lugar de cada um no seio do lar e na sociedade*”.

Recorrendo à história, a autora ressalta que nas sociedades agrárias, em que se tem ao mesmo tempo um local de produção e de autoconsumo, a família e o trabalho estão articulados de forma particular. Nesta sociedade há duas sociabilidades paralelas, a dos homens e a das mulheres; em que são ressaltadas as diferenças com base na cultura masculina que considera a cultura feminina como “*secundária*”, desprezando-a. Nessa sociedade, portanto, há uma hierarquização através da qual os homens estão vinculados ao “*formal e público*” e as mulheres ao “*informal e privado*”. Mas embora haja essa hierarquização, como o trabalho agrícola ocorre quase sempre nas imediações da casa (o privado), as mulheres também faziam parte do trabalho no campo, como agricultoras, assumindo ainda um papel significativo ao ser a responsável por gerir os recursos alimentares e gerar alguma poupança para a família. (SEGALEN, 1999, p. 246).

De forma mais geral, a função da dona-de-casa é gerir quotidianamente os recursos alimentares que os trabalhadores reuniram de uma só vez: trigo necessário ao fabrico do pão, pedaços do porco guardado na arca do sal, uma qualidade essencial: a poupança. “Mulher poupada, casa descansada” diz o provérbio. (SEGALEN, 1999, 247)

Aqui se percebe que o papel desempenhado pela mulher, enquanto mãe, não lhes tolhe do papel enquanto agricultora e gerenciadora do lar, pois não há contradição entre

as tarefas maternas e o trabalho que desenvolve no campo. Sua presença e seu trabalho são essenciais para a sobrevivência da família, nos dois espaços.

À medida que as mudanças econômicas e sociais foram ocorrendo ao longo do século XIX, promovendo a transformação da sociedade agrária para a sociedade industrial e intensificando a utilização das máquinas cada vez mais modernas, “*a agricultora*” foi se configurando cada vez mais como “*uma mulher do interior*”, designada exclusivamente para as tarefas domésticas, restringindo-a ao lugar privado, “*domiciliar*”. (SEGALEN, 1999, p. 248)

Ao abordar a organização de lares artesões, considerando-os como um “*modelo intermediário*” entre o lar agrícola e o lar operário, Segalen (1999) aponta que o trabalho nestas unidades mantinha uma relação mais estreita e de dependência entre seus membros (marido, mulher e filhos), havendo, portanto, o compartilhamento das obrigações e deveres. Nestes lares, o trabalho feminino se tornava essencial, principalmente, nos pequenos comércios artesanais das cidades, onde as mulheres atendiam os ‘*fregueses*’ enquanto os homens produziam as peças encomendadas com seus filhos e aprendizes. Nesse processo, os filhos aprendiam um “*saber técnico*”, observando e ajudando seus pais. Além disso, as mulheres desenvolviam atividades complementares à sobrevivência da família, como ordenhar uma vaca leiteira e cuidar da pequena horta, no fundo do quintal. Percebe-se, portanto, que este período foi “*caracterizado por uma forte integração entre os papéis de produção masculino e feminino*” (SEGALEN, 1999, p. 250).

Com o advento da sociedade industrial, há uma ruptura fundamental entre o lar familiar (casa) e o local de trabalho. Neste momento, a organização da produção deixa de pertencer ao grupo doméstico e passa para o capitalista, dono dos meios de produção, fazendo com que o grupo doméstico perca a sua função produtiva. Com o desenrolar da industrialização, toda a família acabou sendo absorvida pela indústria em decorrência dos baixos salários individuais, constituindo “*a família operária*”. Nestas famílias, as mulheres que não conseguiam trabalhar nas indústrias locais terminavam recorrendo ao trabalho em setores não industrializados e depois a fazerem trabalhos no próprio domicílio.

Observa-se um aumento deste tipo de trabalho, em finais do sec. XIX, nomeadamente graças à máquina de costura. Se esta máquina é uma aliada da mulher burguesa nas suas tarefas tradicionais, a costureirinha é o instrumento do capitalismo exterior no seio do lar. Por um magro salário, agarrada à sua máquina de costura, a mulher reencontra o seu lugar e função tradicionais,

fixa a imagem simbólica da mulher disciplinada. [...] Com o desenvolvimento da indústria do vestuário, muitas mulheres tiram da sua máquina de costura o dinheiro necessário ao pagamento do instrumento da sua dominação e com o qual completam o salário do marido. Para conseguirem esse magro rendimento, precisam trabalhar dias a fio, por vezes até noite dentro. (SEGALEM, 1999, p. 251).

É possível ainda verificar nesse período a conformação da família burguesa. Aqui, os papéis entre os homens e as mulheres no seio da família aparecem bem definidos. O homem - o burguês - torna-se o único responsável por trabalhar fora do lar e gerar os recursos necessários para manter sua família, enquanto à mulher lhe cabe a responsabilidade de dar ordens aos criados, ou seja, gerir as tarefas da casa, sendo-lhe poupado o trabalho material. Assim, *“cada vez mais, o papel da mulher burguesa do século XIX é cuidar dos filhos, assumir a sua função maternal”*. (SEGALEM, 1999, p. 254)

Segalen (1999) afirma que, em termos históricos, foi muito mais frequente observar as mulheres trabalhando do que não o fazerem, seja na agricultura, na oficina do artesão, nas atividades de serviços e, por fim, nas fábricas.

Se por um efeito de cegueira coletiva, se falou de um desaparecimento da mulher no mercado de emprego, era porque ela só aí estava presente em posições subalternas e por períodos irregulares, embora o trabalho operário tenha sido durante muito tempo um trabalho de operárias. (SEGALEM, 1999, p. 266)

Outro elemento importante a ser observado consiste no fato de que enquanto o trabalho da mulher parecia ser ‘invisível’, o do homem sempre foi ‘notado’, pois nem se quer se cogitaria a opção do homem deixar de trabalhar, ou que este viesse a assumir, por opção, as tarefas domésticas, trocando por ‘livre e espontânea vontade’ de lugar com a mulher, constatando-se uma significativa resistência deste, ao doméstico.

Ainda que se constate sem dúvida uma certa participação do marido nas tarefas domésticas, a progressão não foi nem paralela ao movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho nem contínua, como davam a entender(ou desejavam?) os sociólogos da década de 1970. Na verdade, verifica-se que as mulheres asseguram a maioria das tarefas relacionadas com a casa, tanto na alimentação, na limpeza da casa, etc. como nos domínios referentes aos cuidados e a socialização das crianças na primeira e na segunda infância e do adolescente e nos relativos aos domínios escolar, periscolar (tempos de lazer, desportos) ou médico. [...] Cozinhar permanece um atributo essencialmente feminino, mesmo para as mulheres empregadas, pois a imagem da esposa e da mãe dispensadora dos alimentos continua a ser muito forte e integrada pelas mulheres. (SEGALEM, 1999, p. 267-8).

Além dos elementos já abordados acima, Segalem (1999) apresenta ainda outros que nos ajudam a compreender o trabalho doméstico como universo marcadamente feminino, mesmo já havendo certa participação dos homens em algumas tarefas. A autora afirma que dificilmente, nas sociedades atuais, os homens cogitam deixar de trabalhar fora de casa para assumirem as atividades domésticas. Há um ‘consenso’ de que o doméstico é do universo feminino e o não doméstico do universo masculino; desta forma, percebemos que há certa resistência para os homens se inserirem no domínio outrora dito tradicionalmente feminino, mas as mulheres têm cada vez mais ingressado no universo considerado anteriormente exclusivo do masculino. Entretanto, sua inserção neste domínio ainda não lhes garantiu partilhar também com os homens as obrigações domésticas que, às vezes, acabam sendo transferidas para uma terceira pessoa.

Neste sentido, a autora afirma que as mulheres que adquirem uma formação acadêmica e, portanto, têm um ‘bom diploma’, tendem a permanecer solteiras, contrárias aos homens, pois *“a família limita as mulheres no seu desenvolvimento profissional, tal como a perspectiva de uma carreira feminina limita a constituição de uma família”*. Desta forma, percebe-se que *“a vida conjugal traduz-se globalmente num custo para as mulheres e num benefício para os homens”* (SEGALEN, 1999, p. 275).

Estas afirmações devem ser ponderadas à medida que se observa que com as mudanças econômicas e sociais, há uma ressignificação dos domínios antes exclusivamente determinados para homens e mulheres e, portanto, tem gerado significativas reverberações sobre as famílias atuais.

Envolvido pelas mudanças que ocorreram na família contemporânea, o francês François de Singly (2007), também buscou aprofundar o debate sobre este tema. Enquanto na análise de Segalen (1999) o foco centrou em observar a família a partir de uma abordagem socioantropológica, partindo de uma perspectiva histórica e etnológica, como observamos, descrevendo a história da família mostrando suas mudanças e a divisão sexual do trabalho no seu interior, Singly (2007) parte para uma análise focada mais nos comportamentos conjugais e parentais, salientando, portanto, as relações interpessoais.

Deste modo, sua sociologia da família esta alicerçada no *“primado da conjugalidade”*, em que a família conjugal se caracteriza *“pela afeição, individualização e pela autonomização”* de seus integrantes, tornando-se relacional (PEIXOTO, 2007, p. 16).

Para Singly (2007, p.134), a individualização constitui um conceito chave na sociologia da família contemporânea, ao reafirmar o “*lugar da família na construção da identidade individualizada*”, à medida que os indivíduos são interdependentes, ao necessitar de relações afetivas e pessoais para a construção de seu *self*. Logo a família é observada mais como um espaço de socialização e das relações afetivas do que como uma instituição.

Em um mundo social onde o valor de referência se tornou o *self*, a família conserva uma utilidade: a de ajudar cada um a se construir como pessoa autônoma. O enunciado dessa função da família revela contradições internas: é pela mediação do outro que o indivíduo pode ser(ter a sensação de ser) ele mesmo. Os elos de independência são, ao mesmo tempo, necessários e negados. (SINGLY, 2007, p.134-135)

Este autor ainda salienta que há uma distinção entre as famílias das classes superiores e as famílias operárias e empregadas em relação à autonomia de seus membros e sua interdependência, em que “*os cônjuges das classes superiores tem uma tendência a privilegiar mais a autonomia*”, enquanto os demais ficam “*mais dependentes das definições historicamente predominantes*.” Isto ocorre porque nas famílias populares há uma tendência “*a se protegerem da luta de todos contra todos, da dureza da competição exterior à família*”, tendo em vista que elas têm poucas condições de romper e vencer os obstáculos que surgem individualmente. (SINGLY, 2007, p. 138). Assim, estando juntos, definidos por papéis estabelecidos historicamente, as famílias operárias e empregadas conseguem sobreviver. Entretanto isto lhes tem um custo, principalmente para as mulheres, que acabam sucumbindo em prol da família, abrindo mão de sua individualidade.

[...] os indivíduos do meio operário demandam menos autonomia pessoal do que os indivíduos com diploma de nível superior. O valor do individualismo é, nesse contexto, muito mais reivindicado pelas pessoas que dispõem de grande dote cultural ou social. (SINGLY, 2007, p.142)

Ainda no que se refere à mulher no seio da família, principalmente a vinculada à família operária e empregada, este autor salienta que, quando ela consegue desenvolver uma atividade assalariada, acaba assumindo uma dupla jornada de trabalho, configurando, portanto, como “*símbolo da manutenção da atribuição das mulheres à esfera doméstica*” (SINGLY, 2007, p. 151).

Além disso, ela acaba investindo menos tempo à sua vida profissional do que o homem. Entretanto, embora entre as classes de maior poder aquisitivo esteja ocorrendo significativas mudanças, ainda há resquícios desta relação. Porém Singly (2007) afirma que há uma tendência a significativas mudanças nessa relação, pois atualmente “*é impossível desprezar o individualismo*”, a menos que se admita que o “*percurso da vida de um indivíduo pode ser determinado por outro que não ele próprio*”. (SINGLY, 2007, p. 153)

Entretanto, essa busca por individualizar-se não significa que a família deixa de ser importante na contemporaneidade, apenas que ela está se reconfigurando, ganhando novos sentidos, encontrando outros elos que não a submissão e a dependência econômica.

[...] a família não desaparece, mas ela muda de sentido. Em lugar de se impor aos seus membros, a família se torna de alguma maneira um “serviço” que pode ser colocado à disposição dos indivíduos, preocupados em viver juntos. (SINGLY, 2007, p.170)

Todavia refletir sobre a família e as transformações que esta tem sofrido ao longo das últimas décadas requer um olhar mais aguçado sobre esta temática, considerando as teorias e os debates que nos levam a desvendar o labirinto de suas relações em meio à realidade que nos cerca. Assim, a seguir, estaremos percorrendo algumas discussões trazidas por estudiosos brasileiros acerca deste tema tão instigante.

3.3.3 Família: Algumas abordagens entre os pensadores brasileiros.

No Brasil, o interesse pelo tema das relações familiares e da família enquanto instituição social surge a partir da primeira metade do século XX, tendo como principal corrente de reflexão o funcionalismo. Esta corrente vai nortear as discussões sobre este tema até início da década de 1970. As discussões centraram-se basicamente na busca de compreender as mudanças sociais, a fim de perceber as divergências ou semelhanças entre os dados empíricos colhidos e o modelo de família conjugal considerado característico das sociedades industriais que despontava no Brasil nesse período. (BRUSCHINI, 1989).

Alguns autores são apontados com clássicos no debate sobre a família brasileira neste período. Entre esses, temos como um dos principais, Gilberto Freyre. Este autor parte do pressuposto da existência de uma “*família patriarcal rural extensa*” que vai permanecer na sociedade brasileira até o século XIX e, posteriormente, vai se conformando na “*família nuclear*”, à medida que o Brasil vai se transformando ao longo do século XX, em um país urbano e moderno. Esse modelo de família, segundo Bruschini (1989), vai predominar no pensamento sociológico brasileiro por algumas décadas.

A família patriarcal rural extensa apresentada em especial por Freyre em sua obra “*Casa Grande e Senzala*” era composta pelo pai, a mãe e os filhos legítimos que configuravam o núcleo familiar, mas que também contava com a incorporação de parentes, afilhados, agregados, bastardos, concubinas, escravas, entre outros. Todos estes indivíduos viviam sob o domínio do patriarca, na casa grande ou na senzala. Sendo o dono da fazenda, do engenho de açúcar e, portanto, das riquezas geradas ao longo de sua extensão, o patriarca também tinha sob seu controle o poder político local. Assim, este modelo correspondia a um sistema social, político e econômico, tendo como sustentáculos a escravidão, o latifúndio e o patriarcado rural.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater família, culto dos mortos etc.); do corpo e da casa (o tigre, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa-casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos. (FREYRE 2006, p. 36)

Portanto, quando Freyre se reporta a família patriarcal, ele está se referindo ao “*complexo*” ou “*sistema patriarcal*” de família, de economia, de organização social, na forma patriarcal de moradia, de afeição religiosa, ação política e até mesmo de assistência social; demarcando, assim, as relações sociais dominantes no período de um Brasil ainda rural, mas que deixaram suas marcas nas famílias brasileira urbanas do século XX.

Em “*Sobrados e Mocambos*”, Freyre descreve a decadência deste sistema, à medida que o Brasil vai se urbanizando, gerando novos elementos que passam a nortear o sistema de relações sociais. Assim, nesta obra, o autor apresenta a “*rua*” como espaço

marcado pela hierarquia de classe, de raça e de gênero, constituindo os elementos de uma ordem moral que ecoa até os dias de hoje, segundo Sarti (1992).

Freyre descreve estas realidades de forma poética, compondo seu universo, os cheiros, as cores e as relações familiares que se formavam nesses espaços complexos, tornando-se assim o grande teórico da família brasileira à medida que os estudiosos sobre família o tomaram com uma referência essencial, seja para contestá-lo ou ampliar suas hipóteses.

Alguns estudos sobre família, realizados após a obra de Freyre, levantaram críticas ao seu modelo de “*família extensa do tipo patriarcal*”. Entre esses, temos o trabalho de Samara (1987), que afirmou ser este modelo ineficiente para explicar historicamente a família brasileira como um todo, perante a diversidade empírica que se apresenta de norte ao sul do Brasil.

A validade do modelo pode ser assim contestada, pois estruturalmente a família paulista, assim como a de outras áreas do sul do país, mostrou-se diferente daquela descrita por Freyre na região de lavoura canavieira do Nordeste. A partir desses elementos bastante concretos e calçados em documentação da época, concluímos pela ineficácia de se utilizar um conceito genérico para representar a sociedade brasileira como um todo. (SAMARA, 1987, p.31)

Ainda nesta linha de argumentação crítica à obra de Freyre, também podemos citar Corrêa (1994), a qual comentou que a forma de organização familiar da sociedade brasileira apresentada por Gilberto Freyre em “*Casa Grande e Senzala*” corresponderia a “*uma situação bem localizada no tempo e no espaço – a economia açucareira pernambucana dos séculos XVI e XVII.*” (CORRÊA, 1994, p. 19).

Esta autora ainda salienta que a família patriarcal embora possa ter existido, “*ela não existiu sozinha*”, havendo outros modelos de família que conformaram a sociedade brasileira. (CORRÊA, 1994, p. 27).

Assim, enquanto Samara (1987) e Corrêa (1994) realçaram a diversidade de organizações e modelos familiares ao longo da formação histórica da sociedade brasileira, colocando em questão a ideia de família patriarcal preponderante trazida por Freyre em “*Casa grande e senzala*” ou “*Sobrado e mocambos*”, Almeida (1987) e Da Matta (1987) procuraram reforçar a ideia de preponderância do modelo patriarcal não apenas no período colonial, mas também na contemporaneidade.

Segundo Almeida (1987), a família patriarcal seria uma “*espécie de matriz*” que se espalharia por todos os meios sociais e modelos familiares, como uma “*célula básica de nossa sociedade*”.

[...] a família patriarcal de que estamos falando é uma espécie de matriz que permeia todas as esferas do social: a da política, através do clientelismo e do populismo; a das relações de trabalho e de poder, onde o favor e a alternativa da violência preponderam nos contratos de trabalho e na formação dos feudos políticos, muito mais que a ideia de direitos universais do cidadão; e por fim nas próprias relações interpessoais em que a personalidade “cordial” do brasileiro impõe pela intimidade e desrespeito a privacidade e a independência do indivíduo. Além disso, a matriz da família patriarcal, com sua ética implícita dominante, espalhou-se por todas as formas concretas de organização familiar, seja dos escravos e dos homens livres no passado, seja a família conjugal mais recente (ALMEIDA, 1987, p. 55-6).

Ao tratar sobre a família patriarcal, Da Matta (1987) procurou ressaltar sua importância enquanto entendimento sociológico, salientando a diversidade encontrada neste modelo, posto que ela constituiria ser,

[...] aquela capaz de manter agregados, realizando a ponte entre o mundo público e o universo privado, e agir como um grupo corporado (como uma pessoa jurídica indivisível) apesar de todas as suas diferenças internas. (DA MATTA, 1987, p. 118)

O modelo apresentado por Freyre conferiu elementos para que Da Matta (1987) refletisse a questão das “*relações*” como “*valor social*”, possibilitando perceber que no Brasil as instituições políticas e sociais eram permeadas por relações pessoais de base “*famílica patriarcal*”, em que as “*relações*” eram orientadas por duas formas que se complementavam: uma de cunho legal, burocrática e impessoal e outra famílica, pessoal, onde se instituíam as práticas autoritárias herdadas do período colonial.

Ao se reportar especificamente sobre a família brasileira, este autor afirmou que a diversidade nas formas de organização familiar encontrada no país não significaria que o modelo dominante não tivesse força como paradigma social que se impõe a toda a população. Salientou ainda que, no Brasil, a família não se configura apenas como uma instituição social capaz de individualizar-se, mas configura-se essencialmente como um valor.

É curioso observar que tomamos o “legal” e a lei como um valor (daí o adjetivo legal para exprimir o certo, o positivo e o bom: aquilo que é realizado de acordo com as boas normas de sociabilidade e de moralidade) da mesma forma que tomamos a “família” para exprimir um dado empírico e um

modo de ser, bem como um valor e até mesmo a condição de existência. Quem *não tem família* já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia. (DA MATTA, 1987, p. 125)

Portanto, este autor compreende que, no Brasil, o valor da família, principalmente como prestígio, se estende a toda a sociedade, não se centrando apenas nas classes superiores, mas também nas periféricas; sendo, portanto, o modelo patriarcal de alguma forma estruturante.

Refletindo sobre este texto de Da Matta, Sarti (1992) afirma que, como modelo, a família patriarcal não tem correspondência empírica na sociedade atual. Entretanto esta autora comenta que seu interesse em resgatar a discussão sobre a família patriarcal reside no fato de querer observá-la como um modelo de autoridade moral, propondo-se a pensá-la enquanto uma ética que envolve o conjunto das relações familiares.

Assim, em sua obra “*A Família Como Espelho* (1996)”, Sarti enfatiza a especificidade do paradigma cultural da família como valor moral entre os pobres e trabalhadores, focado no princípio da reciprocidade e das obrigações, com primazia do todo da família e da parentela sobre o indivíduo. Esta autora procurou pensar a família como “*uma ordem moral*”, constituindo o “*espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social*”. (SARTI, 1996, p.4)

Sarti (1996) nos mostra ainda em seu estudo que através da aparente nuclearização das famílias de classes populares, existem redes de parentela em que as relações são estabelecidas como forma de multi-ajuda, possibilitando a solidariedade desses grupos na busca por meios de sobrevivência, sempre em nome das regras de reciprocidade: dar, receber e retribuir. Os princípios que regem esta reciprocidade se fazem em torno do que Sarti (1996) chamou de valor moral. Em sua concepção, a família não se constitui em “*uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas*”, portanto, as mudanças que ocorrem no seu exterior afetam de forma diversa “*cada uma destas relações e cada uma das partes da relação.*” (SARTI, 1995, p. 39)

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da história. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social. (SARTI, 1995, p. 43)

De acordo com Sarti (1995), portanto, o problema que se apresenta atualmente consiste em se tentar ajustar a individualidade cada vez mais acentuada dos dias de hoje com a reciprocidade familiar. *“As pessoas querem aprender ao mesmo tempo, a serem sós e a serem juntas”*. Entretanto ela salienta que não devemos esquecer que o caráter relacional da família se constitui em sua própria lógica de existência. Mesmo permitindo relações de tipo “igualitárias” em seu meio, a família sempre teve implícita a questão da autoridade permeando suas relações, seja na relação entre pais e filhos, seja na relação entre o homem e a mulher. Assim, a autora comenta que *“o que se põe em questão na família com a introdução da individualidade não é a autoridade em si, mas o princípio da hierarquia no qual se baseia a autoridade tradicional.”* (SARTI, 1995, p. 43).

Baseado em uma organização familiar na qual as identidades do homem e da mulher são apresentadas como complementares, mas hierárquicas, esta autora ao se reportar principalmente as famílias pobres afirmou que *“A casa é identificada como a mulher e a família como homem”*, em que *“a família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família.”* (SARTI, 1996, p. 42).

Portanto, nesta relação, o homem passa a ser considerado como o chefe da família e a mulher a chefe da casa; ocorrendo, assim, certa divisão entre as formas de autoridade existentes na família. Enquanto o homem corporifica a ideia de autoridade moral, sendo o responsável pela respeitabilidade da família no mundo externo, a mulher assume outros aspectos dessa relação ao se responsabilizar por manter a unidade do grupo, considerando que é ela quem deve cuidar de todos e zelar para que tudo esteja em seu perfeito lugar.

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade. (SARTI, 1996, p. 48).

De acordo com a pesquisa de Sarti (1996), percebemos, portanto, que a distribuição da autoridade em famílias pobres está fundamentada nos diferentes papéis determinados tradicionalmente para os homens e para as mulheres. Além disso, esta família não se constitui como núcleo, mas como uma rede, envolvendo em suas teias os parentes como um todo, conformando uma trama de obrigações morais entre seus membros, que se consolidam num duplo sentido: dificultando a individualização de seus

membros, mas ao mesmo tempo possibilitando a sua sustentação básica, através do apoio mútuo. (SARTI, 1996, p. 49).

Outra corrente que também trouxe contribuições expressivas para o estudo da família no Brasil na década de 1970 foi a marxista, na medida em que se buscou aprofundar o debate sobre as estratégias de sobrevivência das camadas populares e sobre a reprodução do trabalhador.

Assim, à medida que as pesquisas sobre a classe operária começaram a indicar certo “*apego*” desta classe à família em seus moldes tradicionais, tanto em relação à divisão do trabalho quanto no que diz respeito às relações entre pais e filhos, moldados, portanto, por modelos considerados por esta corrente como antiquados, surgiu o interesse de buscar compreender e definir melhor as relações que se delineavam nesse espaço social. Nesse contexto, conforme comentou Bruschini (1989, p. 7), a família passou a “*ser definida como uma unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador*”, constituindo-se, portanto, “*como uma unidade de consumo e de rendimentos*”, na qual a renda passou a ser formada pela soma de todos os salários dos trabalhadores que compunham a família. Esta autora comenta ainda que:

Para o trabalhador, a reprodução é a realização de um determinado modo de vida que se define pela condição de classe do grupo familiar. Na representação do operário o consumo aparece como área de liberdade, em oposição à constrição do trabalho. É na família que se tomam, coletivamente, decisões sobre o consumo. A família é percebida pelos trabalhadores como um centro de vida coletivo e de liberdade, ainda que dentro de parcos espaços de manobra ante as pressões do sistema econômico. As tensões e os conflitos são enormes dentro de grupos mesmo porque as necessidades e as aspirações devem ser conciliadas com rendimentos precários. Mas a família é também o núcleo dentro do qual as pessoas obtém seu prazer via alimentação, sexualidade e lazer (BRUSCHINI, 1989, p. 07).

Tendo por base esta vertente, também a partir da década de 1970, as pesquisas que discutiam as condições femininas comeram a convergir para as discussões em torno das relações familiares. O foco principal consistia na incorporação ou expulsão do trabalho feminino do mercado de trabalho em meio ao contexto de expansão do capitalismo brasileiro e suas reverberações no meio familiar. Segundo Bruschini (1989),

Esta visão passou a ser enriquecida quando os estudiosos, procurando se desvencilhar de esquemas teóricos mais fechados, perceberam que o trabalhador não é apenas uma categoria profissional ou de análise, mas um ser humano com características biológicas individuais familiares e sociais que orientam e definem sua forma de participação na atividade produtiva. Ao contrário do que ocorre com o homem, a participação da mulher na produção

social não se define apenas pelas condições de mercado, pela estrutura de emprego ou mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social a qual pertence o grupo doméstico. Filha, esposa ou mãe, a cada uma dessas etapas do ciclo vital corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dadas as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas. É somente na ótica deste duplo movimento que se pode entender como se dá a participação feminina no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1989, p. 8).

Assim, as pesquisas sobre este tema passaram a apresentar novos caminhos para refletir sobre a família ao inserir no debate a questão da participação da mulher no mercado de trabalho, tornando como centro das discussões acadêmicas a busca por compreender as articulações que passaram a ser delineadas entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva e quais as implicações que estas tiveram sobre a procriação e o trabalho doméstico. Uma vez que, por mais que estas esferas (produtivas e reprodutivas) estivessem separadas pelas relações de trabalho capitalistas, para a mulher, a sua entrada no mercado de trabalho sempre implicou na busca de combinar ambas, seja através da superposição ou pelo entrosamento, conforme salientou Bruschini (1989). Outros debates foram alimentando a discussão sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, como o trabalho de Araújo, Picanço e Scalon (2007), ao analisar as percepções de homens e mulheres sobre os papéis de gênero na divisão sexual do trabalho doméstico; o trabalho de Hirata e Kergoat (2007), ao discutir as novas configurações da divisão sexual do trabalho; a pesquisa de Nogueira (2004), ao trazer à tona a discussão sobre a feminilização do mundo do trabalho; entre outros pesquisadores.

É interessante ressaltar também que a partir das transformações socioeconômicas ocorridas entre as décadas de 1970 a 1990 no Brasil, envolvendo o seu desenvolvimento industrial e as sucessivas crises econômicas vivenciadas nesse período, a própria forma de absorção do trabalho feminino foi afetada, quando formas consideradas retrógradas passaram a ser revitalizadas em uma nova dinâmica de acumulação, agora mais flexível, permeada pela reestruturação produtiva, trazendo consequências expressivas para a família brasileira, despertando o interesse das especialistas nesta discussão, focando-se principalmente no trabalho a domicílio. Nesse contexto, podemos indicar os trabalhos desenvolvidos por Abreu (1986), Abreu e Sorj (1993), Bruschini e Ridenti (1993, 1994), Ruas (1993), Moreira (1998), e mais recentemente as pesquisas de Araújo, Amorim e Ferreira (2004), Neves e Pedrosa (2007), entre outros, como vimos no item anterior.

No próximo item estaremos reforçando alguns aspectos sobre as relações de gênero que se delineiam entre as famílias que se ocupam do trabalho a domicílio em específico na indústria de confecção, levando-se em consideração que esta atividade, como observado anteriormente, tem se configurado com eminentemente vinculada ao universo feminino. Entretanto, há um redesenho desta conformação nos dias atuais, no que se refere à produção de *Jeans* no município de Toritama, o que nos leva a refletir nas possíveis reverberações que isso tem provocado sobre as relações familiares.

3.4. Família e trabalho a domicílio

Ao tecermos nossa análise teórica sobre família e trabalho a domicílio, procuramos reforçar que foram estes dois eixos que nortearam nosso trabalho de campo. As discussões aqui desenvolvidas sobre estas categorias, embora cada uma tenha suas particularidades, foram tratadas de forma interligada. Nesse momento, nos propomos a ressaltar algumas questões sobre as relações de gênero que se concebe, quando abordamos o trabalho a domicílio e a família.

Vimos que o trabalho tem passado por mudanças significativas ao longo do tempo e principalmente, no contexto do capitalismo industrial. Assim, pensar sobre trabalho é percebê-lo como elemento estruturante dos homens enquanto seres sociais, portanto não podemos percebê-lo de forma fixa, antes devemos nos atentar para suas mudanças, pois estas são frutos das ações humanas nas diversas sociedades, onde este foi se metamorfoseando, mas não perdendo a sua centralidade, conforme salientou Antunes (1999).

Quando partimos para analisar o trabalho a domicílio, nosso olhar procurou centrar nas configurações que este foi assumindo ao longo do desenvolvimento socioeconômico, principalmente das sociedades ocidentais. Verificamos que esta organização do trabalho sempre envolveu a família, bem como interferiu nas relações de gênero que se delineiam em seu interior. Observamos que é com a família enquanto instituição social e econômica, com o apoio e por intermédio desta, que muitas vezes o trabalhador pode se colocar no mercado de trabalho. Na maioria das vezes, o auxílio da família em realizar determinadas funções no tocante ao trabalho, principalmente o

domiciliar, foi e ainda é importantíssimo para a sustentabilidade e sobrevivência dos seus integrantes.

Devemos salientar que ao centrar nossa atenção para a dimensão da família enquanto instituição social e econômica, não significa que não estejamos atentos à sua dimensão ideológica, mas não podemos deixar de frisar que na discussão teórica que envolve a família, nos dias atuais, tem se conformado em um grau de complexidade e ambiguidade significativo⁵⁴.

De qualquer maneira, cabe aqui estabelecer uma importante distinção entre família, enquanto modelo ou ideologia, e a família na vida real, isso é, pessoa que reconhecem alguma forma de parentesco entre si e se organizam para sobreviver juntas e/ou levar adiante o projeto de sucessões das gerações. (SARDENBERG, 1997, p. 04).

Refletindo sobre a família, sua significação e importância no desenvolvimento social dos seus integrantes, Petrini (2005) igualmente salienta que a família é o lugar de aprendizado, onde vivemos os sentidos de nossos afetos, onde nos construímos com seres sociais.

Efetivamente, a família é uma escola, a escola básica da vida, onde seus membros assumem o risco de educar, o risco de expor diante da razão crítica de uma nova geração o significado que encontraram para a existência, que pode ser confirmado ou rechaçado, assumido com reflexões e reparos, ou bem com alegria e com gosto pela vida. (PETRINI, 2005, p.22)

Perceber a família como uma escola é compreender que é neste espaço primeiramente que o indivíduo aprende as regras básicas, os códigos elementares da sociedade em que está inserido. É através do modo pela qual a família percebe e sente o mundo que os seus membros serão educados, ensinados a ser ou a agir de determinada forma. Assim, os primeiros passos na construção dos seres começam no interior familiar. Esta forma de perceber a família está associada a um contexto relativamente recente, marcado por relações sociais vinculadas ao modo de produção capitalista, pelo menos nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, há um processo de “*naturalização*” que permeia o universo familiar e as atribuições de papéis entre os sexos, como vimos anteriormente (SEGALEM 1999, SARTI, 1996), conformando a divisão sexual do trabalho no âmbito domiciliar. Sobre esta questão, Sardenberg nos alerta que:

⁵⁴ Para maiores informações sobre esta discussão ver Sardenberg (1997).

Discutir a questão da família e, no particular, os papéis femininos, portanto, requer um exercício inicial de desnaturalizar o modelo mencionado, demonstrando tratar-se não de um fenômeno universal, mas sim de uma criação humana mutável, historicamente concebida (SARDENBERG, 1997, p. 07)

Observamos que, de acordo Marx e Engles (1998, p. 39), é no contexto do mundo capitalista que ocorre a supressão “*forçada*” de todo vínculo familiar. No espaço em que se estabelecem as regras de como viver em família, são os ideais impostos pela lógica capitalista que norteiam não só o trabalho, mas a vida cotidiana como um todo. Ao colocar que “*a grande indústria destrói todo vínculo de família*”, ao transformar as mulheres e também as crianças em “*simples instrumentos de trabalho e comércio*”, estes autores nos remetem a pensar a realidade tão comum nos dias atuais, no que se refere ao trabalho a domicílio.

Todavia há um equívoco ao se pensar que tal tipo de trabalho é visto de forma maléfica pelas famílias que os desempenham. Reportando-nos a Toritama, por exemplo, é comum os pais utilizarem a mão-de-obra até mesmo dos filhos pequenos em tarefas como tirar os fios de linhas das peças de jeans e carregarem pequenas peças para os familiares, enquanto estes estão ocupados nas máquinas. No entanto, para os pais, eles não estão se apropriando da força-do-trabalho dos seus filhos e muito menos os explorando, pois para eles isso é motivo de orgulho estar lhes ensinando uma profissão, ou seja, faz parte de seu costume “incentivar” os filhos, mesmo que pequenos, a tomarem gosto pelo “trabalho familiar”.

Esta constatação nos fez lembrar os artesões ingleses no período pré-industrial, descritos por Thompson (2012a, 2012b), mas é interessante reforçarmos que estamos em pleno sec. XXI, vivendo em um período considerado por alguns teóricos de pós-industrial, no qual ainda há espaços para que sociedades se organizem de forma “*aparentemente*” arcaica, como se estivesse (re)editando o processo da primeira revolução industrial.

Percebemos que a família apenas como lugar de aconchego, calma, tranquilidade, em que as exigências com o trabalho só são requisitados na idade adulta, tem a cada dia sofrido mudanças, mediante a sociedade na qual se situa e de acordo com as leis impostas pelo sistema capitalista. Assim, nos acostamos em Bruschini e Ridenti (1994), quando afirmam:

Famílias são grupos dinâmicos, que estão em constante transformação, em virtude de processos demográficos – nascimento, casamento, morte – e socioeconômicos. [...] Algumas características são partes integrantes da família: unidades dinâmicas de relações sociais, no interior das quais ocorre a reprodução biológica, a produção doméstica, o consumo, a socialização e transmissão de valores. São espaços de convivência nos quais se dá a troca de informações entre os membros de onde as decisões coletivas são tomadas. São unidades nas quais os indivíduos maduros se ressocializam, revendo seus valores comportamentais na dinâmica do cotidiano e em função das necessidades do grupo que se renovam a cada etapa da vida familiar. Família são também grupos sociais compostos de indivíduos diferenciados por sexo e por idade que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções. Não há completa harmonia interna nas famílias, pois elas são palco de lutas pela individualização de seus membros, que entram em conflito com os esforços do grupo para manter a unidade coletiva (BRUSCHINI e RIDENTI, 1994, p. 31).

Assim, pensar família no âmbito do trabalho a domicílio é perceber a família como uma extensão do trabalho, é refletir nesta estrada de mão dupla: o trabalho como uma extensão da família e a família como extensão do trabalho. É refletir também sobre o lugar que homens e mulheres têm ocupado dentro do processo produtivo. A família nuclear, composta pelo pai como chefe a suprir as necessidades financeiras da casa, a mulher como dona-de-casa e responsável por educar seus filhos, os filhos direcionados prioritariamente para estudar, é uma realidade cada vez mais rara dentro do contexto do trabalho a domicílio. Verifica-se que esses papéis outrora bem demarcados, hoje têm passado por transformações, proporcionando alterações no tocante à relação de gênero. Funções antes relacionadas unicamente a um determinado sexo passam também a serem desempenhadas pelo outro, entretanto, não podemos deixar de destacar que, se por um lado, alguns papéis fixos se encontram em mutação, outros tenderam a se solidificar ainda mais.

Não tem com negar que a forma como foram organizadas as relações entre homens e mulheres ao longo do processo do desenvolvimento socioeconômico tem se configurado por uma clara desigualdade entre os sexos, com grandes vantagens para os homens. Esta situação encontra-se amparada em categorias fundamentais, como vimos, tais como o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, elementos cruciais que envolvem a questão do gênero.

Nossa compreensão sobre a questão do patriarcado está ancorada nas reflexões de autores que mostram o papel da na formação social na qual o homem detém o poder sobre os demais membros familiares. Numa perspectiva mais feminista dos anos 1970, significa afirmar que “*patriarcado seria sinônimo de dominação masculina ou de opressão sobre as mulheres*”. (DELPHY, 2009, p. 173). Portanto, compreendemos que

em nome de uma cultura que desvaloriza o feminino, o patriarcado acaba se impondo através da autoridade hierárquica entre homens e mulheres, não só refletindo o seu poder sobre o sexo considerado “*frágil*”, mas também sobre todos os demais membros da família.

Assim, quando os homens passam a se envolver em atividades produtivas vinculadas exclusivamente ao universo feminino, através do trabalho a domicílio, como no caso da costura, ainda aí demarcam seu espaço como autoridade, procurando coordenar todo o processo produtivo. O “*direito*” a dar as ordens e as decisões dentro dessas unidades produtivas se configura como funções do homem, o chefe da família e, apenas na sua ausência, as mulheres assumem essa posição e, mesmo assim, de forma temporária. Percebe-se, que nesses espaços, o autoritarismo vinculado ao patriarcalismo, torna-se ainda mais forte.

A título de nosso estudo, achamos pertinente nos deter um pouco mais na compreensão de como se configura as relações de gênero no mundo do trabalho, pois compreender conceitualmente a relação de gênero significa também entender o que vem a ser esta questão de gênero e qual a relação íntima que esta traz de sustentabilidade e de ligação com nosso trabalho, tendo em vista que o trabalho domiciliar em Toritama tem apresentado certa heterogeneidade no que se refere a quem detém a liderança das unidades produtivas, tendo casos em que esta é exercida basicamente por mulheres e em outros por homens.

A abordagem teórica sobre gênero é relativamente recente, pois ganha expressividade apenas a partir da década de 1970, através do movimento feminista. Entre as primeiras estudiosas sobre este tema, temos Joan W. Scott, que se propôs a estudar gênero como uma categoria histórica, destacando o cotidiano “*como o lugar onde a história acontece*” e onde se verifica a opressão vivida pelas mulheres, rejeitando, portanto, as justificativas biológicas até então vigentes. Para esta autora:

O gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990, p.07)

Assim, gênero passou a ser compreendido como “*um elemento constitutivo das relações sociais*”, tendo por base as diferenças entre os sexos; sendo, portanto, “*uma forma primeira de significar as relações de poder*” (SCOTT, 1990, p. 21).

Debruçando-se também sobre este tema, Judith Butther (2003) abordou a questão do gênero focando principalmente no que se refere à construção de identidades. Assim, de acordo com esta autora,

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um lócus de ação do qual decorrem vários atos. Em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repartição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída. Significativamente, se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença (BUTHER, 2003, p. 200).

É importante atentarmos para as elucidações que a autora nos traz sobre gênero e perceber que o gênero não pode ser compreendido como uma identidade estável, mas por outro lado, não podemos reduzi-lo numa perspectiva de total instabilidade, antes sim, devemos enxergá-lo como uma identidade construída socialmente no tempo. E ao concebê-lo como “*uma temporalidade social*”, poderemos averiguar que o mesmo é fruto de um processo histórico presente nas sociedades como um todo, processo este que dificilmente vai ocorrer de modo linear e contínuo, antes se construíra mediante atos descontínuos, passivos de reflexões sobre os moldes pelos quais é instituído. Deste modo percebe-se que

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso, tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor. (BUTLER, 2003, p.37)

Perceber o gênero pela ótica da complexidade é entender o gênero dentro de uma perspectiva mais crítica no sentido de vislumbrar neste um território de conflitos, de aberturas e negociações, mas jamais como algo totalmente fechado em si ou fixo.

Todavia, para refletirmos sobre papéis de homens e mulheres dentro das relações de gênero, é de fundamental importância entender que:

Embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um “fator” ou “dimensão” da análise, ele também é aplicado a pessoas reais como uma “marca” de diferença biológica, linguística e/ou cultural. Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente, contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto. Algumas teóricas feministas afirmam ser o gênero “uma lição”, aliás, um conjunto de relações, e não um atributo individual. (BUTLER, 2003, p.28)

Assim, ao entendermos o gênero como uma dimensão cultural, construído numa temporalidade social, passivo de mudanças e, também, como uma categoria relacional, portanto, percebido como um processo complexo, foi que procuramos focar nossa análise nos sujeitos inseridos no processo produção de *jeans* a domicílio em Toritama.

Compreendemos que esta forma de conceber as dinâmicas das relações sociais referidas a gênero é importantíssima para que possamos elucidar a importância da mulher no mundo do trabalho, e mais especificamente no que se refere às questões de gênero, à medida que se verifica a expansão do trabalho a domicílio, nos dias atuais. Nesse sentido, precisamos refletir sobre a divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599)

Estas autoras enfatizam ainda que esta divisão está baseada em dois princípios organizadores: “o princípio da separação”, configurando a existência de trabalho de homens e trabalho de mulheres, e “o princípio hierárquico”, no qual o trabalho do homem tem mais valor que o da mulher. Este conceito estaria legitimado pela ideologia naturalista, que procura colocar a questão do gênero como uma questão ao sexo biológico, reduzindo “as práticas sociais a papéis sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599)

Entretanto, Hirata e Kergoat (2007) salientam que dadas às transformações ocorridas no mundo do trabalho e a maior participação da mulher no universo

produtivo, tem se configurado uma nova divisão social do trabalho, levando a surgir novos modelos, entre os quais apresentam: o modelo aparentemente mais “conciliatório”, o que propõe a “parceria” e ainda o modelo de “delegação”⁵⁵. Contudo, estas autoras comentam que devemos estar atentos para perceber que entre modelo e realidade das práticas sociais há um certo distanciamento, havendo certa resistência das próprias mulheres em procurarem se desligar de papéis definidos dentro da lógica da reprodução como sendo exclusivamente de sua responsabilidade, mesmo abarcando o universo produtivo. Nesse contexto, Hirata e Kergoat (2007) afirmam:

As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalista, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. Mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.607)

Assim, compreendemos que, devido às mulheres ainda assumirem o universo doméstico como de sua responsabilidade, o trabalho a domicílio lhes parece mais conciliatório; sendo, portanto, expressiva a participação feminina nessa forma de organização do trabalho. Isso ganha uma proporção maior quando nos referimos ao trabalho domiciliar vinculado à indústria de confecção, pois aqui se tem uma atividade que já faz parte de suas atribuições femininas, ou seja, uma atividade sexuada. Entretanto, até esse cenário parece estar sendo remodelado, com a inserção de homens nesse nicho de mercado antes exclusivamente feminino, como observamos na produção domiciliar de confecção de jeans em Toritama.

⁵⁵ No “modelo tradicional”: o papel na família e papel doméstico assumido inteiramente pelas mulheres, e o papel de “provedor” sendo atribuído aos homens. No “modelo de conciliação”: cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. [...] Aparece ainda no “paradigma da parceira”, que presume a igualdade de estatutos sociais entre os sexos. [...] Esse princípio da parceria considera mulheres e homens como parceiros (e portanto decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição) e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder.[...] “ Modelo de delegação”[...] a emergência desse modelo se deve à polarização do emprego das mulheres (Hakin, 1996) e ao crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas; elas têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.603-4)

Entendemos que, para analisar o papel social da mulher dentro da relação de gênero, temos que partir de um outro contra ponto que seria: quais os papéis que se são instituídos para o sujeito enquanto homem. Neste campo de ação só podemos compreender o universo cultural, político e social de um determinado gênero quando este for comparado ao seu oposto. Portanto, quando entendemos o que é ser mulher ou homem em uma determinada sociedade, compreendemos também as possíveis convergências, divergências e conflitos que podem suceder no âmbito das relações de gênero.

Tendo em vista que nossa pesquisa busca analisar a produção de *jeans* nos pequenos fabricos domiciliares no qual a participação da família neste âmbito é muito forte, nosso olhar teórico, metodológico e crítico se debruça não só para as categorias trabalho e família, mas também procura refletir no âmbito das relações de gênero aí existentes, como esse processo tem afetado as subjetividades dos sujeitos neste setor envolvidos. No quadro deste trabalho pensamos subjetividade a partir das considerações realizadas por Santos (2009):

[...] tomamos a subjetividade como um terreno onde se vivenciam as experiências de afeto, afinidade e conflito em que se imbricam as relações humanas expressas no âmbito da família por exemplo. Referimos-nos a subjetividade como um conjunto de caracteres que emergem da experiência humana e que dizem respeito aos sentimentos, aos valores e ao conhecimento que instrumentalizam os indivíduos a exercer a afetividade, a tomar decisões, a apreender informações e a se relacionar com os indivíduos. Por seu caráter de “invisibilidade” jamais se pode afirmar que a subjetividade não existe, pois a mesma capacita o indivíduo humano a objetivar sua singularidade e assim inferir na totalidade social, [...] (SANTOS. 2009, p. 61).

O conceito de subjetividade acima citado pela autora é interessante, pois prioriza a subjetividade como um terreno que diz respeito às experiências afetivas dos indivíduos, porém não só aquelas que enfatizam o afeto, a afinidade, mas também os conflitos. A subjetividade explicitada acima se refere aos sentimentos, aos valores que influenciam no comportamento e nas decisões tomados pelos sujeitos em seu cotidiano.

No entanto, não estamos nos propondo aqui a pensar sobre qualquer tipo de subjetividade, mas nosso objetivo é refletir sobre a subjetividade frente ao mundo do trabalho, em específico no trabalho a domicílio, no qual este inclui as relações de gênero. E ao pensarmos sobre esta relação entre subjetividade e trabalho, nos debruçamos sobre o conceito de subjetividade tratado por NARDI (2002) e outros autores:

Em uma recente proposta de definição, Bernades, Nardi e Tittoni (2001) afirmam que a relação entre subjetividade e trabalho remete à análise da maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho. A interpretação da relação subjetividade-trabalho nos coloca frente à especificidade histórica assumida pela relação dos sujeitos com seu trabalho em cada contexto socioeconômico (NARDI, 2002, p. 19).

E na definição citada acima, é na relação entre subjetividade e trabalho, focando nesta relação e como os sujeitos dão sentido ao trabalho que exercem, que nos inspiramos para adentrarmos no universo dos sentidos dos indivíduos na produção de *jeans* nos pequenos fabricos em Toritama.

Perceber como em meio ao trabalho cotidiano, no qual muitas vezes pais, mães e filhos se encontram juntos, este “*dar sentido*” pode se configurar de várias formas, inclusive com significados diferentes para cada um que faz parte da produção. Mas o “*dar sentido*” leva-nos a não só perceber a importância a afetividades, com relação ao trabalho no grupo familiar, como também remete-nos a refletir sobre as tensões e os conflitos os quais estes sujeitos vivenciam no âmbito do processo produtivo.

Assim, pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos. Do mesmo modo, implica nas diferentes possibilidades de invenção e criação de outros modos de trabalhar, na forma das transgressões, ou mesmo, das resistências-potências na conexão dos diversos elementos e dos de produzir e trabalhar (NARDI 2002, p.20).

Neste sentido, concordando com o que o autor nos coloca acima, o modo como cada um age, interfere e toma decisões frente aos problemas cotidianos no trabalho vai refletir nos sentimentos, nos valores, nos papéis, enfim, nas suas subjetividades no tocante ao trabalho de cada dia.

Assim, o que podemos perceber é que, apesar de serem categorias com suas especificidades, com suas singularidades, trabalho e família se relacionam em nossa pesquisa, perpassando pela questão das relações de gênero; tendo em vista que o sentido que cada categoria desta tem para os indivíduos realça as suas subjetividades neste âmbito. Portanto, com base no instrumental teórico abordado neste capítulo, e através das informações colhidas ao longo de nossa pesquisa de campo, mostraremos como se dá efetivamente a imbricação entre elas.

CAPÍTULO 4

ENTRE A CASA E O GALPÃO: DINÂMICA DA PRODUÇÃO DOMICILIAR NAS CONFECÇÕES DE ROUPAS DE *JEANS* EM TORITAMA

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos alguns dos resultados da pesquisa de campo sobre a configuração do trabalho domiciliar nas unidades de confecções de roupas em *jeans*, concentradas na área urbana do município de Toritama-PE. A construção deste capítulo se deu a partir das falas dos sujeitos, através de entrevistas diretas e indiretas, através das quais pudemos registrar a exteriorização de ideias e sentimentos relacionados às suas experiências nestas unidades, no que se refere ao trabalho produtivo e reprodutivo, bem como os elementos captados ao longo da observação participante realizada nas unidades de produção, na ocasião da pesquisa.

Conforme já destacamos em seções anteriores, a produção de confecção de roupas em *jeans* em Toritama é basicamente formada por pequenas unidades produtivas, compostas por fabricos e facções que se realizam em espaços contíguos ao espaço doméstico, além de algumas fábricas de porte médio, tendo, geralmente, o trabalho familiar como base do empreendimento.

Nesse contexto, estaremos tecendo nossas análises sobre o cenário em foco, perseguindo assim o objetivo de compreender a dinâmica local, as características gerais da configuração dessas unidades produtivas, procurando salientar como elas surgiram, como se organizavam, ou seja, como funcionavam.

4.1 Um olhar sobre a dinâmica local

Antes de esboçarmos uma análise dos cenários produtivos encontrados ao longo de nossa pesquisa e as relações percebidas nesses espaços, convém descrevermos um pouco sobre a dinâmica local, que envolve tanto a própria confecção das roupas de *jeans* como a sua comercialização na feira da sulanca, que acontece às margens do Parque das Feiras, neste município.

Conforme abordamos no capítulo 2, a inserção de Toritama no Polo de Confecção do Agreste Pernambucano ocorreu por volta do final da década de 1980, pois, até então, o município tinha sua economia voltada para a produção de calçados de couro, contando com aproximadamente 100 pequenas indústrias de calçados. 50% da população da cidade estavam envolvidos com esta atividade e os demais sobreviviam do comércio, da agricultura de subsistência e da agropecuária, conforme salientou Soares (2002).

Na região do Agreste Pernambucano, a costura já se constituía como uma especialidade da população local, devido à expressividade que a produção da “sulanca” de Santa Cruz do Capibaribe estava ganhando no cenário regional desde a década de 1960. Por sua vez, Toritama por já desenvolver uma atividade industrial vinculada à costura – atividade considerada como de aptidão local – foi induzida a deixar de costurar o couro para costurar o *jeans*. Entre os motivos que levaram o município a migrar da produção de calçados para a produção de jeans estão: a crise que se instalou nos anos 1980 no setor calçadista local (devido ao aumento do preço da matéria prima – o couro-; a concorrência com os produtos do sul e sudeste, entre outros); a posição geográfica do município, ao se situar numa região entre os dois grandes centros comerciais que seriam estratégicos para o escoamento da nova produção, então voltada para a “sulanca” do Agreste Pernambucano (Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe); e, aliado a esses fatores, a baixa capacidade de prover a sobrevivência da população rural em atividades agropecuárias e na agricultura de subsistência devido aos aspectos geográficos locais⁵⁶ e às longas estiagens que enfrentava a região.

Assim, o município que antes funcionava como um pequeno reservatório de mão-de-obra para as áreas canavieiras da circunvizinhança, bem como para o Centro-Sul, à medida que foi se inserindo na dinâmica da produção do *jeans*, foi se tornando uma das regiões receptoras de mão-de-obra, chegando a criar o “mito do desemprego zero”⁵⁷, conforme abordou Campos (2009). Nesse contexto, cada vez mais o setor rural local foi se esvaziando, havendo, portanto, um movimento migratório do campo para cidade. Em meio a este processo, a estrutura econômica local foi sendo reconfigurada

⁵⁶ Como enfatizamos no capítulo 2, o terreno da região que compõe o município de Toritama é marcado por grandes rochas e pedregulhos, o que dificulta as atividades rurais, tanto na agricultura de subsistência quanto na pecuária.

⁵⁷ Segundo Campos (2009), embora a cidade seja apontada como uma das regiões que apresenta uma significativa redução das taxas de desemprego, este ainda não pode ser considerado em nível zero como vem sendo propagado, levando-se em consideração os dados disponíveis. O mito do desemprego zero está associado ao fato de que a maioria dos empregos gerados nesse município está vinculada ao setor informal, o que faz com que os dados oficiais sejam camuflados, mostrando valores menores em termos de população ocupada de os que de fato existem no município.

visivelmente, e sua população foi se adaptando à nova realidade local, em alguns casos mantendo estruturas sociais vindas das relações anteriores e em outros, modificando-as, conforme foi observado em nossa pesquisa.

Portanto, Toritama se projetou enquanto Polo do esforço de adaptação de uma realidade industrial em decadência (calçados), utilizando-se dos recursos disponíveis e da mão-de-obra local, em que se misturou o rural e urbano, para atender a demanda de um produto ainda não satisfeito pelas demais cidades que irão compor parte do Polo – a confecção de *jeans*. Nesse sentido, Toritama apresenta-se inovando dentro da configuração do que vai se tornar posteriormente o Polo de Confecção do Agreste.

A formação das primeiras unidades produtivas ocorreu do aproveitamento do maquinário utilizado na confecção dos calçados. Este foi sendo paulatinamente substituído por maquinários mais modernos. Entretanto, uma característica que permaneceu desde a sua origem foi a fragmentação do processo produtivo, distribuído entre as fábricas, fabricos e facções⁵⁸, espalhadas ao longo das ruas da cidade, envolvendo sempre o trabalho familiar.

Toritama foi se tornando assim cada vez mais atrativa não só para os seus residentes, mas também para trabalhadores das demais regiões, pois bastava dispor de uma máquina de costura e/ou saber manuseá-la para poder dar início a uma nova unidade produtiva e assim alimentar “o sonho da independência financeira”.

As transformações que vão moldando o traçado urbano se dão de tal maneira céleres que quando se chega em Toritama, hoje, a primeira impressão que se tem é de uma cidade que “*não para nunca*”. As confecções de *jeans* “brotavam” por toda parte, espalhadas tanto nas ruas principais como nas desordenadas ruelas, sejam em foscas e improvisadas instalações que compõem os fabricos ou facções, sejam em unidades melhor estruturadas em fábricas de porte médio, ocupando predominantemente os espaços domiciliares locais. De fato, era raro ver um domicílio que não estivesse envolvido com uma das atividades voltadas para a confecção de *jeans*. O barulho das máquinas de costurar era ouvido onde quer que estivéssemos, revelando assim o que havia por trás dos grandes e elevados portões de ferro e/ou de madeira⁵⁹, outras vezes o barulho ganhava forma, quando visualizávamos as máquinas espalhadas nos galpões e puxadinhos atrelados às casas, ou em suas varandas e salas sempre abertas a fim de facilitar a circulação de ar e a iluminação.

⁵⁸ Conforme explicamos no cap. 2

⁵⁹ Estas unidades mais fechadas se localizam praticamente no centro da cidade.

O que nosso processo de observação nos revelou foi que o movimento da cidade de Toritama girava em torno da produção e comercialização de roupas de *jeans*. Assim, quase todos os seus habitantes encontram-se envolvidos em alguma atividade em meio a essa dinâmica, seja diretamente em algum momento da produção ou da comercialização, ou indiretamente, fornecendo o suporte necessário para a confecção, como em lojas de vendas de máquinas (MAKITA), armarinhos, revendedores de tecidos, entre outros. O município ainda conta com alguns outros empreendimentos que não estavam diretamente vinculados com a produção de *jeans*, mas que compunham a dinâmica local, como padarias, lanchonetes, feiras livres, quitandas, mercados, pequenos restaurantes, pousadas, lojas comerciais, entre outros.

À medida que a feira local da “sulanca” foi ganhando expressividade e a cidade foi se especializando cada vez mais na produção de *jeans*, foi se dando lentamente sua inserção no que passaria a ser designado Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano. Na ocasião de nossa pesquisa a feira de confecções da cidade ocorria entre a madrugada do domingo para a segunda feira, e da segunda para a terça feira. Nestes dias, a maior movimentação se dava ao longo do “Parque da Feira” que recebia centenas de sacoleiros/sulanqueiros que vinham fazer compras para revender em suas cidades, quer no interior Pernambucano, mas também de outros estados da região. Vale salientar que, antes mesmo da chegada dos sacoleiros durante a madrugada, a cidade experimenta um momento de intensa agitação.

Assim, durante nossa observação no campo, ao chegar ao “Parque da Feira” por volta do início da madrugada, vimos homens e mulheres montando suas barracas e estendendo suas mercadorias (entre as quais encontramos roupas de *jeans* e malharia), que chegavam tanto em caminhonetas, carros pequenos, como em carros de mão ou em carroças empurradas por alguns homens aparentemente jovens. Conforme as barracas iam sendo montadas, o cenário ia se configurando em um grande centro de comercialização, onde se avistava aquele “mar” azul dos *jeans* espalhados. As lojas localizadas no “Parque da Feira” começavam a abrir mais tarde, por volta das cinco da manhã, quando o sol já ia raiando, conformando assim o que conhecemos como ponto de comercialização do Polo de Confeccões de Roupas de *Jeans* de Toritama.

Além das barracas e lojas que compunham o cenário do comércio de *jeans* não pudemos deixar de registrar também os pequenos carros com seus porta-malas abertos, cheios de mercadorias vindas diretamente de seus fabricos, formando assim outra modalidade de comercialização na feira. Conversando com alguns desses

comerciantes/produtores, eles nos informaram que neste dia ficavam “*torcendo*” para que todas as peças fossem vendidas, pois, assim, teriam como voltar estimulados a reiniciar o processo produtivo em suas unidades.

O que se assistia no momento da feira era exatamente os pequenos produtores transformados também em vendedores de sua produção, seja em seus carros, seja nas barracas espalhadas, intercalando funções entre o produzir e o comercializar.

O cenário desenhado neste dia se completava com a chegada dos consumidores/sulanqueiros, vindos de toda parte através de ônibus fretados, caminhonetas e carros, que passavam a ocupar todo o estacionamento do “Parque das Feiras”. Em meio às barracas e às lojas espalhadas em toda sua extensão, escutava-se o tom da diversidade de sotaques nordestinos se misturando, gente que chegava da Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, entre outros estados, se cruzando e negociando. No meio da mistura dessas falas, o comprador buscava obter o melhor e o menor preço e o vendedor a oferecer a maior quantidade possível para poder atender ao desejo do comprador. Assim, por onde passávamos escutávamos diversas vezes o mesmo diálogo:

Quanto é esse *short*?

É R\$ 10,00, mas se o(a) senhor(a) levar 6 peças ela fica por R\$ 8,00.⁶⁰

Enquanto a negociação na feira acontecia, o ritmo da produção não podia parar nos fabricos e facções no município. Naqueles que visitamos, enquanto o homem saía para a feira para vender as mercadorias produzidas naquela semana, acompanhado às vezes de um dos seus filhos ou da mulher, os demais filhos e alguns outros familiares/ou não, ficavam organizando o fabrico, recebendo os modelos cortados de outra facção, fazendo a separação dos mesmos e colocando-os próximos as máquinas para dar sequência à produção.

O dia de maior agitação nestes espaços era o que antecedia a feira do *jeans*, pois este era o momento de receber as peças vindas das lavanderias e se fazer os ajustes necessários de acabamento, colocando a etiqueta, tirando os excessos de linhas, pregando algum botão ou outros enfeites para depois ensacar e formar os malotes, normalmente amarrados com tiras de tecidos de *jeans*. Conversando sobre o trabalho de finalização de uma peça que se direcionava para feira, seu Paulo, que possuía um pequeno fabrico, nos falou o seguinte:

⁶⁰ Trecho do dialogo na feira durante observação na feira de Toritama setembro/2012.

Pra pop-shoppings, pras feiras etc.. Aí você tem que trabalhar...., quando o material é popular ..., ele precisa ser extremamente trabalhado! Muito enfeite, é muito brilho, é muito bordado.... Tudo muito, entendeu? Porque quanto mais você enfeitar, quanto mais a peça ficar chamativa, mais vende. Isso no caso de feira. No caso de um produto popular! Quanto mais ela enfeitada, mais brilho, mais bordado, mais vai vender! Eu até às vezes eu digo, se você for pra feira e você colocar umas luzinhas piscando, aí é que vai vender”⁶¹ PAULO, 07/03/2112, **grifo nosso**).

Esse momento de finalização envolvia todos os membros da família. Até as crianças “ajudavam” nesse processo, retirando as linhas ou ensacando as peças já separadas. Na correria para organizar tudo e deixar as peças para a pronta entrega, essas crianças acabavam sendo uma figura importante neste cenário, pois desde cedo eram incentivadas pelos pais a desempenhar estas pequenas funções. Elas eram introduzidas num ambiente onde fazer rápido, agir logo, correr para dar conta das entregas eram partes de uma coreografia cuja cena final era a feira, com todas as peças prontas e entregues.

Mas esta “cena” para a qual essas crianças eram incentivadas e encorajadas a participar, nada tinha de infantil, nem de lúdico, pois na realidade elas estavam desde cedo compondo um processo de produção em que suas tarefas já se tornavam essenciais. De modo geral, precocemente, elas iam adentrando no mundo do trabalho, no qual suas “pequenas funções” iam se naturalizando dentro de um processo que, por direito, nem tão cedo poderiam fazer parte das suas vidas. Aos olhos de seus pais, *“este é o melhor lugar para “educar” seus filhos, despertando-os para “tomar gosto pelo trabalho”*”.⁶¹ Não foram raros os argumentos levantados pelos pais nesta direção.

Assim os dias que antecedia a feira eram cruciais para essas unidades produtivas, envolvendo todos os familiares indistintamente. Qualquer evento que viesse impedir a conclusão da produção a ser vendida na próxima feira deixava os responsáveis pela unidade produtiva em grande tensão e era motivo de gerar intensas discussões internas entre seus integrantes. Presenciamos um desses momentos, quando uma máquina quebrou em um dia que antecedia a feira, no fabrico de dona Marta, emperrando todo o processo produtivo, pois todos só ficavam em busca da assistência técnica para resolver o conserto da máquina e com isso dar conta da produção para o dia da feira. Todos estavam com “os nervos à flor da pele” e, portanto, discutindo por qualquer coisa.

⁶¹ Fala de Tiago durante a observação participante (setembro/2012).

Após o conserto da máquina, o trabalho foi reiniciado e avançou até às duas horas da manhã, conforme ela nos relatou no dia seguinte. Com o semblante cansado, mas com certo contentamento, afirmou: “*Conseguimos dar conta da produção; graças a Deus, não perdemos a feira!*”⁶²

Perder a feira para ela, como para os demais pequenos produtores, representava a não realização da venda de toda a produção da semana, ou seja, como se todo o trabalho desempenhado ao longo da semana fosse nulo, faltando-lhes, em consequência, tanto os recursos para honrar os compromissos assumidos com a produção anterior, como também os necessários para reiniciar o processo produtivo da semana seguinte. Deste modo, podemos observar o quanto a produção e a comercialização estavam imbricados, sobretudo nestes empreendimentos.

Após à feira, principalmente na quarta e na quinta feira, os fabricos e as facções retomavam novamente sua rotina, voltados para dar continuidade a produção. Assim, mesmo que o ritmo alucinante que antecedia o dia da feira tivesse passado, a produção continuava freneticamente, pois era ela que iria assegurar as vendas da feira seguinte.

Ao longo de nossas observações nesses dias, verificamos que havia uma outra movimentação paralela à produção nos fabricos e facções, aquela ligada ao abastecimento da matéria-prima necessária para que a produção pudesse ser reiniciada. Os diversos tipos de materiais indispensáveis à produção, como linhas, zíperes, botões e o próprio *jeans*, eram fornecidos geralmente por diferentes fabricantes. A encomenda dessas matérias-primas era feita ou por telefone ou, em outras situações, eram os fornecedores que iam pessoalmente às unidades produtivas averiguar o que os proprietários estavam necessitando.

Interessante salientar que, apesar de todo o dinamismo econômico dessas unidades produtivas, ainda era comum se encontrar práticas nada formais em termos de compra de materiais; como as relações eram muito próximas entre comprador e fornecedor, a confiança era a palavra de ordem para a realização dos negócios. Quantidades, datas e preços eram combinados sem que para isso uma única promissória ou qualquer outro documento mais formal fosse utilizado como comprovação da operação efetuada. Às vezes apenas as anotações eram feitas em pequenas cadernetas apenas para servir de lembrete e controle da dívida ou das encomendas solicitadas, como tivemos oportunidade de presenciar durante o momento de nossa observação em

⁶² Dona Marta - Informações obtidas na observação participante (agosto/2012)

algumas facções e fabricos. Estes nossos contatos mostraram a natureza do relacionamento ainda existente entre os donos dos fabricos e facções e os fornecedores, ancorados em aspectos que se fazem nada habitual e raro na maioria dos espaços fabris onde imperam as normas racionais e impessoais das atividades industriais. Talvez este tipo de relação mostre como ainda estão presentes certas práticas típicas do meio rural, onde a palavra e a confiança bastavam para selar uma negociação.

Assim, foi adentrando com o olhar crítico na organização e funcionamento dessas unidades produtivas que podemos compreendê-las melhor e mais profundamente. Desta forma, passaremos a colocar como surgiram, caracterizavam-se e funcionavam as pequenas unidades de confecções de *jeans* de Toritama, enquanto espaços produtivos e familiares, ao mesmo tempo, e que constituíram o foco de nosso interesse.

4.2 Caracterização, origem e funcionamento das unidades produtivas

A diversidade encontrada em termos quer do tamanho dos espaços ocupados com a produção, do tipo de atividades desenvolvidas, do tempo de funcionamento, do número de máquinas utilizadas, bem como do número de trabalhadores encontrados, foi significativa entre as unidades que visitamos em Toritama. Contudo, dado ao nosso objeto de estudo, ficamos mais atentos às unidades produtivas domiciliares.

Ao iniciarmos nossas observações nos detivemos na forma que se dava a organização dos espaços, e vimos que 46,7% do total das unidades entrevistadas eram domiciliares, ou seja, realizavam a produção no mesmo ambiente de residência/moradia. Assim, era comum a mistura do mobiliário da casa com as próprias máquinas, estas em alguns casos eram usadas como divisória para separar o espaço da sala, onde ficavam o sofá, mesa, cadeiras, racks e televisão, do espaço do trabalho; já em outras unidades, as máquinas eram espalhadas pela varanda, salas e, nos demais cômodos, ficavam os móveis misturados com as peças de roupas de *jeans* e outros artigos voltados para a produção e/ou acabamento, como linhas, enfeites etc. Nas unidades que tinham este tipo de funcionamento, mais de 60% das casas eram alugadas. Ao lado dessas, encontramos em nossas observações mais duas modalidades de organização e/ou utilização dos espaços pelas unidades produtivas, os semi-domiciliares e os não domiciliares. As semi-

domiciliares correspondiam a 26,7% do total dos estabelecimentos investigados, e nelas a atividade produtiva era desenvolvida em um local específico, mas vinculado à residência. Às vezes se tratava de estabelecimentos com dois andares, onde em geral o primeiro andar era utilizado para a moradia dos proprietários, ficando a atividade produtiva instalada no térreo, em outros casos, a produção ocupava a garagem da residência, não havendo assim interferência direta com o corpo da casa; ou ainda, visitamos também algumas unidades que desenvolviam as atividades produtivas num galpão construído no quintal da casa. A maioria dos entrevistados com este perfil de organização detinha a propriedade do local de trabalho, e mostravam dispor de melhores condições econômicas. Só encontramos um único caso que o dono da unidade produtiva neste perfil não detinha a propriedade da casa vivendo como alugado. Assim, dos empreendimentos investigados 73,4% estavam direta ou indiretamente vinculados ao local de residência e os demais - 26,7% - correspondiam às unidades produtivas não domiciliares, ou seja, aquelas unidades em que a atividade produtiva era desenvolvida em um espaço próprio, independentes do corpo da casa. Nestes casos, todo o espaço disponível era utilizado para a produção.

Quanto aos tipos das unidades investigadas, tivemos as facções de costura, que constituíam a maioria, e perfaziam um total de 66,7%, também fizeram parte de nossa pesquisa as facções de travetar (13,4%) e os fabricos (20,0%), de acordo com os dados da tabela 2.

TABELA 2
Tipo de atividade produtiva desenvolvida / estabelecimento
(Em %)⁶³

Tipo de Estabelecimento	Tipo de atividade produtiva desenvolvida				Total
	Facção de costura	Facção de travetar	Fabrico não subordinado ⁶⁴	Fabrico subordinado e não subordinado ⁶⁵	
Domiciliar	40,0%	-	-	6,7%	46,7%
Semi domiciliar	13,3%	6,7%	6,7%	-	26,7%
Não domiciliar	13,3%	6,7%	6,7%	-	26,7%
Total	66,7%	13,4%	13,4%	6,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011-2012)

⁶³ Os dados absolutos de todas as tabelas expostas neste capítulo se encontram em tabelas no anexo B.

⁶⁴ Os fabricos não subordinados correspondiam às unidades produtivas que produziam apenas suas próprias peças e, portanto, não faccionavam para outras unidades produtivas.

⁶⁵ Os fabricos subordinados e não subordinado além de produzirem suas próprias peças também faccionavam para outras unidades produtivas.

No que se referia à composição da mão-de-obra, segundo o tipo da unidade produtiva, observamos que nas facções de costura havia maior concentração das mulheres, sendo estas as responsáveis diretas pela condução das atividades produtivas, correspondendo a 53,3% do total investigado; enquanto que nas facções de travetar, por ser uma atividade que utilizava máquinas que exigiam um ritmo mais intenso de trabalho e, portanto, mais pesado, a participação masculina era majoritária. Nos fabricos, embora tenhamos encontrado tanto mulheres quanto homens engajados no processo produtivo, a condução da unidade produtiva ficava sobre o domínio dos homens, conforme podemos observar na tabela 3. Uma questão interessante que ressaltamos foi que nas facções de costura que apresentavam uma maior participação das mulheres, 40% delas ainda funcionavam em espaços domiciliares, de acordo com a tabela 2. Geralmente estas foram iniciadas pelas donas de casa que buscavam desenvolver uma atividade paralela às atividades domésticas. À medida que as unidades produtivas foram se desenvolvendo, os homens (seus esposos e filhos) começavam a se inserir também no processo produtivo e, em alguns casos, terminavam tomando as rédeas da administração. Vamos ter a oportunidade mais na frente de falarmos, em maior detalhes, a respeito desta questão das atribuições de funções.

TABELA 3
Tipo de atividade produtiva / sexo
(Em %)

Sexo	Tipo de atividade produtiva desenvolvida				Total
	Facção de costura	Facção de travetar	Fabrico não subordinado	Fabrico subordinado e não subordinado	
Homem	13,3%	13,3%	13,3%	6,7%	46,6%
Mulher	53,3%	0%	0%	0%	53,3%
Total	66,6%	13,3%	13,3%	6,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011-2012)

Uma outra questão que mereceu a nossa atenção foi quanto ao tempo de funcionamento dessas unidades produtivas. Na tabela 4, verificamos que 66,6% estavam na faixa de menos 1 a 5 anos de existência e apenas 33,3% na faixa que correspondia de 6 a 8 anos. Entre as unidades que afirmaram maior tempo de funcionamento estavam os fabricos, onde também verificamos existir um número de trabalhadores relativamente maior, variando entre 7 a 35, incluindo sempre membros da família, parentes ou não.

Além disso, a produção já não era mais realizada no mesmo espaço domiciliar devido à expansão e crescimento da produção. Estes casos correspondiam ao tipo de unidade produtiva que falamos anteriormente, em que a produção se dava em um local destinado exclusivamente para isto, sendo este alugado ou não, e independentes do espaço domiciliar, formando assim os estabelecimentos que denominamos de “não-domiciliares”. Em outros, as unidades produtivas ainda se mantinham ligadas às residências, mas não em seu interior, e sim em áreas reservadas como garagem e em alguns pequenos galpões construídos ao lado da residência, mas ainda vinculados diretamente a elas⁶⁶, motivo pelo qual chamamos de unidades “semi-domiciliares”. Entre as unidades que tinham menos de 1 a 5 anos de existência, estavam as facções tanto de costura quanto de travetar e, em sua maioria, elas ocupavam o espaço domiciliar, mas encontramos também outras que haviam alugado um local exclusivo para a produção. Nestas unidades com menor tempo de existência, o número de trabalhadores era relativamente menor, variando entre 1 a 12 trabalhadores, na quais todos, de alguma forma, tinham algum vínculo familiar; envolvendo, portanto, a família nuclear e a estendida.

As unidades que afirmaram ter entre 1 a 2 anos de funcionamento trabalhavam exclusivamente ainda em seus espaços domiciliares e envolviam apenas a mão-de-obra da família nuclear. Nessas unidades, geralmente as mulheres exerciam um controle maior sobre a produção, enquanto seus companheiros executavam tarefas específicas na facção, consideradas “mais pesadas”, como denominavam as de travetar.

TABELA 4
Tempo de existência das unidades produtivas
(Em %)

Sexo	Tipo de atividade produtiva desenvolvida				Total
	Facção de costura	Facção de travetar	Fabrico não subordinado	Fabrico subordinado e não subordinado	
De 1 ano a 2 anos	33,3%	0%	0%	0%	33,3%
De 3 anos a 5 anos	20,0%	13,3%	0%	0%	33,3%
De 6 anos a 8 anos	13,3%	0%	13,3%	6,7%	33,3%
Total	66,6%	13,3%	13,3%	6,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2011-2012)

⁶⁶ Ou seja, eram galpões que foram construídos ao lado das casas, mas o acesso a eles ainda se dava diretamente por meio do espaço da casa.

À medida que fomos avançando em nossas observações e escutando os depoimentos em nossas conversas informais, fomos percebendo que vinham ocorrendo mudanças em relação ao espaço onde a atividade produtiva era desenvolvida, assim, unidades produtivas que funcionavam em contiguidade com o espaço domiciliar tão logo melhoravam de condições, partiam para ter um espaço específico para sua facção e/ou fabrico, separando-a do domicílio. Vimos que este era um movimento geral, pois pelos depoimentos todos os que já se encontravam em situação semi ou não domiciliar, haviam iniciado sua produção nos espaços domésticos, mas ao conseguirem fazer alguma economia, começavam a expandir seus empreendimentos, aumentavam o número de máquinas e de trabalhadores, terminando por separar a unidade produtiva do espaço domiciliar, passando para outro espaço. Talvez seja por isso que as unidades visitadas que apresentaram uma melhor estrutura eram justamente os que tinham mais tempo de existência. Assim, percebemos existir uma tendência crescente de externalização da produção em relação ao trabalho a domicílio, ou seja, deixando de ser exclusivamente domiciliar para se tornar um fabrico ou fábrica em espaços outros das dependências da residência, diferentemente do que aconteceu com o movimento que a reestruturação produtiva provocou nas grandes indústrias têxteis e de confecções do país, quando se verificou, ao contrário, uma certa internalização da produção via o trabalho a domicílio, ou seja, o retorno da produção aos espaços domiciliares, conforme abordou Jinkings e Amorim (2006).

Os métodos flexíveis de contratação da força de trabalho, com a disseminação dos processos de terceirização, são também elementos importantes da reestruturação produtivas nas fábricas têxteis. [...] O sistema de trabalho em domicílio, que objetiva um menor custo do trabalho por parte da empresa, também é bastante utilizado. Devido a essas novas técnicas de contratação, há uma grande generalização da condição de informalidade e de precarização das relações de trabalho na indústria têxtil (JINKINGS E AMORIM, 2006, p. 347).

Observando essa configuração, podemos enfatizar que, embora as unidades produtivas não tenham iniciado nos moldes da produção capitalista, mas nos “interstícios não ocupados” por ela (utilizando o termo de Cacciamali -1982), através do trabalho a domicílio e da mão-de-obra exclusivamente familiar, à medida que foi se dando o desenvolver destas unidades produtivas, vimos que elas foram se imbricando cada vez mais com a lógica capitalista tendo como um dos caminhos a ampliação de seus estabelecimentos.

Outro elemento que achamos relevante destacar foi em relação ao status jurídicos das unidades produtivas investigadas. Em nossas observações fomos vendo que todas as unidades que ainda funcionavam acopladas aos espaços de domicílio, utilizando exclusivamente a mão-de-obra familiar, eram informais e, portanto, não tinham nenhum vínculo com os órgãos reguladores, seja em termos de relações trabalhistas e ou da constituição das unidades produtivas. Esta constitui, a nosso ver, uma característica fundamental deste Polo, e mesmo este apresentando um crescimento expressivo ao longo de sua existência, ainda assim ela tem se mantido. As unidades semi-domiciliares e não domiciliares, entretanto, já apresentavam certo grau de formalização, embora ainda utilizassem de mecanismos informais para manter a produção, seja através do não registro dos seus trabalhadores ou até mesmo das próprias unidades produtivas. Na maioria dos casos as unidades mais estruturadas tendiam a facionar parte de sua produção para unidades produtivas domiciliares, sem manter qualquer espécie de contrato formal com essas unidades, alimentando, portanto a informalidade no município.

Entre as unidades produtivas que investigamos apenas 13,4% do total afirmaram estar legalizadas junto aos órgãos públicos responsáveis, conforme podemos observar na tabela 5, mas, mesmo assim, ainda mantinham parcela de seus trabalhadores na informalidade. Em alguns casos, esta situação era justificada devido à existência de algum grau de parentesco entre eles.

TABELA 5
Tipo de unidade produtiva / situação jurídica: formal/informal
(Em %)

Situação Jurídica	Tipo de unidade produtiva			
	Domiciliar	Semi-Domiciliar	Não-Domiciliar	Total
Formal	0,00%	6,7%	6,7%	13,4%
Informal	66,7%	13,3%	6,7%	86,7%
Total	66,7%	20,0%	13,4%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011-2012).

Durante a observação não foi raro encontrar situações como a de Pedro, que no momento de nossa visita informou estar com 18 trabalhadores, dos quais 13 eram da família, como irmãos, noras e primos, e os 5 demais não tinham vínculo familiar. Ele nos informou ainda que sua facção já estava legalizada e que seus 5 funcionários se encontravam devidamente registrados, os demais, “*eram da família*”. Afirmou isso com

a convicção de que, por serem “da família”, não necessitavam estar com suas carteiras assinadas, pois isso iria aumentar os custos de manutenção da unidade produtiva, diminuindo conseqüentemente seus lucros. Interessante notar que estas observações nos eram feitas sem a menor criticidade ou indício de mal estar. A naturalização do não registro e até do não pagamento era assumida em toda sua “inteireza”.

Pelo que percebemos, a própria noção de “informalidade/formalidade” entre empreendimentos que visitamos parecia ser algo recente, introduzida com a chegada do SEBRAE, ao buscar associar a ideia empreendedorismo e modernização com a necessidade de formalização, bem como com a atuação recente do Ministério do Trabalho, no que diz respeito à fiscalização dos contratos trabalhistas.

A grande parte das unidades produtivas domiciliares que visitamos nos informou que as relações de trabalho se davam basicamente na confiança e no parentesco, em que a noção de “ajuda” era significativa entre os sujeitos que faziam parte do processo produtivo, fossem esses familiares, parentes ou apenas vizinhos, que em momentos “sufoco”, na produção, vinham “ajudar” a concluí-las. Durante nossa observação, na facção de Rebeca⁶⁷, presenciamos um desses momentos. Sua produção estava atrasada e imediatamente ela mandou chamar a prima que residia na rua ao lado para ajudá-la.

Entre as unidades produtivas familiares observamos que as relações “patrão/empregado” eram estabelecidas, como colocamos anteriormente, por outros “códigos” que não os que regulam estas relações nos espaços fabris de modo geral. Assim a formalização de contratos de trabalho tornava-se “desnecessária”, pois as relações ali se estabeleciam a partir de obrigações e ajuda mútua entre pai, mãe, filho, primos e outros.

Podemos afirmar, assim, que o caráter informal das unidades produtivas em Toritama encontra-se vinculado à própria forma de surgimento desse Polo, ou seja, apresenta-se de forma particular, com base familiar, configurando-se, a princípio, como unidades produtivas que emergiram como uma tentativa de sobrevivência e não com o fim de acumulação, mas que foi ganhando uma dinâmica própria, perpassando por relações baseadas em vínculos familiares, na busca de permanecer em uma região inóspita e inserindo-se posteriormente na trama acumulativa.

Portanto, o cenário encontrado nas unidades produtivas, em nossa pesquisa, guarda mais ou menos o mesmo padrão das demais existentes no Polo de Confecção do

⁶⁷ Dona Rebeca – Informações obtidas na observação participante (outubro/2012).

Agreste Pernambucano, ou seja, marcado por um quadro de heterogeneidade e precariedade expressiva. Entretanto, à medida que fomos intensificando nossas observações, começamos a apreender algumas peculiaridades. Delas nos ocuparemos neste momento, a fim de se entender melhor a dinâmica que envolve o trabalho e a família nas unidades produtivas de Toritama. Com este intuito, passamos a verificar em relação às unidades produtivas que incluímos em nosso estudo, como foi que elas surgiram. Ao longo de nossa pesquisa, um dos argumentos que mais sobressaiu na fala de nossos entrevistados sobre o motivo que os levou a se dedicar a esta atividade produtiva estava associado ao sonho de terem seu próprio negócio e, portanto, serem “independentes”⁶⁸.

Entre esses temos o caso de Tiago, casado e pai de uma filha com 5 anos. Apesar de ter apenas 27 anos, começou a trabalhar muito cedo, ainda criança, com 8 anos de idade e ajudante nas primeiras facções de Toritama. Na ocasião de nossa visita, estava com sua casa em construção, ainda para rebocar, tendo instalado sua unidade produtiva no espaço que seria destinado à garagem, conforme podemos observar na figura 7.

FIGURA 7
O Fabrico de Tiago



Fonte: Pesquisa de campo (Março/2012)

Pela organização do espaço, vê-se que esta atividade ocupava lugar preponderante, pois quase não havia mobiliário, existindo apenas alguns no interior da

⁶⁸ A ideia de autonomia que permeia as iniciativas dos pequenos produtores em Toritama está associada ao ideário de independência não só financeira mais também de liberdade e controle de suas ações, principalmente em relação ao processo do trabalho. Estaremos aprofundando esta discussão no capítulo V.

residência; os demais estavam em uso no trabalho, dando ao ambiente uma aparência de que não era um local também de moradia. Tudo girava em torno da produção e, neste sentido, todos os ambientes mudavam suas funções habituais a que se destinavam para atender as necessidades das unidades produtivas, sem que isto fosse posto em questão e causasse mesmo algum mal estar. Com muito orgulho, seu Tiago nos colocou que o imóvel era seu, e adquirido com o resultado de seu trabalho na confecção de roupas de *jeans*.

Em nosso encontro, ele nos informou que quando começou a produção ela era uma facção, mas naquela ocasião ele já se encontrava com seu próprio fabrico, colocando suas peças na feira e contando apenas com o trabalho de sua família, composta por sua esposa, sua irmã caçula e duas cunhadas, além de um sobrinho de 16 anos que vinha “ajudar” nas atividades apenas durante os picos da produção. E assim ele foi nos contando como se deu o começo e a evolução de seus negócios com o *jeans*:

Eu comecei a trabalhar nas máquinas já, aí já ganhava mais que um salário, quase três salários mínimos a gente ganhava, quando eu comecei a trabalhar as máquinas. Aí eu fui... Eu sempre tive vontade de trabalhar pra mim. Aí sempre fui ajuntando, quando eu tinha uma quantidade de 3 a 4 mil... comprei umas máquinas e continuei a trabalhar. Começou eu, minha esposa e minha cunhada, só nós três no começo. [...] Eu tinha maquinário meu e pegava só peça de outros pra mim fazer. Aí quando eu juntei um trocado bom, eu disse “não! Agora eu vou fazer pra mim mesmo também”. (TIAGO, 10/03/2012).

Semelhante ao caso de Tiago, tivemos o do seu Barnabé, com seus 56 anos de idade, casado e pai de 4 filhos, todos homens. Após passar por um período de “apertos”, no início da década de 2000 ao não encontrar emprego na capital Recife, onde morava e trabalhava como servente de pedreiro, ele vendeu sua casa e resolveu tentar a vida em Toritama. Inicialmente ele e sua família foram trabalhar em alguns fabricos locais, mas após fazerem algumas economias, montaram uma pequena facção de travetar e casear em seu domicílio, com seus filhos e sua esposa. Quando o visitamos, sua facção funcionava em um galpão ao lado de sua residência. Ele nos falou que o que o motivou vir para o município e aprender outra atividade foi o desejo também, como o de Tiago, de ser independente, não depender das ordens dos outros, enfim, ser o dono de seu próprio negócio.

Eu estava cansado de ser mandado, de ser empregado sabe? Resolvi ser eu mesmo o dono do meu negócio e aí juntei um trocado, comprei duas

primeiras máquinas e comecei com os meninos e a mulher ali em casa mesmo ... Era um sonho meu... tá dando pra viver ...! (BARNABÉ, 13/09/2011) .

Também encontramos casos em que a família foi o grande incentivador para dar início ao negócio. Entre esses temos o caso de Oseias, com 38 anos de idade, casado e pai de dois filhos ainda pequenos. Este nos atendeu com muita receptividade em sua facção, que vinha funcionando em uma casa antiga que fora alugada apenas para este fim. A casa tinha um amplo espaço, entretanto apresentava-se deteriorada, paredes com tijolos aparentes, o chão no cimento vermelho bem estragado, apresentando alguns buracos. Ao chegarmos, ele nos conduziu para conversarmos em uma pequena sala que estava utilizando como depósito/escritório e repleto de peças de *jeans* ainda inacabadas. Para chegarmos a ela, passamos por outros espaços em que estavam as suas 8 máquinas, sendo estas, 6 de travetar e 2 de casear. No momento de nossa visita, havia apenas cinco funcionários trabalhando, entre os quais, estava um sobrinho.

Oseias comentou que a maior incentivadora para ele abrir a facção de travetar foi sua mãe, além da ajuda de sua esposa e do seu sobrinho. Ele nos contou que sua mãe faleceu logo após ele ter aberto a sua facção, assim, em meio a suas lembranças e longos intervalos de silêncio, ele nos informou que o início de sua facção foi muito difícil, mas que felizmente havia contado com a presença da família para poder prosseguir e colocar sua unidade produtiva para funcionar. Assim ele relembrou como tudo começou:

Foi minha mãe que incentivou, (Silêncio) eu morava com ela..., aí o que eu ganhava não dava pra mim sobreviver, aí eu fui, tomei dinheiro emprestado, trabalhando graças a Deus, paguei o que eu devia e consegui subir um pouco na vida . [...] comecei com a minha esposa e um sobrinho meu, comecei com o travetar! [...] Olhe foi tão difícil no início, que eu chorava nas calçadas. Foi muito difícil! (Silêncio). (OSEIAS, 07/03/2012)

Embora tenhamos insistido, não conseguimos com que ele verbalizasse sobre o porquê da ênfase dada às dificuldades vividas no início da sua facção, mas pelos momentos de silêncio em sua fala ficou evidente que elas estavam associadas ao falecimento de sua mãe, talvez tenha sido exatamente esta perda o fator do sofrimento inicial que ele tanto insistiu em nos colocar.

Outra situação interessante ainda referente às origens das unidades de produção foi o caso de Felipe, que resolveu instalar sua produção graças aos incentivos de sua mãe, dona Marta, de quem recebeu de presente três máquinas para iniciar sua própria facção de travetar. Quando começamos a pesquisa em 2011, Felipe, que havia se casado com Sara, ainda trabalhava com sua mãe e alguns outros trabalhadores (familiares e não

familiares). Ao retornarmos, em 2012, dona Marta que trabalhava também na confecção havia feito um galpão ao lado de sua casa para que seu filho montasse sua facção. E sobre isto ela nos falou:

Ele casou, já tem um filho, eu tinha que ajudá-lo a abrir sua facção! Ele tem que ter o dele também! E agora ele tá construindo uma família [...] Aqui dá pra todo mundo! (MARTA, 14/08/2012, **grifo nosso**)

A ideia de que em Toritama havia espaço para todos se concretizava de fato, pois vários foram os casos dos pais abrirem os caminhos iniciais para que seus filhos tivessem também sua própria facção, e assim o “futuro garantido”, à medida que fossem donos dos seus próprios negócios, tornando-se independentes, já que, uma vez casados, haviam constituído novo núcleo familiar. Assim, o casamento de um dos filhos ao mesmo tempo em que provocava uma certa desvinculação com a unidade produtiva familiar, por outro lado possibilitava também a multiplicação das unidades de produção em Toritama, fortalecidos em alguns momentos pelos laços familiares. Percebemos, assim, que o trabalho a domicílio e em base familiar tem tido um significativo papel no processo de expansão das atividades neste Polo.

Chamou-nos a atenção de casos de unidades produtivas que surgiram por conta da proposta de ajuda da parte de uma pessoa, sem o menor vínculo de parentesco ou amizade e que se ofereceu para comprar os equipamentos e montar as facções para algumas costureiras que ele tinha contactado. Aqui novamente reafirmamos o que havíamos colocado anteriormente, a questão da confiança na palavra do outro, na regência ainda das relações. Por ter a aparência de uma “boa pessoa”, como os entrevistados o denominavam, sem nenhuma referência anterior, enfrentaram a oferta sem titubear. Sem dúvida, uma outra lógica no trato com as pessoas, mesmo sendo elas desconhecidas. Este foi o caso de Débora que assim nos colocou sua experiência ao abrir sua unidade de confecção:

Apareceu uma criatura e nos perguntou - a ela e sua sobrinha: Vocês querem começar uma facção? Eu perguntei: Com o que? Ele disse: Eu compro as máquinas para vocês. Aí ele foi lá, comprou e nos entregou! A gente trabalhou muito, mas graças a Deus pagamos na loja, porque ele ficou como fiador na loja! Só com o nome dele! Porque ele tinha muito crédito! Tinha não, tem! Ele é uma pessoa muito boa, né? Não fez isso só comigo, fez com várias outras pessoas também! E a gente conseguiu quitar. (DEBORA, 07/10/2011, **grifo nosso**)

Acontecendo o mesmo com Ruth⁶⁹; vejamos como ocorreu:

Um rapaz veio, fez a proposta para a gente (para mim e minha tia) trabalhar para ele. Trouxe o maquinário e a gente ficava pagando a ele. A gente terminou de pagar e as máquinas ficaram para a gente. (RUTH, 06/10/2011, grifo nosso)

Estas proprietárias das unidades produtivas eram solteiras, e trabalhavam para fabricos locais. Ao receberem o convite para montar as suas “próprias unidades de produção”, não hesitaram e buscaram parcerias com outros membros da família para empreender a atividade. Em ambos os casos, a parceria acabou sendo rompida, pois começou a haver divergências quanto aos interesses; à medida que as atividades foram se expandindo, foi havendo mesmo um estremecimento entre os familiares por conta de decisões ligadas à condução das atividades na unidade produtiva, principalmente, no que se referia à ampliação da capacidade produtiva, divisão dos lucros e a distribuição das tarefas. Aqui os afetos foram abalados em decorrência da forma de condução da produção.

O que conseguimos apreender foi que, à medida que essas facções e fabricos em bases familiares iam se expandindo, era como se eles apresentassem dois cenários, no que diz respeito à natureza do relacionamento entre seus membros. O primeiro deles teve na ânsia pelo lucro o pivô dos conflitos, que acabaram vivenciando com o acirrar do clima de competitividade; levando, algumas vezes, até a rompimentos entre pai e filho, ou entre irmãos ou parentes mais próximos e terminando sempre com o mesmo resultado: cada um montando seu próprio negócio e, de certa forma, tornando-se rivais no campo do mercado de trabalho.

O outro cenário foi formado por aqueles que conseguiram fazer crescer financeiramente a unidade produtiva, aumentando o poder aquisitivo dos membros da família; sendo, por isso mesmo, motivo de grande contentamento para todos. Nesse cenário, os laços afetivos eram fortalecidos a cada dia e, assim, montar um negócio à parte para os filhos que se casavam não era percebido como uma decisão hostil, como não querendo mais a sua presença na unidade produtiva, mas, pelo contrário, como motivo de satisfação para aqueles que puderam contribuir na independência de tal parente. Assim as unidades produtivas de confecção em Toritama se espalhavam e, com

⁶⁹ Não há como dizer se nestes dois casos, o sujeito foi o mesmo, pois as entrevistadas não nos informaram seu nome.

isto, a reprodução dos vínculos familiares, contribuindo, dessa forma, para a expansão da produção local.

Encontramos ainda casos como o de Maria, 31 anos, que foi trabalhadora de em um fabrico há mais de 5 anos e, que, como a maioria das costureiras em Toritama, não tinha seus direitos trabalhistas assegurados. Em 2009, o Ministério do Trabalho, ao fazer uma fiscalização no município, autuou o fabrico em que trabalhava, aplicando uma multa elevada. Sem condições de legalizar todas as costureiras e sem ter como pagar seus direitos, o dono do fabrico propôs um acordo entre elas, cedendo-lhes algumas máquinas, como forma de pagamento, para que as mesmas ficassem produzindo em casa em sistema de facção e ele ficaria responsável em lhes ceder a matéria-prima necessária. Maria comentou que aceitou a proposta do seu antigo patrão, pois sonhava em montar sua própria facção. Além disso, tinha duas filhas pequenas que necessitavam de sua presença em casa e, assim, ao aceitar a proposta, estaria garantindo sua renda, realizando o “seu sonho” e ainda ficaria observando suas filhas em casa. Em estudo de Abreu e Sorj (1993, p. 47), elas constataram que um dos motivos preponderantes para que algumas mulheres aceitassem o trabalho em domicílio se *“apoia na possibilidade de acomodar o exercício de uma atividade geradora de renda com a exigência da dinâmica familiar.”*

Assim também encontramos em nossa pesquisa: algumas unidades surgiram a partir de iniciativas das mulheres da família, aproveitando a máquina de costura que já possuíam para atender as necessidades domésticas e que, depois, começaram a faccionar para alguns fabricos e fábricas. À medida que as encomendas foram aumentando, toda a família foi sendo incluída, inclusive o marido, possibilitando a expansão da facção e a compra de novos equipamentos. Entre estes casos tivemos o de dona Izabel e seu Jacó. Quanto a seu Jacó, ele nos informou que a sua mulher começou o empreendimento sozinha, como forma de lhe ajudar nas despesas da casa, mas à medida que as encomendas foram aumentando ele resolveu deixar seu trabalho de servente na construção civil em Caruaru e se juntar a ela e a suas filhas, que ainda eram adolescentes. A partir desse momento ele passou a assumir a administração da unidade produtiva.

Para se ter um melhor entendimento dessa realidade socioeconômica em estudo é importante lembrar que, como já dissemos anteriormente, na ocasião de nossa pesquisa vimos que a produção de *jeans* era organizada de forma fragmentada, em geral sob “regime” de subcontratação, envolvendo as facções os fabricos e as fábricas de pequeno

e médio porte, em uma teia de relações informais. Isto fazia com que se tornasse mais fácil a ação de sujeitos como os apontados acima, que, por razões várias, incentivaram e encorajaram suas costureiras a abrirem elas também novas unidades produtivas em seus domicílios. Isto não quer dizer que se tratasse de “boas pessoas” como se faziam passar; eles eram donos de fábricas e fabricos bem sucedidos e por isso mesmo incentivavam o surgimento de novas facções e, para escapar das questões trabalhistas, terminavam como vimos, fornecendo-lhes as peças a serem montadas, acirrando a concorrência entre elas e favorecendo assim o barateamento das peças produzidas. Este tipo de relação fazia parte do funcionamento próprio daquela realidade, na qual a flexibilização da produção e a utilização do trabalho a domicílio abria caminhos para o surgimento contínuo de novas unidades de produção, que passavam a conformar a dinâmica do cenário produtivo local.

Devemos reforçar ainda que a ligação entre estas unidades produtivas, na maioria dos casos, não era estabelecida através de um contrato formal, mas apenas por acordos averbados, o que confere certa instabilidade às facções locais, levando-se principalmente em consideração que a lealdade e companheirismo que existiam anteriormente entre os pequenos produtores já não estavam tão presentes nestas relações, o que torna vulnerável a relação entre eles, principalmente quando não há vínculos familiares.

A falta de lealdade entre fabricos e as facções que ainda funcionavam em seus domicílios foi realçado em diversos momentos ao longo de nossas conversas com os responsáveis pelas unidades produtivas. Entre esses, tivemos a fala de Débora, ao se reportar como o “serviço” das fabricas e fabricos, chegava à sua facção. Vejamos o que nos disse:

Às vezes eles vêm pra minha porta me oferecer serviço. Outra hora eu sei que alguém tem, se eu estiver sem serviço eu vou procurar também. É aquela questão assim, mais informação, né? De um passando pra o outro. Na realidade eu sou bem conhecida por aqui! Às vezes chega à minha porta e eu não posso fazer já indico outro que eu sei que trabalha na minha família, já que tem algumas pessoas com facção. E assim, a gente vai girando né! Mas é aquela coisa: a fidelidade real acabou! Antes você tinha uma pessoa que botava pra você e aquilo ali ficava aquela fidelidade danada! Você passava anos e anos com aquela pessoa. Hoje não! Hoje eles dizem: “Você faz por quanto?” Por três, aí ele vai ali, e o outro diz não eu faço por dois e cinquenta, você já ficou de fora, aí ele já não volta mais! Essa é a questão maior, também! Já não existe mais a fidelidade de antigamente, porque antes, tinha 10 facções, hoje não dá pra contar. Hoje a cidade quase toda é de

facção, e quem não era facção, aprendeu com quem já era, voltou e comprou quatro ou cinco máquinas, aí pronto já começou outra facção! (DEBORA, 07/10/2011, **grifo nosso**)

Além da questão da falta de lealdade entre os donos de fabricos e facções subcontratadas, o depoimento de Débora também nos apontou algumas outras questões bem presentes nas relações que se estabeleciam entre essas unidades. Uma delas referiu-se à circulação da informação local. Como ela nos colocou, devido à multiplicação das unidades de produção, saber onde estavam as fabricas e os fabricos que faccionavam e ser conhecido por elas tornava-se importante para que sempre houvesse “serviço” disponível na facção. Outra questão importante referiu-se à “circulação de serviços” entre as facções que tinha vínculos familiares. Assim, nesse cenário de concorrência acirrada, esses mecanismos funcionavam como uma forma de evitar que as facções ficassem sem serviço, principalmente no caso das facções menores, como as domiciliares.

Voltando o nosso olhar para o interior dessas unidades produtivas, observamos que, em sua maioria, a organização da produção não seguia regras ou técnicas de gerência, mas tinham uma lógica própria de ordenação, lembrando-nos de situações descritas por Marx (1989) quando se referia ao funcionamento das primeiras unidades produtivas antes do advento da manufatura. A divisão das tarefas estava presente tanto nas facções quanto nos fabricos, onde cada trabalhador acabava se dedicando a uma única etapa da confecção da peça. Isso em geral não significava que o trabalhador não conhecesse todo o processo, mas, ao se centrar em apenas uma etapa, este obtinha ganhos de produtividade significativos que terminavam compensando algumas perdas em decorrência de mau uso dos equipamentos ou desperdício de matéria-prima.

Também devemos salientar que a divisão que observamos nessas facções e fabricos não era configurada como forma de organização nos moldes tayloristas, pois isso seria indicar além da separação entre a concepção e execução, uma organização cronometrada e articulada através de sistemas de controle efetivo, conforme nos descreveu Braverman (1986). O que encontramos nesses espaços produtivos assemelha-se mais ao modelo de cooperação exposto por Marx (1989) para caracterizar as primeiras organizações produtivas que se utilizavam do trabalho em coletividade.

Com o objetivo de facilitar o fluxo das peças entre os trabalhadores, as máquinas se apresentavam colocadas de forma a permitir que houvesse um contato direto entre as etapas a serem desenvolvidas naquela unidade produtiva; evitando, assim, que o

trabalhador se dispersasse, levando as peças a outro trabalhador para executar a etapa seguinte.

A forma fragmentada com que se organizava a produção em Toritama, como já falamos, levou-nos a querer compreender como esses sujeitos se sentiam/percebiam em relação ao resultado do produto gerado pelo seu trabalho. Ao longo das observações e através de algumas falas de nossos entrevistados encontramos algumas pistas sobre esta questão. Uma delas diz respeito ao sentimento em relação à posse ou não das peças produzidas, que diferiu quer se tratasse de uma facção, de um fabrico ou de uma fábrica. Na facção, embora os sujeitos entrevistados afirmassem serem os proprietários dos meios de produção, como eles não detinham a posse do produto final confeccionado (ou seja, da calça, da bermuda *jeans*, ou outra confecção), não se sentiam donos das peças que produziam, e, portanto, ainda vigorava uma sensação de dependência em relação aos fabricos e fábricas que lhes forneciam o material a ser trabalhado. Assim, nessas circunstâncias, eles se percebiam como simples “prestadores de serviços” a terceiros. Isto ficou mais claro quando os ouvimos afirmando ter um “patrão”, pelo fato de trabalharem subcontratados, informalmente, para o “dono” de uma fábrica ou fabrico, que fornecia as peças à serem montadas. Vejamos o que nos disse Ruth sobre esta questão:

[...] Vem diretamente do corte pra gente entregar ela toda prontinha. Aqui a gente faz todo processo, pra eu entregar ao dono. Aí o processo de lavanderia, aprontamento é com o dono, mas a gente entrega ela pronta [...] [...] Muita gente pode pensar assim, ganha muito dinheiro! Isso é tudo ilusão também! Você trabalha muito, você rala muito pra ganhar aquele dinheiro, é suado! Não é fácil não, é difícil! A gente trabalha por produção, ganha aquilo que fez, muitas vezes o dono da fábrica, chega aqui e não quer saber se a gente tem dinheiro não! Quando não tem produção, fica fechado! Aí, a gente fica sem nadinha, não tem de onde tirar nada! E o patrão não chega pra dizer assim: “eu vou te dá 10 reais para te ajudar, pra você comprar feijão! Teve semana agora nesse ano, teve um período de três semanas fechado aqui, sem abrir! Ninguém chegou aqui para perguntar: “você tá precisando de 10 reais de 20 reais?”, não! Você tá entendendo? Nem o serviço você tem garantido, você vai de acordo com aquela produção! (RUTH, 06/10/2011, **grifo nosso**).

Quando nos reportamos aos fabricos e fábricas, percebemos que nestes o sentido/percepção em relação ao produto do seu trabalho era outro, pois estes conseguiam vê-los como sendo produtos de seus esforços e, portanto, sentiam-se os “donos”, imprimindo-lhes em alguns casos, uma marca que os identificasse na peça produzida, como Tiago, que usava na etiqueta de suas peças o nome de sua única filha, como uma forma de reconhecê-la em meio ao mar de peças de *jeans* espalhados pela

feira. Ele também nos explicou que atribuiu um nome a suas peças para que os seus consumidores, quando novamente voltassem à feira, pudessem encontra-lo através da marca impressa na etiqueta de suas peças. Assim, sentia-se “dono” do resultado do seu trabalho.

Em relação à execução de atividades nas facções e fabricos visitadas, verificamos que mesmo o sujeito sendo “o dono/patrão”, ele também executava outras funções como a de costureiro, vendedor de seus produtos na feira, entre outras atribuições, além de gerenciador de sua produção. Isso nos fez perceber como é tênue e complexa a forma de apropriação do trabalho alheio e, portanto, da riqueza gerada. A exploração que visualizamos nestas unidades produtivas não estava organizada nos moldes definidos por Marx (1986), que pressupõe a diferenciação fundamental entre o proprietário dos meios de produção e a expropriação dos mesmos, criando a situação de subsunção formal do trabalho ao capital, expressa pela relação assimétrica entre trabalhadores e proprietários. Aqui as relações perpassavam por outras formas de exploração que acabavam favorecendo o processo de acumulação. Do mesmo modo que havia uma certa apropriação do trabalho alheio entre o dono do fabrico e o da facção, também havia aqui esta apropriação, na medida em que se utilizava do trabalho “alheio” de familiares. Aqui está um dos elementos cruciais para se entender a lógica da acumulação nestes espaços produtivos; esta tem sido mais camuflada por se tratar de relações baseadas em uma “ética” familiar. Nesta, o que se pode supor é que existia uma “apropriação consentida”, que tinha por base os princípios morais de ajuda mútua entre os membros familiares, ainda que imposto pelo papel de autoridade exercida pelos chefes de família⁷⁰, o que deixa as relações familiares completamente imbricadas nesta forma de organização, na qual a expropriação dos sujeitos nela envolvidos se expressava tanto através do ritmo aviltante de trabalho como nas formas desiguais de remuneração existentes nas unidades produtivas. De fato, estas funcionavam em clima intensamente competitivo: todas se vinham imersas em um ritmo alucinante, com jornadas de trabalho intensas, ultrapassando todas as normas estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, não havendo um período específico para o descanso ou para as férias, a não ser em momentos de baixa produção. Em seu depoimento, Ruth nos comentou a sua jornada intensa e cansativa:

⁷⁰ Em nossa pesquisa a função de chefe de família esteve sempre atrelada a função de gerenciador da unidade produtiva.

Eu começo de sete horas da manhã e vou pra meia noite! [...]
A gente não tem folga, nem feriado , ... só carnaval (risos)
(Silencio) É triste, né? A gente ainda para no carnaval, ...Só no carnaval!
(RUTH, 06/10/2011, **grifo nosso**)

O tom de suas palavras nos passou uma sensação de desalento, fadiga, mostrando o alívio que representava a chegada do carnaval. A impressão que tivemos foi que era este o grande feriado esperado por todos, pois, em outros depoimentos, ouvimos frases semelhantes a esta, como no caso de Débora, que também nos relatou quão longa era sua jornada de trabalho e igualmente apontou o período do carnaval como o único momento de fato de descanso, considerado, portanto, como “o grande feriado”. Vejamos o seu relato:

Acho que eu chego a trabalhar 17, 18 horas por dia. Já virei noite! Hoje eu não viro mais a noite, mas já fiz muito isso! Mas é mais ou menos essa faixa. Vou botar de cinco e meia da manhã a meia noite, mais ou menos! Porque varia né? Vai depender de quantas peças eu tenho pra entregar, e da minha disposição também, porque às vezes você não tá muito legal, né?
[...] Aqui pra gente não existe férias, não existe feriado, a não ser o domingo que é nossa folga. Meu feriado é o que? O domingo, a semana santa, natal, final de ano, porque realmente nem tem serviço, porque o pessoal não coloca. Esse é o nosso feriado!
[...] Ah, tem o carnaval, que em Toritama é o grande feriado! No carnaval praticamente eu acho que noventa por cento fecha, lacra e vai embora pras praias e só volta depois de oito, dez dias. Mais ou menos isso, entre oito a dez dias. (DEBORA, 07/10/2011, **grifo nosso**)

Nos nossos primeiros contatos tivemos a impressão de que a jornada de trabalho era intensa tanto para os homens como para as mulheres, entretanto, à medida que retomamos os contatos para realizar a aprofundar a observação participante, fomos nos inteirando melhor do cotidiano dessas unidades produtivas domiciliares e pudemos verificar que havia efetivamente uma maior participação das mulheres na confecção, uma vez que eram responsáveis pelo detalhamento das peças, exigindo, assim, maior tempo de dedicação na confecção; enquanto que as funções vinculadas aos homens eram em menor número,⁷¹ além de que algumas delas eram realizadas em outras unidades produtivas, como o corte e a lavagem do *jeans*, outras envolvendo a atividades externas, como a venda dos produtos na feira, levando no final a reduzir a jornada de trabalho interna desses trabalhadores. Vale reforçar que as mulheres ainda tinham que assumir toda a responsabilidade com os cuidados da alimentação e da educação dos

⁷¹ Envolvendo o corte, o fechar da peça, o mosqueado, a lavanderia e a venda do produto.

filhos menores, incidindo na duplicidade da jornada de trabalho composta pelo trabalho produtivo e o trabalho doméstico.

Quanto à forma de remuneração que observamos existir, nas unidades de produção visitadas, em geral o pagamento era feito por produção. No que se refere às unidades familiares que apenas faccionavam e que, portanto, não tinham seu próprio produto para colocar na feira, ficando então dependentes de terceiros, a remuneração era por peça produzida. De forma preponderante era o chefe da família (quase sempre o homem) que ficava com o encargo de receber os pagamentos da contratante, como também a de repassá-los para os demais membros da família que trabalhavam, o que nem sempre acontecia de forma “justa”; gerando, em alguns casos, contendas entre eles, principalmente no que se refere aos filhos mais velhos. Presenciamos uma dessas cenas na facção de seu Jeremias e dona Dalila, quando seu filho resmungava por ter recebido um valor inferior ao que esperava.

Nas facções maiores, geralmente semi-domiciliares, onde além da mão-de-obra familiar também já se encontrava trabalhadores sem vínculo de parentesco, a maioria nos informou que a remuneração era feita com base nas peças produzidas, sendo esta uma opção tanto dos proprietários como dos trabalhadores, de acordo com alguns depoimentos. No parecer dos trabalhadores, estes podiam ganhar mais dependendo “apenas” de seu esforço e da “disponibilidade” de tempo. No parecer dos proprietários, estes percebiam que quando remuneravam por peça, havia um maior comprometimento com a produção. Isto ficou nítido na conversa que tivemos com Lídia, 38 anos, solteira, quando indagamos sobre a forma de remuneração que vigorava na facção que havia montado com sua irmã.

Aqui a gente ganha por produção! [...] Quando é por produção a gente trabalha mais do que quando é por salário. Porque por salário o pessoal já tem o salário certo! Aí nem liga! Nem liga de trabalhar... Trabalha a vontade.... no tempo que quer. E aqui não, o povo faz tudo pra ganhar mais um pouquinho! (LÍDIA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Falando sobre como tinha chegado a ser proprietária de uma confecção, Lídia contou-nos que há 18 anos havia saído da zona rural para trabalhar nos fabricos e facções de Toritama, mas só apenas há 3 anos conseguiu abrir com a irmã sua própria facção. Esta funcionava na sala de estar de uma minúscula casa alugada, onde as duas viviam com mais duas primas. Todas estavam trabalhando no momento da entrevista. O ambiente seguia o modelo já descrito de outras facções. Na sala, nenhum mobiliário,

apenas as 4 máquinas e as peças de tecidos cortadas compunham o cenário. O ambiente era extremamente quente, o calor era insuportável, pois, além de ser iluminado por lâmpadas fluorescentes, o ar que circulava vinha apenas de uma pequena janela e da porta que, por conta disso, se encontrava sempre aberta. Vejamos a figura 8.

FIGURA 8

A facção de costura de Lídia



Fonte: Pesquisa de campo (Agosto / 2012)

Nesta facção, a precariedade era notória, como nas demais unidades produtivas visitadas. A falta de infraestrutura apropriada, ambientes pouco arejados, pouco iluminados, imensa poluição tanto sonora por conta do funcionar das máquinas elétricas em espaços diminutos, como ambiental, proveniente dos pelos de tecido no ar, produzidos por ocasião da costura das peças na máquina *overlok*.

O tipo de edificação que encontramos, em geral, dava-nos a impressão de que as casas estavam ainda em processo de construção, pois as paredes estavam sem reboco, piso apenas cimentado, telhado aparente e sem forro, indicando que de alguma forma o ambiente havia passado por alguma modificação para instalar as máquinas que estavam espalhadas naquele espaço. Nestes casos, apenas estas ocupavam o ambiente. Em outros, como as unidades produtivas com menos de dois anos de funcionamento, o espaço da mobília familiar era dividido com as máquinas.

Encontramos unidades de produção maiores, funcionando em contiguidade ao espaço doméstico, mas que já estavam atuando no mercado há mais tempo, variando entre 3 a 8 anos de existência. Isto indicava uma postura em relação à expansão dos negócios, aos projetos futuros das unidades produtivas. Tivemos alguns exemplos

indicativos desta postura em que os entrevistados expressaram o desejo de ampliar as unidades produtivas, na perspectiva de melhorar as condições de trabalho e de vida da família. Entre estes temos o caso de seu José, que, por se encontrar satisfeito com os resultados de sua unidade produtiva, estava ansioso em ampliá-la, construindo um segundo andar, a fim de separar o espaço da produção e o espaço domiciliar.

Com este mesmo projeto, encontramos Noêmia, com 27 anos de idade, casada e mãe de dois filhos pequenos e proprietária de uma facção. Sua casa alugada era pequena, não tinha varanda; a porta dava acesso direto à sala de estar, onde funcionava a facção com suas 4 máquinas e um sofá meio estragado pelo tempo. Como em geral em todas as unidades produtivas visitadas, tinha peças de jeans espalhadas por todo lado, dando ao ambiente um quadro de desordem.

Noêmia havia iniciado sua facção há pouco mais de um ano, juntamente com seu esposo e, esporadicamente, com a ajuda de uma costureira que lhe auxiliava quando as encomendas aumentavam. Ela também estava almejando ampliar seus negócios para melhorar seu rendimento, e assim oferecer mais conforto aos filhos.

Já outros entrevistados expressaram o projeto de realizar uma “expansão limitada”, como podemos perceber no relato de seu Lucas, 43 anos, casado e pai de um filho que já era adulto e que também tinha montado a sua própria facção. Sua facção era de travetar e funcionava em sua antiga casa, que transformara num galpão, conforme podemos observar na figura 9. No momento da entrevista, havia 4 homens trabalhando, e o ambiente era de tal forma quente que eles trabalhavam sem camisa. Além das máquinas e peças de *jeans* espalhadas pelo chão, seu Lucas também guardava neste espaço o seu carro, cuja aquisição recente era motivo de muito orgulho.

FIGURA 9

A facção de travetar de Lucas



Fonte: Pesquisa de campo (Março/2012)

A nova residência, ainda por terminar a construção, localizava-se ao lado da facção, com entrada independente. Embora se mostrasse satisfeito com sua facção, seu Lucas nos relatou que desejava investir no setor imobiliário, ao invés de ampliar sua unidade produtiva, afirmando que ampliar a sua facção iria lhe trazer muita “dor de cabeça”, principalmente com o Ministério do Trabalho. Assim se colocou em nossa entrevista:

Olhe, eu não penso em crescer muito porque a gente trabalha numa cidade que é muito perseguida em torno de fiscalização. Pra mim trabalhar aqui, eu tive que abrir minha própria empresa, criar o meu CNPJ, fazer tudo pra trabalhar, porque se a fiscalização chegar e se ela pegar outro tipo de mercadoria aqui tudo com meu CNPJ, todas elas tem o CNPJ, mas eu não tenho inscrição pra trabalhar. Eu penso sim crescer em outros negócios, trabalhando, trabalhando, comprando imóveis [...] mas em torno de facção de travetar eu tô parando por aqui. [...] é um investimento muito caro e não vale à pena você investir demais, botar muito trabalhador e você sofre muita perseguição... porque eu abri meu CNPJ hoje, mas amanhã eu tô esperando o Ministério do Trabalho... a firma não tá aberta? Cadê os trabalhadores fichados?, aí cada vez que você vai crescendo você vai sendo perseguido[...] perseguido mais ainda. Aí eu mesmo que caseio já pra evitar trabalhador. Já tive um rapazinho menor aqui trabalhando, ele saiu e eu dei graças a Deus por que ele saiu, por causa, se eles pegar, a gente paga multa. A perseguição aqui em Toritama é demais. Todo mundo querendo trabalhar, tem um menino aqui que ele tem 14 ou é 15 anos, ele trabalha pela parte da tarde, ele estuda de manhã, e de tarde trabalha ... Mas a gente trabalha com sufoco, nessa tensão. A gente trabalha meio assombrado, chegou gente na porta, a gente já pensa que é fiscalização (LUCAS, 07/03/2012, **grifo nosso**)

Desta opinião encontramos ainda o caso de Oseias que, tal como seu Lucas, não desejava ampliar a sua facção afirmando estar satisfeito com o tamanho da sua facção e vinha igualmente pensando em investir no setor imobiliário, pois afirmou que este se configurava como um bom investimento em Toritama, tendo em vista os altos preços dos aluguéis.

Outros entrevistados apontaram o desinteresse em ampliar sua confecção pelo cansaço do excesso de trabalho e que estavam desejosos, caso pudessem escolher, em sair do setor de confecções e investir em outros negócios vinculados ao comércio. Estes depoimentos vieram sempre acompanhados de expressões revelando a fadiga advinda do trabalho na confecção de roupas de *jeans*, como no depoimento de Débora, que ao ser questionada sobre o projeto de expandir a sua facção, falou-nos com um semblante abatido:

Sendo franca, muito sincera com você, eu já desisti no mínimo umas cinquenta vezes. Eu desisto, olho! Aquela desistência assim “vou desistir”, mas eu não concluo. Mas eu acho que mais ou menos umas cinquenta vezes eu fiz isso. (DEBORA, 07/10/2011, **grifo nosso**)

Perguntamos o porquê desse desejo de desistir em relação a sua unidade produtiva e ela nos afirmou:

É questão do preço e você trabalha demais. Você faz uma peça, como eu lhe disse, ganhando 50 centavos e ver ela vendida por 70, 100, 150 Reais! É desumano!

[...] Olhe eu vivi muito em vendas, aí pronto, gostaria muito de poder ter um cantinho pra mim voltar a fazer vendas, e às vezes também eu penso assim, em abrir uma lojinha pra vender cosmético. Mas..., aí é cada questão, o que eu tenho hoje se eu fosse vender, não dava pra começar. Uma máquina que eu comprei na época,..., a gente comprou quase 24 mil reais de máquina. Hoje se juntar elas todas, eu não tenho elas todas, mas se juntassem elas todas, talvez eu consiga 10 mil reais. (DEBORA, 07/10/2011, **grifo nosso**)

Um dos motivos da insatisfação de alguns sujeitos envolvidos na facção estava relacionado ao fato de que, embora fossem eles encarregados pela produção das peças, quem de fato ficava com a maior fatia dos lucros eram os “donos” dos fabricos e fábricas, ao venderem as peças por valores bem superiores ao pago às facções, como ficou transparente na afirmação acima, de Débora.

O que podemos concluir destes depoimentos é que os sujeitos estavam submetidos a tantos dilemas, em relação a sua condição enquanto trabalhador/proprietário dos meios de produção, que terminavam tendo sérios desdobramentos sobre suas subjetividades, com o surgir de conflitos, insatisfação, desavenças, competitividade entre os membros da família, entre outros problemas.

Neste contexto, no próximo item, estaremos constituindo a caracterizações dos sujeitos nestas unidades produtivas, onde procuramos observá-los em ação: os homens e as mulheres na confecção de roupas de *jeans* em Toritama.

4.3 Os sujeitos nas suas unidades produtivas: homens e mulheres em ação.

No grande cenário do nosso estudo encontramos os sujeitos: principais personagens deste universo produtivo, responsáveis por sua dinâmica, ocupados no cotidiano a manusear as máquinas, encarregados da produção das peças de *jeans* em

suas distintas etapas. Vimos homens, mulheres, jovens, alguns idosos e até mesmo crianças, que, de uma forma ou de outra, estavam envolvidos na atividade da produção, principalmente, nas unidades domiciliares ou vinculadas ao domicílio (caso dos galpões e puxadinhos). Assim, brotou a curiosidade de compreender um pouco mais sobre esses sujeitos e, aqui, nas pequenas unidades produtivas de confecções de *jeans* de Toritama, que ainda mantinham como principal mão-de-obra a familiar, foi que buscamos focar nosso olhar.

De modo geral, nos estudos⁷² que tratam sobre o trabalho em confecção de vestuário, sejam esses a domicílio ou não, a presença da mulher sempre tem se configurado como preponderante. Segundo Abreu e Sorj (1993, p. 53), isso ocorre porque “no processo de socialização” as mulheres têm seus papéis definidos a partir de um conhecimento adquirido e voltado para reproduzir suas funções nas unidades domésticas, nas quais, por exemplo, aprender costurar torna-se condição fundamental para o seu papel na família como esposa e mãe. Assim, o trabalho a domicílio, no setor de confecção, basicamente passa a ser apresentado como eminentemente feminino.

Ao analisarmos os sujeitos que estavam envolvidos na confecção de *jeans* em Toritama, verificamos que havia uma significativa participação masculina nesta atividade. Isto nos levou a perceber que o conhecimento desta atividade deixou de ser exclusivamente do universo feminino e da reprodução social, passando a ser assumida pelos homens também. Desta forma, dado a necessidade crescente de mão-de-obra exigida pelo dinamismo dessa produção no município, e, associado a este fato, a falta de expressão local das atividades econômicas voltadas para a agricultura, como já colocamos anteriormente, fez com que a atividade na costura passasse a constituir uma saída viável de trabalho, o que levou o contingente masculino a ingressar, sem maiores problemas. Isso, de antemão, nos chamou atenção, pois na realidade do Nordeste esta atividade da costura foi sempre afirmada, na cultura local, como sendo um atributo exclusivamente da mulher, sendo por ela tradicionalmente assumida. Este constatar já nos fez ter mais cuidado no tratar a questão da divisão sexual do trabalho, um dos pilares centrais de onde se alicerçaram as desigualdades na relação entre homens e mulheres no processo produtivo e, por isso mesmo, objeto do debate nos estudos sobre gênero. Em Toritama, a realidade nos levou a reolhar estas afirmações que sacramentaram as discussões sobre a natureza da relação entre homem e mulheres,

⁷² Ver Abreu, (1986), Abramo (1998), Ruas (1993), Abreu e Sorj (1993), Moreira (1998; 2005). Bruschini e Ridenti (1993; 1994), Gazzona, (1997), Araújo e Amorim (2001), Neves (2006), entre outros.

colocando a subalternização das atividades, habilidades, atribuições. Pelo menos no ato produtivo – *lôcus* onde as desigualdades se expressavam, em nossas observações, estes aspectos não foram apreendidos/identificados, embora tenhamos percebido, em alguns casos, uma certa divisão sexual destas atividades.

De fato a imagem que construímos ao longo do tempo sobre qual deve ser o papel do homem na sociedade vem há décadas sofrendo algumas modificações, principalmente no campo do trabalho e, mais precisamente, nas funções que o homem deve ocupar neste setor. A título de lembrar, se durante muito tempo convencionou-se que cozinhar, cuidar dos filhos, fazer as atividades domésticas e costurar fossem tarefas unicamente reservadas ao público feminino, hoje esta leitura passa por algumas transformações (mediante as particularidades de cada sociedade), principalmente no que se refere em relação à divisão sexual do trabalho, como lembram bem Hirata e Kergoat (2003).

No tocante a Toritama, o processo pelo qual o homem entrou num setor de trabalho onde a função principal – costurar - pertencia em exclusividade às mulheres, se deu principalmente por este se apresentar como um campo de trabalho em crescimento, no qual o trabalho das mulheres, por si só, passou a não ser suficiente face ao crescimento da demanda, levando assim a abarcar cada vez mais a mão-de-obra masculina. Este lugar foi sendo cada vez mais assegurado devido ao tipo de maquinário que o trato do *jeans* exigia e que, por ser mais sofisticado e pesado, foi facilitando a entrada dos homens nesse mercado. Isso em relação apenas ao processo produtivo, pois, como vimos, era realizado nas residências ou em paralelo a elas. Já em relação ao trabalho doméstico, as atividades se mantinham majoritariamente sob a incumbência das mulheres. Foi no tocante a esta dimensão da vida doméstica que o cenário da desigualdade, no assumir as responsabilidades, permanecia intacto, encontrando, assim, eco nas reflexões clássicas sobre gênero.

Na composição de nossos sujeitos fez parte das entrevistas formais um total de 15 que autorizaram que fizéssemos o registro de suas falas em gravador⁷³. Destes, 46,7% eram homens e 53,3% eram mulheres. Todos afirmaram ser donos ou responsáveis das unidades produtivas, embora nem sempre estes fossem os proprietários dos imóveis onde a atividade produtiva ocorria. Além desses, também tivemos a oportunidade de

⁷³ Entretanto como enfatizamos no capítulo metodológico tivemos a oportunidade de dialogar com outros sujeitos ao longo da observação participante, sem que tenhamos gravado as falas.

obter informações ao longo da observação participante com alguns filhos (as) e cônjuges.

TABELA 6
Estado civil / sexo
(Em %)

Sexo	Estado civil			
	Solteiro (a)	Casado (a)	Separado (a)	Total
Homem	6,6%	40,1%	0%	46,7%
Mulher	20,0%	26,7%	6,6%	53,3%
Total	26,7%	66,7%	6,6%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011-2012).

Esta primeira informação coletada já nos indicava um perfil divergente entre a confecção local e as demais confecções estudadas em outras regiões do país⁷⁴, posto que, como observamos, 40,1% dessas unidades produtivas tinham como responsáveis diretos homens casados que, no momento da entrevista, estavam costurando juntamente com as mulheres e filhos, levando-nos a ter a impressão de que naqueles ambientes havia uma distribuição de atividades mais igualitária. À medida que fomos ajustando nosso olhar nesses espaços, ao longo de nossa observação, tivemos que desmistificar esta aparência e compreendendo melhor as relações que se delineavam ali, conforme veremos ao longo deste capítulo e do capítulo 5 desta tese.

A idade de nossos entrevistados variou entre 27 a 56 anos de idade. Os homens foram os que compunham a faixa de maior idade, centrando-se entre 40 a 56 anos de idade. Já as mulheres se situavam na faixa dos 27 a 40 anos. Vale salientar que, além de mais jovens, estas mulheres haviam ingressado muito mais cedo na confecção que os homens. Assim, interessada em compreender um pouco esta dinâmica, partimos para analisar um pouco suas histórias de vida narradas ao longo de nossas visitas, posteriormente ao momento da entrevista. Verificamos que a inserção mais cedo das mulheres nestas atividades se deu pelo fato de que a costura sempre foi uma atividade vinculada à função de dona de casa e, portanto, natural do “espaço feminino”⁷⁵. Alguns

⁷⁴ Como as confecções de Jeans em Cianorte (LIMA, 2009), as confecções em João Pessoa (MOREIRA, 2005), as confecções em Divinópolis (NEVES e PEDROSA, 2007), as confecções no Rio de Janeiro (ABREU, 1986) entre outros, onde esta atividade era eminentemente feminina.

⁷⁵ Esta característica também foi observada em outros estudos sobre confecção a domicílio, com Abreu (1986), Moreira (2005), entre outros.

relatos como os de dona Isabel e de Maria nos apontaram essa perspectiva. Vejamos o que nos disse dona Isabel:

Eu sempre costurei! Desde menina eu costurava! Aí foi só começar fazendo algumas pecinhas para uns fabricos e pronto! (IZABEL, 13/09/2011, **grifo nosso**)

E Maria:

Costurar pra mim é a mesma coisa que saber cuidar da casa, mas acho que sei costurar melhor que cuidar da casa (risos)! (MARIA, 14/09/2011, **grifo nosso**)

Em nossas entrevistas, a costura passava para essas mulheres como uma atividade de sua habitual responsabilidade, o que facilitou com esta percepção sua inserção no mercado de trabalho local. Já para os homens, o assumir esta atividade só se deu pela falta de alternativa do que fazer na região, dado o fracasso da atividade calçadista e a falta de condições das atividades rurais, bem como na construção civil, fazendo com que sua entrada na confecção se desse mais tardiamente do que as mulheres. Outro estímulo no entrar na confecção se deu por conta de suas próprias mulheres, ao mostrarem as vantagens da atividade em termos de oferecerem maior rentabilidade. Alguns relatos dos homens confirmaram esta nossa colocação, conforme podemos ver na fala de seu Jeremias:

Eu já trabalhei de tudo nessa vida, fui servente, pedreiro, até borracheiro eu fui, fiz de tudo que você pode imaginar! Aí a mulher começou com a costura, ela me animou! Eu vi que era bom e resolvi entrar também! (JEREMIAS, 08/08/2012, **grifo nosso**)

E também seu José:

Eu tentei dar certo na construção civil primeiro, mas não deu, resolvi juntar tudo e montar esta facção com a mulher e os filhos! (JOSÉ, 28/08/2012)

Ao lidar com a confecção, o que ocorreu foi que os homens terminaram se especializando em algumas etapas do processo produtivo que requeriam maior força física, ou a utilização de máquinas mais pesadas. Assim, na feitura da roupa do *jeans*, algumas etapas da produção passaram a ser consideradas de responsabilidade dos

homens, como: o corte, o fechar da peça, o mosqueado⁷⁶, a lavanderia, além também da venda do produto, que exigia deslocamentos constantes da casa para fazer a comercialização. Quanto às mulheres, o que observamos foi que elas ficavam responsáveis pela costura nas máquinas de linha reta, cuja atividade requer mais atenção e delicadeza, pois estão relacionadas com a parte mais visível das peças, como os bolsos, o colocar os zíperes, entre outras, instituindo-se assim uma divisão sexual do trabalho, ou seja, aquelas estabelecidas pela própria natureza da atividade e não pela clássica afirmação do que se consagrou nos debates de gênero, a de associar a mulher à natureza frágil e delicada, daí só poder ficar ligada a atividades que não ferissem esta imagem, e, ao homem a eterna associação do “sexo forte”, portanto, cabendo-lhe só atividades que fizessem jus a esta natureza

No que se refere ao local de origem, do total dos sujeitos entrevistados, 33,3% eram naturais de Toritama, 60,0% vieram de cidades circunvizinhas, e 6,7% de outros estados da federação. Estes dados reforçaram as informações colhidas em estudos anteriores, realçando o caráter atrativo que o município apresenta, conforme salientou Lyra (2005), Lira (2006). Esses sujeitos saíram de suas cidades de origem abandonando antigas ocupações para viver o sonho de Toritama: “*Ter seu próprio negócio*”. A maioria deles (60%) havia saído da zona rural e alguns relataram que saíram do campo fugindo dos longos períodos de estiagem, pois já estavam cansados de ver seu gado morrer de fome e ter que correr para o Sul para que a família pudesse sobreviver. À medida que Toritama foi se configurando como uma opção viável à sobrevivência das suas famílias, estes sujeitos se voltaram para a atividade da confecção de *Jeans*, dispondo-se a aprender e a ingressar em um universo completamente diverso ao seu de origem, como do meio rural.

Quanto ao grau de escolaridade desses sujeitos, o que nossos levantamentos sinalizaram foi que este era relativamente baixo, como pode ser percebido na tabela 3, pois do total dos entrevistados apenas 20% haviam concluído o ensino médio. A grande maioria (73,4 %) não conseguiu finalizar a segunda fase do ensino fundamental; entre estes, um afirmou nunca ter estudado, ou seja, era analfabeto. O motivo parecia sempre o mesmo: o sujeito teve que trabalhar muito cedo, e não pode conciliar trabalho com os estudos. Este perfil já havia sido detectado por outros estudiosos, como Andrade (2008) e Campos et al.(2008).

⁷⁶ O mosqueado é a atividade relacionada ao acabamento feito nas peças de jeans, onde se faz as casas e a costura das presilhas e bolsos das peças, denominados de “mosca”.

Pelo que podemos ver nesta tabela 7 as mulheres entrevistadas mostraram ter frequentado mais tempo a sala de aula, daí apresentaram um perfil de escolaridade bem diferenciado daquela dos homens.

TABELA 7
Grau de escolaridade / sexo
(Em %)

Sexo	Grau de escolaridade							Total
	Analfabeto	1ª fase fundamental completo	1ª fase fundamental incompleto	2ª fase fundamental completo	2ª fase fundamental incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	
Homem	6,7%	6,7%	6,7%	0%	20%	6,7%	0%	46,8%
Mulher	0%	20%	6,7%	0%	6,7%	13,3%	6,7%	53,2%
Total	6,7%	26,7%	13,3%	0%	26,7%	20%	6,7%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2011-2012).

Ao conversarmos com algumas das mulheres que conseguiram concluir o ensino médio e questionarmos o porquê de continuarem a trabalhar sobre uma máquina de costura, elas foram enfáticas, afirmando que em Toritama não tinham outra opção a não ser continuar a trabalhar na costura. O relato de Ruth, 38 anos de idade e solteira, assim nos falou, meio resignada:

Eu consegui concluir o segundo grau. [...]
Vou estudar mais pra quê? A única coisa que dá aqui é o *jeans*, é o único mesmo! (RUTH, 06/10/2011, **Grifo nosso**)

Ao longo de nossa observação, tivemos oportunidade de retomar com Ruth a questão de sua escolaridade e nesse momento ela nos disse que não teve interesse por continuar os estudos, porque a confecção lhe rendia muito mais que outras profissões que existiam no mercado local e que, mesmo sendo solteira, não tinha interesse de sair da cidade, pois seus pais já eram idosos e necessitavam de sua presença. Reforçando seu argumento, tomou o exemplo das professoras do município e que ganhavam muito menos do que ela na confecção e, por isso mesmo, não tinha interesse de deixar o que estava fazendo para “*quebrar a cabeça com os estudos*”.

Tal como Ruth, encontramos outras mulheres que sendo casadas e tendo filhos faziam referência a outros elementos que serviram de obstáculos à continuidade aos seus estudos. Usavam como argumento a responsabilidade que tinham em “*dar conta da casa, dos filhos e do marido*”.

Já Débora, com seus 46 anos de idade e solteira, referiu-se a necessidade de ter que trabalhar como fator impeditivo de não ter dado continuidade a seus estudos:

Estudei até a quarta série!
[...] Eu tinha que trabalhar né? (DEBORA, 07/10/2011)

Contando-nos um pouco de sua história de vida, Débora relatou que morava na zona rural de Vertentes-PE, e lá só existia um único “grupo escolar”, onde se podia cursar até a quarta série o que lhe impossibilitou de continuar seus estudos, pois não tinha condições de ir para mais longe, além de ter sob sua responsabilidade os trabalhos tanto em casa quanto na roça com seus irmãos, para ajudar os pais, já que naquela época enfrentavam difícil situação financeira. Quando Toritama começou a despontar na confecção de *jeans*, contou-nos que ela e seus irmãos vieram para a cidade à procura de emprego. Inicialmente, ela trabalhou em casa de família como doméstica, e seus irmãos nos fabricos locais. Com o passar do tempo, ao ver que a cidade estava crescendo cada vez mais em torno do *jeans*, Débora nos disse que resolveu pedir as contas à sua patroa e assim comprou sua primeira máquina para faccionar, já que desde menina havia aprendido a costurar. Desde então, não teve mais como continuar os estudos.

Outras narrativas puderam ser agregadas a estas, reafirmando a indisponibilidade de grande parte dos sujeitos para o estudo, em decorrência de sua ocupação nas confecções locais, geralmente associadas a dificuldades econômicas, quando ainda jovens. Entre os homens este quadro ganhou uma tonalidade ainda mais forte, uma vez que tinham que contribuir com os rendimentos familiares muito cedo, para poder sobreviver, inserindo-se, assim, na atividade preponderante no município. Pelos depoimentos, vimos que quase todos haviam começado a trabalhar entre 8 e 13 anos de idade, período este em que, normalmente, deveriam estar em sala de aula, cursando o ensino fundamental. Mas como enfatizou Tiago, “*a necessidade falou mais alto*” e, como alternativa, restou-lhes apenas trabalhar nos fabricos e facções locais. Houve casos em que alguns desses sujeitos conseguiram frequentar a sala de aula por um pouco mais de tempo, mas tiveram que largar por conta da incompatibilidade entre o trabalho e os estudos, fazendo com que, no final, optassem pelo trabalho na facção. Por não contar com outra possibilidade de escolha, o trabalho nos fabricos se apresentava como a única saída para o problema da subsistência oferecida pelo município. Podemos citar como exemplo desta situação, Pedro, um rapaz solteiro, com 29 anos de idade. Quando perguntamos sobre seus estudos ele nos falou:

Eu estudei até a sétima série [...]

Tenho vontade de continuar, mas não posso, agora não dá, tenho que trabalhar! (PEDRO, 21/11/2011, **grifo nosso**)

A prioridade para Pedro no momento era o trabalho em sua facção, embora mantivesse o interesse em continuar seus estudos em um momento posterior. Mais uma vez, os estudos se tornaram secundários em meio ao trabalho nas confecções de Toritama.

Dando continuidade as nossas observações e mediante os contatos que mantivemos com esses sujeitos, verificamos que a desmotivação com a educação formal se dava por diversos fatores, entre eles o fato de constatarem que os que chegaram a terminar o ensino médio não conseguiram ter um trabalho melhor ou um salário mais justo do que os indivíduos que se dedicaram aos fabricos e facções no município. Além disso, o tempo requerido para os estudos é muito longo, enquanto no fabrico, mesmo com o trabalho exaustivo, absorvendo mais de 10 horas por dia, poucas horas de sono e quase sem tempo reservado ao lazer, o crescimento financeiro era bem mais atraente e mais rápido, conforme a maioria nos relatou.

O que acontecia era que esse trabalhador, que recebia uma renda mais expressiva por seu trabalho, tendo tido um período curto de dedicação para o aprendizado da tarefa, embora reconhecesse o “*quanto trabalha*”, não conseguia aparentemente perceber o tamanho das renúncias que enfrentava no seu cotidiano, diminuindo os momentos de lazer em companhia dos filhos e da família. Estavam ocupados demais em ganhar dinheiro para o bem estar financeiro deles próprios e da família, mas “*desatentos*” ao quanto estavam perdendo em qualidade de vida, já que tudo ao seu redor girava em torno de buscar aumentar a produção e, conseqüentemente, os ganhos. Escutamos muitas vezes que estavam felizes com aquela realidade e que tudo estava bem, entretanto, quando fomos aproximando-nos mais de seus universos, o que percebemos foi que se tratava de pessoas exaustas e algumas vezes até expressando ressentimento com a vida que levavam, ficando assim um contraste entre o que ouvíamos das evocações destes sujeitos em relação aos sentimentos de felicidade, satisfação, e o que víamos. Estes sujeitos não se davam conta da realidade extenuante que viviam em nome da sedução dos ganhos imediatos.

Desta forma, o estudo era deixado de lado, porque para isso requeria tempo, e quase sempre para eles, “*tempo significa dinheiro*” e dinheiro só se tornava possível na produção de cada peça pronta para ser comercializada.

Assim, no seguir de nossa observação, vimos que a educação formal ainda era um elemento secundário nas vidas desses sujeitos envolvidos na confecção, principalmente, para os que estavam iniciando suas pequenas facções e fabricos localizados em seus domicílios, e contando com a mão-de-obra familiar para mantê-los funcionando. Em alguns casos, verificamos que, quando há adolescentes, estes continuam estudando por receio da fiscalização do Conselho Tutelar Municipal. Quando nos aproximávamos de um fabrico ou facção e que percebíamos a presença de adolescente nas máquinas, os responsáveis pelas unidades produtivas faziam questão de nos informar: *“Ele (a) está aqui só nesse horário, mas a noite vai para a escola! Tem que concluir os estudos”*. Em outros momentos repetiam o refrão: *“lugar de menino é na escola, por isso que ele já foi hoje de manhã”*. Discurso vazio, pois eles mesmos os requisitavam para “ajudar” no batente do trabalho!

À medida que fomos entrosando-nos cada vez mais nesses espaços e, portanto, tornando-nos “mais confiáveis,” alguns pais nos relataram que em Toritama estava havendo uma fiscalização intensa do Ministério do Trabalho e do Conselho Tutelar Municipal em relação ao trabalho infantil e que, por conta disso, eles não deixavam de enviar seus filhos para a escola, embora tivessem *“certeza que no município o que de fato poderia dar um futuro a eles seria ajudar em suas unidades produtivas, para que essas pudessem crescer”*. Percebemos depois que, na maioria dos casos, estes adolescentes se viam desestimulados a continuar seus estudos, ao verem a possibilidade de ganho. Em meio a uma de nossas conversas com uma das adolescentes, durante nosso período de observação, questionamos se ela teria interesse em dar sequência a seus estudos, fazer uma faculdade ou um curso técnico, ou algo semelhante e assim ela nos respondeu de forma simples e objetiva:

Eu não! Vou terminar só o ensino médio porque é obrigação, eu já tenho trabalho, aqui o que dá dinheiro é costura mesmo e não precisa de tanto estudo assim! (BERENICE, 12/09/2012, **grifo nosso**)

Assim, os filhos acabavam reproduzindo a postura de seus pais, em não darem o devido valor aos estudos nem ver neles uma abertura de novas possibilidades profissionais para o futuro.

Quanto à organização da estrutura familiar existente nas unidades produtivas investigadas encontramos as mais variadas composições familiares. A que predominava era a família nuclear, ou seja, aquela que a antropologia define como sendo composta

pelo pai, mãe e filhos, onde a chefia do empreendimento, na maioria dos casos, é exercida pelo homem, mesmo que às vezes compartilhando com suas mulheres. Também constatamos outras onde havia a presença da família estendida, por ser composta, além dos membros da família nuclear, tios (as), primos(as), todos envolvidos também na produção. Verificamos ainda algumas unidades produtivas chefiadas por indivíduos solteiros, mas que recorriam ao trabalho de familiares, como irmãos, sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, entre outros, para poder manter sua produção funcionando. Isso reforça a afirmação de que, em suas origens, o trabalho nestas unidades produtivas tendia a se constituir com base no trabalho familiar, ou conduzido por indivíduos que mantinham algum grau de parentesco, conforme salientou Raposo e Gomes (2003). No entanto, essa realidade vem sofrendo algumas alterações, com o passar do tempo e a expansão desses empreendimentos, o que se tem observado é a inserção de outros trabalhadores não familiares, como tivemos a oportunidade de constatar, embora isso não tenha inibido o surgimento de novas unidades produtivas domiciliares com base exclusiva no trabalho familiar, como vimos ao longo deste capítulo.

Portanto, dado a importância que o trabalho a domicílio tem desempenhado neste Polo, estaremos no próximo capítulo mergulhando mais detalhadamente no universo dessas unidades produtivas com o objetivo de apreendermos como se davam as relações entre os homens e as mulheres em termos de atribuições e de possibilidades no conduzir as tarefas produtivas e domésticas e quais os seus rebatimentos sobre os sujeitos que compunham estes espaços que eram produtivos e domésticos ao mesmo tempo.

CAPÍTULO 5

A TRAMA DOS PAPÉIS FAMILIARES NA CONFECÇÃO DE ROUPAS DE *JEANS*.

Nosso esforço neste capítulo consistiu em procurar mostrar com se expressavam, nas unidades produtivas de cunho familiar que investigamos, os sentidos do trabalho na família. Assim, perseguimos como objetivo apreender, em meio ao trabalho domiciliar, quais eram as atribuições/papéis que os homens e as mulheres desempenhavam no âmbito desses espaços, que, como vimos no capítulo anterior, se constituía tanto como espaço produtivo como de moradia; apreender as mudanças aí ocorridas; bem como compreender como os valores quanto ao compartilhamento do saber, a independência financeira, as relações de mando têm reverberado sobre as relações de afetividade entre os familiares.

Como no capítulo anterior, a construção deste ocorreu levando-se em consideração tanto as entrevistas diretas quanto os diálogos casuais que tivemos com os sujeitos ao longo da pesquisa de campo, durante a observação participante. Portanto, salientamos a importância tanto das falas como dos silêncios, das ações e reações, onde os sujeitos exteriorizaram seus sentimentos, em relação àquela realidade de trabalho no contexto familiar. A seguir, os resultados de nossas análises.

5.1 Homens e mulheres (re) significando o trabalho familiar

Em nosso contato com estes sujeitos, fomos apreendendo como o trabalho ia significando nas suas vidas, e como ele ia marcando as suas subjetividades. Assim no quadro deste trabalho, vimos que a subjetividade se expressava nos mais diversos sentimentos, desde da não aceitação pelos deslocamentos de atribuições vivenciados entre os homens e mulheres envolvidos nas atividades produtivas, à sensação de realização que o trabalho proporcionava, por ser um espaço que viabilizava a estes o exercício do domínio de um saber, de habilidades, e o que isto possibilitava de

autonomia no modo de proceder, de deter o controle do processo produtivo e, sobretudo, no que viabilizava e proporcionava de independência financeira. Assim, procuramos enfatizar a subjetividade no que diz respeito às experiências desses homens e mulheres, procurando destacar não apenas as concordâncias e afinidades, mas também desvendar quais os fatores que faziam eclodir os conflitos, que muitas vezes se apresentavam camuflados, dada a imbricação das relações de trabalho com as de natureza familiar. O chamar atenção sobre esses aspectos despertou todo o interesse, pois à medida que nossas observações prosseguiram houve um aspecto que se sobressaiu fortemente – o lugar (posição) que os homens ocupavam no espaço produtivo, ou seja, o de assumir juntamente com as mulheres o trabalho de costura – atividade tradicionalmente nunca assumida por eles. Este dado abriu uma frente relevante de buscas, procurando entender como era visto a inserção do homem em um lugar sempre posto com feminino, principalmente se levarmos em conta a realidade em que esta nova inserção do homem vai se dar: uma pequena cidade localizada no Agreste de Pernambuco no Nordeste, região onde os valores machistas são ainda culturalmente e socialmente reafirmados.

Precisávamos, portanto, nos deter com mais cuidado sobre este constatar, para discernirmos o sentido para as mulheres desta entrada em cena dos homens em atividades que habitualmente foram suas.

Não é o fato em si do homem costurar – o *metier* de alfaiate é um exemplo emblemático, pois historicamente sempre esteve sob o domínio exclusivo deles. Eles se ocupavam em fazer toda confecção para um público unicamente masculino e nunca foi posto em questão esta organização do trabalho, objeto de nenhum considerar preconceituoso. O que tornou instigante em Toritama foi se observar que esta presença dos homens diante das máquinas de costura era naturalmente partilhada sem ser motivo de disputas, discriminação ou atritos. Todos entravam ativamente no trabalho, movidos pela sedução do êxito que os negócios da confecção de *jeans* promissoramente oferecia.

Partimos para ver então se esta superposição de lugares constatada entre homens e mulheres na produção haveria também em relação a outras atividades, por exemplo, no espaço doméstico. Aqui, nossos contatos trouxeram uma informação expressiva diante do quadro anterior - a manutenção da centralidade da mulher no assumir majoritariamente as responsabilidades de casa, ao lado da carga de trabalho na produção.

Diante deste quadro, achamos pertinente nos cercarmos um pouco do debate da questão de gênero com interesse não só de alargar os horizontes reflexivos, mas ter os subsídios deste debate no entender esta realidade que estávamos desbravando. Norteados por ele, foi possível apreender os deslocamentos e/ou superposições de papéis/ atribuições, ampliação/redução de atuação, das responsabilidades, do comando do processo produtivo, na definição de suas prioridades, organização, da equiparação da remuneração, valorização do trabalho entre outros aspectos. Estes foram alguns deles que a nosso ver poderiam nos fornecer pistas que levassem a compreender o significado da trama dos papéis e relações entre homens e mulheres, das manifestações do machismo tal como se expressavam hoje no interior dos espaços domiciliares de produção em Toritama, procurando ver, assim, em que esta realidade provocaria/incitaria uma ressignificação e reposicionamento da discussão sobre a questão das relações homem e mulher no contexto familiar de trabalho, depois de todo esse processo de transformação por que vem passando a sociedade no Nordeste, em especial nesta região que recortamos para nosso estudo. A intensidade das mudanças que vêm ocorrendo nesta área do Agreste pernambucano, provocada essencialmente pela pujança da produção de confecção no âmbito familiar, desafiou-nos cada vez mais a ver que desdobramentos este novo cenário provocava sobre o lugar desses sujeitos e, em especial, da mulher.

No tocante a sociedade como um todo, homens e mulheres sempre tiveram papéis a desempenhar para que esta pudesse se desenvolver. No entanto, embora em algumas sociedades tenham convencionado lugares para o ser homem e para o ser mulher, isto não quer dizer que ambos tenham correspondido sempre aos papéis a eles destinados e reservados. Isso se repete no espaço da família. À medida que a sociedade se desenvolveu, os papéis entre homens e mulheres também tenderam a ser alterados, entretanto, em outras sociedades nem tanto.

No passado, as unidades domésticas conformavam-se como unidades básicas de produção, tendo em vista que toda a família era responsável por produzir os bens e serviços que garantissem a sobrevivência de todo o grupo. Com o advento da industrialização, ainda nos seus primórdios, entre os séculos XVIII e XIX, algumas alterações já começaram a ser percebidas. As unidades domésticas, que antes no mesmo espaço se encarregavam tanto da produção como da reprodução social, passaram por modificações e estas atividades foram desmembradas. Uma das consequências deste processo foi que a família passou a ter novo sentido; como lembram Bruschini e Ridenti

(1994, p. 31), “*deixa de ser uma unidade econômica e torna-se um lugar de refúgio, de afetividade, de relações de sentimento entre o casal e os filhos.*” O lugar para a produção ficou reservado predominantemente às fábricas. Nesse período, os papéis entre homens e mulheres eram bem mais claros no seio da família, na qual ao homem cabia o papel de provedor e à mulher, os cuidados com as questões domésticas e com os filhos. Entretanto, através da bibliografia consultada, percebemos que tanto os papéis como a estrutura familiar não são estáveis, perpétuos, ao contrário, eles respondem e expressam às transformações sociais que lhes cercam, conforme abordam essas autoras.

Em meio às mudanças que ocorreram nas sociedades capitalistas e seus processos de acumulação, a inserção das inovações tecnológica e organizacional das empresas ao longo dos séculos XIX e XX, bem como o advento do Taylorismo, fordismo e Toyotismo, entre outros, as famílias também lentamente começam a alterar as formas de ação de seus membros, de suas atribuições, tanto no setor produtivo quanto nas questões domésticas.

Foi isto que observamos ao nos voltar para o caso específico de nossa realidade de estudo em Toritama, ao perceber que no interior dos pequenos fabricos e facções de confecção de *jeans*, os papéis definidores para homens e mulheres têm se configurado, de forma diferenciada. Do passado, nos primórdios da industrialização nos países europeus, estas pequenas unidades de produção guardavam, entretanto, similitude quanto ao espaço direcionado à produção, pois lá em Toritama ocorre também em contiguidade ao espaço domiciliar, mas já não podemos dizer o mesmo quanto à divisão sexual das tarefas, pois, a partir de algumas situações observadas e vivenciadas em nosso trabalho de pesquisa, pudemos apreender que a partilha das atividades entre os homens e mulheres, sobretudo às ligadas a produção, apresentavam particularidades se comparadas ao que comumente a bibliografia referenda. O mesmo não se obtendo no tocante as funções domésticas, estas continuavam sendo assumidas quase exclusivamente pelas mulheres, afirmando assim as clássicas colocações dos estudiosos que vêm se ocupando da questão de gênero. Uma de nossas entrevistadas – Noêmia – reforçou o que vínhamos colocando, pois, em conversas conosco de como se dava a organização do trabalho doméstico em relação às atividades produtivas, assim falou de como seu marido se colocava:

As tarefas de casa eu faço sozinha! [...] Ele não gosta! Homem não gosta dessas coisas. (NOEMIA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Deixou bem claro, por esta afirmação sobre tarefas de casa, o ponto X de onde se expressam as desigualdades entre homens e mulheres, como mostram Bruschini (1994), Jonas (2003), Picanço(2004), Araújo e Scalón (2005) entre outros, de fato não contava em absoluto com o envolvimento do marido. Já em relação ao trabalho na costura em sua facção, ele participava, mas assim mesmo de forma pontual, como podemos perceber pelo que nos passou quase que em tom de desabafo:

Ele não tem outro trabalho a não ser aqui na facção, fazendo essas costuras... Aqui a carga é mais em cima de mim, tanto na casa como nas encomendas. Tem o aluguel pra pagar, pra ir atrás de freguês, pra ir atrás de costureira tudo é comigo. Ele ajuda, ajuda, mas o maior peso é comigo! (NOEMIA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Nisto, ela acaba acumulando funções, bem como já colocado por Abreu e Sorj (1993), Montali (2000), Montali e Lopes(2003), Leite(2004), entre outros, à medida que, além de assumir sozinha a responsabilidade doméstica, se coloca também como a responsável por todo funcionamento de sua facção. Seguimos nossas observações no sentido de vermos se encontrávamos situações diferenciadas, em relação ao trabalho doméstico e, assim, sentirmos a pertinência ou não de nossa suposição, mas o que vimos foi que se manteve a clássica posição de alheamento do homem das tarefas caseiras, já exaustivamente tratada pelos estudiosos da condição feminina apontados acima. O único aspecto que subverteu a situação de gênero foi relativo ao lugar da costura, como colocamos anteriormente, que passou também a ser assumido pelo homem, atividade histórica e culturalmente exclusiva do universo das atribuições femininas.

Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que o argumento apontado por Segalem (1999), de que há um consenso de que o doméstico é o universo feminino e o não-doméstico do universo masculino foi sendo reafirmado. Pois, embora os homens em Toritama tenham assumido um lugar na costura, continuaram, no geral, ausentes nas atividades domésticas, pois para eles a costura representava o não doméstico, ou seja, o produtivo.

Quadro semelhante nós observamos no fabrico do seu Tiago. Ao indagarmos sobre a organização das tarefas domésticas, ele nos informou:

É pouco tempo, é uma correria, é questão de hora. A mulher se levanta da máquina, bota no fogo, aí depois volta, vai olhar, aí fica lá e cá. [...] Eu fico sempre por aqui nas máquinas. (TIAGO, 09/03/2012, **grifo nosso**)

Por ocasião da observação participante, passamos alguns dias indo ao fabrico de Tiago e Ester. A residência do casal, que havíamos visitado na primeira fase de nosso trabalho de campo, agora encontrava-se em reforma e ele nos explicou que estava neste novo imóvel alugado porque sua residência estava sendo ampliada para melhor acomodação do fabrico. Com a melhoria da condição financeira, houve a possibilidade de ampliar a sua unidade produtiva e assim desmembrar o espaço domiciliar do espaço produtivo.

Tivemos oportunidade, através da observação participante, de conviver com a rotina do trabalho nas máquinas e assim assistimos a cenas que, de outra forma, não teríamos como assistir e elas ilustraram bem o que falamos sobre esta questão da acumulação de atividades domésticas por parte da mulher. Ester⁷⁷, trabalhando na confecção juntamente com o marido e a cunhada, teve que interromper para ir à cozinha apagar a panela de pressão que estava no fogo com o feijão, evitando queimá-lo e, assim, poder sair para pegar a filha na escola. Seu marido, no mesmo ambiente, manteve-se na costura como não tivesse nada a ver com estas outras atividades. Tudo era assumido sem que Ester colocasse em questão esta priorização do marido pela confecção em lugar de ajudá-la, compartilhando as obrigações domésticas. Com esta atitude diante da superposição de tarefas nela sozinha, levava de certa forma a uma naturalização, uma vez que ela também tinha o fabrico no centro de seu interesse e dedicação, como ela deixou transparecer na observação que fez:

“O feijão pode até queimar o que eu não posso é perder nenhuma peça⁷⁸ dessas!”.

Esta fala só veio reforçar o que espontaneamente Tiago havia nos dito em dias antes: as tarefas da casa eram de responsabilidade da sua mulher. Este quadro foi observado em quase todas as unidades produtivas visitadas, os que fugiram a esta regra eram exceções.

Outro detalhe que nos chamou atenção foi a importância que o fabrico passa a assumir na vida dessas pessoas, tudo ao redor parecia perder sua importância, contanto que nada viesse a comprometer o bom funcionamento da produção. Isto era assegurado compulsivamente e expresso no zelo pela pontualidade na entrega das encomendas, pois caso isto falhasse representava o comprador passar a adquirir as peças com outro

⁷⁷ Informações colhidas durante as observações no mês de setembro de 2012.

⁷⁸ Referindo-se a peça de jeans que estava costurando.

fabricante; perdendo o fabrico, assim, a credibilidade frente à freguesia; outro ponto cuidado por eles se referia a qualidade das peças, não deixando ocorrer nenhuma imperfeição, pois isto seria prejuízo certo, tanto de tempo, como, sobretudo, prejuízo financeiro. Assim, no emaranhado das solicitações da confecção e o cuidar das tarefas domésticas, as mulheres legitimavam o acumular de funções, envolvidas como ficavam pela sedução dos ganhos proporcionados pelos seus fabricos e facções.

Em meio às observações e as falas apresentadas, fomos vendo o machismo reafirmado nesses espaços, talvez pela própria ausência de uma postura mais crítica por parte das mulheres, outra modalidade de fazer com que posições mais firmes em relação a isto viessem impedir que em resposta às reações houvesse alguns comprometimentos no ritmo dos negócios. Um dos deslocamentos de papéis que apreendemos se deu no terreno do papel de provedor da casa, que no passado era considerado de obrigação exclusiva do homem e, na ocasião, vimos ser assumido igualmente pelas mulheres no possuir ela sua independência financeira proporcionada pelo seu envolvimento na atividade produtiva. Mas se esta mudança, por um lado, foi um dado dos mais relevantes por não deixar de simbolizar certo enfrentamento aos valores machistas tão culturalmente enraizados no Nordeste, por outro, ela não tem sido suficientemente forte para superá-los, mesmo esta região conhecendo as transformações e o dinamismo apontado que vêm marcando o polo de confecções de roupas de *jeans* nestes últimos anos.

Assim, em nossas observações pudemos ver que o trabalho doméstico se mantinha reservado unicamente às mulheres, sem falar que, a sua participação como provedoras da casa não fez com que elas realizassem/percebessem ainda o significado e a importância desta mudança, pois em suas falas elas continuavam a nos passar a imagem de “meras ajudantes” do orçamento familiar. Da mesma forma elas faziam omitindo o seu papel como produtoras, embora estando igualmente à frente do processo de produção de roupas de *jeans* com seus maridos e aceitando assumir sem eles os afazeres domésticos.

Outro ponto a ser ressaltado consistiu no fato de que essa postura de “ajudante” assumida pela maioria das mulheres que conhecemos nestes espaços produtivos também foi refletida no que diz respeito ao controle do faturamento de suas unidades produtivas, pois mesmo que, na maioria dos casos observados, estas estivessem à frente desses empreendimentos, não exerciam a função do controle financeiro, ficando estes a cargo de seus maridos, que acabavam decidindo as prioridades a serem atendidas com o seu

uso. Encontramos vários depoimentos como o de Noêmia, que embora tivesse nos afirmado ser a responsável sobre todo o funcionamento da sua facção, ao indagarmos em relação à questão do controle financeiro, ela nos disse:

[...] tomo conta de tudo, mas o financeiro ele que cuida, como te falei, pago as contas, vou atrás do freguês, mas ele toma conta do dinheiro,....., esse é o trabalho dele né? (NOEMIA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Se, em alguns casos, as mulheres tenham afirmado serem os maridos os responsáveis pelo controle financeiro, encontramos outras mulheres que contaram compartilhar das decisões de como utilizá-los, principalmente em relação às questões de expansão das unidades produtivas. D^a Isabel, em seu depoimento, quando indagamos sobre esta questão, assim nos colocou:

Olha, aqui em casa o meu marido é quem fica com essa responsabilidade aí (referindo-se ou controle financeiro da sua facção), mas quando a gente vai fazer alguma coisa, a gente combina,... ele sempre pergunta se eu tô de acordo ou não.... isso é, se é pra melhorar a condição da gente, ... da facção... ele pergunta.... a gente vê e combina. (ISABEL, 13/09/2011, **grifo nosso**).

Aqui fica pertinente a contribuição das perspectivas de gênero que incorporamos neste nosso estudo, ao percebermos a relação de poder desigual que se manifesta na vida conjugal na maioria desses sujeitos.

Cabe ainda mencionar a dimensão do poder que perpassa as relações de gênero. Essas relações são menos marcadas pelo exercício da autoridade masculina, mas, em contraposição, outras formas sutis de exercício de poder, simbólicas ou menos materiais, se manifestam, como explica Bordieu (2001). São mais aceitáveis no que respeita à incorporação de novas atribuições públicas pelas mulheres, mas pouco permeáveis à incorporação masculina de novas atribuições na esfera do doméstico. (ARAÚJO e SCALON, 2005, p. 23)

Como afirmam Araújo e Scalón (2005), existe uma tendência nas sociedades contemporânea de as mulheres ingressarem na esfera pública ou no trabalho produtivo, antes reservada só aos homens, no entanto a entrada dos homens na esfera da vida doméstica, esta tem se dado de forma lenta, em algumas sociedades, e, em outras, a vida doméstica continua reservada ao universo feminino, como vem mostrando este nosso estudo sobre Polo de Confecção de Roupas de *Jeans* em Toritama. Este foi o funcionamento dominante encontrado por ocasião de nossas observações e entrevistas, mas exceções existiram como foi o caso de Rebeca que, casando-se com um homem de

São Paulo, conseguiu nos passar a diferença de postura que percebia existir entre os homens do Sul em relação aos do Nordeste. Assim, outra realidade, dentro deste processo de produção, foi-nos por ela colocada. Rebeca tinha 42 anos de idade, era casada e mãe de três filhos, possuindo a propriedade de uma facção que funcionava na sua residência, no espaço da garagem. Neste ela dispunha de seis máquinas e uma mesa comprida, onde ficavam espalhadas as peças de *jeans*. Uma televisão e um sofá compunham o mobiliário da sala, mas esta era normalmente utilizada para depósito das peças já acabadas ou em preparação. A entrevista se deu na própria garagem, enquanto Rebeca costurava. Nascida em Toritama, ela morou 18 anos em São Paulo, e, segundo seu depoimento, foi a saudade dos pais, que já eram idosos, que a trouxe de volta. Há dois anos ela montou sua facção com a ajuda de seu marido e filhos. Ao questionarmos como se dava a organização do trabalho, a participação de cada um da família, quer nas tarefas domésticas como nas da facção, assim ela nos relatou:

[...] meu esposo me ajuda muito sabe? Ele não é igual aos homens daqui. Homem que vem de São Paulo é diferente. É homem acostumado a lavar, a passar, cozinhar, então ele faz muita coisa. [...] Porque os homens daqui não fazem isso! São muito machista! A maioria dos daqui é muito machista! São Paulo não tem isso não! O homem lava, passa, cozinha, ajuda, cuida de filho. Aqui você não vê isso! [...] Aqui o homem é machista. Mulher tem que trabalhar e fazer tudo e ele nada. A maioria das vezes, você vê os homens daqui jogando dominó! e as mulheres se matando! [...] E pior que não são valorizadas pelos esposos, não é valorizada! Eu vejo coisa aqui que eu fico horrorizada. (REBECA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Esta diferença de postura percebida entre os homens do Nordeste e os do Sul por D^a Rebeca nos remeteu à pertinente ponderação feita por Araújo e Scalón (2005), ressaltando os aspectos contraditórios que a realidade oferece.

[...] Sem dúvida, já não é mais possível pensar que, no Brasil, estamos diante, apenas, do homem tradicional e machista. Relações mais igualitárias e relações mais tradicionais mesclam, indicando faces “modernas” e faces conservadoras, que evidenciam as ambiguidades da esperada modernização. (ARAÚJO E SCALÓN, 2005, p. 34-35)

Situação semelhante encontrou-se também no depoimento de Marcos, pernambucano, com 32 anos de idade, casado e pai de três filhos e residente há treze anos em Toritama. Seu fabrico, localizado na parte inferior de sua residência, era formado por um grande galpão, onde ele distribuiu suas 25 máquinas de variados tipos. Um portão de madeira todo fechado dava acesso ao fabrico e à parte superior, onde

estava localizada sua residência. Quem passava por fora não imaginava nunca que ali estivesse funcionando um fabrico.

O espaço era relativamente pequeno, considerando que dispunha mais ou menos de trinta e cinco pessoas envolvidas com a produção, nas suas diversas fases. Este fabrico se ocupava de produzir shorts, calças, calças cigarretes⁷⁹. Comentou o produtor que só trabalhava com modelos exclusivos e só repetia algum por demanda de algum cliente. Seus modelos eram criados por um estilista de Campina Grande, por ele contratado.

No que se refere ao trabalho nesta unidade produtiva, cada trabalhador só realizava uma determinada função, executando apenas uma fase do processo produtivo. Embora já estivesse com um bom número de máquinas, ele também nos disse que algumas etapas das peças eram realizadas por terceiros, principalmente a parte de lavanderia, a feitura do bordado e a colocação dos botões.

Duas funcionárias, sem laços de parentesco com o proprietário, ocupavam a função de gerentes tanto de produção como do controle de qualidade. Tivemos a oportunidade de conversar informalmente, com a gerente de qualidade e, nessa conversa ela nos relatou que em relação à contratação de funcionários, eles tendiam a ter preferência pela mão de obra masculina, pois, segundo ela, as mulheres faltavam mais ao trabalho, e interrompiam muito o trabalho para conversar ao telefone. No meio de nossa conversa, ela nos falou:

Elas ganham por produção! Eu não entendo como é que a pessoa ganha por produção e fica conversando no celular, olhando uma para cara da outra, ao invés de tá trabalhando! Fica perdendo tempo, sendo que como a gente ganha por produção a gente é que faz o nosso dinheiro. Se fosse eu, eu não ficaria fazendo isso, eu iria ganhar mais que todo mundo!⁸⁰

Entre os trabalhadores desse fabrico, havia alguns com laço de parentesco, aspecto, na opinião da gerente, negativo, pois isto muitas vezes fazia com que houvesse uma mistura dos problemas domésticos com os do trabalho, comprometendo o ritmo da produção. Foi também esta gerente que nos disse que neste fabrico havia tarefas que eram exclusivas para homens e outras para mulheres, entretanto, isso não impedia de homens costurarem em máquinas de linha reta, “*máquina naturalmente utilizada mais por mulheres*”. Entre as atividades que eram eminentemente masculinas, ela nos citou:

⁷⁹ As calças cigarretes são assim denominadas por serem calças curtas, justas e estreitas, quando comparadas com o comprimento da calça comum.

⁸⁰ Entrevista concedida em 14/09/2011

desaversar as calças, fechá-las, colocar o có, igualar as peças das pernas da calça para cortar antes de fazer o abanhado. Estas tarefas foram apresentadas como masculinas, pelo fato delas exigirem maior esforço físico, que é despendido para a sua efetuação, pois o *jeans* consiste em um tecido mais inflexível, e nestas tarefas há sempre o manuseio de máquinas mais pesadas.

Marcos, juntamente com a sua esposa, respondiam pelo comando do fabrico, sendo ela responsável também pela parte da contabilidade, ou seja, pelo controle financeiro da unidade produtiva, já que era técnica em contabilidade. Chamou-nos atenção esta informação, e isto, por dois motivos: primeiro por ser uma nova frente de atividade não habitual neste tipo de empreendimento, e o segundo, por ser assumido por uma mulher, quando o controle das finanças nessas unidades de produção sempre foi assumido pelos homens. Outra manifestação de rearranjo na trama das atribuições, ratificando mais uma vez o constatar por Araújo e Scalón (2005), Oliveira (2005), Montali (2004), entre outros, sobre a mutabilidade que rege a realidade produtiva. Marcos nos afirmou que as decisões sobre o uso dos recursos financeiros eram sempre discutidas entre eles, e que sempre decidiam juntos em relação às prioridades que deveriam ser atendidas. Quando o indagamos como eles faziam para conciliar os afazeres domésticos com as responsabilidades com o fabrico, ele nos disse:

A responsabilidade é dela e minha! Eu também meto o bico. [...] Eu lavo louça, ajudo no que precisar. (MARCOS, 14/09/2011, **grifo nosso**)

Marcos era um dos poucos nordestinos que fugia ao perfil machista dominante em nossa realidade; sendo, como afirmou, habituado a dividir as tarefas com a esposa em casa. Embora em ritmo lento, e de forma pontual, o que observamos foi que os homens pouco a pouco também têm se inserido no âmbito do trabalho doméstico e não apenas no trabalho produtivo, antes desenvolvido exclusivamente por mulheres, como o caso da confecção tem demonstrado. Este constatar nos remeteu a Petrini (2005), que assim se posicionou:

A mulher entrou no mundo do trabalho e no âmbito social, aproximando-se de modelos anteriormente masculinos mais de que quanto o homem tenha-se envolvido com as tarefas domésticas, podemos notar uma menor aproximação dele aos papéis tradicionalmente femininos. (PETRINI, 2005, p. 45)

O que vimos foi que este processo vem ocorrendo de modo descontínuo e mediante as particularidades de cada sociedade, de cada localidade. No entanto, se alguns acontecimentos (no que tange ao trabalho nas facções e fabricos neste Polo), caminhavam para desconstruir certas colocações sobre homens e mulheres, outros fatos permaneceram no sentido de continuarem reafirmando um lugar fixo para eles no âmbito do processo de produção. Isso ficou implícito na conversa que tivemos com seu Lucas, quando questionamos se sua mulher trabalhava na sua facção. Veja o que ele nos disse:

Não, ela agora toma conta da casa. Trabalhava, mas eu botei ela pra tomar conta da casa![...] Ela trabalhava no mesmo lugar onde eu trabalhei. Ela trabalhou muitos anos![...] Já está bom pra ela! Ela toma conta da casa agora! (LUCAS, 07/03/2011, **grifo nosso**)

Nesta fala, podemos ver como se expressava com transparência a relação de mando do entrevistado em relação a sua esposa: foi ele que decidiu por ela o que ela devesse deixar de fazer e qual seria sua nova atribuição. A prepotência para deixar claro quem tem a batuta do comando de seus negócios e de todas as frentes a eles ligados – expressão emblemática de como funcionava ainda o machismo e o quanto ele se apresentava aí revigorado.

Como verificamos na sua explicação de Seu Lucas, o que estava presente era a concepção de ver a mulher só no trabalho doméstico, onde sempre foi vista, e não em outros. Aliás, esta predominância masculina era uma postura corrente em quase todas as facções do município que se ocupavam desta etapa da produção.

[...] olhe, no lugar em que trabalha equipe de homem é mais pra homem, travetar hoje aqui em Toritama trabalha mais com homem. Tem mulher que é caprichenta mesmo, que também trabalha, já trouxe mulher pra trabalhar aqui que nenhum desses aí pega (apontando para os dois homens que estavam trabalhando) porque ela corre... Isso em máquina mecânica, máquina mecânica viu! (LUCAS, 07/03/2011, **grifo nosso**)

Na busca de compreender melhor a relação que o entrevistado estabelecia entre a facção de travetar e a preferência pela mão-de-obra masculina, continuamos a questioná-lo, e ele entrou com outro discurso: não mais fazia referência ao fato da mulher não trabalhar em “*equipe de os homens*”, mas sim porque elas não deveriam continuar neste tipo de atividade porque as máquinas a maltratavam muito e a mulher era muito frágil para suportar o ritmo das máquinas. A evocação de mulher como sexo frágil, que não aguenta “tranco” aqui reapareceu revigorada.

É porque a máquina de travetar ela trabalha muito, ela trabalha muito e só para no final de semana e mulher não aguenta tranco demais, mulher trabalha de segunda a sexta, mas que a travetar puxa muito, aí judia mais da mulher, aí por isso que é mais pra homem. (LUCAS, 07/03/2011, **grifo nosso**)

Na fala de seu Lucas estava presente a mesma forma de ver os papéis de homens e mulheres como lugares já culturalmente estabelecidos: homens nos trabalhos mais pesados e de mais responsabilidades, e as mulheres frágeis no assumir atividades mais “simples” e sem maiores dificuldades, como os trabalhos rotineiros da casa. A forma autoritária das justificativas dadas para retirar de cena a mulher no lidar com as máquinas só fez realçar o machismo presente em sua postura, o que ocorreu sempre nas relações de gêneros aí encontradas.

O discurso de seu Lucas, embora fizesse alusão no primeiro momento que a carga pesada de trabalho assumida pela mulher no cotidiano das facções e dos fabricos, deixou aflorar foi a tradicional e já desgastada forma preconceituosa de encarar a mulher como frágil e sem condições de assumir trabalhos mais complexos.

Interessante notar que, em conversa com algumas mulheres, percebemos que, em suas falas, elas terminavam expressando um certo “introjetar” dessas imagens presentes nos discursos masculinos! Esta postura tem feito parte das longas discussões acerca do reafirmar das desigualdades que perpassam as relações.

Na entrevista realizada com Noêmia, verificam-se evocações interessantes sobre esta divisão do trabalho que ocorria dentro das facções. Aproveitamos para questionar, no caso dela, qual a função que seu marido desempenhava e, assim, ela nos respondeu:

Ele costura, agora que a parte dele é mais de embutir, que é essa parte traseira, rebater e na hora de botar o cós. (NOEMIA, 08/03/2012).

Indagamos, em seguida, porque só ele fazia esta parte da confecção. Ela nos informou:

É porque é a máquina maior, tá entendendo? Aí sempre essas máquinas maiores já ficam sempre para os homens, tá entendendo? E reta, duas agulhas, é mais pra mulher. (NOEMIA, 08/03/2012, **grifo nosso**).

A partir da narração de Noêmia e reforçado pelo nosso processo de observação, verificamos que não só as tarefas de travetar, mas também as máquinas de grande porte eram indicadas e usadas como “critério” para justificar a predominância da mão-de-obra masculina, tendo como justificativa que o desgaste físico era maior. Aqui, a demarcação

dos lugares masculinos e femininos se dava pelo processo produtivo, mas embora eles estivessem assim definidos não queriam dizer que assim se mantivessem, pois são passivos de transformações, de acordo com as necessidades do processo produtivo. Isto nos remeteu a colocação pertinente de Nogueira (2004).

Dessa forma, a ênfase na historicidade das relações sociais permite-nos compreender que a família é um fenômeno social, e que a divisão social do trabalho gera uma forma de divisão sexual entre as ditas funções femininas e masculinas. (NOGUEIRA, 2004, p.4)

Concordamos com a autora acima, no sentido de que as transformações pelas quais tem passado as famílias, em decorrência das mudanças ocorridas na produção, têm levado a novas definições ou redefinições das funções vivenciadas por homens e mulheres no tocante a divisão social do trabalho. Mas, no caso específico dos fabricos e confecções em Toritama, essas alterações têm sido bem pontuais, principalmente nas unidades produtivas ainda domiciliares, onde verificamos a predominância da mulher nos trabalhos domésticos, conforme mostramos anteriormente, mesmo que estas estivessem completamente envolvidas no processo produtivo com seus filhos e marido.

Neste campo de ação, de atribuições/papéis, podemos também inserir o que observamos na facção de dona Marta, mulher de 48 anos de idade, casada e mãe de três filhos. A facção se localizava no térreo de sua casa. Uma escada ao lado dava acesso à sua residência (uma casa de primeiro andar, construída depois que seu fabrico cresceu e as condições financeiras melhoraram, conforme ela nos informou). As máquinas se distribuíam por todo o espaço e eram ocupadas em sua maioria por mulheres, mas havia também dois homens que participavam da produção. As peças de *jeans* estavam espalhadas por todo o lado! Diferente da maioria das facções que visitamos em nosso trabalho de campo, sua facção se encontrava legalizada. Eis um fragmento de nossa entrevista em que ela nos relatou sobre a questão das atribuições e responsabilidades em sua unidade produtiva:

Tudo é por mim! [...] Eles só (os filhos), não tomam decisão própria. Tem que ser comigo. Aí, quando eu vejo que uma decisão pra mim é muito difícil, aí eu ligo pro meu esposo [...] aí já é, entendeu?... aí já é com ele. Um trabalhador tá dando trabalho, aí eu não vou me envolver justamente com homem, aí vou e converso com ele quando eu vejo que ele tá bem, entendeu? Aí eu vou e converso com meu esposo: “Oh, é assim, assim”, aí ele já vem, aí o negócio já é com ele. (MARTA, 21/11/2011, **grifo nosso**)

Neste trecho da entrevista com dona Marta vimos que embora as decisões mais importantes do fabrico estivessem sob seu comando, (já que seu marido trabalhava em outra cidade e passava a semana sem vir em Toritama), nas ocasiões em que ocorriam problemas com funcionários do sexo masculino, ela delegava ao marido a resolução da questão. Esta forma de enfrentar o conflito nos foi reveladora de dois tipos de concepções: uma que poderíamos interpretar como estando mais relacionada aos valores morais, ainda presentes no mundo rural em que é visto como atitude condenável uma mulher casada, “direita”, se envolver em problemas com homens, mesmo, como neste caso que ela nos relatou, sendo problemas ocorridos no espaço de trabalho, onde ela tinha o comando como proprietária da unidade produtiva, mas nestas horas, “assunto de homem deve ser tratado com homem”. E a outra concepção ligada ao endosso da colocação da incapacidade da mulher em enfrentar problemas de encontrar saída para eles, sendo esta mais outra habilitação atribuída por ser mais adequada aos homens, como falamos há pouco. É quando se percebe o quanto estes valores da supremacia do homem estão cristalizados na nossa cultura.

5.2 A conquista de um saber

Em nossas observações e vendo os lugares dos sujeitos - homens e mulheres – como eram preenchidos, verificamos então que ora eles eram concebidos com as funções, atribuições e competências previamente determinadas para esta função, ora vistos como lugares que se encontravam em processo de mutação. Pelas falas, as evocações feitas pelos sujeitos nos passaram que esta organização/distribuição dos lugares tem trazido embates tanto sobre os homens como sobre as mulheres no cotidiano do trabalho familiar. A mulher que se via dividida entre as atividades da cozinha e as da costura, o homem que se percebia como chefe mas, às vezes, penetrava o mundo doméstico (o que não se dava com a maioria), tudo isso se completava para formar um quadro no qual os arranjos familiares iam sendo construídos e reconstruídos mediante as configurações que os processos produtivos iam passando.

Ainda dentro deste contexto das reverberações dessa organização do trabalho sobre os sujeitos, outros processos mereceram nossa atenção. Nosso olhar voltou-se para compreendermos os caminhos que esses sujeitos seguiram para conseguir adquirir

domínio sobre tais formas de saber dentro do processo produtivo, uma vez se tratando de sujeitos que em suas trajetórias haviam passado por experiências de trabalho anteriores (principalmente em relação aos homens) que não tinham relação com a atividade de confecção, conforme colocamos em outro momento deste trabalho. Isto porque em nossa observação vimos que algumas máquinas utilizadas na confecção do *jeans* apresentavam graus distintos de complexidade, exigindo por isso mesmo certa habilidade em manuseá-las. Assim, o ato de costurar, de aprender a lidar com as máquinas, como deve ter ocorrido para cada sujeito? Ao longo de nossos contatos vimos que, às vezes, a transferência do conhecimento se dava através de iniciativas individuais, na observação do outro fazer, no convívio familiar, no qual ia se dando assim a transmissão das experiências para os que ingressavam nesta atividade.

Como sabíamos se tratar de uma atividade econômica sem tradição no município (antes lutando com as precárias atividades agrícolas, como colocamos na caracterização da região em estudo), começamos a investigar como, no caso específico dos sujeitos de nossa pesquisa, eles haviam adquirido o conhecimento para efetuar esta nova tarefa na confecção das peças de *jeans*, em suas unidades produtivas. Seguindo esta intenção, foi interessante percebermos os elementos apresentados por alguns entrevistados, como foi o caso de dona Marta, que nos relatou a origem do domínio desse tal saber que a mesma já praticava há mais de 8 anos:

O início de vir pra cá foi a minha mãe, né? Ela veio pra cá, aí depois ela adoeceu, ficou muito doente, precisou fazer uma cirurgia, aí eu saí de lá de Rio Tinto e vim cuidar dela. Aí meus filhos ficaram lá, aí foi tempo de começar aqui esse negócio de costura, aí ela já costurava, aí eu comecei a fazer umas coisinhas pra ela. [...] Quando eu cheguei aqui comecei a movimentar na máquina, comecei a me acostumar entendeu? Aí ali eu fiquei entusiasmada, aí eu disse “não, meu trabalho é esse”. [...] Apreendi com ela, mesmo ela doente, sabe? Ela sem poder, aí ela dizia “o minha filha é assim”, aí eu ia, e peguei o tino da máquina. Depois eu disse: “Oxe é bom demais!” Aí fui, liguei pro meu esposo e disse, “vou ficar por aqui! Vou comprar uma casa por aqui!” (MARTA, 21/11/2011)

Pela fala de dona Marta, vimos que foi através dos ensinamentos e das dicas de sua mãe, a que já era experiente como costureira, que ela aprendeu a costurar. Entretanto isso não se deu como um processo “naturalizado”, ou como fazendo parte da “vocação” feminina da sua educação recebida ainda em casa, antes de se casar. Pelo contrário, ele ocorreu motivado pelo dinamismo que a confecção de *jeans* foi impondo ao município de Toritama. O aprendizado foi passado pela mãe não para que dona Marta pudesse costurar para os de casa, mas para o “mercado”. Quando ela pegou o

“tino da máquina”, ou seja, no momento em que adquiriu a prática, a mesma “tomou gosto” com a perspectiva de ter algum ganho com ela e, daí por diante, deu início a sua facção.

Neste sentido, como dissemos, a costura em Toritama não esteve relacionada ao próprio processo de socialização, como habitualmente se dava, como fazendo parte da educação que as mulheres recebiam desde jovens, habilitando-as para enfrentar as futuras responsabilidades do lar, mas, ao contrário, este aprendizado se deu pelo atrativo econômico que ele passou a representar. Assim, em Toritama, o conhecimento/domínio da costura não se enquadrava completamente nesta afirmação feita por Abreu e Sorj (1993).

Aprender a costurar é considerado um conhecimento essencial para o seu futuro papel de esposa e mãe. As meninas não aprendem a costurar visando a um treinamento profissional, uma preparação para mercado de trabalho ou como uma forma de se equipar para ganhar um salário, mas para prover serviços para si próprias e outros membros da família. Transformar esse conhecimento em um recurso econômico não parece, portanto, mudar a percepção que as costureiras e suas famílias têm da natureza do trabalho. A costura aparece como uma expressão de uma atividade doméstica da esposa e/ou mãe, como uma qualidade feminina. (ABREU e SORJ, 1993, p. 52-53).

Assim, dona Marta foi à frente do trabalho na sua facção, vai passando o saber que adquiriu da mãe, não apenas para seus poucos funcionários, mas, o que é interessante ressaltar é que, nesse processo, ela repassava o conhecimento tanto para a filha, quanto para seus dois filhos rapazes, treinando-os para assumir o papel que iriam desempenhar do ponto de vista econômico. Em nossas conversas com dona Marta, questionamos como os filhos dela aprenderam a costurar, ela nos disse o seguinte:

Sempre aprenderam assim, no fazer mesmo! Chega e eu ensino alguma coisinha, entendeu? Ensino a qualquer um entendeu? [...] Eu comecei a entender um pouco de modelagem, entendeu? Mas a minha menina estudou um pouco, ela fez curso de modelagem em Santa Cruz. [...] aí sempre que tem uma coisa meio complicada, aí ela já vem, entendeu? Ela ajuda! (MARTA, 21/11/2011)

Desta forma, mediante as dificuldades cotidianas vivenciadas nas unidades produtivas e diante da falta de mão-de-obra no município, dona Marta, com a experiência adquirida, foi repassando para os que integravam com ela no trabalho. Caso semelhante foi o de Noêmia que, tal como dona Marta, se deu vendo sua mãe trabalhar na costura, como ela mesma afirmou: “*Eu aprendi vendo minha mãe costurar*” (NOEMIA, 08/03/2012).

Verificou-se então que tanto com dona Marta como com Noêmia, a prática e o domínio sobre a costura eram saberes “passado” de geração a geração, dentro das famílias em Toritama, embora, voltamos a reforçar, estes saberes não estavam relacionados às futuras funções que essas mulheres desempenhariam como esposa e/ou mãe, mas relacionados à atividade produtiva, fonte da renda das famílias locais. Em dona Marta, percebeu-se que este saber atingia pelo menos três gerações, vindo de sua mãe e chegando até a seus filhos. Isso reflete um traço marcante das unidades produtivas visitadas, ou seja, seu caráter eminentemente familiar.

Vale salientar, no entanto, que esta não era a única forma de aquisição dos saberes ligados à costura. Para outros dos nossos entrevistados, este conhecimento se deu através da observação dos próprios colegas trabalhadores e impulsionados pela mesma razão – a necessidade de aprender a função que vinha gerando emprego e renda no município. Um desses casos foi o de Sr. Lucas, que expressando sobre como aprendeu a costurar, disse-nos:

Faz um bocadinho de tempo, faz uns dez a quinze anos que eu mecho com essas máquinas. [...] Aprendi assim, foi de livre e espontânea vontade minha, ninguém nunca me ensinou! O trabalhador trabalhava na casa que eu trabalhava com a máquina caseadeira, ele trabalhava com a travetar, quando ele saía, aí eu ia traquinando, aí até que eu trabalhei. (LUCAS, 07/03/2012, **grifo nosso**)

Neste relato, vemos que foi a vontade de aprender a manusear com as máquinas que levou o seu Lucas a observar o trabalhador que a operava e depois ele próprio teve a iniciativa de manuseá-la, como se estivesse brincando com algo interdito, daí em sua fala ele se referir a “traquinando”. Foi assim que não tendo alguém disponível para ensiná-lo, Sr. Lucas corajosamente, às escondidas, aprendeu sozinho. Como ele, temos também o depoimento de Marcos que assim nos contou como se deu seu aprendizado no operacionalizar as máquinas dos fabricos:

Foi só por curiosidade, fui me interessar, aprender, e aí tô aqui...[...] Eu não fiz curso nenhum! (MARCOS, 14/09/2011, **grifo nosso**)

Continuamos insistindo para que nos contasse um pouco sobre o seu processo de aprendizagem, ele nos disse:

Bom, quando eu vim morar em Toritama, eu não tinha conhecimento com confecção. Aí vim trabalhar com família minha, com meus primos. Aí eu fui aprendendo. Mas quem passou mesmo, foi quando eu fui trabalhar com a minha sogra. Aí foi quando eu aprendi mesmo. (MARCOS, 14/09/2011)

Assim, embora a curiosidade tenha tido um papel importante no impulsionar as pessoas a aprender a costurar e a lidar com as tarefas do fabrico, o que apareceu como referência foi a importância do ambiente familiar como o local que sempre influenciou as pessoas a darem seus primeiros passos, em vista de aprenderem operacionalizar as máquinas e, assim, poderem iniciar uma nova unidade produtiva. Nisto, o conhecimento adquirido acabou sendo transferidos para os demais trabalhadores.

Continuando nossas conversas acerca de como se deu o aprendizado dos sujeitos no lidar com a confecção, seu Marcos nos contou que seus funcionários nunca passaram por qualquer treinamento, tanto os homens quanto as mulheres:

Não, eles são treinados assim, pelo tempo, né? Que eles vêm de outras fábricas já antigas, aí eles já tem um certo conhecimento já, com costura. E outros vão chegando agora, vai lapidando e ensinando. (MARCOS, 14/09/2011, **grifo nosso**)

Nesta fala de seu Marcos, podemos comentar que tal como na maioria das demais unidades de produção, o funcionamento do trabalho se dava com certo espontaneísmo, improvisado, no sentido de que sem que muitas vezes não houvesse preparos, conhecimentos, experiências prévias, pois, como já temos mostrado ao longo de nosso estudo, a confecção em tecido não tinha uma história longa de existência na economia local, mas no dia-a-dia as coisas se faziam, como popularmente se diz, “metendo os peitos”, “com a cara e a coragem”, a curiosidade no “assuntar” (expressões muito usadas no linguajar do meio rural, equivalente ao “observar”), a ação do próprio tempo, como evoca seu Marcos, entre erros e acertos das tentativas, “traquinando”, mas o que era maior: O desejo de tudo dar certo ia agindo no preparo do fazer as máquinas funcionarem. Era no cotidiano mesmo que tudo se dava; cada nova máquina adquirida transformava-se em uma nova oportunidade de se aprender mais, de se ganhar mais experiência. Eram desafios vivenciados a cada dia, contanto que se assegurasse o principal: o êxito dos negócios.

O depoimento de Tiago reafirmou mais uma vez a importância do cotidiano, pois foi no passar dos longos anos dentro das apertadas e quentes facções e fabricos que ele adquiriu o domínio crescente no fazer operacionalizar as máquinas, de forma que o aprendizado ficou algo naturalizado, incorporado na sua vida, que terminou por se constituir uma atividade considerada fácil de se fazer. Em sua fala, ele demonstrava como via o domínio desta atividade:

Assim, difícil não é, não existe nada difícil. Veja só, eu não sei ler eu não sei escrever e aprendi. Eu tenho minha casa! ... Comecei a trabalhar nessa máquina que ele está trabalhando, hoje sei comandar isso aqui tudinho! [...] Por isso que eu digo, pra aprender você tem que ter uma força de vontade e sua mente tem que estar livre pra aprender.... Pra você evoluir. Difícil não é não! (TIAGO, 09/03/2012, **grifo nosso**)

Nota-se que, apesar de inicialmente Tiago saber operacionalizar apenas uma determinada máquina, ele colocou que “*hoje sei comandar isso aqui tudinho*”, o conhecimento dele aumentou de tal forma que a sua experiência o permitiu explicar, treinar e comandar todo o pessoal que estava no seu fabrico.

O aprendizado alcançado por curiosidade, pela observação, não se deu apenas nas experiências masculinas, mas também vivenciado pelas mulheres na confecção de *jeans* em Toritama. Em entrevista com Rebeca, procurando saber como ela havia conseguido aquele domínio na costura, ela nos colocou:

Eu já trabalhava lá (Em São Paulo), para a C&A e para a Marisa. Não fiz curso, não! [...] Não, não, foi só olhando, aí vai pegando, pegando, aí vai conseguindo! As pessoas não fazem curso aqui. Aqui tem curso pela prefeitura, só que é um curso que não ensina quase nada. Não ajuda! Mas nem é o básico! Então não adianta! E aí eu aprendi a cortar, costurar, tudo sozinha. [...] (REBECA, 08/03/2012, **grifo nosso**).

Assim, os depoimentos, de modo geral, revelaram as várias formas como tanto o conhecimento da costura como o manusear das máquinas se deram, mas o que nossos entrevistados apontaram como sendo a mais comum se deu no seio da própria família, onde, como vimos, os mais experientes transmitiam aos que estavam começando neste campo de atividade. Em outros relatos, encontramos aqueles cujo domínio da costura, como o lidar com as máquinas, foi adquirido de forma autodidata, motivados pelo interesse e pela necessidade de ter seu trabalho assegurado, onde a observação atenta foi fundamental para tal aquisição. Este saber acabava configurando-se como uma ferramenta valiosa para os proprietários das facções e fabricos visitados, em meio à concorrência acirrada no município, pois dado a carência de mão-de-obra, a atitude de estar disponível a ensinar a um trabalhador a arte da costura e o manuseio das máquinas tornava-se um motor imprescindível para amenizar este problema.

A percepção do sentido do trabalho pelos sujeitos, nessas unidades produtivas, ultrapassava e muito os limites da forma que conseguiam dar à organização e ao funcionamento desta atividade produtiva e, apesar de todas as dificuldades que enfrentavam para consolidar seus negócios, faziam com que o trabalho aí ganhasse um

valor enorme; representado, assim, como fator de realização pessoal, principalmente entre aqueles que já haviam conseguido montar a sua. Essas evocações nos remeteram a um reflexão feita por Araújo e Scalón (2005):

Brevemente, podemos dizer que o significado do trabalho na sociedade contemporânea pode ser pensado por três ângulos, não necessariamente antagônicos: como fonte de realização pessoal que pode conferir *status* e constituir elemento de afirmação econômica; em sua dimensão instrumental, como elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos, na qual a realização torna-se secundária; e a necessidade econômica imperativa, sendo o tempo dedicado ao trabalho ampliado na proporção inversa às possibilidades de ganho para a realização pessoal; e por fim como elemento que permanece central na constituição das identidades dos indivíduos. (ARAÚJO e SCALÓN, 2005, p. 19)

Esta ponderação das autoras serviu de chamada ao longo de nossa pesquisa, já que tivemos oportunidade igualmente de constatar esta imagem pendular sobre o trabalho, ora sendo percebido como elemento de atendimento de necessidades financeiras dos sujeitos, assegurando sua autonomia, ora como fonte de realização pessoal. Estas referências sobre o sentido que o trabalho representava em suas vidas apareceram sempre nas falas. Vejamos algumas delas:

Pra mim significa tudo! O trabalho significa tudo! [...] tudo que tenho, não é muita coisa, mais foi do meu próprio trabalho! (TIAGO, 09/03/2012, **grifo nosso**)

Questionamos ainda se ele tinha intenção de ampliar seu fabrico, ele nos disse:

Todo dia ... Eu sou um homem de sonhos! Todo dia eu sonho com isso! [...] Trabalhando eu vou conseguir! (TIAGO, 09/03/2012, **grifo nosso**)

Considerando o contato que estabelecemos com Tiago e sua afirmação de que o trabalho significava “*tudo*” para ele, este tudo se carregava de toda positividade, de alguém que, mesmo não tendo tido oportunidade de aprender a ler nem a escrever, conseguiu através do seu trabalho comprar sua residência, pagar uma boa escola para a filha e sustentar sua família. O trabalho aparece como a razão de fazê-lo sonhador e como a possibilidade de realizar um projeto de expandir, ampliar sua unidade produtiva e melhorar as instalações para sua família. E o interessante foi que, ao voltarmos em seu fabrico posteriormente⁸¹, percebemos que o seu fabrico se encontrava em reforma, tornando real, assim, o seu desejo sonhado.

⁸¹ Observação realizada entre os dias 12 a 15 /09/2012

Esta imagem do ter no trabalho do fabrico igualmente como a realização de um sonho reapareceu na fala de seu Marcos:

É porque eu não sou muito de falar não, porque eu puxei a minha mãe, eu sou muito emotivo, eu choro com as coisas. Mas na primeira festa que a gente fez mesmo, eu disse, que aquilo ali era um sonho que eu tava realizando... de vê um negócio meu... com meu trabalho... (Seus olhos lacrimejaram [...] que eu sempre sonhei. Porque eu ia pras festas da minha sogra e via as festas grandes, entendeu?. E eu era funcionário dela. Eu via aquelas coisas acontecer. Aquelas reuniões, aquelas palestras e tal, aí eu dizia: " meu Deus um dia eu vou ter isso pra mim também" E eu tive essa sensação, eu senti essa emoção, essa felicidade [...] tudo por meu trabalho, através do meu trabalho, dos meus esforços. (MARCOS, 14/09/2011, **grifo nosso**)

Por esses e outros depoimentos, percebemos ao longo de nossa pesquisa que o trabalho desempenhava um papel central na vida desses sujeitos, sendo a base essencial para a sua construção pessoal, pois conforme colocou Bruschini (2006), de forma enfática,

Ele (o trabalho) não apenas é a fonte de subsistência, mas o meio através do quais os indivíduos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis. Mesmo quando é difícil, informal e precário ele afirma a condição do trabalhador, e isto quer dizer: poder planejar, sonhar, ter perspectivas para o futuro. (BRUSCHINI, 2006, p. 333)

Foi nesse contexto que observamos a relação do trabalho e seus efeitos sobre as subjetividades dos sujeitos no tocante ao sentido conferido por eles ao trabalho, tendo como referência o cenário produtivo em meio ao ambiente familiar. É nele que se conformava a realização pessoal, expressa na forma de imagens por eles trazidas como significando o adquirir mais autonomia/segurança de vida, o controle de situação, responsabilidade pela sua própria existência, sem ficar a mercê dos outros.

Tratando desta questão, vejamos como Nardi, Bernades e Tittoni (2001) reforçam nossas impressões:

[...] a relação entre subjetividade e trabalho remete à análise da maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho. A interpretação da relação subjetividade-trabalho nos coloca frente à especificidade histórica assumida pela relação dos sujeitos com seu trabalho em cada contexto socioeconômico. (NARDI, BERNADES e TITTONI, 2001 apud NARDI, 2002, p.19)

Concordamos com os autores que esta relação entre o trabalho e seus sentidos é mutável, já que ela tende a se diferenciar mediante as realidades e particularidades nas quais os sujeitos estão inseridos. Ela vai depender muito do contexto econômico,

cultural e social de cada trabalhador, portanto de seus valores e projetos. É nesse sentido que, em outro estudo, Nardi (2002) afirma:

[...], pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos. (NARDI, 2002, p. 20)

Nós verificamos esta imagem na fala de Noêmia, contando-nos sobre o que sentia em relação ao seu trabalho:

Eu me sinto bem, apesar que eu queria crescer mais, né?. Mas eu me sinto bem em ser costureira, porque às vezes você trabalha pra uma pessoa, às vezes você não quer costurar, pra ser empregada de uma loja, que nem aqui em Toritama tem muito isso. Aí não querem ser costureira, porque às vezes muita gente acha humilhante! E vai trabalhar numa loja, e a dona humilha mais do que quem costura. Aí eu prefiro ser costureira mesmo. [...] Se Deus quiser, eu quero aumentar! [...] Ah, o meu trabalho é muito importante pra mim! É tudo né? (NOEMIA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Estas falas discordantes a que ela se referia, a nosso ver, revelava uma tensão realçada na percepção/sentido do trabalho, pois ao mesmo momento em que o trabalho significava tudo, ampliando as possibilidades de realização pessoal, por outro lado, remetia a sentimentos negativos, por estarem associados a uma profissão considerada em geral sem valor, amenizados, no entanto, pela condição do sujeito em ser dono de seu próprio negócio, mesmo que contando apenas com a mão-de-obra do esposo, como foi o caso de Noêmia. Sentir-se bem como costureira vinha a ser um elemento que a impulsionava para desejar o crescimento da sua unidade produtiva.

O trabalho assim era considerado como um “*privilegio*”, e para muitos significa “*tudo*”, pois era através dele que os sujeitos afirmavam estar realizados, por terem uma ocupação de que gostavam e pelo que ela viabilizava também de novas aquisições, expressando o contentamento das melhorias alcançado em suas condições de vida. Sobre isto assim posicionou-se seu Lucas:

Olhe, trabalhar pra mim é um privilégio, certo? Deus tem me dado muita saúde, e eu gosto de trabalhar. Aqui eu pego às cinco da manhã, vou até meia noite, duas da manhã. No outro dia pego cinco da manhã venho pra trabalhar. Eu sou o primeiro que chego e o ultimo que saio. Eu fazia isso pros outros né? Por que eu não posso fazer isso pra mim? Né? Eu sou o dono, viu? Eu como dono e como patrão tenho que trabalhar mais que os outros.... Eu sou uma pessoa realizada, Hoje se eu morresse aqui hoje, o meu maior sonho era comprar um carro zero. Comprei em dezembro, faz dois mês que chego, Aí,

se eu morrer hoje morro uma pessoa satisfeita, uma pessoa realizada. Já tenho minha residência, (tenho quatro), eu moro nessa aqui e tenho três alugadas. (LUCAS, 07/03/2012, **grifo nosso**)

Nesta fala de seu Lucas, ele foca com expressividade: “*eu sou uma pessoa realizada*”; vinculando esta realização ao acesso de tudo que havia desejado adquirir - carro zero, casa própria e até outros imóveis. O seu contentamento estava associado exatamente à concretização de seus projetos, que se não fosse pelo seu trabalho, não teria podido alcançar.

A dimensão associada ao trabalho, percebido ao longo de nossa pesquisa como o único meio através do qual seria viabilizada uma independência financeira, foi outra imagem que apareceu repedita vezes nas falas dos sujeitos. No item seguinte, estaremos abordando esta questão salientando a busca desses sujeitos na procura por uma melhor condição de vida socioeconômica para si e para seus familiares, tendo por base o trabalho nas confecções de roupas de *jeans*.

5.3 Família e trabalho a domicílio: Em busca de um lugar social e a trama de valores.

Mesmo em meio a tantos desafios e situações adversas, a possibilidade de ser dono de sua própria unidade produtiva apareceu para os sujeitos como conquista de um lugar, onde se vislumbrava melhor condição de vida para o conjunto de seus familiares.

Entre o leque de evocações dos sujeitos acerca do trabalho, da importância a ele atribuída pela chance de ter seu próprio negócio, uma imagem se sobressaiu nas falas: a questão da autonomia. Esta imagem nos remeteu as colocações de Moreira (2005, p 129) de que estas unidades acabam se constituindo como um “*ideário de liberdade de decisão, de controle de si mesmo, sobre o processo de trabalho e sobre o ambiente produtivo em geral*”. Foi levando em consideração esta colocação que adentramos nos universos produtivos dessas facções e fabricos procurando ver melhor como os sujeitos se posicionavam sobre a questão da autonomia, os significados a ela atribuídos, no que diz respeito a subjetividades.

A associação da imagem de autonomia ao fato do trabalho na unidade produtiva ser assegurado pela propriedade do empreendimento e, portanto, não ter que receber ordens, bem como contar com a estrutura familiar para o trabalho apareceu em algumas

colocações. Rebeca mesmo nos contou que montou sua facção juntamente com sua família, após vir de São Paulo. Embora seu esposo participasse, era ela quem estava à frente dos negócios. Ao comparar a sua vida quando era empregada em São Paulo, numa loja de confecções, com sua vida atualmente, ela nos declarou:

Trabalhar aqui é bom, você tem uma vida mais confortável, sabe? Não tem aquela correria louca de São Paulo. Porque a vida louca de São Paulo é muito louca mesmo! Você tem que acordar quatro horas da manhã pra chegar as oito no serviço. Chegar em casa meia noite! E aqui eu sou dona do meu negocio! Aqui eu tenho a minha vida! Se você não quiser trabalhar hoje, você fecha a sua porta, você vai pra onde você quiser! São Paulo não tem isso! Você tem obrigação de ir pro serviço. (REBECA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Nesta narração de Rebeca percebemos que o fato ter o seu próprio negócio lhe dá liberdade de opinar sobre o ritmo de fazer, de funcionar sua facção, a sensação de liberdade, de controle sobre sua vida. Assim, a autonomia/independência para a mesma se traduzia na possibilidade de decidir, de escolher, de ter um horário flexível tanto para iniciar como para finalizar o trabalho. Aqui, percebemos o que já havia sido exposto por Moreira (2005), em seu estudo sobre as pequenas unidades produtivas urbanas em João Pessoa, quando ela afirma:

Do espaço visto como algo sem fronteiras provém a imagem da autonomia, forma particular associada à liberdade: Liberdade de movimento, de acesso, ausência de proibição de entradas ou controle das saídas. (MOREIRA, 2005, p. 135)

A fala de seu Lucas trouxe aspectos relevantes sobre autonomia, esta também significando, como para Rebeca, o fato de ter a propriedade de seu próprio negócio e a liberdade de conduzir seu trabalho como desejasse. Vejamos:

Ter o meu próprio negócio... é que eu não tenho que depender de ninguém. Antes eu era empregado né? E hoje sou patrão, hoje eu me acordo a hora que quero, faço o que quero, tenho minhas economias e tô aqui trabalhando. A vantagem que eu vejo é essa. [...] Antes o meu compromisso era cumprir horário, eu tinha que cumprir horário. (LUCAS, 07/03/2012, **grifo nosso**)

As experiências anteriores de trabalho foram marcantes no sentido do tolhimento de ficar subordinado a uma ordem que lhe era exterior, da qual ele não podia deixar de ser dependente, na sua condição de empregado. Daí as imagens fortes de ficar livre do

comando do patrão, “*não tendo que depender de ninguém*” e a de poder decidir por si mesmo: “*Faço o que quero*”.

Elementos enriquecidos sobre autonomia apareceram na imagem de Tiago, como a do sonhar, do ter melhores ganhos e outra que nos chamou a atenção, o associar a autonomia com a questão da responsabilidade. Acharmos original esta referência feita como um valor grande para ele: independente de ser empregado ou o empregador, a responsabilidade com o seu trabalho continuou a mesma, a sua seriedade com o que fazia continuou como anteriormente. A ele, a palavra:

[...] trabalhar pra si próprio é que você é dono do seu negócio, a sua renda é mais, entendeu? Você tem sonhos, você lucra, você pensa em fazer outras coisas, pensa em aumentar! [...] mas a responsabilidade, pra mim, no meu modo de pensar sempre foi a mesma! (TIAGO, 09/03/2012, **grifo nosso**)

É interessante perceber que a busca pela independência de “*viver por seus próprios meios*” e assim se “*situar na vida*” vinha associada também ao “*senso de responsabilidade*”, que embora fosse aguçado, à medida que esta autonomia chega, é desenvolvido ao longo de todo o seu trajeto pela conquista de ter seu negócio, conforme já afirmou Moreira (2005, p.145).

Ao trabalhar esta evocação, o que observamos e que ficou cada vez mais claro foi que esta autonomia referida se revelava como fator chave, pois era ela que também tornava essas pessoas consumidoras de produtos que antes não podiam ter acesso. Este foi o principal argumento apresentado por seu Oseias para nos falar sobre as vantagens de ter sua unidade produtiva.

A vantagem é a gente trabalhar pra gente e o que a gente quer comprar a gente batalha e consegue, e sendo trabalhador dos outros é mais difícil. (OSEIAS, 07/03/2012, **grifo nosso**)

De modo geral, podemos constatar igualmente que a autonomia/independência financeira para estes indivíduos funcionava como um crescimento não só em termos econômicos, mas também como expressão de sucesso, de êxito profissional e, apesar de todas as dificuldades enfrentadas enquanto chefes de seu próprio estabelecimento (fabrigo, facção), trabalhar como autônomo era algo que lhes proporcionava um sentimento de grande realização pessoal e de reconhecimento.

Por outro lado, esse sentimento também acabava camuflando o sentido de liberdade, pois mesmo afirmando que por ser autônomos, eles podiam abrir a hora que

queriam, faziam o que queriam, observamos que isto não se apresentava no dia-a-dia desses sujeitos. Eles ficavam atrelados e submissos ao ritmo alucinante da produção, às vezes não tendo tempo suficiente para parar e fazer uma refeição com mais tranquilidade, pois havia sempre uma encomenda a ser entregue em poucos dias, em poucas horas, prepararem confecções para a feira; tampouco conseguiam determinar o período para descanso, pois havia sempre o que fazer em relação à produção. Esse ritmo acelerado limitava até o convívio entre os membros da família: o bate papo em meio às refeições ou momentos de lazer eram sempre deixados de lado. O importante eram as questões da produção.

Algumas das costureiras com quem conversamos ao longo da nossa pesquisa trouxeram-nos outro elemento que também se encontrava vinculado ao sentido do trabalho para essas mulheres. Mesmo ainda sendo submetidas aos mandos de seus maridos, inclusive no que se referia ao controle de sua própria remuneração, algumas se sentiam até satisfeitas e realizadas pelo fato de terem recursos para adquirir os bens que desejavam, geralmente, produtos de beleza, roupas melhores para si e para seus filhos, como foi o caso de Sara, mulher de seu Felipe, que assim nos falou:

Eu costuro aqui com ele, ele me dá o meu (referindo-se a sua remuneração), eu faço o que quero com ela. Gosto de comprar produtos da natura, [...] é bom! Também gosto de roupas novas. (SARA, 15/08/2012, **grifo nosso**)

Aqui vale trazer a colocação de Araújo e Scalón (2005), ao afirmarem:

[...] para as mulheres, o significado da autonomia pode adquirir um duplo sentido: pode ter maior independência em relação ao parceiro ou pai ou a alguma figura que exerça essa autoridade em relação ainda marcada por assimetrias de poder e prevalência masculina; e também poder se sentir incluída, como consumidora para si e para outros membros da família. (ARAÚJO e SCALÓN, 2005, p.20)

Desta forma, podemos perceber que a questão da autonomia/independência, para os sujeitos envolvidos nas pequenas unidades produtivas de Toritama, perpassava basicamente por duas formas: como elemento de liberdade expressa pela sensação de serem donos de seus empreendimentos e como possibilidades de acesso ao consumo de produtos que antes nunca haviam tido condições de adquirir.

Nesse contexto, percebemos que, em meio ao trabalho dessas unidades produtivas que tinham por base o trabalho familiar e funcionavam em seus domicílios ou paralelos a eles, as relações familiares iam se desenhando. Assim, procuramos

compreender com mais detalhe como estas relações estavam respondendo as transformações que vinha ocorrendo na realidade de Toritama, buscando pesquisar especificamente esta questão, ou seja, como as relações familiares estavam se conformando nestes espaços, que eram ao mesmo tempo da produção e do convívio familiar. Para isto, fez-se necessário averiguar como vinha se dando as configurações da família nesses espaços produtivos, a fim de apreender a pertinência ou não de uma de nossas suposições e assim se esta “nova” dinâmica econômica tinha implicado em provocar ou não modificações em sua estrutura e nas relações aí estabelecidas, e em caso positivo, como este vinha se apresentando.

Observando as transformações ocorridas na sociedade, Oliveira (2005) afirma:

O modelo de família que se baseia nos papéis de homem/provedor e mulher/dona-de-casa em tempo integral experimentou um declínio significativo ao longo da segunda metade do século XX.[...] O declínio desse padrão familiar reflete as profundas transformações que ocorreram na esfera do privado, das relações de gênero e da intimidade, com repercussões na condição feminina. (OLIVEIRA, 2005, p.123)

Assim, inspirados nestas colocações, analisamos essas unidades produtivas familiares, procuramos verificar os formatos existentes de organização familiar e as relações que aí se delineavam. Embora tenhamos percebido a predominância da família nuclear, ou seja, aquela composta pelo pai, pela mãe e pelos filhos, encontramos também outros formatos, como a família expandida⁸², nas quais percebemos que todos os membros estavam envolvidos de alguma forma no processo produtivo. Em termos da estrutura familiar, as unidades produtivas observadas em geral ainda estavam alicerçadas nos modelos tradicionais, fazendo-nos evocar a imagem da estrutura patriarcal pela autoridade exercida pelo pai e controle deste sobre todos os membros que compunham a família, aspectos estes ainda bem presentes na realidade estudada, com raras exceções. Devemos ainda colocar que visitamos unidades produtivas domiciliares onde os filhos eram ainda bem pequenos e/ou adolescentes, o que deixou ainda mais nítido essa atitude autoritária.

Observamos que este atrelamento da família aos negócios da produção criava algumas vezes uma situação desconfortante, em especial quando se tratava da questão de remuneração dos membros da família, principalmente nas facções em que havia exclusivamente a mão-de-obra familiar, pois a compreensão que se tinha do trabalho

⁸² Conforme discutimos no início deste capítulo.

desses estava configurada na forma de “ajuda” e não de trabalho propriamente dito, em que havia a relação de empregador e empregado. Assim, diante desta concepção, a remuneração geralmente não era considerada como um elemento necessário, principalmente quando isto se referia aos filhos ainda adolescentes. Nesse sentido, escutamos respostas como a do seu Barnabé:

Eu dou no final da semana um dinheiro a eles!(BARNABÉ, 13/09/2011, **grifo nosso**)

Ou Tiago, ao se reportar ao pagamento pela “ajuda” de sua irmã adolescente em seu fabrico:

Ela recebe um dinheiro aí no final da semana. Ela é de casa! (TIAGO, 09/03/2012, **grifo nosso**)

E dona Marta:

Tudo que eles precisam eu dou! Mas eles ganham pelo que eles produzem! Como os outros! (MARTA, 21/11/2011, **grifo nosso**)

Procuramos averiguar, nestes espaços, o sentido do trabalho familiar para estes sujeitos. Tomamos como referência um trecho de nossa entrevista com dona Marta, quando procuramos indagá-la como, em meio ao trabalho familiar, na sua facção, eram vividas as relações entre seus membros, se eram conflitivas ou não, e assim ela nos disse:

Não, só porque é assim, são todo mundo obediente. Eu não tenho filho desobediente! Eu sou daquela que diz assim: “hoje você vai apanhar”, ele tem 24 anos, outro tem 26, outro tem 23, mas se eu disser assim: “hoje você vai apanhar”, eles diz assim: “mãe a que horas a senhora vai bater”, entendeu? É dessa maneira, é assim! Eu não sei reclamar com um, pra ele me responder no meio do salão: “ah, eu faço a hora que eu quero”, não!” Está bom mãe eu já vou”, e fica calado. Minha nora do mermo jeito, eu reclamo qualquer coisa a ela, ela não me responde nem tantinho assim, pode até não gostar (rsrsrs...).Fica lá, de cara feia, bochechuda, mas não é de me responder [...] (MARTA, 21/11/2011)

No continuar de nossa entrevista, perguntamos ainda a dona Marta se ela conversava com sua família sobre as tomadas de decisões no que dizia a respeito às questões de sua facção. Ela nos respondeu:

[...] É, só quem manda é eu! Até porque assim, os mais indicados são os meus filhos, e eles só fazem algo se eles me perguntarem. Se eu não tiver aqui ele diz: “deixe mãe chegar!” Se a minha nora tiver, ela diz: “ela tá na igreja quando ela chegar ela resolve”, entendeu! Eles só não tomam decisão própria, tem que ser comigo. (MARTA, 21/11/2011)

Por este depoimento, vimos que esta pequena produtora desempenhava um papel central, em seu espaço, pois de forma autoritária era ela quem comandava todo o processo produtivo em sua facção. O fato dos filhos trabalharem para ela não significava que estes recebessem qualquer tratamento diferenciado. Ao contrário, deles era exigida a obediência no cumprir a obrigação, para servirem de exemplo aos demais trabalhadores.

À medida que fomos inteirando-nos do cotidiano, em sua facção, percebemos que os conflitos eram mais frequentes, principalmente em relação ao seu filho mais velho, que se colocou algumas vezes afrontando as “ordens” de trabalho de dona Marta, deixando de executá-las, o que a deixava extremamente furiosa, afirmando que não iria lhe passar “*panos quentes só porque era seu filho*” e que depois eles iriam “*acertar as contas*”.

No relato de dona Rebeca também se pode averiguar postura semelhante em relação ao tratamento com os filhos que estavam envolvidos com a confecção. Vejamos o que ela nos informou quando perguntamos o que significava para ela trabalhar junto com a sua família:

É bom, e ao mesmo tempo se torna meio comodista! Porque acho assim “ah, minha mãe tá fazendo eu não preciso fazer”, tá entendendo? “Minha mãe tá trabalhando” então muitas vezes se acomoda (...) Aí eu chego lá e digo “vamos, tem que ser assim, tem que trabalhar”! E aí vai. Mas tem que estar em cima,... tem que estar em cima! (REBECA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

O que observamos através desses depoimentos foi que a disciplina e a organização do trabalho eram elementos responsáveis pelo êxito da atividade produtiva das unidades, e eram eles que vinham provocando mudanças no formato tradicional como funcionava o relacionamento entre os componentes da estrutura familiar. As afetividades, as imagens de compreensivas e amorosas que configuravam a mulher no seu papel de mãe iam sendo deixadas de lado pelas novas posturas exigidas pelo sistema produtivo. Neste contexto, mais uma vez a mulher empreendedora era a que ganhava destaque, com sua autoridade, firmeza nas cobranças, por um desempenho que assegurasse o êxito esperado nos seus negócios. A acomodação não tem mais espaço nas atuais posturas de trabalho.

Por outro lado, verificamos que, em meio a esse “autoritarismo”, os filhos também se rebelavam, gerando alguns conflitos que se misturavam entre questões da produção e desavenças familiares, recusando-se a executar algumas tarefas que lhes eram impostas e respondendo com certo tom de grosseria às “ordens” recebidas ao longo do dia de trabalho. Durante a observação participante, isto foi percebido em outras facções⁸³, onde escutamos resmungos de alguns filho(a)s que diziam:

Um dia eu saio daqui e monto o meu, quero ver quem vai mandar em mim!

Ou ainda:

Só porque é minha mãe é tão mandona!

Devemos salientar que dado a nossa presença no local, esses conflitos não apareceram tão nitidamente, pois mesmo tentando tornar o mais natural possível nossa presença ali, não deixávamos de ser um estranho naquele universo, alguém que os estava observando!

No que se refere aos fabricos e facções em que os filhos não estavam envolvidos diretamente no processo produtivo, por serem crianças e muito pequenas, percebemos que a relação entre os pais e estes vinha sendo igualmente afetada. Não se assistia mais a mulher deixar de trabalhar por conta disso. Ter filho pequeno não era mais impedimento, pois ou se decidia abrir o empreendimento no mesmo espaço da casa para assisti-los ou, então, quando isso não se dava, a mulher pedia apoio a familiares, deixando os filhos para serem cuidados enquanto ela estava trabalhando. Uma das vantagens apresentadas pelas costureiras que entrevistamos de ter sua unidade produtiva em casa estava justamente associada à questão de poder observar seus filhos. Este elemento também foi observado em trabalhos anteriores como os de Abreu (1986), Bruschini e Ridenti (1993), Neves (2006) e Carvalhal (2009) em relação ao trabalho em domicílio. Esta relação fica visível no depoimento de D^a Noêmia, que tinha dois filhos pequenos:

A vantagem é que eu tomo conta dos meus filhos, né? Porque quando eu tinha minha mãe quem tomava conta era ela. Só abri mais aqui em casa porque eu fico olhando eles. [...] O menino ainda tá dormindo. Aí quando ele acorda, o mais novo, aí eu ajeito, aí ele fica mais com o pai. E a menina

⁸³ Observação efetuada ao longo do mês de setembro de 2012

fica mais na casa de meu pai. Ela foi mais criada lá, com a minha mãe. Aí ela sempre fica mais lá que aqui. (NOEMIA, 08/03/2012, **grifo nosso**)

Noêmia nos informou que, após a morte de sua mãe, ela não teve mais com quem deixar seus filhos para poder trabalhar, isto fez com que ela decidisse iniciar sua pequena facção utilizando-se do espaço de sua residência. O que podemos constatar é que, apesar o fato de estarem trabalhando em casa, não significava que tivessem condições de dispor de mais tempo para os cuidados com seus filhos. Ela procurava vê-los, observá-los nas brechas de tempo que o trabalho na máquina de costurar permitia.

O fato do trabalho se localizar em casa nem sempre significou um fator de maior aproximação e integração entre os membros da família. O ritmo de trabalho para responder ao crescimento da concorrência a que estavam expostas essas unidades produtivas domiciliares foi um dos fatores responsáveis pelo desgaste das relações familiares, tornando-os mais distantes afetivamente, mergulhados num silêncio do produzir, ou em restritos monólogos apenas para procurar saber “o que” e “como” se deveria produzir.

Esse distanciamento também foi percebido no cuidado com os filhos menores. Em seu depoimento, Tiago nos deu um pequeno exemplo sobre isto, quando nos afirmou que a “companhia” de sua filha menor a tarde era a “televisão”, já que pela manhã a menina ia à escola. Embora seu Tiago e sua esposa estivessem o tempo todo em sua residência, não lhes restava tempo para se ocupar com a filha, com seu lazer, educação. Seu tempo era todo absorvido para o trabalho na produção. Assim o convívio familiar era relegado a segundo plano. O tempo vivido por estas famílias era o tempo da produção. Todas as atividades domésticas e as relações com os filhos eram pautadas pelas atividades da produção, da quantidade de peças a serem feitas e das encomendas a serem entregues.

Isto nos fez refletir sobre o lugar da família contemporânea, a partir de um estudo sobre a sociologia da família, apresentado por Singly (2007), no qual ele destaca o papel da individualização como um elemento que possibilita a integração do grupo. Segundo o autor, os sujeitos se tornavam interdependentes, ao necessitar de relações afetivas pessoais para a construção de seu *self*, sendo a família considerada como um espaço de socialização e de relações afetivas. No caso das famílias observadas em nossa pesquisa de campo, encontramos um quadro oposto justamente ao defendido pelo autor, pois o que percebemos, ao longo de nossas observações, foi uma individualização profunda dentro das relações familiares, esta funcionando não para assegurar mais

aproximação entre as pessoas, isto expresso na secundarização da família. Assim, o que observamos foi que o tempo que poderia ser usado para um maior investimento das afetividades, do cuidado e zelo entre seus membros era trocado pela busca do lucro, pela preocupação em ganhar dinheiro. Para se desculpabilizarem de suas omissões em não dar atenção aos seus filhos, procuravam como compensação atendê-los através da aquisição de bens materiais, buscando com isto minimizar os efeitos de sua ausência afetiva. Deste modo, percebia-se que os membros da família estavam juntos fisicamente no mesmo espaço da casa, mas com seus afetos bem comprometidos.

Assim, o que este descortinar da realidade dos fabricos e facções nos revelou foi uma organização de trabalho que não impactou a família em termos de sua estrutura, esta se manteve formada pelo pai, a mãe e os filhos, malgrado o dinamismo econômico capitaneado pela produção de *jeans*, mas afetou significativamente as relações aí estabelecidas. Tal como a estrutura familiar, pelo que nossa observação apreendeu bem como os depoimentos realçaram, a questão de gênero se apresentou talvez com as cores menos nuançadas, no tocante o assumir, por parte dos homens da atividade de costura, habilidade que, como já colocamos antes, sempre foi tradicionalmente atribuída às mulheres, na cultura machista do Nordeste. Mas, no que se refere ao espaço doméstico as posturas não mudaram, tudo foi mantido: continuou a predominar a ausência dos homens no partilhar das atividades domésticas, estas permanecendo de exclusiva responsabilidade das mulheres. Com isto as desigualdades se reafirmam através de uma legitimação da mulher no acatar a extensão de suas jornadas de trabalho num pacto silencioso para nada vir a comprometer o “bom” apurar dos negócios, símbolo de melhoria das condições de vida.

O que apreendemos na trama dessas relações familiares foi uma cumplicidade, diríamos, no tocante a inversão dos valores, a busca do acesso a um novo patamar de consumo viabilizado pela consolidação da atividade produtiva passou a tomar de tal maneira espaços na vida desses sujeitos, que tudo mais ficou subalternizado, mesmo que para isso as relações afetivas tenham perdido a força antes existente no convívio familiar.

O crescimento econômico resultante da exuberância que a expansão da indústria de *jeans* tem provocado esta região do Agreste de Pernambuco não tem sido acompanhado em igual ritmo, como era de se esperar, com a eliminação ou modificação de valores no tocante à relação machista que desde sempre marcou a estrutura das relações entre homens e mulheres na nossa realidade. Ao contrário, permaneceu

contrastante a coreografia produtiva interna, revolucionando a economia local e esta não provocou sequer “arranhaduras” na crosta cristalizada de valores que continham, respondendo pelas desigualdades, discriminações, subalternizações nestes espaços produtivos, quase que do mesmo modo que se assistia nos ambientes industriais classicamente existentes.

Estas apreensões inteiraram a ressaltar nossa suposição de que, diante da dinâmica da produção domiciliar nas confecções de *jeans* de Toritama, pudesse estar formando nos sujeitos um novo sentido do trabalho, proporcionando formas mais igualitárias de acesso às atividades, na troca de saberes, no controle do processo produtivo, bem como nas relações de mando entre homens e mulheres no âmbito familiar; a realidade revelou que ela não se confirmou completamente.

Já em relação ao que havíamos afirmado, de que a dinâmica econômica vivenciada por estas unidades produtivas a domicílio tem alterado as relações entre os pais e filhos levando-os um maior distanciamento afetivo, em decorrência das atribuições na produção, tanto no que se refere aos filhos maiores que estão envolvidos diretamente no processo produtivo quanto aos filhos menores, no cotidiano destes espaços domiciliares de produção, tal como eles vem se organizando nesses últimos anos, vem sinalizando a sua confirmação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças recentes percebidas no âmbito das relações socioeconômicas, associadas ao processo de globalização e a disseminação de formas de produção flexíveis têm provocado alterações expressivas no mundo do trabalho, possibilitando o surgimento de novas formas de organização de produção, bem como reedições de formas consideradas arcaicas, mas que são adaptadas à lógica de acumulação do capital, movidas pelo processo de reestruturação produtiva, como o caso do trabalho a domicílio. Mas o cenário atual também tem permitido que certas atividades viessem a se desenvolver, impulsionando o dinamismo socioeconômico de determinadas regiões, sem que, no entanto, estejam vinculados a essa lógica maior, embora ao longo de suas expansões acabem sendo envolvidas neste movimento. É neste segundo contexto que o Polo de Confeccões de roupas de *Jeans* de Toritama está inserido.

Como vimos, ao longo deste trabalho, esse Polo passa a ser representativo na região do Agreste Pernambucano, em plena década de 1990, quando há a abertura comercial no Brasil e as indústrias têxteis e de confeccões se veem impulsionadas a se reestruturarem produtivamente, recorrendo à terceirização e à subcontratação e, assim, ao trabalho a domicílio, como forma de baratear seus custos de produção, buscando sobreviver em meio à competitividade do cenário global. Neste sentido, vimos que estas indústrias passaram por um processo de internalização da produção no espaço doméstico, utilizando-se prioritariamente da mão-de-obra feminina. Embora esse seja o cenário nacional em que o Polo de confeccões de roupas de *Jeans* de Toritama venha a ser configurado, este não experimentou as mudanças provocadas pela reestruturação no setor, pelo contrário, ele surge ao largo dessas mudanças, baseado exclusivamente no reaproveitamento das máquinas antes utilizadas na fabricação de calçados de couro (que como mostramos no interior de nosso trabalho, era a atividade até então existente em Toritama), e da iniciativa criativa de homens e mulheres que aproveitando o processo de expansão da “Feira da Sulanca” que ocorria em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru, cidades que ofereciam ótimas oportunidades de comercialização, resolveram também abrir seus próprios negócios. Assim, esses sujeitos partiram a confeccionar um produto diferenciado, mas também vinculado ao setor de vestuário, ou seja, as peças de *jeans*. Aqui a organização da produção já se iniciou de forma fragmentada e, basicamente, em unidades produtivas domiciliares que, ao longo do tempo, foram se expandindo e,

portanto, externalizando a produção para ambientes não domiciliares. Observamos que a informalidade aí encontrava condições mais do que favoráveis a sua expansão, constituindo o cerne do desenvolvimento deste polo, envolvendo o trabalho a domicílio e a mão-de-obra familiar. Muito da competitividade observada deveu-se a essas características, possibilitando que unidades produtivas domiciliares surgissem sem grandes dificuldades, ocupando a mão-de-obra tanto dos residentes quanto não residentes da região, posto que este polo tenha se transformado num receptor expressivo de mão-de-obra, revertendo uma das características marcante daquela região que consistia em ser um reservatório de trabalhadores para as regiões canavieiras do estado, bem como para outras atividades no Centro-Sul do país.

A conformação das unidades produtivas observadas neste polo se deu em sua maioria em unidades produtivas domiciliares, mas havia também fábricas pequenas de médio porte. Procuramos centrar nosso olhar especificamente nas unidades produtivas domiciliares, utilizando basicamente a mão-de-obra familiar e/ou não, cujos ambientes de trabalho eram normalmente improvisados com infraestrutura precária, mas que ofereciam ganhos aos envolvidos na atividade, o que vem proporcionando uma dinâmica intensa nesse polo, atraindo novas famílias a se engajarem nesta atividade, dividindo suas residências em espaço produtivo e de moradia.

Em nossa pesquisa, encontramos facções e fabricos com três modalidades de utilização do espaço: os eminentemente domiciliares, semi-domiciliares e não-domiciliares. Todos tinham em comum serem alicerçados no trabalho familiar, envolvendo tanto a família nuclear como a estendida. A observação que fizemos nestes diversos espaços possibilitou-nos perceber uma certa mobilidade de uma modalidade a outra, ou seja, quem era domiciliar vinha a se expandir e a se transformar em uma semi-domiciliar ou não-domiciliar (embora isso não fosse uma regra geral). Aqui se situavam aquelas unidades produtivas já com produção mais expressiva, embora funcionando em moldes não especificamente capitalistas voltadas para o lucro, mas antes, como uma forma de assegurar um melhor padrão de consumo e bem estar para os membros da família. Assim, a expansão se dava de forma limitada. Isso não significa, contudo, que algumas dessas unidades não estivessem já imbuídas nesta lógica eminente da acumulação capitalista, mas nestes espaços investigados isto ainda foi muito pontual. Mesmo assim, não podemos negar que, à medida que este polo foi se consolidando, era este o horizonte almejado.

Um aspecto importante a reforçar está relacionado ao fato de estas características – informalidade, trabalho a domicílio e mão-de-obra familiar – se apresentaram quase que imprescindíveis para a sobrevivência e crescimento deste Polo, configurando-se como elemento determinante no processo de expansão da produção local. Isto se confirmou, ainda, ao verificarmos que mesmo as empresas melhor estruturadas, detentores de unidades produtivas mais condizentes com as atividades propriamente industriais, incentivam a proliferação de unidades produtivas domiciliares de base familiar, através de relações de subcontratação. Alguns depoimentos, ao longo de nossa pesquisa, nos revelaram que, na busca por redução de custos, principalmente vinculados a relações trabalhistas, estes empresários recorrem ao trabalho domiciliar, incentivando a abertura de facções no município. Isto acaba gerando uma certa dependência entre as pequenas facções domiciliares frente os fabricos e fábricas maiores. Portanto, a própria dinâmica local baseada na possibilidade de flexibilização, através da fragmentação da produção de *jeans* e da informalidade das relações de trabalho, dada a utilização da mão-de-obra local, reafirma o trabalho a domicílio como imprescindível ao processo de expansão do Polo de confecções de Toritama, sendo este, assim, preponderante e responsável, em parte, por sua expansão.

Outro aspecto em relação à configuração social e econômica que envolve o funcionamento das relações entre essas unidades produtivas que investigamos e as demais atividades vinculadas à produção do jeans (como compra de matéria-prima, acesso a fabricos maiores, entre outros) está majoritariamente baseado nas relações pessoalizadas, nas quais a confiança, o parentesco e o prestígio de ser reconhecido por ser responsável e honrar com os compromissos são cruciais para o sucesso e manutenção dessas pequenas unidades produtivas domiciliares.

Assim, percebemos nas unidades produtivas investigadas que a confiança acaba se constituindo um elemento indispensável, em vários aspectos, ao funcionamento da produção, desde a possibilidade de crédito e de condições de facilidades no pagamento de matéria-prima para os fornecedores e comerciantes da cidade, passando pela ampliação da capacidade produtiva, a partir da ajuda de parentes, quando se está sobrecarregado de encomendas para dar conta em um determinado período.

Observamos que o trabalho a domicílio mesmo que precário, informal, familiar, tem sofrido algumas ressignificações, deixando de ter sentido estrito de luta pela sobrevivência, adquirindo para além desse, o sentido de acumulação, bem como de realização pessoal, de conquista e de independência.

O trabalho confere a esses sujeitos a sensação de autonomia de decisão sobre a própria vida; ser o patrão e não o empregado, configurando-se assim em duas imagens: a da independência e a de poder decidir. De modo geral, podemos constatar que a autonomia/independência financeira para estes indivíduos funcionava como um crescimento não só em termos econômicos, mas também expressão de sucesso/êxito profissional, e apesar de todas as dificuldades enfrentadas enquanto chefes de seus próprios negócios, havia um sentimento de grande realização pessoal.

Entretanto, a sensação de liberdade associada à autonomia, principalmente quanto ao abrir e fechar suas unidades produtivas, nem sempre foi percebida em nossa observação. O que vimos foi que imersos em um ritmo de produção alucinante, estes sujeitos (homens, mulheres e filhos) não tinham horários determinados nem sequer para as alimentações; tudo dependia de como estava a produção do dia, se atrasada ou não. Esse ritmo acelerado terminava por comprometer o convívio entre os membros da família, à medida que a prioridade nesses espaços passava a ser as questões da produção. Assim a jornada de trabalho se constituía intensa para esses sujeitos, e mais intensa ainda para a mulher, que ao lado das atividades na unidade produtiva tinha que arcar também com “obrigações”, como as atividades domésticas, somente por elas assumidas.

Mesmo toda família estando envolvida no processo produtivo de sua unidade domiciliar, isto nem sempre significava possibilidades igualitárias (mais democráticas) em poder opinar sobre o funcionamento das facções e fabricos observados, pois, em vários aspectos, ainda percebemos a preponderância do homem em relação à mulher e aos filhos. A igualdade perpassa nessas unidades apenas em relação à atividade da costura, que antes era exclusiva do universo feminino e passou a ser desenvolvida igualmente pelo homem. Toritama quebra assim a tradicional convenção incrustada há séculos na cultura nordestina: “costura é assunto de mulher”. Entretanto, observando com cuidado, vimos que estes espaços produtivos não deixavam de apresentar uma certa divisão sexual do trabalho, principalmente onde tarefas ditas exigirem maior dispêndio de força física; por conta do maquinário, eram direcionadas em geral aos homens, enquanto as mulheres ficavam com as atividades que envolviam uma maior atenção e delicadeza, vinculadas a utilização da máquina de linha reta, voltados para o acabar e finalizar das peças, atividades, portanto, que envolvem paciência, delicadeza e habilidades. Embora esses lugares não fossem rigidamente fixados, em geral, eram assim distribuídos como observamos, *in lócus*.

O que pudemos dizer como resultado do que descortinamos de nossas observações foi que as desigualdades entre homens e mulheres, nestas unidades produtivas com base no trabalho familiar, permaneciam quer seja no controle produtivo quer nas expressões de mando, regendo as relações entre os membros. De modo geral, as mulheres apenas tomavam essa posição na ausência da figura masculina, como vimos em algumas situações que presenciemos e, mesmo assim, as mulheres manifestavam um sentimento de incapacidade de enfrentar conflitos ou problemas surgidos no cotidiano do trabalho, bem como encontrar saídas para os mesmos.

Estas posturas não deixam de expressar uma certa reafirmação, mesmo que não constante, do domínio do homem por parte da mulher, ao sair de cena, ao se secundarizar, capitulando do enfrentamento de situações de impasse e confronto. É quando se percebe o quanto estes valores estão cristalizados na nossa cultura.

Percebemos também que a incorporação da mão-de-obra masculina, neste universo antes “feminino”, ocorria por vir expressa ou pontualmente vinculada ao trabalho produtivo, pois em relação às funções domésticas e de cuidados relacionados ao trabalho reprodutivo, estas continuavam dominantemente sob as responsabilidades das mulheres. A maioria dos homens entrevistados e observados ao longo de nossa pesquisa não executava nenhuma tarefa doméstica. Constatamos apenas dois casos que fugiram a esta regra. Aqui podemos destacar o caráter perverso inscrito na história das desigualdades das relações de gênero e que continuam a se reproduzir como no caso das tarefas domésticas que se mantêm sem ser socializadas entre as figuras masculinas, ficando, assim, centralizadas nas mãos das mulheres.

O que a realidade nos revelou foi que o fato de ter havido esta inserção do homem na costura como se deu no Polo de Toritama, em específico, não nos permite dizer ainda que isto signifique a quebra patriarcal nas relações de gênero, pois observamos que esta entrada masculina no universo da confecção só se deu por esta movida pela necessidade econômica, e não por uma postura de mudança entre as relações de gênero, na busca por maior igualdade de deveres e obrigações. Este constatar se reforça pela manutenção de posturas do homem que sinalizam não se sentirem concernidos em se envolver com o trabalho doméstico, mesmo sendo o espaço produtivo de todo imbricado com ele.

Outro elemento interessante a salientar foi o relacionado ao saber constituído nessas unidades produtivas. Como vimos este era passado por transferência entre

familiares, com os mais experientes transmitindo aos que estavam iniciando, ou pela observação, vendo os companheiros de trabalho manusearem as máquinas.

Voltando-nos para tecer algumas considerações especificamente às famílias que investigamos, percebemos a existência da família nuclear, ainda alicerçada nos moldes tradicionais, em que a imagem do patriarcalismo, baseada na autoridade do pai e no controle deste sobre todos os membros que compõem a família ainda era ressaltado, com poucas exceções.

A disciplina e a organização do trabalho passavam a ser o centro das motivações desses pequenos produtores, vistos como elementos responsáveis pelo êxito da atividade produtiva nessas unidades e comprometendo até o clima de afetividade que imperava nos espaços familiares. O papel das mães sempre às voltas com os cuidados com os filhos vem sendo substituído por novas posturas exigidas pelo sistema produtivo. Não há mais tempo para esta dedicação, fazendo com que os jovens tivessem que cedo aprender a “se virá a sós” para enfrentar estes vazios provocados pela ausência da figura materna. A TV, muitas vezes, passava a ser a companheira para destilar suas insatisfações. Mas este deslocamento da mulher não foi assimilado sem conflito, como vimos, pois assistimos a cenas de filhos se rebelando, aumentando as desavenças familiares.

Assim, o fato de o trabalho ser localizado em casa nem sempre vai significar um fator de aproximação e integração entre os integrantes da família, pois o ritmo da produção tem provocado desgastes nas relações familiares, tornando-os mais distantes efetivamente, mergulhados no silêncio do produzir.

O que a realidade por nós observada dos fabricos e facções funcionando nos espaços domiciliares nos evidenciou foi uma organização de trabalho que pouco impactou, no que se refere à estrutura familiar – esta se mantém mesmo em meio ao dinamismo econômico conduzido pela produção de *jeans* –, mas afetou significativamente as relações aí estabelecidas, confirmando uma de nossas suposições. Pelo que apreendemos em nossa pesquisa, tal como a estrutura familiar, a questão que envolve as relações de gênero se apresentaram quase que intactas, com a diferença no assumir, por parte dos homens, algumas funções na atividade de costura, habilidade tradicionalmente atribuída às mulheres na cultura machista do Nordeste. Entretanto, no espaço doméstico, tudo permaneceu inalterado, já que verificamos a predominância da ausência dos homens em partilhar as atividades de casa. Estas permaneceram de exclusiva responsabilidade das mulheres.

Assim, verificamos que as desigualdades se reafirmavam apesar da opulência e aparente “modernização” e exuberância por que vem passando a região, com a expansão da indústria de confecção de *jeans*. Os valores no tocante as relações machistas que sempre foram referência na estrutura das relações entre homens e mulheres, nessa realidade, não se alteraram em igual ritmo com o crescimento econômico, como era de se esperar. Pelo contrário, permaneceu contrastante a coreografia produtiva interna, revolucionando a economia local, sem, no entanto, sequer promover arranhaduras na crosta cristalizada dos valores que continuam respondendo pelas sempre insistentes presenças das desigualdades, discriminações, subalternizações, nestes espaços produtivos.

Diante do exposto, podemos ressaltar que nossa suposição de que ante a dinâmica da produção domiciliar nas confecções de *jeans* de Toritama, pudesse estar esta organização de trabalho proporcionando formas mais igualitárias de acesso às atividades, à troca de saberes, controle do processo produtivo, bem como nas relações entre homens e mulheres no âmbito familiar não se confirmou completamente. Entretanto, no que se refere a nossa outra suposição de que a dinâmica econômica vivenciada por estas unidades produtivas a domicílio teria alterado as relações familiares, provocando um maior distanciamento afetivo entre seus membros, em decorrência das atribuições na produção, esta foi constatada, tanto no que se refere aos filhos menores como aos filhos maiores que estavam envolvidos diretamente no processo produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. *Um olhar de Gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas*. In ABRAMO, L. e ABREU, A R de P. **Gênero e trabalho na sociologia Latino Americana**. São Paulo: Alast, 1998.
- ABREU, A. R. de P. **O Averso da moda: Trabalho a domicilio na indústria de confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. *Trabalho a domicilio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro*. In: ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. (Orgs.) **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1993a.
- ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. *Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas: Uma revisão da literatura recente*. In: ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. (Orgs.) **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1993b.
- ALMEIDA, A. M. de. *Notas sobre a família no Brasil*. In: ALMEIDA, A. M. de (Org.), **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.
- ALMEIDA, A. M. de; CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. G. de. *Introdução*. In: ALMEIDA, A. M. de (Org.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro,: Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDRADE, J. E. **O Marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário**. Tese. (Doutorado em sociologia), São Paulo: USP, 2011.
- ANDRADE, M. C. de. **Estado Capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- ANDRADE, T. **A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (Mestrado em Economia), João Pessoa: UFPB, 2008.
- ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7 ed. ver. ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

APPAY, B. e THÉBAUD-MONY, A. *Precarização social*. In: HIRATA et al (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: editora UNESP, 2009.

ARAÚJO, A. M. C. *Gênero nos estudos do trabalho* (Para relembra Elizabeth de Souza Lobo). In: **Gênero nas fronteiras do sul**, p. 85-96, 2005.

_____. *Trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva*. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife-PE: 2007.

_____. *O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada*. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. et al. (Orgs.) **Marcha e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

ARAÚJO, A. M. C. e AMORIM, E. R. A. *Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção*: um estudo na região de Campinas. In: **XXIV Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 2001.

ARAÚJO, A. M. C., AMORIM, E. R. A. e FERREIRA, V. C. *O sentido do Trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva*. In: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra-Portugal, 16 a 18 de setembro, 2004.

ARAÚJO, A. M. C. e VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Orgs.) **Formas de trabalho no capitalismo atual**: Condições precárias e possibilidades de reinvenção. São Paulo: Annablume, CNPq: 2011.

ARAÚJO, C. A. C. L. **Análise da cadeia têxtil e de confecção do Estado de Pernambuco e os impactos nela decorrentes do fim do Acordo sobre Têxtil e Vestuário- ATV**. Dissertação (Mestrado em Economia), Recife: UFPE, 2006.

ARAÚJO, C. A. C. L. e PEREIRA, C. F. *A indústria de confecções em Pernambuco: impactos e oportunidades em cenário pós-ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções)*. In: **XIII SIMPEP**, Bauru, novembro, 2006.

ARAÚJO, C. e SCALON, C. *Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago na Brasil*. In ARAÚJO, C. e SCALON, C. (Org.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, C.; PICANÇO, F. e SCALON, C. (Orgs.) **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

ARAÚJO, T. B. de. *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação*. In: **Estudos Avançados**, vol.11, n. 29, São Paulo: Jan./Abr.1997.

ARAÚJO, T. B de; SOUZA, A. do V.; e LIMA, R. A de. *Nordeste: economia e mercado de trabalho*. In: **Revista Estudos Avançados**, 11 (29), p.55-77, 1997.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

BASTOS, C. P. M. Competitividade da indústria de vestuário. In: **Estudos da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: MCT/FINEP/PADCT, 1993.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

_____. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar ed. , 2008.

BEZERRA, E. M. **O Trabalho a domicílio das mulheres do Cariri paraibano no polo de confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande, UFCG, 2011.

BLASS, L. M. da S. *Trabalho e suas metamorfoses contemporâneas à luz do pensamento social clássico*. In: **Revista Ponto e vírgula**, Vol.1, p. 25-37, 2007.

BOTT, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRUM, A. J. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. 21ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

BRUSCHINI, C. *Uma abordagem sociológica de família*. In: **Revista Brasileira Estudos Populacionais**, São Paulo, Vol. 6, nº1, p. 1-23, jan./jun. 1989.

_____. *Trabalho feminino*: Trajetória de um Tema, perspectivas para o futuro. In: **Revista de Estudos Feministas**. Nº1/94, Rio de Janeiro, maio, 1993.

_____. *Mulher e mundo do trabalho*: ponto de vista ideológico. In: BRANDRÃO, M. L. R. e BINGEMER, M. C. L. (Org.) **Mulher e relações de Gênero**. São Paulo: Ed. LOYOLA, 1994.

_____. *Fazendo as perguntas certas*: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L. e ABREU, A R de P. **Gênero e trabalho na sociologia Latino Americana**. São Paulo: Alast, 1998.

_____. *Gênero e trabalho no Brasil*: novas conquistas ou persistências da discriminação? (Brasil, 1985-1995). In: ROCHA, M. I. (Org.) **Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. Campinas/São Paulo: Editora 34/ABEP/NEPO-UNICAMP/CEDEPLAR-UFGM. 2000.

_____. *Trabalho doméstico*: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, Vol. 23, n.2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, C. e RIDENTI, S. *Desvendando o oculto*: família e trabalho domiciliar em São Paulo. In: ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. (Orgs.) **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1993.

- BRUSCHINI, C. e RUDENTI, S. *Família, casa e trabalho*. In **Cadernos de pesquisas**, São Paulo, n.88, p. 30-36, fev. 1994.
- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M. R. *Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX*. In: **Cadernos Pagu**,(17/18) p. 157-196, 2001.
- BUTTLER, J. **Problemas de Gênero, Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudo de casos múltiplos no Polo de Confecção do Agreste Pernambucano**. Tese (Doutorado em Administração) Salvador: UFBA, 2007.
- CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese (Doutorado em Economia) São Paulo: USP, 1982.
- _____. *Globalização e processo de informalidade*. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (14), p. 153-174, jun. 2000.
- CAMPOS, C. A. de, e PAULA, N. M. de. *A indústria têxtil brasileira em contexto de transformações mundiais*. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº4, out-dez, 2006.
- CAMPOS, G. L. R. de. *Cooperativas de trabalho e flexibilização produtiva: Quando “estar juntos” transforma-se em uma estratégia perversa de exclusão*. In: **Caderno CRH**. Salvador, v. 17, n. 41, p. 269-280. Maio./ago.2004.
- CAMPOS, L. H. R. et al. **O Polo de confecções de Toritama: Análise das relações de trabalho e da informalidade**. Relatório de Pesquisa. Recife, 2008 (mimeo).
- CAMPOS, L. H. R. de et al. *Condições de Trabalho na indústria do vestuário: um estudo sobre Toritama*. In: **Anais do 4º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**: Recife, 2009.
- CAMPOS, L. H. R. de, e ANDRADE, T.de S.. O setor de confecções: uma contextualização para o Brasil. In: **FUNDAJ**. O Polo de Confecções de Toritama: análise das relações de trabalho e da informalidade. *Relatório de Pesquisa*, Recife, 2008.
- CANEVACCI, M. (Org.) **Dialética da família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva por: Engels, Freud, Reich, Marcuse, Fromm, Levi-Strauss, Adorno, Horkheimen, Habermas, Laing e outros**. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARNEIRO, S. B. **O arranjo produtivo da indústria de confecção no município de Feira de Santana: Limites e desafios organizacionais e tecnológicos**. Dissertação (Mestrado em Economia) Salvador: UFBA, 2009.
- CARVALHAL, T. B. *A desconcentração da produção por meio do trabalho domiciliar em Terra Roxa*. In: **Revista pegada**, Vol. 10, n. 1, jun. 2009.
- CARVALHO, I. M. M. de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento econômico regional**. São Paulo: HUCITEC; SUDENE, 1987.

CARVALHO, M. do C. B de (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUSC, 1995.

CARVALHO, O. de. **A economia política do Nordeste**: Secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CARVALHO, R. G. Capital, Estado e Trabalho: velhos sujeitos em novos espaços na sociedade global. In: MOREIRA, E. M. e OLIVEIRA, R. V. (org). **O fenômeno da Globalização: em perspectiva local e multidimensional**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. **Entre a qualificação profissional e a formação cidadã**: um árido desafio para o PNQ/PlanTec na Paraíba. Tese (Doutorado em Sociologia), João Pessoa: UFPB, 2011.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, N. A. de. (Org) **A máquina e o equilibrista**: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, S. D. **O arranjo produtivo de confecções da região de Jaraguá-GO**. UCG, Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRE, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

CATTANÉO, N. e HIRATA, H. *Flexibilidade*. In: HIRATA et al (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: editora UNESP, 2009.

CHESNAY, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COHN, A. **Crise regional e planejamento**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

CORRÊA, M.. *Repensando a família patriarcal brasileira* In: ARANTES, A. A., et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

COSTA, A. de O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. e HIRATA, H. (Orgs.) **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

COSTA, M. da S. *Trabalho informal*: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. In: **Caderno CRH**, Salvador, V. 23, nº58, p. 171-190, jan./abr. 2010.

COUTO, M. T. *Em busca de uma teoria da família na obra de Max Weber*. In: **Cia & Tróp.**, Recife, vol. 30, nº2, p. 267-282. Jul./dez. 2002.

DA MATTA, R. *A família como valor. Considerações não familiares sobre a família à brasileira*. In: ALMEIDA, Â. M. (org.)- **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Ed. UFRJ, 1987.

- DEDECCA, C. S. *Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação*. In: **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº2 (86), abril-junho. 2002.
- DELPHY, C. *Patriarcado (teorias do)*. In: HIRATA, H. et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DIEESE**. Diagnóstico do setor têxtil e Confecções de Caruaru e Região. Relatório de pesquisa. Recife, maio, 2010.
- DRUCK, M. da G. **Terceirização: (Des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1995.
- _____. *Precarização e informalidade: Algumas especificidades do caso brasileiro*. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. et al. (Orgs.) **Marcha e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa Editora Universitária, 2011.
- DRUCK, G. e BORGES, A. *Terceirização: Balanço de uma década*. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.
- DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FILGUEIRAS, L. A. M. ; DRUCK, G e AMARAL, M. F. do. *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n.41, maio/ago.2004. p.211-229.
- FLEURY, A. *Qualidade e produtividade na estratégia competitiva das indústrias brasileiras*. In: CASTRO, N. A. de. (Org) **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- _____. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FUNDAJ**. *O Polo de confecções de Toritama: Análise das relações de trabalho e da informalidade*. Relatório Final de Pesquisa. Recife, dezembro, 2008.
- GAZZONA, R. de S. *Trabalho feminino na indústria do vestuário*. In: **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº61, dezembro, 1997.
- GOMES, S. C. **Do comércio de retalhos a feira da Sulanca: Uma inserção de migrantes em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia humana) São Paulo: USP, 2002.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. *Americanismo e Fordismo*. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 4. 3ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**: Da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Editora Massangana /Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

_____. *Trajetória econômica de uma região periférica*. In: **Estudos Avançados**, vol. 11, n. 29, São Paulo, Jan./Abr., 1997.

HABERMAS, J. A. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2006.

_____. **A. A inclusão do outro**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, D. **Condições pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HEILBORN, M. L. e SORJ, B. *Estudos de gênero no Brasil (1975-1995)*. In: MICELI, S. (Org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

HIRATA, H. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. In: **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**. Associação Latino- Americana de Sociologia do Trabalho, ano 4, nº7, 1998.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho*. In: **Sociologias**, nº21, jan./jun. 2009.

_____. et al (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: editora UNESP, 2009.

HIRATA, H e ZARIFIAN, P. *Trabalho (o conceito de)*. In: HIRATA, H. et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. *A divisão sexual do trabalho revisitada*. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (Orgs). **As novas fronteiras da desigualdade**: Homens e mulheres no mercado. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. In: **Cadernos de Pesquisa**, V. 37, nº 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HITA, M. G. *A família em Parsons*: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. In: **Revista Antropológicas**, ano 9. Vol. 16(1), p. 109-148, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre história operária. 3ª ed. Revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IANNI, O. *A crise dos paradigmas na sociologia*. In; **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 32, Unicamp, Campinas, junho/1991.

- _____. **Teorias da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
- _____. **A era do globalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- JINKINGS, I. e AMORIM, E. R. A. *Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção*. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- JONAS, E. *As mulheres constroem sua autonomia no trabalho flexibilizado?* In: **Revista Princípios**, São Paulo n. 68, 2003.
- KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira a base de tudo**. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2010.
- KERGOAT, D. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, H. et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KREIN, J. D. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho). Instituto de economia da Unicamp, Campinas, 2001.
- LEITE, M. de P. **O Futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1994.
- _____. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. **Tecendo a precarização**: Gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo. Caxambu, ANPOCS, 2004.
- _____. *O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades*. In: LEITE, M. de P. e ARAÚJO, Â. M. C. (Org.) **O Trabalho reconfigurado**: Ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- LEITE, M. de P. e ARAÚJO, Â. M. C. (Org.) **O Trabalho reconfigurado**: Ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- LEITE, M. de P. e SALAS, C. *Trabalho e sindicalismo em tempos modernos: desafios e perspectivas no Brasil e México*. In: LEITE, M. de P. e ARAÚJO, A. M. C. (orgs) **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.
- LIMA, A. M. de S. **As faces da subcontratação do trabalho**: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e Região. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: UNICAMP, 2009.
- LIMA, A. S. **Empreendendo a sulanca**: O SEBRAE e o Polo de confecção do Agreste de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande: UFCG, 2011.
- LIMA, H. S. **As lavanderias de jeans de Toritama**: uma contribuição para a gestão das águas. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). Recife: UFPE, 2006.

LIMA, J. C. **Trabalho, mercado e formação de classe**: estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1996.

_____. Qualidade e precarização: organização da produção e gestão do trabalho no setor do vestuário. In: **Revista Política e Trabalho**, n.12, João Pessoa, set, 1996.

_____. *Trabalho assalariado e trabalho associado*: experiências de terceirização da produção. In: **XXII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu: 1998.

_____. *Novas formas, velhos conteúdos*: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. In: **Revista Política e Trabalho**, n. 15, p. 121-139, João Pessoa, set. 1999.

_____. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, J. C. e SOARES, M. J. B. *Trabalho flexível e o novo informal*. In: **Cadernos CRH**, Salvador, n.37, p.163-180, junh./dez. 2002.

LIMA, J. P. R.; SICSÚ, A. B.; e PADILHA, M. F. F. G. *Economia de Pernambuco*: Transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V. 38, nº4, out./dez. 2007.

LIMA, P. *Economia do Nordeste*: tendências recentes das áreas dinâmicas. In **Análise econômica**, ano 12, março/set. 1994.

LIPIETZ, A. *Fordismo, Fordismo Periférico e metropolização*. In: **Ensaio FEE**, Porto alegre, 10(2): p.303-335, 1989.

LIRA, S. *Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE*: Um espaço construído na luta pela sobrevivência. In **Revista de Geografia – UFPE – DCG/NAPA**, Recife, 2006.

_____. *Entre os fixos e os fluxos da sulanca*. In **Revista de Geografia – UFPE – DCG/NAPA**, Recife, mai/ago. 2008.

LUCENA, M. e OLIVEIRA, B. *Formação de estratégias competitivas no cluster de confecções de Santa Cruz do Capibaribe*. In: **Anais do XXVI ENEGEP**, Fortaleza, out. 2006.

LUCENA, W. G. L. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) João Pessoa: UFPB/UNB/UFPE/UFRN, 2004.

LYRA, M. *Sulanca X muamba*: rede social que alimenta a migração de retorno. In: **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, V. 19, p. 144-154, 2005.

MACHADO, L. Z. *Gênero, um novo paradigma?* In: **Cadernos Pagu** (11), p. 107-125, 1998.

_____. *Famílias e individualismo*: tendências contemporâneas no Brasil. In **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, fev., 2001.

MARTINS, M. de F.; et al. *Caracterização e contribuição das redes informacionais para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no setor de confecções do agreste pernambucano*. In: **Revista Gestão Organizacional**, 7(1),jan./ abr., PROPAD/UFPE, Recife, 2009.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia Política. Livro I, Vol. 1 e 2 , 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia Alemã** (Feuerbach) 11ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARX, K. e ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MELO, C. P. de. *Competitividade da pequena produção industrial do Nordeste: Uma análise das potencialidades e limites do setor de confecções*. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V.31, nº2, p. 236-261, abr./jun. 2000.

MELO, L. M. C. de; SIMÕES, R. F. *Crescimento industrial no Nordeste: Novo dinamismo, velho padrão*. In: **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvado-BA, ano XI, nº20, julho, 2009.

MELO, M. **Reflexões sobre aprendizado e inovação local na indústria de confecções do Nordeste**. RECITEC, V.4, n. 1, p. 117-143, Recife, 2000.

MELO, P. dos S. **Incidências das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda junto às mulheres atuantes no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 4 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

_____. (Org). **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde, 6ª ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MITCHELL, J. **La condición de la mujer**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

MONTALI, L. *Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausências de políticas de emprego e deterioração das condições de vida*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.15,n. 42, fevereiro, 2000.

_____. *Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento*. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu, set/ 2004.

MONTALI, L. e LOPES, G. *Relações familiares e trabalho feminino na região metropolitana de São Paulo na década de 90*. In: **Caderno CRH**, nº38, p. 209-237, jan./jun., 2003.

MOREIRA, E. M. *A regência do afetivo: laços familiares e Espaços produtivos*. In: ABRAMO, L. e ABREU, A. R. de P.(Orgs) **Gênero e trabalho na sociologia Latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

- _____. **Servo de ninguém:** A pequena produção urbana em João Pessoa. João Pessoa: Manufatura/PPGS – UFPB, 2005.
- MOREIRA, E. M. e VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Orgs.) **O fenômeno da globalização em perspectiva local e multidimensional.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- MOREIRA, R. **O Nordeste brasileiro:** uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- NARDI, H. C. **Trabalho e ética:** Os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970-1999). Tese (Doutorado em Sociologia) Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- NASCIMENTO, R. P. e SEGRE, L. M. **Flexibilidade das relações de trabalho x flexibilidade produtiva:** uma análise da “nova migração” do setor automobilístico brasileiro. In: ANPOCS, Caxambu, 2002.(meio digital)
- NETO, O. C. *O trabalho de campo como descoberta e criação.* In: MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. 4ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.
- NEVES, M. de A. *Trabalho e gênero:* Permanências e desafios. In: **Revista Sociedade e Cultura**, jul./dez. Vol.9, n. 002, UFG, p. 257-265. 2006.
- NEVES, M. de A. e PEDROSA, C. M. *Gênero, flexibilidade e precarização:* O trabalho a domicílio na indústria de confecções. In: **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007.
- NOGUEIRA, A. J. F. M. **Mudanças nas relações de trabalho na indústria do vestuário:** o caso da Câmara de Entendimento Privado. São Paulo, outubro, 1995. Versão preliminar.
- NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho:** Entre a emancipação e a precarização. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.
- NORONHA, E. G. *Informal, ilegal e injusto:* Percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.18, n.53, out./2003.
- NORONHA, E; e TURCHI, L. *O pulo do gato da pequena indústria precária.* In: **Tempo social**, V.19, n1, São Paulo, 2007.
- OFFE, C. *Trabalho: a categoria –chave da sociologia?* In **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº. 10, v. 4, p. 5-20, junho, 1989.
- _____. **Capitalismo desorganizado.** 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião.** 6ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- _____. de. **Crítica à razão dualista.** 1ª reimp. São Paulo: Boitempo. 2006.

OLIVEIRA, Z. L. C de. *A provisão da família: Redefinição ou manutenção dos papéis*. In: ARAÚJO, C. e SCALON, C. (Org.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEIXOTO, C. E. *As Transformações familiares e o olhar do sociólogo*. In: SINGLY, F. de;. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. *Espaço, industrialização e acumulação capitalista: Uma abordagem par o Nordeste e o Ceará*. In: **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, ano 02, nº04, 2003.

PEREIRA NETO, E. V. **Qualificação profissional e relações de trabalho no polo de confecções de Pernambuco**: Trajetórias e perspectivas da atuação do Senai. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande: UFCG, 2011.

PEREIRA, J. N. **O Programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2011.

PERÉZ-SÁINZ, J. P. *Globalización y neoinformalidad em América Latina*. In: **Nueva Sociedad**, nº135, Enero-febrero, 1995.

_____. *¿Es necesario aún el concepto de informalidad?* In: **Perfiles Latinoamericanos**, nº13, Diciembre, 1998.

PETRINI, J. C. **Pós-Modernidade e família, um itinerário de compreensão**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. *Mudanças sociais e mudanças familiares*. In: PETRINI, J. C e CAVALCANTI, V. R. S.(org.) **Família, sociedade e subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

PICANCO, F. S. *Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e homem em relação do trabalho e vida familiar*. In: **XXVIII Encontro anual da ANPOCS**, caxambu, 2004.

PLANO DIRETOR DE TORITAMA (PDT). Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. CONDEPE/FIDEM. Recife, 2006.

POSTHUMA, A. C. *Mercado de trabalho e exclusão da força de trabalho feminina*. In: ABRAMO, L. e ABREU, A. R. de P. **Gênero e trabalho na sociologia Latino Americana**. São Paulo: Alast, 1998.

PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RAPOSO, M. e GOMES, G. **Estudo de caracterização econômica do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Recife: FADE/UFPE/SEBRAE, 2003 (Disponível em : <http://200.249.132.89:8030/downloads/poloconfec.pdf>).

RIFKIN, J. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron books, 1995.

RUAS, R. *Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição.* In: ABREU, A. R. de P. e SORJ, B. (Orgs.) **O trabalho invisível:** estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. *Primórdios do conceito de gênero.* In: **Caderno Pagu** (12), p. 157-163, 1999.

SAMARA, E. de M. *Tendências atuais da história da família no Brasil.* In: ALMEIDA, A. M. de (Org.). **Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987.

SANTANA, L. M. e APOLINÁRIO, V. **Arranjo produtivo de confecções em Natal e “Grande Natal”:** oportunidades e limites para o crescimento local. UFRN, Expansão da RedeSist. Coordenação Geral: LASTRE, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. IE/UFRJ, 2004.

SANTOS, B. de S. *Os processos da globalização.* In: SANTOS, B. de S.(Org.). **A globalização e as ciências sociais.** 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: 2008.

SANTOS, M. E. C. M dos. **Família e Subjetividade:** Tendências e particularidades das classes trabalhadoras no capitalismo contemporâneo. Dissertação (Mestrado Serviço Social), Natal: UFRN, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARDENBERG, C. M. B. *E a família como vai?* Reflexões sobre mudanças nos padrões de família e no papel da mulher. In: **Bahia: Análises & Dados**, Salvador: SEI/SEPLANTEC, Vol. 7, nº 2, setembro, 1997.

SARTI, C. A. *Família patriarcal entre os pobres urbanos?* In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 82, p. 37-41, ago. 1992.

_____. *Família e individualidade: um problema moderno.* In: CARVALHO, M. do C. B de (Org.) **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUSC, 1995.

_____. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCAVONE, L. *Estudos de Gênero:* uma sociologia feminista? In: **Estudos feministas**, Florianópolis, 16(1), jan./abr. 2008.

SCOTT, J. *Gênero:* uma categoria útil para a análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2 p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEGALEN, M. **Sociologia da família.** Lisboa: Terramar, 1999.

- SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SILVA, L. A. M. da. *A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado*. In: LOPES, J. S. L. et al. **Mudança social no Nordeste**: reprodução da subordinação. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1979.
- _____. *Da informalidade à empregabilidade*: reorganizando a dominação do mundo do trabalho. In: **Caderno CRH**. Salvador, n. 37, p. 81-109. Jul./dez. 2002.
- SILVA, M. M. **A linha de subordinação**: Trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano. Tese. (Doutorado em Sociologia) São Paulo: USP, 1994.
- SILVA, S. R. A. **A juventude na “Sulanca”**: Os desafios da inserção do mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte/PE. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2009.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGLY, F. de;. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SOARES, M. J. B. **As costureiras da sulanca**: Mulheres trabalhadoras em um cluster informal no Agreste pernambucano. Dissertação (Mestrado em Sociologia) João Pessoa: UFPB, 2002.
- SOUTO-MAIOR, H. P. *Durkheim e a família*: Da “introdução à sociologia da Família” à “Família Conjugal”. In: **Revista Antropológicas**, ano 9, vol. 16(1); p. 7-30, 2005.
- SOUZA, P. R. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Tese (Doutorado em Economia), Campinas, IE, UNICAMP, 1980.
- STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.
- TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.
- THIRY-CHERQUES, H. R. *Max Weber*: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, 43(4), p. 897-918, jul./ago. 2009.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. 5ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. **A formação da classe operária Inglesa**: A árvore da liberdade. Vol. 1, 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. **A formação da classe operária Inglesa**: A força trabalhadora. Vol. 3, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

_____. **A formação da classe operária Inglesa:** A maldição de Adão. Vol. 2, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

TOLEDO, C. **Mulheres:** O gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2005a.

_____. **O marxismo e o problema da emancipação da mulher.** In: Isto é história: Marxismo vivo, nº12, 2005b.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade:** As consequências de atração de população para o município de Toritama-Pe. Dissertação (Mestrado em Geografia) Recife: UFPE, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Para discutir os termos da nova informalidade:** o caso do polo de confecções do agreste pernambucano. (Mimeo). 2009.

_____. *O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco:* Ensaando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, A. M. C., e VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (Org.) **Formas de trabalho no capitalismo atual:** Condições precárias e possibilidades de reinvenção. São Paulo: Annablume, CNPq; 2011a.

_____. *Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização.* In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto et al. (Orgs.) **Marcha e contramarchas da informalidade do trabalho:** das origens às novas abordagens. João Pessoa Editora Universitária, 2011b.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R, e MOREIRA, E. M. *Sentidos da Globalização:* Um desafio ao Pensamento sociológico. In: MOREIRA, E. M. e VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (orgs.). **O fenômeno da Globalização:** em perspectiva local e multidimensional. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

VIANA, F. L. E. et al. *A indústria têxtil na região nordeste: Gargalos, potencialidades e desafios.* In: **Revista Produção on line.** Vol.VIII, nº3, 2008. Disponível em: www.producaonline.ufsc.br. Acesso em: 04/06/2010.

WEBER, M. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1, 4ªed. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004a.

_____. **Economia e Sociedade:** Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004b.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

WHYTE, W. F. **Sociedade da esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária:** a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960-2000). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), Recife: UFPE, 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro da entrevista

Data da entrevista: _____

I- Identificações gerais dos entrevistados

Nome: _____

Idade: _____

Local de nascimento: _____ () Rural () Urbana

Estado civil: _____ N^o de filhos: _____

Local da residência atual: _____

Em relação à residência: () Própria, () Alugada, () Cedida, () Outros _____

1. O(a) senhor(a) sempre morou em Toritama? **Se não**, há quanto tempo o(a) senhor(a) mora em aqui? Conte-me como foi sua chegada aqui?
2. O(a) senhor(a) estudou até que série ? (Grau de escolaridade): _____
3. Qual a sua profissão atual? O(a) senhor(a) já teve outra profissão? **Se sim**, qual? Por que resolveu mudar para a atual?
4. O(a) senhor(a) fez algum curso preparatório para o atual trabalho? **Se sim**, qual? Onde? Quanto tempo durou? O(a) senhor(a) gostou do curso? Ele lhe ajudou no seu trabalho atual?

II – Informações sobre as relações familiares e relações de trabalho.

1. Sempre trabalhou no seu domicílio e com sua família? **Se não**, por que resolveu tomar a iniciativa de abrir uma facção na residência?
2. Como surgiu a sua facção? Há quanto tempo? Por quê? Como era a sua facção no início? E o que mudou atualmente?
3. Quais as vantagens de se ter o trabalho no seu espaço domiciliar? E trabalhar com a família?
4. Existem desvantagens? Quais?
5. Quando o(a) senhor(a) tem que tomar alguma decisão em relação a produção, o senhor(a) costuma conversar (discutir, combinar, trocar ideias) com a sua da família? Por quê?
6. Como é o seu dia no trabalho com a família? Descreva um pouco sobre o cotidiano da família. (Tentar verificar como está organizado o tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo)
7. Como está dividido o trabalho doméstico? Todos participam? Quem se responsabiliza pelo quê? Por quê?
8. E o trabalho na facção, como está dividido entre os membros da família? Quem se responsabiliza pelo quê? Por quê?
9. O que significa para o(a) senhor(a) trabalhar em conjunto com a família?
10. O trabalhar com pessoas da família já fez surgir algum tipo de problema,

- (conflito)? Qual? A que o(a) senhor(a) atribuiu este problema, (conflito)?
11. Como são resolvidos esses conflitos familiares? Comente.
 12. Como se dá a organização da produção? Quem é o responsável pela compra das matérias primas? Pelos pagamentos e recebimentos nos bancos? Pelas encomendas? Contatos com outros fabricos ou facções?
 13. Quem é o responsável pelo orçamento familiar? Por quê?

III – Informações sobre os domicílios com produção familiar.

1. Qual tipo de máquina o(a) senhor(a) usa ? São fáceis de manusear? Quem as manuseia?
2. Como as adquiriu? Houve financiamento?
3. Que parte da confecção de jeans o(a) senhor(a) produz (a peça de jeans inteira)? Por que optou por esta parte da produção?
4. Quem participa do processo produtivo na sua confecção? Há apenas pessoas da família envolvidas? **Se sim**, quantos são e quem são (nível de parentesco)? Por quê?
5. As pessoas que trabalham com o(a) senhor(a) fizeram algum tipo de treinamento(Senai ou outro curso técnico)? **Se sim**, qual? Quem? Para qual atividade? Onde? Por quê?
6. Como é feito o pagamento (remuneração dos trabalhadores) (familiares ou não) na sua facção? Tem período de férias? E nos feriados a facção funciona?
7. Qual a sua jornada de trabalho?
8. Em sua opinião qual a função mais importante na facção? Quem a exerce? Por quê?
9. Quais são as principais dificuldades que o(a) senhor(a) enfrenta no seu trabalho? A que o senhor atribui essas dificuldades?
10. Como o (a) senhor(a) tem procurado resolver essas dificuldades?
11. Como o(a) Senhor(a) se sente em relação ao seu trabalho? (realizado, feliz, contente, frustrado, decepcionado (...)) ?Gosta do que faz ou quer mudar de profissão (ou da parte da produção que faz)? **Se sim**, o que gostaria de fazer?
12. Como o(a) senhor(a) vê o futuro de sua facção? Que planos tem sobre ela? Gostaria que seus filhos dessem continuidade a essas atividades? **Se não**, por quê?

ANEXO B – Tabelas com dados absolutos da pesquisa de campo

Sexo: Homens: (7), Mulheres: (8) Total = 15
Em porcentagem: Homens (46,7 %), Mulheres (53,3 %)

Faixa etária/sexo

Sexo	Idade				
	21-30 (anos)	31-40 (anos)	41-50 (anos)	51-60 (anos)	Total
Homem	2	2	2	1	7
Mulher	1	3	4		8
Total	3	5	6	1	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Local de origem/sexo

Sexo	Local de origem			
	Toritama	Cidades circunvizinhas	Outros estados	Total
Homem	2	5	-	7
Mulher	3	4	1	8
Total	5	9	1	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Zona de origem/sexo

Sexo	Zona de origem		
	Zona Rural	Zona Urbana	Total
Homem	5	2	7
Mulher	4	4	8
Total	9	6	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Estado civil /sexo

Sexo	Estado civil			
	Solteiro (a)	Casado (a)	Separado (a)	Total
Homem	1	6	-	7
Mulher	3	4	1	8
Total	4	10	1	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Grau de escolaridade/sexo

Sexo	Grau de escolaridade							Total
	Analfabeto	1ª fase fundamental completo	1ª fase fundamental incompleto	2ª fase fundamental completo	2ª fase fundamental incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	
Homem	1	1	1	-	2	2	-	7
Mulher	-	3	1	-	1	2	1	8
Total	1	4	2	0	3	4	1	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Tempo de existência das unidades produtivas/sexo

Sexo	Tempo de Existência das unidades produtivas			
	De 1 ano a 2 anos	De 3 anos a 5 anos	De 6 anos a 8 anos	Total
Homem	1	2	4	7
Mulher	5	2	1	8
Total	6	4	5	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Tipo de atividade desenvolvida / sexo

Sexo	Tipo de atividade produtiva desenvolvida				Total
	Facção de costura	Facção de travetar	Fabrico não subordinado	Fabrico subordinado e não subordinado	
Homem	2	2	1	2	7
Mulher	8	-	-	-	8
Total	10	2	1	2	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Tipo de estabelecimento por sexo

Sexo	Tipo de atividade produtiva desenvolvida			
	Domiciliar	Semi domiciliar	Não domiciliar	Total
Homem	2	2	3	7
Mulher	5	2	1	8
Total	7	4	4	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Tempo de existência das unidades produtivas por situação formal/informal

Situação	Tempo de Existência das unidades produtivas			
	De 1 ano a 2 anos	De 3 anos a 5 anos	De 6 anos a 8 anos	Total
Formal	1	0	4	5
Informal	5	4	1	10
Total	6	4	5	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Tempo de existência das unidades produtivas por tipo de estabelecimento

Tipo de estabelecimento	Tempo de Existência das unidades produtivas			
	De 1 ano a 2 anos	De 3 anos a 5 anos	De 6 anos a 8 anos	Total
Domiciliar	4	3	0	7
Semi domiciliar	1	1	2	4
Não domiciliar	1	0	3	4
Total	6	4	5	15

Pesquisa de campo (2011-2012)

Tipo de atividade produtiva desenvolvida por tipo de estabelecimento

Tipo de Estabelecimento	Tipo de atividade produtiva desenvolvida				Total
	Facção de costura	Facção de travetar	Fabrico não subordinado	Fabrico subordinado e não subordinado	
Domiciliar	6	-	1	-	7
Semi domiciliar	2	1	-	1	4
Não domiciliar	2	1	-	1	4
Total	10	2	1	2	15

Pesquisa de campo (2011-2012)